



FERNANDA JUNIA DORNELA

**ENTRE VIAS DE OPRESSÃO E A REPRODUÇÃO DAS
RELAÇÕES DE PODER NA CAFEICULTURA: O TERRENO
ACIDENTADO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL CAFÉ
MULHER**

**LAVRAS-MG
2023**

FERNANDA JUNIA DORNELA

**ENTRE VIAS DE OPRESSÃO E A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA
CAFEICULTURA: O TERRENO ACIDENTADO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
CAFÉ MULHER**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização e Sociedade, para a obtenção do título de Doutora.

Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle
Orientadora

**LAVRAS-MG
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Dornela, Fernanda Junia.

Entre vias de opressão e a reprodução das relações de poder na
cafeicultura : o terreno acidentado da organização regional Café
Mulher / Fernanda Junia Dornela. - 2023.

208 p.

Orientador(a): Mônica Carvalho Alves Cappelle.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2023.
Bibliografia.

1. Relações de Poder. 2. Mulheres. 3. Interseccionalidade. I.
Cappelle, Mônica Carvalho Alves. II. Título.

FERNANDA JUNIA DORNELA

**ENTRE VIAS DE OPRESSÃO E A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA
CAFEICULTURA: O TERRENO ACIDENTADO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
CAFÉ MULHER**

**BETWEEN OPPRESSION AND THE REPRODUCTION OF POWER RELATIONS
IN COFFEE FARMING: THE RUGGED TERRAIN OF THE REGIONAL
ORGANIZATION CAFÉ MULHER**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 01 de Março de 2023.

Dra. Flávia Luciana Naves Mafra	UFLA
Dr. José de Arimatéia Dias Valadão	UFLA
Dra. Cintia Rodrigues de Oliveira	UFU
Dra. Josiane Barbosa Gouvêa	IFPR

Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle
Orientadora

**LAVRAS-MG
2023**

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos começam por Aquele que conduz meus passos, fortalece minha fé e minhas esperanças para seguir, principalmente diante dos obstáculos e momentos delicados que nos fazem, muitas vezes, pensar em desistir. Obrigada, Deus!

Aos meus pais, Dalva e Deico, que não mediram esforços para que eu desse continuidade à minha formação, que fizeram dos meus sonhos os seus e que fizeram várias renúncias para que eu chegasse até aqui. Em especial à minha querida mãe, ela que tinha o sonho de se formar, de ser uma professora, mas que, devido às condições familiares, vinda de uma família com recursos financeiros escassos e com 11 irmãos, não pôde concretizá-lo. Obrigada, mamãe, por, mesmo com muitas dificuldades, tornar os meus estudos e de meu irmão, prioridades. Obrigada por ser meu porto seguro, meu ombro amigo, quem esteve e está ao meu lado em todos os momentos, mesmo que distante fisicamente. Obrigada por todo amor, cuidado, orações e conselhos, não consigo imaginar como minha vida seria sem a senhora. Ao meu marido, Diogo, agradeço toda compreensão e apoio ao longo dos últimos anos.

À minha querida avó Eni, obrigada por todas as orações, carinho e bênçãos, sempre dizendo “Deus te dê uma boa sorte na sua vida, viu?” Em breve, provavelmente, a senhora não se lembrará de quem eu sou, devido ao Alzheimer, mas sempre lembrarei de todo o seu amor. Ao meu querido avô Olímpio, que também enfrentou o Alzheimer e infelizmente, não está mais entre nós fisicamente – uma das duras perdas que tive durante o doutorado, assim como do Tio Helvécio e minha querida amiga Yêda. O senhor, “vovô Limpinho” e a “vovó Eni” são nossos exemplos de honestidade e humildade, valores tão necessários e tão escassos.

Não poderia deixar de agradecer às minhas grandes amigas, companheiras de pós-graduação, irmãs de coração. Ana e Ritinha, sempre serei grata por tudo o que fizeram por mim quando morei em Lavras para cursar as disciplinas do doutorado. Nos vários momentos difíceis pelos quais passei, com problemas pessoais, dificuldades de adaptação, com o doutorado etc., vocês estavam ali do meu lado, fosse para dar um abraço de conforto e dizer que tudo ficaria bem, conversar, ajudar com algum artigo etc. Obrigada pelas várias conversas em volta da mesa da cozinha, pelas comidas deliciosas que fazíamos juntas para comemorar algo ou para espantar a tristeza.

Outro agradecimento direciono a uma pessoa e profissional muito especial. Quem é próximo a mim, conhece toda esta minha admiração, respeito e carinho pela minha querida orientadora, a profa. Mônica. Sentimentos estes que são compartilhados por muitos(as)

outros(as) alunos(as) do programa, com os quais já tive contato. Uma profissional que traz consigo, sobretudo, a simplicidade, humanidade e humildade. Obrigada, Mônica, por todo carinho, compreensão nos momentos difíceis, pelas conversas, ensinamentos, conhecimentos compartilhados, direcionamentos, orientação e confiança. Obrigada por contribuir para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço também às participantes desta pesquisa, associadas à organização regional, do Sul de Minas Gerais, Café Mulher¹. As contribuições de vocês foram fundamentais! Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) do Departamento de Administração e Economia (DAE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e seus demais professores que tanto contribuem para a nossa formação.

Às queridas professoras e professor que aceitaram compor a banca de defesa desta tese, agradeço o carinho, participação e valiosas contribuições.

Obrigada a todos(as) que estão trilhando este caminho comigo!

¹ Para respeitar e manter em sigilo a identidade real da organização regional abordada nesta pesquisa, adotamos nomes fictícios, como “Café Mulher”. As associadas à organização regional Café Mulher também tiveram suas identidades não divulgadas, utilizando nomes fictícios por elas escolhidos na realização das entrevistas.

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender como a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, em suas diferentes faces, são mediadas pelas relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher. Para alcançá-lo, recorreremos ao entrelaçamento teórico-metodológico das abordagens pós-colonial, interseccional e dos marcadores sociais das diferenças. O material empírico reunido para a análise envolveu entrevistas narrativas com oito mulheres heterogêneas, associadas à organização regional Café Mulher, da Região Sul de Minas Gerais, e a pesquisa documental. Esse material foi analisado por meio da Análise Temática de Conteúdo e do uso das lentes de análise da abordagem pós-colonial e a interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças. Três categorias de análise emergiram: quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher; o contexto da referida organização e as relações de poder entre as mulheres associadas. Os resultados nos levam a interpretar que as mulheres associadas à Café Mulher são mulheres heterogêneas, contrariando o conceito universal de “mulher”. São mulheres de diferentes cores, profissões, como cafeicultoras, catadeiras, apanhadeiras, meeiras e classes sociais, que estão na cafeicultura de 16 a 50 anos e apresentam um envolvimento familiar e/ou individual muito forte com o café. A partir das intersecções entre os marcadores sociais das diferenças, essas mulheres ocupam diferentes posições no terreno acidentado da organização regional Café Mulher. Souza e Ana, mãe e filha, mulheres negras, pobres, catadeiras e apanhadeiras, nascidas e criadas no Distrito de Lutas, em meio às relações de poder estruturadas ainda no período escravocrata, foram por nós identificadas, entre as entrevistadas, como as associadas que estão no entrecruzamento das vias de opressão do sexismo, racismo e elitismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego que deixa graves marcas. Sobre o contexto da organização regional Café Mulher, foi fundada no Distrito de Lutas, em 2015, por Maria e Auzira Amélia, mulheres brancas, cafeicultoras, proprietárias de suas fazendas e de classe média-alta, com o objetivo de ajudar as catadeiras, apanhadeiras e meeiras do Distrito, porém, não perderam o foco na lógica mercadológica e excludente, na realidade, voltada para as produtoras. Esse objetivo, portanto, foi perdido e a Café Mulher tornou-se um contexto de reproduções. Quando as mulheres negras, que são catadeiras e apanhadeiras começaram a deter o poder, mostrar sua resistência e ter suas vozes ouvidas e presenças conhecidas, as cafeicultoras, sentiram-se incomodadas, afinal feriu o pacto narcísico da branquitude. Com a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, vinculada à Café Mulher, não foi diferente, o foco está nas necessidades de capitalização das produtoras de café. Nesse contexto, prevalece, portanto, a reprodução de relações de poder entre mulheres, mediadas pelos entrecruzamentos de vias de opressões como racismo e elitismo, que, desde o período colonial, buscam manter o poder nas mãos de pessoas brancas, cafeicultoras e proprietárias de suas terras, colocando em condição de subalternidade mulheres negras, pobres, catadeiras e apanhadeiras.

Palavras-chave: Café Mulher. Relações de Poder. Marcadores Sociais das Diferenças. Interseccionalidade. Abordagem Pós-colonial.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand how the reproduction of intersectionalities of social markers of differences, in their different faces, are mediated by power relations established between women associated with the regional organization Café Mulher. To achieve this, we resorted to the theoretical-methodological intertwining of postcolonial, intersectional and social markers of differences approaches. The empirical material gathered for the analysis involved narrative interviews with eight heterogeneous women, associated with the regional organization Café Mulher, in the South Region of Minas Gerais, and documentary research. This material was analyzed using Thematic Content Analysis and the use of the analysis lens of the postcolonial approach and the intersectionality of social markers of differences. Three categories of analysis emerged: who are the women associated with the regional organization Café Mulher; the context of the referred organization and the power relations between the associated women. The results lead us to interpret that the women associated with Café Mulher are heterogeneous women, contrary to the universal concept of “woman”. They are women of different colors, professions, such as coffee growers, collectors, pickers, sharecroppers and social classes, who are in coffee farming from 16 to 50 years old and have a very strong family and/or individual involvement with coffee. From the intersections between the social markers of differences, these women occupy different positions in the rough terrain of the regional organization Café Mulher. Souza and Ana, mother and daughter, black women, poor, collectors and collectors, born and raised in the Distrito de Lutas, in the midst of structured power relations still in the slavery period, were identified by us, among the interviewees, as the associates who they are at the crossroads of oppressive sexism, racism and elitism, being hit by an intense flow of traffic that leaves serious marks. Regarding the context of the regional organization Café Mulher, it was founded in the Distrito de Lutas, in 2015, by Maria and Auzira Amélia, white women, coffee growers, owners of their farms and from the upper-middle class, with the aim of helping the collectors, and sharecroppers in the District, however, did not lose focus on the marketing and excluding logic, in reality, aimed at the producers. This objective, therefore, was lost and Café Mulher became a context for reproductions. When black women, who are collectors and collectors, began to hold power, show their resistance and have their voices heard and their presence known, the coffee growers felt uncomfortable, after all, I hurt the narcissistic pact of whiteness. With the creation of Comercializadora Café Mulher South Region of Minas Gerais, linked to Café Mulher, it was no different, the focus is on the capitalization needs of coffee producers. In this context, therefore, the reproduction of power relations between women prevails, mediated by the intersection of ways of oppression such as racism and elitism, which, since the colonial period, seek to keep power in the hands of white people, coffee farmers and owners of their land, placing black, poor women, collectors and gatherers in a subordinate condition.

Keywords: Café Mulher. Power Relations. Social Markers of Differences. Intersectionality. Postcolonial Approach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrelaçamento entre as abordagens aplicadas no contexto da cafeicultura brasileira	99
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases de uma Entrevista Narrativa	106
Quadro 2 – Participantes da Pesquisa.....	117
Quadro 3 – Perguntas Exmanentes	207

LISTA DE SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAE	Departamento de Administração e Economia
DO	Denominação de Origem
EMATER-MG Gerais	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
EO	Estudos Organizacionais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FBNP	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
ITC	<i>International Trade Centre</i>
M/C	Modernidade/Colonialidade
MEI	Microempreendedor Individual
MNA	Movimento dos Não-Alinhados
NEORGS	Núcleo de Estudos em Organizações, Gestão e Sociedade
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PRRC	Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais
SCA	<i>Specialty Coffee Association</i>
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIC	Semana Internacional do Café
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFLA	Universidade Federal de Lavras

UFV-CRP

Universidade Federal de Viçosa *Campus* de Rio Paranaíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	O TERRENO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: O ENTRECruzAMENTO DE DIFERENTES VIAS E OS ATINGIMENTOS	26
2.1	Imperialismos e colonialismos: os entrecruzamentos iniciais.....	26
2.2	A construção das vias de entrecruzamento na sociedade brasileira: o período colonial	29
3	A CAFEICULTURA BRASILEIRA	36
3.1	A construção do terreno da cafeicultura no Brasil e em Minas Gerais: um breve resgate histórico e panorama atual	36
3.2	Relações de trabalho no terreno da cafeicultura brasileira.....	41
4	MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	46
4.1	Um resgate das histórias contadas com base no marcador social das diferenças gênero: compreendendo os contextos de surgimento dos movimentos feministas e das teorias e abordagens feministas	46
4.2	O resgate dos movimentos feministas no contexto brasileiro.....	57
5	MARCADORES SOCIAIS DAS DIFERENÇAS E SUAS INTERSECCIONALIDADES: AS DIFERENTES POSIÇÕES EM TERRENOS ACIDENTADOS.....	65
5.1	Os marcadores sociais das diferenças	65
5.2	Interseccionalidades: os entrecruzamentos das diferenças.....	71
6	ABORDAGENS/TEORIAS FEMINISTAS	84
6.1	A perspectiva pós-colonial: as vias de cruzamento construídas num passado colonial	88
6.2	O entrelaçamento entre abordagens: interseccional, marcadores sociais das diferenças e pós-colonial no terreno acidentado da organização regional Café Mulher	96
7	O PERCURSO METODOLÓGICO QUE NOS GUIOU	100
7.1	Classificações da nossa pesquisa.....	100
7.2	Estudo de caso como uma estratégia de pesquisa e as técnicas para coleta, seleção e análise do material empírico	101
7.2.1	Coleta e seleção do material empírico.....	104
7.2.2	Análise do material empírico	110

8	O QUE REVELAM AS NARRATIVAS DAS MULHERES DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL CAFÉ MULHER.....	114
8.1	“Maria, Maria”: as diferentes “Marias” da organização regional Café Mulher	114
8.1.1	A riqueza das diferenças: como as mulheres da organização regional Café Mulher se reconhecem e identificam.....	118
8.1.2	A importância dos contextos individuais, familiares e sociais: histórias e trajetórias de vida que nos emocionam	121
8.2	O contexto organizacional da organização regional Café Mulher: terreno onde os marcadores sociais das diferenças se interseccionam e causam graves atingimentos	135
8.2.1	A criação da organização nacional Café Mulher Brasileira	136
8.2.2	O terreno acidentado da organização regional Café Mulher	142
8.2.2.1	Primeira parte – Organização regional Café Mulher: a criação de um espaço de subversão aos binarismos coloniais	143
8.2.2.2	Segunda parte – O Crescimento, a Mudança de Foco e a Reprodução das Relações Coloniais	154
8.3	Relações de poder no terreno acidentado da organização regional Café Mulher: o entrecruzamento entre diferentes vias de opressão	171
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
9.1.	Revisitando o meu lugar de fala	183
9.2	Considerações finais sobre a pesquisa	184
	REFERÊNCIAS	190
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	205
	APÊNDICE B – Tópico inicial para a Entrevista Narrativa.....	206

PREFÁCIO

Meu lugar de fala e a emergência do tema de pesquisa

Começo este texto anunciando o lugar de onde falo, um lugar multirreferenciado a partir das minhas experiências. Sou a Fernanda, e escrevo estas palavras há exatos 3 dias do meu aniversário de 30 anos. Sou natural de Rio Paranaíba, uma pequena cidade localizada no interior de Minas Gerais, mas fui criada na “roça”, onde meus pais moram até hoje. Sou filha da “Dalvinha”, como carinhosamente minha mãe é chamada, e do Deico, e irmã do Bruno.

Resolvi reescrever meu posicionamento inicial, pois, após tantas descobertas pessoais que esta pesquisa me proporcionou, me senti incomodada em não trazer aqui um pouco da minha história de vida, um relato que pouquíssimas pessoas já ouviram de mim, pois, embora sejam histórias das quais me orgulho, me trazem algumas lembranças que, por vezes, geram sofrimento.

A maioria da minha família, paterna e materna, tem raízes muito simples, pessoas sem boas condições financeiras, cujo sustento veio e ainda vem de atividades da agricultura e pecuária. Minha mãe, por exemplo, vem de uma família de 12 filhos. Meus avós sustentavam a família com o que plantavam e colhiam na fazenda do meu bisavô. Meus tios, tias e minha mãe iam para escola, na zona rural, a pé, descalços, e os cadernos iam em uma “sacolinha de açúcar”, chegavam em casa e dividiam um “caldeirão de comida”, depois iam pra lida nas “roças” de milho, arroz, feijão, cuidar do gado e outras tantas atividades. Não tinham energia elétrica na casa, nem camas ou quartos individuais. Minha mãe sonhava em se formar, ser professora, mas, infelizmente, não pôde. Meu avô permitiu que ela estudasse somente até a antiga 4ª série do atual ensino fundamental. Mas ela sempre foi a pessoa que mais incentivou meu irmão e eu a estudarmos.

Meus pais nunca foram financeiramente “ricos”, mas sempre tiveram riqueza de valores, pessoas humildes, honestas e que não medem esforços para ajudar o próximo. Até o início da minha adolescência, morávamos na fazenda do meu avô paterno, que, há algum tempo, se tornou uma propriedade dos meus pais. Até os meus oito anos de idade, não tinha energia elétrica na nossa casa; meu irmão e eu fazíamos as “tarefas da escola” com o auxílio da iluminação de um lampião, tínhamos uma TV pequena, preto e branca, movida à força de um motor de picadeira da fazenda. Era a nossa diversão nos finais de semana.

Uma infância bem diferente da maioria das crianças de hoje, mas foi a melhor época da minha vida: não tinha celular, não tinha internet, por muito tempo não teve geladeira, os

banhos eram com a água quente que vinha de uma serpentina instalada no nosso fogão a lenha, mas havia tanto amor, tanta alegria, tantas brincadeiras! Se eu pudesse voltar no tempo, com toda certeza escolheria voltar para esta época!

Para estudar, meu irmão e eu pegávamos um ônibus que passava a cerca de 1,5km da nossa casa. Almoçávamos por volta das 9h e 30min. da manhã, às 10h meu pai ou minha mãe nos levava a cavalo até a rodovia, ou íamos a pé, ou quando maiores, de bicicleta. Voltávamos para casa por volta das 17h. Não era fácil! Me lembro claramente de quando chegávamos na cidade e íamos para a escola, os alunos do turno da manhã estavam saindo e sempre diziam rindo: “Oh, os da roça chegou”. Lembro-me também das inúmeras vezes em que meu irmão e eu ouvimos de diversas pessoas, incluindo “família”, que “era bobeira estudar, filho de pobretão não dava em nada”. Para uma criança, ouvir isso é marcante.

Por muitas vezes achei que estavam certos, que “ser da roça” e “ser pobre” não eram motivos para se orgulhar, que não conseguiríamos ir muito longe. Estar em posição de atingimento desse fluxo intenso de tráfego que vem de diferentes direções, gera sofrimento, dor, deixa marcas e, em muitos casos, marcas profundas, que podem durar anos ou uma vida toda.

Pois bem, o tempo passou e hoje, mais do que nunca, sinto um orgulho tão grande, mais tão grande, de dizer que a Fernanda e o Bruno, “filhos de pobretão”, foram os primeiros netos paternos e maternos a ter graduação e pós-graduação. Meu irmão é médico intensivista, conseguiu uma bolsa integral do PROUNI, conquistou o seu sonho, mas sem perder sua essência de menino humilde, “lá da roça”. A Fernanda, conseguiu se graduar na UFV-CRP, em Administração, conseguiu concluir seu mestrado em Administração, na UFU, e está prestes a finalizar seu doutorado em Administração na UFLA e, também, sem perder sua essência de menina humilde, “lá da roça”.

Tenho muito orgulho de ser filha dos meus pais, de ter raízes tão simples, mas tão fortes, que me ensinaram e ensinam, a cada dia, a ser mais humana, humilde, ter empatia e a respeitar as pessoas e suas diferenças. Sinto muito orgulho de termos seguido pelo caminho do bem que nossos pais nos mostraram e, principalmente, o da educação a que minha mãe tanto nos incentivou e, mesmo diante de todas as dificuldades, nunca nos deixou desistir.

Hoje, por meio desta tese, compreendo que meu irmão e eu vivenciamos, por diversas vezes, algo que será destaque nesta pesquisa: a discriminação interseccional, envolvendo, no meu caso, intersecções entre os marcadores sociais das diferenças gênero, classe social e naturalidade (“ser da roça”). Hoje, mais de 20 anos depois, tenho plena consciência disso, entendo suas origens, oriundas de um passado colonial que estruturou a sociedade brasileira e

cujas marcas se fazem presentes nas relações sociais atuais, ainda mediadas pelas intersecções entre marcadores sociais das diferenças que silenciam e invisibilizam tantas vozes e pessoas. Compreendo os meios de reprodução e as consequências geradas e posso afirmar que a tese me amadureceu como pesquisadora, mas, principalmente, como pessoa.

Mas, até há algum tempo, eu não sabia o que era a interseccionalidade, portanto, nos próximos parágrafos gostaria de apresentar como essa abordagem, assim como a cafeicultura, as mulheres dos cafés e a perspectiva pós-colonial também entraram na minha vida, enquanto pesquisadora e ser humano. Inicialmente, gostaria de pontuar que esta tese não é neutra (aliás, o meu posicionamento é de que a tal “neutralidade da ciência” não é possível de ser alcançada), o que aqui foi construído é resultado dos vários entrecruzamentos entre muitas referências, influências, vivências, nossas opiniões e visões de mundo. Talvez, até apareçam por aqui algumas reproduções de pensamentos que ainda não foram desconstruídos por mim, pois estou, e acredito que sempre estarei, em uma fase de reflexividade, de desconstruir e reconstruir o que socialmente foi enraizado em mim, mas que não é mais coerente com minha forma de ver e compreender as coisas.

As protagonistas desta tese são as mulheres dos cafés, e a cafeicultura sempre esteve presente em minha vida, direta ou indiretamente. Ela é uma das atividades econômicas de destaque na minha cidade natal, Rio Paranaíba-MG. Parte da fazenda dos meus pais, há alguns anos foi arrendada para plantação de café e eu, que sou apaixonada pela bebida, passei a ver de perto a atividade cafeeira nas minhas idas à fazenda. Passei a observar que eu somente via mulheres na lavoura, e na sua maioria mulheres negras, quando as mudas de café eram plantadas e nas colheitas manuais. Com exceção desses dois momentos, somente homens participavam: dirigindo os tratores, colheitadeiras, adubando a terra.

Concomitantemente, vinha ganhando minha atenção o marcador social das diferenças gênero. Lembro-me de diversas vezes ser proibida de brincar com determinados brinquedos, sair depois de um horário específico, ir a determinados lugares, sob a justificativa do meu pai e da minha mãe, inclusive, de que “você é uma mulher”. Sempre questionava o porquê disso, até costumava ficar brava quando meu irmão podia fazer algo e eu não, afinal “você é uma mulher”.

Quanto ingressei na UFV-CRP, que fica em Rio Paranaíba, minha cidade natal, em 2011, para cursar a graduação em Administração, tive a oportunidade de fazer parte de um grupo de pesquisa que trabalhava, entre outras temáticas, com a de mulheres no agronegócio. Na época, fui convidada pela professora coordenadora do grupo para ser voluntária de um

projeto de Iniciação Científica que analisava as feminilidades de mulheres que atuavam em cargos de gestão em empresas do agronegócio em Minas Gerais.

Por um ano fui voluntária no projeto e, posteriormente, atuei durante um ano como bolsista na sua continuidade. Ao findar a pesquisa, fui convidada pela mesma professora a desenvolver um projeto, sob sua orientação, na Café Mulher Brasileira. Foi uma experiência incrível poder ver a presença e o importante trabalho que as mulheres desenvolvem na cafeicultura brasileira. Porém, me deixava muito intrigada saber que relatórios internacionais afirmavam não haver a presença feminina nessa importante atividade econômica. E, foi, então, no meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Menezes, que tive a oportunidade de entender mais sobre o que acontecia, pesquisando sobre a participação de mulheres em cooperativas e associações de café na região do Cerrado Mineiro.

Findada a minha graduação, em 2015, eu já havia definido que queria seguir carreira acadêmica e que gostaria de continuar pesquisando mulheres na cafeicultura e de contribuir, de alguma forma, para tornar visível e valorizada a importante presença e trabalho delas na atividade cafeeira. Em buscas pela literatura e na vivência em eventos voltados para as mulheres dos cafés, sentia falta da presença e/ou mesmo menção às mulheres que estavam fisicamente mais próximas do café, como as trabalhadoras rurais, apanhadeiras, catadeiras e meeiras. Eu queria muito ouvi-las, entender como era o seu trabalho, as dificuldades que enfrentavam. E foi então, em 2016, quando ingressei no mestrado, que tive a oportunidade, sob orientação da Profa. Dra. Cintia Oliveira, de desenvolver minha dissertação sobre as trabalhadoras rurais na cafeicultura da região do Cerrado Mineiro, criando um espaço, por meio da pesquisa e da adoção da perspectiva pós-colonial, para que essas mulheres, até então silenciadas, pudessem falar por si e serem ouvidas.

Foi também, durante o mestrado, que comecei a entender o que é ser crítico e tentar colocar isso em prática no meu dia a dia. Collins e Bilge (2021, p. 86) pontuam que ser crítico significa “[...] rejeitar e/ou tentar corrigir problemas sociais que surgem em situações de injustiça social [...] ser crítico exige autorreflexividade de pensamento, sentimento e ação sobre a própria prática”. Tanto na minha vida pessoal, quanto na acadêmica, tenho buscado essa autorreflexividade e criticidade, principalmente quando envolve temáticas de injustiças sociais, sobretudo aquelas que são oriundas da interseccionalidade entre marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe.

Na minha banca de qualificação da dissertação de Mestrado, a profa. Juliana Cristina Teixeira, membro da banca, me apresentou o conceito de interseccionalidade e, depois de ler

sobre o tema, vi o quanto era importante usar essa “lente” para analisar minhas ações e as situações ao meu redor, bem como os meus problemas de pesquisa. Ela me possibilitava compreender diversas situações a partir da consideração das relações entre diferentes eixos.

Em 2018, finalizei o mestrado e já ingressei no doutorado, e permanecia a minha vontade de pesquisar mulheres na cafeicultura, mas dessa vez eu queria analisar as relações entre elas. Ao ouvir as narrativas das trabalhadoras rurais que entrevistei para desenvolver a dissertação, algo me inquietou e me fez refletir: mulheres reproduzindo o discurso dominante de discriminação e preconceito contra outras mulheres. Houve o caso de uma entrevistada negra que me marcou bastante. Ela tinha abandonado a função de empregada doméstica para ser trabalhadora rural na cafeicultura, no município de Carmo do Paranaíba, interior de Minas Gerais. Ela abandonou porque havia sido vítima de racismo por parte da empregadora. E na cafeicultura ela não ficou livre de situações do tipo: a entrevistada mencionou que era discriminada por outras trabalhadoras rurais, principalmente, pela cor da sua pele.

No início do doutorado conheci a Aparecida, mulher que também participou desta tese, e definimos, minha orientadora e eu, que gostaríamos de pesquisar a organização regional Café Mulher, com um olhar voltado para as relações entre as mulheres que dela participam, tendo a anuência das representantes da referida instituição. Optei por seguir com a epistemologia pós-colonial, com a qual eu já havia trabalhado na dissertação de mestrado, mas buscando trazer algo inovador, que é o entrelaçamento entre ela, a abordagem interseccional e dos marcadores sociais das diferenças para lançar luz sob as relações de poder entre as mulheres integrantes da Café Mulher.

Esse entrelaçamento me possibilitou construir uma nova lente de análise, mais complexa e que envolve compreender as desigualdades sociais e as relações de poder para além do somente “ser mulher”. Uma lente que foi fundamental para analisar com profundidade as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher e que continuará sendo essencial para meu autoconhecimento e desenvolvimento enquanto indivíduo, ser social e pesquisadora.

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese, adotamos como temática de pesquisa as relações de poder entre mulheres. Uma temática bastante relevante, principalmente quando consideramos que a maioria das pesquisas brasileiras envolvendo mulheres, especialmente no café, setor foco desta tese, ainda estão voltadas para o marcador social das diferenças gênero, como os trabalhos de Menezes, Macieira e Nunes (2022); Dornela e Rodrigues (2021) e Arzabe et al. (2017). O foco nesse marcador social das diferenças, limita as análises às relações de poder entre homens e mulheres, sem considerar os contextos intragêneros e como essas relações são mediadas pelas importantes intersecções entre gênero e outros marcadores sociais das diferenças, como raça, classe social, idade, escolaridade, entre gêneros e intragêneros.

No caso específico deste estudo, buscamos analisar as relações de poder entre mulheres heterogêneas que são catadeiras, apanhadeiras, meeiras e produtoras de café, associadas à Café Mulher, uma organização regional formada por mulheres, inserida na cadeia produtiva do café na região da Sul de Minas Gerais. Uma organização que supostamente, nas narrativas de suas fundadoras, foi criada para “ajudar”, principalmente, mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café do Distrito de Lutas².

Porém, conforme as análises realizadas nesta pesquisa, na prática, este objetivo inicial foi se perdendo à medida que as mulheres negras catadeiras, apanhadeiras e meeiras começaram a caminhar para assumir outras posições no terreno da cafeicultura, que não a de subalternização. O que prevaleceu, portanto, foram as reproduções de relações de poder entre as mulheres brancas cafeicultoras, proprietárias de suas terras e as mulheres negras catadeiras, apanhadeiras e meeiras, mediadas pelas intersecções de marcadores sociais das diferenças, como raça e classe social. Trata-se de relações em que as cafeicultoras buscam manter suas posições de detentoras do poder e as catadeiras, apanhadeiras e meeiras buscam a subversão dessa estrutura.

Embora essas relações estejam presentes em nossa sociedade desde o período colonial, quando a cafeicultura foi introduzida no Brasil, elas assumem na atualidade diferentes faces nas maneiras como são manifestas ou veladas. São relações de poder que continuam na busca

² Distrito de Lutas é o nome fictício escolhido para nos referir a um distrito de um município da Região Sul de Minas Gerais, protagonista na formação da organização regional Café Mulher. Trata-se de um distrito fundado por um “coronel do café”, envolto por um passado escravocrata e sendo hoje formado, em sua maioria, por pessoas negras atuantes na cadeia produtiva do café da região, como as catadeiras, apanhadeiras e meeiras participantes desta pesquisa.

pela manutenção do *status quo*, segregação e hierarquização de espaços, além do silenciamento de vozes e invisibilização de presenças, em meio a contextos de resistências e busca pela subversão.

Diante do exposto, para nos embasar teórica e metodologicamente, recorreremos às abordagens da interseccionalidade, dos marcadores sociais das diferenças e a perspectiva pós-colonial, buscando alcançar a “desobediência epistêmica”, isto é, não ficarmos presas às epistemologias impostas que acabam por dar continuidade às reproduções dominantes, por manter veladas as relações de poder entre mulheres, que são mediadas pelas intersecções entre marcadores sociais das diferenças (MIGNOLO, 2010).

É importante pontuar que o entendimento e o emprego da interseccionalidade é multifacetado e que não se trata de uma abordagem teórico-metodológica pronta a ser aplicada, ela poderá assumir diferentes formas a depender dos contextos sociais em que será empregada. Nesta tese, por exemplo, adotamos a analogia também empregada por autoras como Crenshaw (2002) e Akotirene (2020), segundo a qual os marcadores sociais das diferenças, como raça, etnia, gênero e classe e suas formas de opressão, representam as diferentes avenidas que estruturam os diversos terrenos, como sociais, políticos e econômicos.

Por vezes, tais vias são consideradas como marcadores sociais das diferenças distintos e mutuamente excludentes. Mas, defendemos que eles se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas. As mulheres negras trabalhadoras rurais na cafeicultura, por exemplo, estão posicionadas em um espaço onde o racismo, a classe e o gênero se encontram e, conseqüentemente, estão sujeitas a serem atingidas, como Crenshaw (2002) pontua, por um fluxo de tráfego intenso que flui simultaneamente de várias direções.

Com o intuito de analisar as relações de poder entre as diferentes mulheres que integram a organização regional Café Mulher, escolhemos a perspectiva pós-colonial, que nos orienta a pensar as realidades locais a partir de suas próprias bases e histórias, rompendo com a lógica colonial de silenciamento e representação dos subalternizados, como mulheres, negras, negros, *gays*, lésbicas etc. (PRYSTHON, 2001).

Conforme Bahri (2013), uma autora da perspectiva pós-colonial, afirma, mesmo no período histórico pós-colonial, as situações das mulheres continuam a nos interessar. Sob as atuais circunstâncias de globalização e o domínio quase total do capitalismo no mundo, as condições delas tornaram-se ainda mais urgentes e a perspectiva pós-colonial traz contribuições quanto a isso, como, por exemplo, a problematização do conceito universal de “mulher” fundado no padrão e na percepção eurocêntricos, negando a heterogeneidade e especificidades de mulheres inseridas em sociedades colonizadas, como as mulheres negras,

e isolando o marcador social das diferenças gênero de outras formas de opressão, como a racial e étnica (ROSA; MEDEIROS; VALADÃO JÚNIOR, 2012). Esse isolamento nos aponta para a presença de uma superinclusão³, à medida que os aspectos de problema interseccional são absorvidos apenas pelo marcador social das diferenças gênero, sem nenhuma tentativa de reconhecer suas intersecções com outros (CRENSHAW, 2002).

É importante justificar que estamos considerando as relações sociais entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher como relações de poder, por acreditarmos, assim como é também defendido por Ortiz (1983); Smolka, Góes e Pino (1998); Gonzalez (1984) e Zamboni (2014), que as pessoas se relacionam com outras a partir de seu lugar de fala, dos diferentes lugares sociais que cada uma ocupa, e a combinação entre esses lugares e as relações sociais entre as pessoas que os ocupam é que dão significado às categorias que, naturalmente, não gerariam desigualdades, como cor da pele e gênero.

Escolhemos a atividade cafeeira que, em termos de relações sociais, neste trabalho consideradas relações de poder, pouco evoluíram desde sua introdução no período colonial, marcado pela escravização. Embora, com o decorrer do tempo tenham assumido roupagens diferentes, trata-se de um terreno ainda cisheteropatriarcal⁴, marcado por graves acidentes nos entrecruzamentos de diferentes vias de opressão, como sexismo, racismo e elitismo e cujas principais vítimas são as mulheres negras, pobres e trabalhadoras rurais, como as apanhadeiras e catadeiras de café, moradoras do Distrito de Lutas, integrantes da Café Mulher e participantes desta pesquisa. Esses acidentes podem deixar graves marcas, como silenciamento e invisibilização da importante presença e trabalho dessas mulheres no campo da cafeicultura, gerando espaços de resistência e de busca pela subversão dessa estrutura, por meio de mudanças das posições de atingimento que elas ocupam.

³ De acordo com Crenshaw (2002, p.174), superinclusão “[...] é um termo que pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres”. Ou seja, o marcador social das diferenças “gênero”, é visto como o único possível para interpretar as condições das mulheres nas sociedades.

⁴ Cisgênero é uma pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído socialmente ao nascer. A heteronormatividade, por sua vez envolve a orientação sexual, sendo a crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal” (JESUS, 2012). O patriarcado, é um sistema político que modela a cultura e a dominação masculina, especialmente contra as mulheres, sendo reforçado por diversas instituições como igreja e família, que impõem papéis de gêneros desde o início da vida, baseados no binarismo homens e mulheres, construídos com base na noção biológica - sexo (AKOTIRENE, 2020). Logo, quando fazemos referência ao termo cisheteropatriarcal, a referência é o gênero masculino, cisgênero e heterossexual.

Cabe destacar que a colonização do Brasil foi um processo duradouro, abrangendo relações de poder, baseadas nas intersecções de marcadores sociais das diferenças⁵ como gêneros, raças e etnias. Como mencionado, a cadeia produtiva do café no país começou a ser estruturada desde esse período histórico colonial, sendo mediada por relações de poder entre os homens e mulheres brancas, europeus e proprietários das terras e homens, mulheres e crianças negras escravizadas, que na perspectiva pós-colonial são denominados por subalternizados. No atual período histórico pós-colonial, a estrutura, dinâmica e regras do campo de poder da cafeicultura ainda refletem aspectos desse passado colonial, baseados nas intersecções entre marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social, colocando, por exemplo, as mulheres negras no entrecruzamento das vias do sexismo, racismo, elitismo e etnocentrismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego vindo de diferentes direções e deixando graves marcas, como o silenciamento e invisibilização dos grupos subalternizados, como de mulheres

Del Priore (2007), por exemplo, afirma que, desde o período colonial, na cultura da cana-de-açúcar e seguindo na cultura do café, as mulheres estavam presentes como força de trabalho, como as mulheres negras escravizadas, porém, sem reconhecimento. Desde então, a cadeia produtiva do café é ainda considerada como predominantemente masculina, estando ausente o reconhecimento do trabalho e da presença de parcela significativa de mulheres (FERREIRA et al., 2017). Organizações como a Café Mulher Global⁶ têm sido criadas buscando, supostamente, trazer visibilidade e empoderar essas mulheres no setor cafeeiro internacional, apoiando uma rede global de organizações locais independentes, auto-organizadas e autogovernadas, como a Café Mulher Brasileira.

Atualmente, são cerca de 32 organizações locais, em diferentes países. No Brasil, a organização local Café Mulher Brasileira foi criada em 2012, por meio do trabalho voluntário e mobilização de mulheres heterogêneas, de diferentes regiões produtoras de café no país, do

⁵ Optamos neste trabalho por recorrer à expressão “marcadores sociais das diferenças”, por não limitar nossos olhares apenas aos entrecruzamentos dos diferentes eixos de diferenciação em seus diversos contextos, mas, também, nos possibilitar enxergar outras dimensões implícitas ou explícitas, associadas a tais eixos, como cor da pele, formato do cabelo, vestuário, sotaque e outras dimensões que também são mobilizadas, a depender do contexto, para diferenciar, desigualar e hierarquizar, assim como é exposto por Hirano (2019).

⁶ Por questões éticas, visando preservar a identidade da organização pesquisada e daquelas as quais se relaciona diretamente, bem como de suas participantes, optamos pelo emprego de nomes fictícios, como “Café Mulher Global” e “Café Mulher Brasileira”.

grão até a xícara, enfatizando a discussão apenas sobre o marcador social das diferenças gênero na cafeicultura brasileira (CAFÉ MULHER GLOBAL, 2022)⁷.

A organização local Café Mulher Brasileira é subdividida em organizações regionais que atuam especificamente com as mulheres participantes da cadeia produtiva do café de diferentes regiões do país. Ao todo, são 12 organizações regionais brasileiras, e o foco desta tese, como já mencionado, é a organização Café Mulher, uma associação formada por mulheres que atuam na cafeicultura em diferentes municípios localizados na região Sul de Minas Gerais, criada em 2015 (CAFÉ MULHER BRASILEIRA, 2022).

Escolhemos a organização regional Café Mulher pela inexistência de publicações sobre a referida organização. Na primeira e principal publicação sobre a presença e o trabalho das mulheres na cafeicultura do Brasil, por exemplo, de 2017, a Café Mulher e/ou as mulheres que a integram não foram incluídas, e, além disso, trata-se de uma organização próxima à Lavras, cidade onde está localizada a UFLA, instituição em que este trabalho de Doutorado foi realizado, ressaltando a importância da regionalidade.

Diante, portanto, de toda a contextualização apresentada, esta tese busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher nos levam a compreender a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças em suas diferentes faces? O nosso objetivo geral, portanto, é o de compreender como a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, em suas diferentes faces, são mediadas pelas relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.

Como objetivos específicos, buscamos: a) Conhecer e analisar quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, participantes desta pesquisa; b) Explorar o contexto organizacional da referida organização, inserido em um contexto social regional; e c) Analisar, no contexto organizacional, as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.

Para responder ao problema de pesquisa delimitado e alcançar os objetivos propostos, optamos por uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem, compreensiva quanto aos objetivos, e de campo e documental quanto aos procedimentos. A estratégia de pesquisa

⁷ Também por questões éticas, visando novamente preservar a identidade da organização pesquisada e daquelas as quais se relaciona diretamente, bem como de suas participantes, alteramos algumas citações que iriam expor o nome verdadeiro dessas organizações. Além disso, para manter o sigilo, optamos por não apresentar, na seção “Referências” desta tese, suas respectivas referências e outras que mencionem diretamente alguma dessas organizações.

adotada foi o estudo de caso da organização regional Café Mulher, utilizando com técnicas para coleta e seleção do material empírico a ser analisado: a entrevista narrativa, utilizando um tópico guia como orientador, com as mulheres associadas à referida organização e a pesquisa documental realizada em redes sociais e portais da *web* especializados na cafeicultura brasileira. Esse material empírico reunido foi posteriormente analisado pelo entrelaçamento das lentes da interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças e a abordagem pós-colonial, com o auxílio da análise temática de conteúdo, baseada nas recomendações de Minayo (2014).

O desenvolvimento desta tese justifica-se teórica, gerencial e socialmente. Quanto à justificativa teórica, Akotirene (2020) pontua que é importante descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a abordagem interseccional e adotar o Atlântico como lócus de opressões cruzadas. Como a autora ainda afirma (idem, p. 23) “[...] as abordagens eurocêntricas por vezes chegam na contramão para dar socorro epistemológico, ignorando o contexto do acidente e causando, por consequência, mais fluxos no cruzamento de raça, gênero e classe [...]”. Ao apresentar como lócus de enunciação uma organização formada por mulheres heterogêneas que atuam na cafeicultura de um país ex-colônia, Brasil, sendo uma atividade econômica que surgiu no período colonial e que ainda é cisheteropatriarcal, estamos contribuindo para essa descolonização da abordagem interseccional.

Além disso, as três principais publicações sobre as mulheres que atuam na cadeia produtiva do café no Brasil: livro “Mulheres dos Cafés no Brasil”, publicado em 2017, o folder “Mulheres Cafeicultoras”, publicado em 2020, e “Equilíbrio de gênero no sistema agroindustrial do café”, publicado em 2022, trazem dados, informações e análises baseados unicamente no marcador social da diferença gênero, não considerando as intersecções com outros marcadores, como raça e classe, que coloca as mulheres negras catadeiras, apanhadeiras e meeiras, por exemplo, em posições de atingimento de fluxos de tráfego ainda mais complexas e dolorosas do que das mulheres brancas, cafeicultoras, proprietárias de suas terras.

Estamos também contribuindo para os estudos pós-coloniais, ao analisar situações de opressão e resistência de mulheres atuantes na cafeicultura do Brasil, a partir dessas vozes subalternizadas e interseccionais. Assim, contribuímos também para a expansão dos estudos no campo da Administração sobre as mulheres que atuam na cafeicultura brasileira que, até o momento, são poucos, conforme afirmam Macieira (2017b) e Menezes e Boaventura (2017). Macieira (2017a) afirma que desenvolver pesquisas destacando a presença e a participação

das mulheres na cafeicultura do Brasil é importante para conhecer e retirá-las da invisibilidade.

Por fim, esta proposta de pesquisa poderá contribuir para as pesquisas do Núcleo de Estudos em Organizações, Gestão e Sociedade (NEORGS) do PPGA do DAE, na UFLA e para o campo dos Estudos Organizacionais (EOs), ao pesquisar uma organização, suas características sociais, culturais, estrutura, dinâmica, e as relações entre suas integrantes. Além disso, em buscas realizadas até janeiro de 2023, nas bases *Web of Science*, *Scopus*, *Cafe Capes* e *Redalyc*, utilizando combinações e variações dos termos “nome real da organização pesquisada”, “mulheres”, “café”, “cafeicultura” e “Brasil”, não foram encontrados trabalhos publicados.

No que tange à justificativa gerencial, Holvino (2010) chama a atenção para as organizações como importantes locais onde as desigualdades são criadas e reproduzidas, por meio de interações complexas entre identidades individuais, estruturas sociais e práticas organizacionais e culturais. Logo, analisar e delimitar, portanto, a Café Mulher como uma organização, caracterizando e analisando sua estrutura e dinâmica e as relações de poder entre suas associadas, será relevante para a própria organização em termos de autoconhecimento, reflexões críticas e planejamento e ações, assim como para outras organizações regionais compreenderem algumas possíveis peculiaridades desse tipo de organização.

Quanto à justificativa social, este trabalho visa propor reflexões para as mulheres participantes desta pesquisa, sobre as condições e relações nas quais estão inseridas. Todas essas reflexões, assim como outras que poderão surgir, apresentam potencial para gerar mudanças de posicionamentos, comportamentos, práticas e relacionamentos entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.

Esta tese está estruturada em nove seções. Após esta introdução, apresentamos nosso embasamento teórico, iniciando por uma contextualização sobre a cafeicultura no Brasil, seguida do resgate histórico do Brasil colônia, importante para compreendermos o atual contexto. Posteriormente, exploramos os movimentos feministas, com o intuito de entendermos a criação de abordagens como a pós-colonial e a interseccionalidade. Tratamos também de abordar os marcadores sociais das diferenças, a abordagem interseccional, a perspectiva pós-colonial e o entrelaçamento entre essas abordagens que nos dão suporte teórico e metodológico.

Posteriormente, detalhamos o percurso metodológico que seguimos para o desenvolvimento e concretização deste estudo. Em seguida, são discutidas nossas três categorias de análise que emergiram: quem são as mulheres associadas à organização regional

Café Mulher; o contexto da referida organização; e as relações de poder entre as mulheres associadas. Por fim, são tecidas nossas considerações finais acerca desta pesquisa.

2 O TERRENO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: O ENTRECruzAMENTO DE DIFERENTES VIAS E OS ATINGIMENTOS

Considerando o terreno da sociedade brasileira, é importante realizarmos um resgate histórico para compreendermos como diferentes vias de opressão se entrecruzaram e ainda se entrecruzam, gerando intersecções complexas, que colocaram e colocam diferentes pessoas, como as mulheres negras, trabalhadoras rurais na cafeicultura, em posições sujeitas a atingimentos de diversos e intensos fluxos de tráfego, fluindo simultaneamente de várias direções. Para tanto, a seguir nos dedicamos a resgatar o período histórico do Brasil Colônia.

2.1 Imperialismos e colonialismos: os entrecruzamentos iniciais

Presente e passado não podem ser desvinculados, o que é vivenciado no hoje e será no futuro, são reflexos de acontecimentos passados, por isso, revisitá-los é tão relevante (SAID, 2011). Nesta subseção nos propusemos a voltar nesse passado, especificamente no período colonial, para compreendermos o período atual, rotulado como “pós-colonial”, e a abordagem pós-colonial⁸. E, antes de aprofundarmos nesse resgate histórico, é importante definirmos alguns termos, como colonialismo e imperialismo.

Colonialismo é empregado para definir a exploração violenta entre sociedades culturalmente heterogêneas (HORVATH, 1972). Trata-se da busca pela Europa abranger seu domínio territorial e social, por meio da exploração e apropriação de culturas, pessoas e

⁸ O termo “pós-colonial” compreende basicamente dois entendimentos (BALLESTRIN, 2013), um cronológico e outro epistêmico (SHOHAT, 1992). O primeiro entendimento da expressão “pós-colonial”, o cronológico, refere-se ao processo geral de descolonização que, assim como a própria colonização, marcou com intensidade as sociedades colonizadoras e colonizadas, embora de maneiras distintas (HALL, 2003). Dessa forma, temporalmente, essa ideia faz referência à suposta Independência, libertação e emancipação das sociedades que foram exploradas pelos imperialismos e colonialismos. Na segunda possibilidade de entendimento, a epistêmica, o “pós” da expressão não significa simplesmente um “depois”, no sentido cronológico linear, não representa o fim das relações de poder, dominação e exploração oriundas dos colonialismos, mas, sim, uma reconfiguração do campo discursivo (HALL, 2003). O “colonial”, por sua vez, vai além dos colonialismos e se refere às situações de opressão diversas (COSTA, 2006)

territórios. De acordo com Said (2011), o colonialismo é consequência dos imperialismos, que implicam na formação de impérios, em que uma nação, como a Europa, busca estender de maneira agressiva e violenta, o seu domínio sobre uma ou várias outras nações, apropriando-se dessas diversas culturas e tentando, de maneira forçada, impor a “europeização” do globo (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

No século XV a Europa deu início ao massacrante e violento processo de exploração de territórios, sociedades e suas culturas, iniciado pelos portugueses. O primeiro território que foi duramente explorado por eles foi a cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. De lá, os portugueses levavam ouro em pó, marfim, variedades da pimenta e, principalmente, a partir de 1441, através de meios violentos e sub-humanos, tratados como “coisas”, homens, mulheres e crianças negras que foram escravizados e explorados das maneiras mais cruéis possíveis (FAUSTO, 1997).

Os portugueses também invadiram e dominaram as Ilhas do Atlântico, realizando plantio agrícola em grande escala por meio da dura exploração de homens, mulheres e crianças negras escravizadas; a Ilha da Madeira (1420), com o cultivo do trigo e plantações de cana de açúcar e outras, como Açores (1427); Ilhas de Cabo Verde (1460) e de São Tomé (1470). Em 1500, partiu de Lisboa, mais uma frota para invadir, explorar e dominar territórios, culturas e pessoas, ano em que invadiram e duramente exploraram os indígenas e seu território, hoje denominado Brasil. (FAUSTO, 1997).

Os habitantes que ocupavam esses territórios tomados à força pelos colonizadores, como africanos e indígenas foram considerados por eles como não civilizados, portanto, sem direitos legais de propriedade. Os espaços físicos foram durante explorados e abertos ao comércio e assentamento europeu, seus habitantes originais foram mortos nas lutas que travaram buscando resistir a todo esse violento processo de invasão e exploração. Os sobreviventes foram deslocados ou marginalizados dentro das comunidades de colonos europeus. O que nos aponta para a construção de relações de poder mediadas pelos entrecruzamentos de vias de opressão como o racismo e o etnocentrismo; colocando os nativos e nativas em posições de atingimento de um fluxo intenso de tráfego, vindo de diferentes direções e com graves consequências.

Esse mundo colonial foi dividido em compartimentos, cindido em dois, uma dualidade, com uma linha divisória – uma zona limitante para distinguir colonizadores e colonizados (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007), com fronteiras definidas a partir das intersecções de marcadores sociais das diferenças, como raça, etnia e gênero (COSTA, 2006) – cujo intermediador, porta-voz dos colonos e do regime de opressão, era o gendarme ou o

soldado, utilizando uma linguagem de pura violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial e que destruiu as formas sociais indígenas, por exemplo (FANON, 1968).

No caso das colônias instauradas no território brasileiro, por exemplo, de um lado havia o padrão cultural europeu da família branca, heteroafetiva, católica e patriarcal; e de outro lado, uma heterogeneidade de culturas retiradas durante de seus contextos originais pelas forças do império português, por meio de graves processos de violência física, simbólica e resistência, sendo colocadas em posições de atingimento de fluxos intensos de tráfego, entrecruzadas por diferentes vias de discriminação e opressão (TAYLOR, 2007

Nessas dualidades, a Europa foi imposta como o centro, o Eurocentrismo, a referência. E foi a partir dessa imposição que tudo aquilo que estava fora do âmbito desse “centro”, como as colônias, foram colocadas à margem ou periferia da cultura, do poder e da civilização (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). Aqueles que habitavam no que foi rotulado como “margens”, os colonizados, foram, passaram a ser considerados e colocados em posições de “Outros”, “não humanos” e “selvagens”. Construções baseadas no discurso de poder dos colonizadores, que visavam estabelecer essa separação binária e hierárquica rígida de diferenças para afirmar a cultura colonizadora e sua visão de mundo (LUGONES, 2014).

A ideia do mundo colonial nos discursos europeus, tornou-se, portanto, a de povos intrinsecamente inferiores, fora da história e da civilização e geneticamente pré-determinados à inferioridade. Ideia essa que foi naturalizada por meio dos discursos europeus, representa uma ideologia enraizada na justificação ofuscante, e seus processos violentos e injustos, tornaram-se cada vez mais velados por meio de uma cortina de fumaça de tarefa civilizadora, desenvolvimento e ajuda (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). Com o decorrer do tempo, as relações de poder, dominação, exploração e dependência entre colônias e potências europeias, começaram a ser questionadas. O anticolonialismo⁹ e as colônias buscaram, então, por meio de um longo e sofrido processo de resistência, suas supostas Independências.

No contexto atual o que observamos é que, embora vivamos em um período cronológico pós-colonial, nunca alcançamos, de fato, a Independência. O capitalismo e a globalização criaram novas faces para o colonialismo e imperialismo, e hoje estamos

⁹ Anticolonialismo significa o ponto em que as várias formas de oposição dos povos colonizados se articulam como resistência às operações dos colonialismos nas instituições políticas, econômicas e culturais. Enfatiza a necessidade de rejeitar o poder colonial e restaurar o controle local. Os movimentos anticolonialistas assumiram diferentes formas, às vezes associados à libertação racial, cultural etc. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

inseridos nos chamados, neocolonialismos e neoimperialismos¹⁰, que estendem as relações coloniais sobre os espaços e suas formas sociais, atualizando-as como componentes estruturais de seus próprios sistemas e ampliando suas dimensões e significados, tornando-as onipresentes nas histórias das mais diversas sociedades (FERREIRA, 2014), continuando a colocar os “Outros”, chamados subalternizados, em posições de atingimento no entrecruzamento de vias de opressão como racismo, sexismo e etnocentrismo.

Após a breve explanação tecida acerca do imperialismo e colonialismo, buscamos traçar na subseção a seguir um resgate histórico da colonização no contexto brasileiro, para nos auxiliar na compreensão da cafeicultura no país.

2.2 A construção das vias de entrecruzamento na sociedade brasileira: o período colonial

Nesta subseção, buscamos compreender o processo de colonização num contexto específico, o brasileiro. Cabe destacar que nossa intenção não é esgotar os aspectos relacionados ao colonialismo europeu no país, mas, sim, abordar alguns deles que nos deem condições de melhor compreender a história brasileira, o contexto de surgimento da cafeicultura no país e as intersecções de marcadores sociais das diferenças que estruturaram e ainda estruturam as relações de poder na sociedade brasileira pós-colonial.

O período de colonização do Brasil, assim como em outros territórios, envolveu a violenta invasão, exploração e dominação dos portugueses. Foi um período longo e que deixou profundas marcas, sentidas até hoje nos mais diversos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos vivenciados no país. Cientes dessas condições e também de que não conseguiremos aqui esgotar todos os aspectos relacionados ao colonialismo europeu no

¹⁰ Neocolonialismos e neoimperialismos, são, respectivamente, os novos colonialismos e imperialismos. Especificamente, o termo neoimperialismos é empregado para distinguir os controles contínuos exercidos sobre os países em desenvolvimento por economias capitalistas globalizadas, muitas vezes simbolizadas pelos Estados Unidos. Já os neocolonialismos, segundo Nkrumah (1965), são mais insidiosos e difíceis de detectar e resistir do que o controle direto exercido pelos colonialismos clássicos. Em seu trabalho, o autor menciona como exemplo de um neocolonialismo o caso de Gana, na África, que mesmo após ter alcançado a suposta Independência política, foi dominada por antigas potências coloniais e novas superpotências, como os Estados Unidos, que buscavam controlar diretamente cultura e economia. Neocolonialismos, portanto, passou a ser empregado para fazer referência à incapacidade das economias em desenvolvimento conseguirem desenvolver identidades culturais, econômicas e políticas independentes diante das pressões do capitalismo e da globalização, e sob influência e controle das antigas potências coloniais e as novas potências (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

Brasil, iremos guiar nossas discussões pelos três períodos históricos apresentados por Fausto (1997: O primeiro vai da invasão dos portugueses até a instalação do Governo Geral, em 1549. O segundo tem início na instalação do Governo Geral e perdura até as últimas décadas do século XVIII, quando há um conjunto de transformações de ordem mundial, repercutindo nas colônias e dando origem à crise do sistema colonial e aos movimentos de resistência pela busca da suposta Independência. E, por fim, o terceiro período, que, segundo o autor, vai das últimas décadas do século XVIII até a falsa Independência do Brasil, em 1822.

Iniciando pelo primeiro período, os primeiros portugueses que aqui chegaram eram homens e encontraram um território já povoado pela sociedade indígena, principalmente ao longo da costa. Não se tratava, portanto, de “terras virgens” – expressão comumente utilizada pelos colonizadores, inabitadas, como foi e é difundido em livros de história, construídos a partir do discurso dos europeus. McClintock (2010, p.57) faz uma pontuação interessante sobre esse mito das “terras virgens”, ainda mais quando consideramos que os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil foram, em sua maioria, homens. De acordo com a autora, “Em narrativas patriarcais, ser virgem é estar vazia de desejo e de atuação sexual, aguardando passivamente o ímpeto da inseminação masculina da história, da linguagem e da razão”. E nas narrativas coloniais, o chamado “espaço virgem” traz também uma erotização. Envolve uma apropriação territorial, pois, se a terra é “virgem”, os povos colonizados não podem reivindicar direitos territoriais originários, e, novamente, o patrimônio masculino e branco é, violentamente, assegurado.

O contato dos portugueses com as tribos indígenas foi extremamente violento, considerados como animais, “selvagens”, foram escravizados, tiveram seus espaços físicos, sociais, culturais e familiares durante invadidos e explorados. Especificamente sobre as mulheres indígenas, posicionadas no cruzamento entre as vias de gênero, raça e etnia, além da exploração física, foram violentamente exploradas sexualmente pelos europeus (TELES, 1999). Suas terras foram duramente retiradas de suas mãos! Inicialmente a Coroa arrendou o Brasil, por um triênio, para um consórcio de comerciantes de Lisboa para a exploração, tendo fim em 1505, quando a Coroa portuguesa a tomou para si. Entre os anos de 1500 e 1535, a principal exploração foi a extração do pau-brasil, que deu nome ao território (ABREU, 2009). Outras atividades econômicas que se desenvolveram ao longo do tempo, por meio da violenta exploração de escravizados indígenas e africanos foram a do açúcar, principalmente no Nordeste – primeiro centro de colonização e urbanização, sendo Salvador a capital do Brasil até 1763.

Nas décadas de 1530 e 1540, a produção de açúcar se consolidou. Plantações de cana foram feitas e engenhos construídos, principalmente em Pernambuco e na Bahia, e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Os senhores de engenho, detentores de poder e exploradores, surgiram, assim como foram potencializadas as já penosas condições de trabalho a que os escravizados e escravizadas foram submetidos. Juntamente com o açúcar, outra atividade econômica se desenvolveu, a pecuária, envolvendo a construção de grandes latifúndios, sem qualquer preocupação ambiental no “grande sertão” (FAUSTO, 1997).

O fumo para a exportação também foi destaque, produzido, principalmente no Recôncavo Baiano, utilizado como moeda de troca no tráfico de homens, mulheres e crianças africanas escravizadas. Metais preciosos, como ouro, também foram explorados, em 1695, no Rio das Velhas, em Minas Gerais, e, posteriormente, diamantes, por volta de 1730. O descobrimento desses metais trouxe imigrantes para a colônia. Houve também a migração de várias áreas da colônia para Minas Gerais, estruturando uma sociedade demasiadamente heterogênea, e, na base dela, estavam os escravizados e escravizadas, sob condições de vida e trabalho desumanas (FAUSTO, 2009), potencializadas pela intersecção entre marcadores sociais das diferenças como raça, etnia e classe.

Durante as explorações de algumas das atividades econômicas acima mencionadas, houve ameaças à posse portuguesa da colônia (ABREU, 2009). Assim, a Coroa Portuguesa buscou integrar a colônia à economia mercantil da Europa, por meio da concessão não-hereditária de terras aos capitães-donatários. Entretanto, nem todas as capitâneas foram bem-sucedidas e, com o tempo, foram sendo retomadas pela Coroa, passando a pertencer ao Estado e a constituir unidades administrativas (PRADO, 1956).

A partir dessa retomada e da precária administração, Dom João III, rei de Portugal, decidiu estabelecer o Governo Geral do Brasil, chegando no país, em 1549, o primeiro Governador Geral, Tome de Sousa. Inicialmente, a sede do governo era na Bahia, depois, em 1763, foi transferida para o Rio de Janeiro. E foi com a instauração desse Governo Geral que se deu início ao segundo período da colonização no Brasil, conforme destacado por Fausto (1997).

A política da metrópole portuguesa incentivava a empresa comercial a produzir produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade e no trabalho compulsório, predominando a exploração do trabalho escravizado de indígenas e africanos. Especificamente sobre os indígenas e as indígenas, duas tentativas básicas de sujeição aos portugueses podem ser destacadas: a escravização e a catequização. Em ambas as formas os indígenas se mostraram resistentes (FAUSTO, 2009).

Na década de 1570, a importação violenta de escravizados africanos, em sua maioria jovens do sexo masculino, tomou proporções maiores, por serem considerados mais rentáveis e terem maior capacidade produtiva que os indígenas. Os grandes centros importadores de escravizados foram Salvador e Rio de Janeiro, principalmente com o crescimento urbano da cidade a partir do século XIX. No caso específico dos negros, nem a Coroa e nem a Igreja se opuseram à sua escravização, pelo contrário, buscavam diversas formas de justificá-la, como o fato de serem transportados para um mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pela verdadeira religião. Além disso, no discurso dos colonizadores, os negros e negras eram considerados racialmente inferiores e biologicamente destinados à sujeição. Juridicamente foram considerados uma “coisa” e, portanto, sem direitos (FAUSTO, 2009). Justificativas que, infelizmente, são utilizadas até os dias atuais para defender inúmeros casos de racismo e agressão física e simbólica contra homens e mulheres negras.

Especificamente sobre as mulheres negras escravizadas, elas trabalhavam em minas, fazendas, casas-grandes e plantações. Eram vistas como objetos por seus senhores, violentadas física e sexualmente, inclusive sendo alugadas a outros senhores. Tanto as mulheres negras como as indígenas, eram ainda mais exploradas que os escravizados negros e indígenas, pois, pois estavam inseridas em uma estrutura moldada pelo patriarcado (TELES, 1999), nos revelando a forte presença da intersecção, principalmente, entre gênero, raça e etnias.

Conforme exposto por Davis (2016), como a maioria dos escravizados homens, as mulheres escravizadas também eram trabalhadoras agrícolas e, algumas, servas de casa – cozinheiras, criadas ou cuidadoras das crianças da “casa grande”. O trabalho no campo era duro, do amanhecer até o anoitecer, debaixo de ameaças, chicotadas e abusos sexuais. Se a mais violenta punição dos homens consistia em castigos e mutilações, às mulheres acrescentava-se as violações, pois além do racismo estavam também presentes as relações de gêneros, com foco na supremacia masculina. Neste caso, elas eram colocadas em posições de ainda maior atingimento do fluxo intenso de tráfego que flui do entrecruzamento de vias de opressão e dominação como sexismo, racismo e etnocentrismo.

Em condições diferentes das mulheres negras africanas e indígenas escravizadas, estavam as mulheres brancas europeias. Enquanto aquelas, por exemplo, já trabalhavam no espaço público, ainda que sob condições desumanas, estas estavam limitadas ao ambiente doméstico. Inicialmente, as mulheres brancas portuguesas não vieram para o Brasil, tendo se tornado comum os portugueses manterem concubinas entre as mulheres escravizadas, o que resultou na miscigenação. Essa situação foi criticada pelos jesuítas que escreveram à Coroa

portuguesa pedindo que mulheres brancas europeias fossem enviadas para o Brasil (TELES, 1999).

As mulheres brancas portuguesas estavam limitadas, principalmente, aos papéis de esposas, de mães dos filhos legítimos de seus maridos, e às atividades do lar, como a organização da cozinha, cuidado com as crianças e direção dos trabalhos das mulheres escravizadas. Elas deveriam, conforme construção e reprodução social, ocupar posições de subalternidade e submissão aos homens brancos europeus, como seus pais e irmãos, aceitando passivamente o que fosse por eles determinados. E, caso alguma fugisse a esse padrão, era encaminhada para o internato no convento. A educação delas também estava limitada a lavar, costurar, fazer renda e à educação dos padres jesuítas que disseminavam a ideologia patriarcal. É importante ressaltar que as mulheres brancas europeias também discriminavam e mantinham relações de poder com as mulheres negras africanas e indígenas escravizadas (TELES, 1999), uma vez que estamos falando de uma discriminação interseccional em que raça e etnia são marcadores sociais das diferenças que se interseccionam.

Com base nessas diferenças e nas intersecções entre gêneros, raças e etnias, a sociedade colonial foi construída. A Coroa portuguesa buscava sempre maiores ganhos para o empreendimento colonial e, para que isso acontecesse, era necessário estabelecer uma série de regras e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das colônias. Dessa forma, o que prevaleceu foi a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole, tentando impedir que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, principalmente, para vender a outros países da Europa, assim como também não chegassem de outros países mercadorias não produzidas nas colônias. Porém, como Portugal não apresentava meios para monopolizar seu comércio colonial, a Coroa, ao longo do século XVII, estabeleceu relações com novas potências emergentes, como a Inglaterra, passando a incluir a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português (PRADO, 1956).

E foi nesse contexto de impossibilidade de monopolizar o comércio colonial que, no século XVII, houve a invasão holandesa na colônia brasileira. As invasões tiveram início em 1624, com a ocupação de Salvador, e findaram em 1654, quando os portugueses conseguiram retomar a região de Recife. Esses trinta anos de invasões não foram pacíficos, houve inúmeras frentes de resistência e profundas marcas foram deixadas, sejam culturais; genéticas ou de outra natureza. A partir de meados do século XVIII, diversos fatos significativos resultaram em transformações do mundo ocidental, que, nas décadas finais do mesmo século, marcaram o início do terceiro período da colonização brasileira. Enquanto a Revolução Francesa

acontecida, ocorria na Inglaterra a Revolução Industrial, impondo ao mundo o abandono dos princípios mercantilistas e adesão do livre comércio. Essas condições, em contato com a colônia portuguesa, abriram novas brechas no sistema colonial (FAUSTO, 1997).

Na época, Portugal era considerado “um país atrasado” em relação às potências europeias e dependente da Inglaterra, inclusive para proteção diante da França e Espanha. E, mesmo assim, a monarquia portuguesa no Brasil buscava manter o sistema colonial e limitar a presença crescente dos ingleses. Em meados do século XVIII, a colônia brasileira entrou em um período de depressão econômica, prolongada até o final da década de 1770, gerada pela crise do açúcar e a queda da produção do ouro, o que implicou na redução significativa das rendas da Coroa. Para tentar manter o controle de Portugal no Brasil, buscaram integrar os indígenas à civilização do Brasil e, por esse motivo, a escravização indígena foi proibida e o casamento misto entre europeus e indígenas permitido, em 1755. Medidas estas que iam contra às ideias jesuítas, que, por esse e outros motivos, foram expulsos da colônia (PRADO, 1956).

Entre os anos de 1777 e 1808, a Coroa Portuguesa continuou tentando realizar mudanças para se adaptar às novas transformações e manter seu domínio e exploração, apostando na produção de algodão e em algumas manufaturas para produção de tecidos. Porém, enquanto a Coroa buscava essa manutenção, diversos movimentos de resistência surgiram na colônia contra Portugal, fomentadas pela realidade local, pelos acontecimentos na esfera internacional e o surgimento de novas ideias. Foram revoltas regionais, como a Inconfidência Mineira, em 1789, Conjuração dos Alfaiates, em 1798, e a Revolução de 1817, em Pernambuco. Esses movimentos partiram de grupos da sociedade colonial, socialmente heterogêneos, nascidos na colônia e, até mesmo, de alguns portugueses que nela residiam, começando a pensar no Brasil como uma unidade diversa de Portugal (FAUSTO, 2009).

Em meio a essa crise do sistema colonial, o Príncipe Dom João VI, que regia a monarquia portuguesa desde 1792, decidiu pela transferência da corte portuguesa para o Brasil. A vinda da família real para o Brasil trouxe várias mudanças urbanas, sociais e culturais. Junto, também trouxeram uma insatisfação e desejo pela Independência ainda maiores. Assim, aqueles e aquelas que foram colocados em posições de atingimento do fluxo intenso de tráfego causado pelo entrecruzamento de marcadores sociais das diferenças, mobilizaram e compuseram tropas brasileiras para lutar contra as portuguesas que chegaram juntamente com a família real em 1808 (FAUSTO, 1997). Uma luta violenta, mas que, em 7 de setembro de 1822, resultou na proclamação da Independência e, supostamente, iniciou-se a construção do chamado período pós-colonial (TELES, 1999).

Apresentar a dinâmica do colonialismo e entendê-la é fundamental para compreender a estrutura de muitas relações de poder que se perpetuam até os dias atuais, mas é importante reconhecer, conforme mencionado no início desta seção do trabalho, que a formação histórico-cultural do Brasil não é exclusivamente europeia, branca, conforme também defende Gonzalez (1988). Como a referida autora pontua, o português falado aqui no país tem a marca da africanização, assim como se observarmos as músicas, danças e sistemas de crenças, será perceptível mais similaridades. Porém, em diversos contextos, como a autora afirma (idem, 1988, p. 70), essas similaridades são encobertas pelo “véu ideológico do branqueamento [...] recalcado por classificações eurocêntricas do tipo ‘cultura popular’, ‘folclore nacional’ etc., que minimizam a importância da contribuição negra.

Outra importante abordagem apresentada por Gonzalez (1988, p.76), que vai de encontro ao mencionado anteriormente, é o da “Amefricanidade”, o termo é empregado por ela para nos possibilitar:

[...] ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo o processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon [...] em consequência, elas nos encaminham no sentido da construção de toda uma identidade étnica.

De acordo com a autora, portanto, todos nós, brasileiros e brasileiras, somos amefricanos e amefricanas, designando toda uma descendência, representada não somente pela dos africanos e africanas trazidos para o território pelo de escravizados, mas de todos aqueles e aquelas que chegaram à América muito antes de Cristóvão Colombo.

Outro resgate histórico que também se torna relevante no contexto desta tese, é o desenvolvimento do terreno da cafeicultura brasileira no cenário dessa Amefricanidade, cujas vias começaram a ser construídas, em diversos pontos, que se entrecruzam e atingem pessoas com um fluxo intenso de tráfego vindo de diferentes direções. Na próxima seção, nossos esforços foram direcionados para compreender esse terreno, suas vias e as posições de atingimento.

3 A CAFEICULTURA BRASILEIRA

Uma atividade econômica relevante para o Brasil, porém, insustentável em termos sociais, quando analisamos as relações de poder ainda reproduzidas no cenário atual, conforme será discutido nas próximas subseções.

3.1 A construção do terreno da cafeicultura no Brasil e em Minas Gerais: um breve resgate histórico e panorama atual

O café é produzido comercialmente em mais de 50 países, e o mundo consome mais de 3 bilhões de xícaras da bebida por dia. É uma indústria grande e complexa, com potencial elevado de crescimento e uma longa história de comércio global. Hoje, o café é um das *commodities* agrícolas mais comercializadas no mundo. Em todo o mundo existem cerca de 12,5 milhões de fazendas de café e cerca de 95% delas são menores que 5 hectares, consideradas como de pequeno porte. Essas pequenas propriedades estão localizadas com maior concentração em 20 países, onde o clima e solo são bastante favoráveis para o cultivo do café, como o caso do Brasil. Diante deste cenário, é possível afirmar, portanto, que os pequenos e pequenas produtoras de café são a espinha dorsal da gigantesca indústria global do café e, embora eles e elas são tão relevantes, pelo menos 5,5 milhões vivem abaixo da linha de pobreza internacional, o que equivale a US\$ 3,20 dos Estados Unidos por dia, conforme é exposto pelo *International Trade Centre - ITC - (2022)*.

Conforme ainda destacado pelo ITC (2022), as desigualdades ambientais, sociais e econômicas são desafios enfrentados pelo setor cafeeiro, o que justifica o seu posicionamento ao defender que no café, de maneira global, tem-se buscado alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para alcance até 2030. Embora esses objetivos sejam relevantes, é importante problematizarmos, pois a definição deles pressupõe a existência de contextos em que prevalecem as desigualdades, o preconceito, a discriminação e opressão. Um dos ODS, por exemplo, é a “Igualdade de Gênero” (ODS 5), ou seja, em pleno século XXI, em diversos contextos, como o da cafeicultura, ainda vivenciamos ambientes segregados e hierarquizados pelas relações de gêneros, em que, desde o período colonial, o café é considerado um espaço “de homens e para homens”.

No caso específico do Brasil, maior produtor, exportador e segundo maior consumidor de café no contexto mundial (GUERRA et al., 2021), a atividade cafeeira foi introduzida no

século XVIII, envolvendo a violenta invasão, dominação e exploração de homens, mulheres e crianças africanas e indígenas escravizados. Uma atividade estruturada a partir das relações de poder mediadas pelas interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça, etnia e classe social, colocando mulheres negras, indígenas escravizadas em posições de atingimento de um fluxo intenso de tráfego vindo de diferentes direções e gerando graves acidentes: violência física, simbólica e sexual, como discutido a seguir. Uma atividade que escravizou e ainda submete, principalmente trabalhadores e trabalhadoras rurais e safristas em condições análogas à escravidão. Em fazendas produtoras de café, nas regiões do Cerrado Mineiro e Sul de Minas Gerais, por exemplo, foram encontrados trabalhadores e trabalhadoras rurais em condições análogas à escravidão, conforme divulgado na Carta Capital (2019), no Repórter Brasil (2022) e G1 Sul de Minas (2022).

A cultura cafeeira mostrou-se interessante para a colônia brasileira, que estava em um contexto de esgotamento de suas jazidas e baixa demanda no comércio para a cana de açúcar. O território apresentava condições climáticas e de solo favoráveis; os custos de produção do café eram menores que os do açúcar; as lavouras poderiam durar 40 anos, enquanto a cana precisava ser replantada a cada três anos; e, além disso, as antigas instalações dos engenhos eram propícias ao beneficiamento dos grãos de café, dispensando, inicialmente, novos investimentos. Essas condições chamaram a atenção de mineradores e senhores de engenho que, com escravizados e escravizadas e ferramentas disponíveis, passaram a optar pelo plantio de café, assim como também despertou o interesse de comerciantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (MARTINS, 2017).

A “onda verde” foi deflagrada e dos morros cariocas se difundiu para o sudeste do país. Inicialmente, expandiu-se para o interior do Rio de Janeiro e, ainda no século XVIII, chegou em Minas Gerais, especificamente na Zona da Mata, entre 1791 e 1798, e se encaminhou em direção a São Paulo. As lavouras cafeeiras brasileiras, em termos de organização, seguiram os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país, isto é, a exploração em larga escala, fundada na grande propriedade monocultural trabalhada, inicialmente, por escravizados e escravizadas negras (PRADO JÚNIOR, 1981). Quanto às penosas e subumanas condições de vida e trabalho a que eles e elas, até então estavam submetidos, em nada melhoraram. A exploração, dominação e opressão de maneira violenta, também marcou a cultura cafeeira.

A vinda da Corte portuguesa para a colônia, em 1808, contribuiu para a propagação da cultura do café, com a abertura de portos. Logo, foi por meio do cultivo do café, através da exploração violenta da força de trabalho de homens, mulheres e crianças escravizadas, que o

Brasil se apresentou ao mundo. À época da suposta Independência, o mercado conhecia transformações da Revolução Industrial que estava em curso, da queda do capital mercantil e da ascensão das potências industriais, sobrevivendo a crise do antigo sistema colonial português. Nesse contexto, com o findar do monopólio comercial português e do estatuto colonial, o acesso do país ao grande comércio de importação e exportação foi permitido e o produto do momento foi o café (MARTINS, 2017).

Da suposta Independência, passando pelo Primeiro Reinado e a Regência, o café delineou-se como a planta esteio da nação, sendo consolidada ao longo da Monarquia construída nos trópicos. A propagação da cultura cafeeira no Brasil e a ascensão do grão à posição de primeiro colocado na balança comercial brasileira aconteceu em 1830. Entre 1831 e 1840, o café brasileiro passou a liderar as exportações. Entre 1830 e 1840 o Brasil era responsável por um quinto do café consumido no mundo e, em 1890 concorria com três quintos da produção internacional, com a bebida passando a entrar no consumo doméstico do país (MARTINS, 2017).

Como é pontuado por Mafra, Cappelle e Cardoso (2013), na base da introdução e sustentação da atividade cafeeira, independentemente do local, está a utilização de práticas ambientalmente predatórias e de trabalho escravo e sempre vinculada a atores com grande poder, seja considerando o cenário local, regional ou nacional. O trabalho de homens e mulheres escravizados proporcionou uma enorme acumulação de riqueza para os proprietários de terras e o desenvolvimento econômico para o Brasil. No país, foram as plantações de café que deram subsídio para as primeiras fábricas e a infraestrutura das cidades modernas, construídas a partir do comércio do café (JHONSON, 2020). Porém, em nenhum momento da história, é feito o devido reconhecimento àqueles e àqueles que buscaram lutar e resistir, sob condições de exploração tão cruéis para gerar riqueza a terceiros.

Atualmente, a atividade cafeeira brasileira é uma das principais atividades econômicas do país. De acordo com Guerra et al. (2021), o Brasil possui aproximadamente 264 mil estabelecimentos produtores de café, dos quais 78% são considerados da agricultura familiar. As lavouras produtoras estão presentes nas cinco regiões geográficas, em 16 estados, englobando cerca de 1.448 municípios produtores, o que corresponde a aproximadamente 26% dos municípios brasileiros.

A preocupação atual no cenário cafeeiro está voltada para a qualidade dos cafés produzidos, que já foram considerados um “produto comercial”, uma *commodity*, que serviria de base para bebidas sem qualidade. Buscando mudar essa imagem no cenário internacional, tem-se priorizado aspectos como Denominação de Origem (DO), certificações e selos,

conforme pontuado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019). Percebe-se, portanto, que o lado social não é a principal preocupação. Ter diversas fazendas produtoras de café que submetem trabalhadores e trabalhadoras a condições análogas à escravidão não é o foco, pois o que prevalece é a lógica comercial e econômica.

Especificamente em Minas Gerais, a tradição cafeicultura remonta ao século XIX, com as plantações dos cafezais da Zona da Mata (MARTINS, 2017), situadas, principalmente, na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, cujos municípios, a partir da década 1820, surgiam como os maiores produtores da província (LIMA, 1977). De acordo com Castilho (2011), até aproximadamente 1880, a região da Zona da Mata foi a maior responsável pelo cultivo de café no estado de Minas Gerais, deixando de ser quando a região Sul do estado passou também a se dedicar ao mesmo cultivo.

O Sul de Minas Gerais foi uma região descoberta pelos bandeirantes paulistas a partir da mineração do ouro e, atualmente, a cafeicultura é a atividade econômica que mais gera renda para algumas pessoas da região, como os produtores e produtoras de café. De acordo com Filetto e Alencar (2001), a referida região passou a ser citada na literatura a partir de 1970, quando começou a assumir uma nova dinâmica produtiva, havendo um vazio de quase 150 anos na historiografia cafeeira do Sul de Minas Gerais. Diante dessa lacuna, Filetto (2000) buscou posicionar temporalmente o histórico da lavoura cafeeira na região em três períodos: 1º) refere-se à introdução e expansão do café na região, no início e durante o século XIX; 2º) nova expansão no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX; e o 3º) formação do complexo agroindustrial do café no Sul mineiro, a partir de 1970.

No primeiro período, o da introdução e expansão de café na região Sul de Minas, ela apresentava no Brasil colônia um potencial aurífero bem menor que o das terras mais ricas do centro da Capitania. Com o declínio do ouro, muitos centros urbanos declinaram no final do século XVIII, fazendo com que boa parte da população se dispersasse por uma vasta região, e o mineiro teve de se apegar à produção agrícola, fosse ou não de subsistência. Assim, no início do século XIX a agricultura sobrepôs-se às demais atividades e a região Sul de Minas Gerais tornou-se uma área agrícola, com terras férteis e ainda com a exploração violenta da força de trabalho escravizada. Com o cultivo de café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, houve uma expansão agrícola e pecuária para corte e leite na região para desempenhar a função de abastecedor do mercado do Rio de Janeiro (FILETTO; ALENCAR, 2001).

As primeiras plantações de café na região foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no Vale do Sapucaí, no final do século XVIII, municípios localizados na garganta do Embu, que ligava a região ao Vale do Paraíba. A produção inicial do cafeeiro destinava-se

ao consumo próprio, ampliando-se para o atendimento da demanda local e, ainda que modesta, contribuía para a exportação mineira do produto. O maior entrave à expansão da cafeicultura na região Sul de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, esteve relacionado à dificuldade de transporte, vias de comunicação precárias e as longa distâncias a serem percorridas (FILETTO; ALENCAR, 2001). Na segunda metade do século XIX, a expansão na própria região continuou para o norte e oeste, atingindo os municípios de Perdões, Campo Belo, Lavras, Oliveira, Bom Sucesso e Nepomuceno (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007), ficando caracterizada como o segundo período histórico temporal da cafeicultura no Sul de Minas Gerais.

Essa expansão pode ser associada ao crescimento da cafeicultura no Oeste Paulista, o que resultou na aproximação comercial entre as duas regiões (CASTILHO, 2011). Como a região Sul de Minas Gerais apresentava limitações de transporte e comunicação, a proximidade geográfica com São Paulo foi responsável por estabelecer um forte vínculo. A produção de café do Sul mineiro era levada em carros de boi até as estações ferroviárias no interior paulista e, então, encaminhada ao porto de Santos (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007).

Até 1970, a cafeicultura na região Sul de Minas Gerais encontrava outra dificuldade: obter financiamento para modernizar os meios de produção, que começou a ser contornada em 1969 com ações desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), como o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC) (SAES, 2008) e outras iniciativas que, além de créditos subsidiados aos produtos de café, trouxe novas técnicas de cultivo e beneficiamento. Tais iniciativas contribuíram para o aumento da produtividade nas lavouras; elevação dos rendimentos dos cafeicultores, proprietários de suas terras e a consolidação do complexo agroindustrial cafeeiro no Sul de Minas Gerais, colocando sua produção em destaque no cenário nacional. (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007). Esse contexto marca o terceiro período histórico temporal cafeeiro no Sul de Minas Gerais. Também contribuíram para o destaque da região na produção de café algumas características edafoclimáticas que interferem na qualidade do café, o que contribui para que se destacassem em relação aos outros.

Após compreender um pouco mais sobre o contexto de introdução do café no Brasil, Minas Gerais e a região Sul do estado, e alguns dos aspectos que estruturaram suas sociedades e que ainda prevalecem na dinâmica de funcionamento das sociedades atuais, na subseção a seguir, buscamos discutir sobre as relações de trabalho tecidas nesse contexto e que, embora assumindo diferentes faces, são reproduzidas na atividade cafeeira atual.

3.2 Relações de trabalho no terreno da cafeicultura brasileira

A fertilidade das terras era um pré-requisito para que a agricultura cafeeira se desenvolvesse no Brasil, mas, sem a força de trabalho, a atividade estaria fadada ao fracasso. Porém, trazemos aqui a reflexão sobre o quanto essa força de trabalho, neste caso homens, mulheres e crianças escravizadas, foi durante explorada, violentada e submetida às condições extremamente cruéis. Por serem negras, africanas ou indígenas e mulheres, não foram consideradas, nem ao menos, humanas.

Por meio de uma discriminação interseccional, de relações de poder, elas foram colocadas, ainda que resistentes, a exemplo de mulheres escravizadas líderes abolicionistas no Brasil durante o período colonial, como Adelina, Aqualtune, Chica da Silva, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Maria Felipa e Tereza de Benguela (SANTOS, 2020), no entrecruzamento das vias de opressão do racismo, sexismo, patriarcado e etnocentrismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego, emanando de diferentes direções e causando graves acidentes que ou deixaram graves marcas ou tiraram a vida de muitas vítimas.

Conforme já mencionado, na época da implantação dos cafezais no Brasil colônia, vivia-se um período de intenso e violento tráfico de mulheres, crianças e homens africanos escravizados. Foi, portanto, infelizmente, por meio da cruel exploração da força de trabalho deles e delas que características próprias foram conferidas às relações de trabalho e ao contexto, principalmente, social da cafeicultura brasileira (MARTINS, 2017), o que nos leva a considerar, mais uma vez, a importância do conceito de Amefricanidade apresentado por Gonzalez (1988). Atualmente, na cafeicultura nacional, ainda vivenciamos em um contexto patriarcal, racista e capitalista que renova

A força de trabalho escravizada, incluindo homens, mulheres, crianças e idosos e idosas, sob condições precárias de trabalho e vida, esteve presente na cafeicultura brasileira, tanto na preparação da terra, quanto no plantio, colheita, beneficiamento do café e no carregamento da produção, além da produção de subsistência que mantinha as fazendas, sob as vistas violentas dos capatazes (MARTINS, 2017). Pinheiro (2017) destaca que essa violência envolvia o entrecruzamento de marcadores sociais das diferenças, como gênero, ser mulher; raciais, o ser negro e negra; e, também de nacionalidade, ser africano e africana, o que potencializava ainda mais a crueldade (PINHEIRO, 2017). É importante destacar que após a Abolição da Escravatura, a escravização continua assumindo diferentes formas.

A colheita de café representava um dos momentos mais críticos e de exploração máxima da força de trabalho. Para obter o maior rendimento dos escravizados e escravizadas, os capatazes os submetiam a condições precárias e subumanas de trabalho. Especificamente nas colheitas, feitas manualmente, dava-se preferência para a força de trabalho das mulheres escravizadas, consideradas mais habilidosas para tal tarefa, assim como no beneficiamento, na etapa de despulpamento por meio de pilões, uma atividade extremamente desgastante, e na etapa de catação, à mão, de impurezas que ainda restavam nos grãos de café (MARTINS, 2017). De uma maneira geral, conforme pontuado por Johnson (2020), as plantações de café eram locais de grandes sacrifícios e prejuízos para homens e mulheres negras escravizadas, de tão difícil que era o trabalho.

O trabalho de escravizados e escravizadas foi fundamental para a construção da cafeicultura no país, conforme relatos da época:

Neste país, os pretos escravizados representam o papel principal [...] todo trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras [...]. Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto que os conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravizados (MARTINS, 2017, p. 110).

O terreno da atividade cafeeira, no Brasil, foi construído sob fortes e profundas raízes que envolvem um emaranhado entre o racismo, patriarcado, elitismo, xenofobia e outros aspectos que colocaram e ainda colocam em posições de atingimento do fluxo intenso de tráfico, vindo de diferentes direções, principalmente, as mulheres negras. Como Johnson (2020, p. 02, tradução nossa) afirma, “Os negros e negras brasileiras estavam na vanguarda da produção de café há quase 300 anos, uma força de trabalho escravizada na época, mas, hoje, relegada à produção e à invisibilidade em papéis de destaque”. Como a autora ainda pontua: “No café, os negros são mais frequentemente relegados à força de trabalho, com pouca propriedade ou destaque [...] parece ser uma continuação daqueles que vieram antes de nós, invisibilidade, oportunidades limitadas e ser desprezado pela indústria que servimos” (JOHNSON, 2020, p. 41, tradução nossa).

A partir de 1850, o tráfico de escravizados e escravizadas foi proibido no país, por meio da Lei Eusébio de Queirós, iniciando-se uma dificuldade para obtenção de força de trabalho escravizada, ainda que o tráfico e a violência contra homens e mulheres negras africanas tenha continuado de maneira clandestina. A partir de 1868, a campanha

abolicionista intensificou-se, e, então, uma série de leis restringiram ainda mais a exploração de escravizados e escravizadas, até chegar à Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, decretando, supostamente, o fim da escravização. Porém, conforme narrado no premiado romance “Torto Arado” de autoria de Itamar Vieira Júnior (2019, p. 195):

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casas de alvenaria, não podíamos botar na roça o que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era pra cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos.

Ainda sobre as condições a que homens e mulheres negras foram submetidos após o suposto término da escravização, especificamente na cafeicultura, Quirino (2020) pontua que, eles e elas continuam sendo a força de trabalho predominante na produção de café. A maioria, de acordo com a autora, não são donos ou donas das terras onde trabalham como meeiros e meeiras e os habituais desafios que enfrentam como dificuldade de acesso ao crédito, principalmente para as mulheres negras, ainda são barreiras que impedem a melhoria de vida de suas famílias.

No ano de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, houve uma grande entrada de imigrantes italianos e italianas para o trato do café no Brasil. Posteriormente, outros e outras imigrantes vieram para o país, espanhóis, libaneses e tantas outras nacionalidades, sendo muito comum a vinda da família, que trabalhava junta nos cafezais (FILETTO, 2000). Da fazenda imperial, assentada na força de trabalho escravizada, caracterizada pela casa grande e senzala, localizada basicamente no vale do Paraíba Fluminense e Paulista e em Minas Gerais, na Zona da Mata, passa-se para a introdução da ferrovia e maquinário de modernização técnica, avançando para o oeste e norte paulistas. Embora se falasse de força de trabalho não escravizada, na realidade, as condições a que muitas famílias, trabalhadores e trabalhadoras rurais foram submetidos eram análogas à escravização.

A partir de 1930, surgem políticas de proteção e linhas de financiamento para o café, o que viabilizou a caminhar com a cultura cafeeira para o vale do Paranapanema e expandindo-se para o Paraná, Espírito Santo e outras regiões de Minas Gerais. Em 1960, começa a se empregar os e as trabalhadoras temporários, atualmente chamados safristas. Em 1990, uma nova realidade surge com a demanda de mercado pela qualidade do café, com um

tratamento mecanizado, a utilização da Tecnologia da Informação e a preocupação agroecológica, com novas formas de plantar e tratar (SODRÉ, 2004).

Junto a essa nova realidade, embora não focada no lado social da sustentabilidade, mas, sim, no econômico, surgem movimentos que afirmam que a cafeicultura brasileira não envolve apenas homens, mas, sim, homens e mulheres. De acordo com Martins (2017), predomina uma história do café construída a partir da ótica masculina, carregada pelo entrecruzamento de traços patriarcais e racistas, privilegiando tão somente as realizações dos homens e ocultando a atuação das mulheres, principalmente, quando utilizamos a lente interseccional de análise, das mulheres negras, que são negras, pobres, catadeiras, apanhadeiras, meeiras e/ou trabalhadoras rurais. Logo, é possível afirmar que a atividade cafeeira no Brasil foi e ainda é patriarcal, racista e heteronormativa. E, no caso das mulheres negras, essas relações são ainda mais desiguais, pois, além de estarem sujeitas à dominação, discriminação e preconceito de homens, estão também sujeitas à das mulheres brancas (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Embora esse terreno acidentado da cafeicultura brasileira tente apagar a presença das mulheres e de seus trabalhos, como já mencionado, desde o primeiro momento do percurso cafeeiro elas estavam presentes, com destaque para as indígenas e mulheres negras africanas escravizadas, vítimas do preconceito e discriminação interseccional, colocadas, ainda que resistentes, no entrecruzamento das vias de opressão do racismo, sexismo, elitismo e etnocentrismo, sendo duramente explorada e violentada física, sexual e simbolicamente. Em todas as fases do trabalho produtivo, das lidas domésticas às das lavouras de café, as mulheres estavam presentes, desempenhando tanto os papéis tradicionais construídos socialmente e direcionados para elas, como aqueles da produção da empresa cafeeira (MACIEIRA, 2017b; MARTINS, 2017).

Atualmente, também estão presentes no terreno da cafeicultura nacional, em posições de atingimento de fluxo intenso de tráfego, vindo de diferentes direções, as trabalhadoras rurais. Tanto para o plantio das mudas quanto a colheita manual, elas, assim como o era na época das mulheres escravizadas, são consideradas mais habilidosas, “mais delicadas” do que os homens e permanecem pouco reconhecidas e valorizadas no cotidiano da lavoura cafeeira (MARTINS, 2017). Conforme Dornela e Oliveira (2021) destacam sobre as trabalhadoras rurais na cafeicultura, especificamente aquelas inseridas na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, em Minas Gerais, ainda permanece um ambiente familiar, doméstico e produtivo caracterizados pelos entrecruzamentos entre o patriarcado e racismo, carregados de subalternidade, submissão, dominação, hierarquização de espaços, invisibilidade e

desvalorização da presença e trabalho das mulheres nas lavouras de café. As trabalhadoras rurais ao que o estudo se refere são, em sua maioria, mães, donas de casa e ainda trabalhadoras rurais na cafeicultura.

Especificamente sobre essas mulheres que atuam na cafeicultura brasileira e que são colocadas, ainda que sob movimentos de resistência, no entrecruzamento de marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social, como as trabalhadoras rurais, em relevantes publicações com dados e informações sobre o setor elas ainda têm suas presenças e trabalhos invisibilizados. O informativo “Mulheres Cafeicultoras, por exemplo, elaborado pela Embrapa Café, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados do censo agropecuário 2017, aborda somente mulheres que dirigem ou codirigem estabelecimentos do café, o que aponta para uma preocupação voltada apenas para o marcador social das diferenças gênero, sem considerar suas intersecções com outros, como raça e classe social e suas consequências.

A partir da exposição tecida nesta subseção, é possível interpretar que a cafeicultura, bem como sua estrutura, dinâmica e regras, definidas em um passado colonial, carrega uma herança profundamente enraizada em nossa sociedade atual. Trata-se de um terreno ainda considerado “de homens e para homens”, porém, algumas mulheres, como as cafeicultoras brancas, proprietárias de suas terras já ocuparam certo espaço e começam a ser reconhecidas.

Trata-se de um terreno em que ainda impera a ordem econômica e mercadológica, com pouca atenção voltada para o eixo social, sendo mediado por relações de poder que submetem trabalhadores e trabalhadoras a condições análogas à escravidão, fruto das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças como raça, gênero e classe social. Nessa atividade, portanto, convivem e se confundem elementos, formas de trabalho e relações sociais, em grande parte, ainda de caráter tradicionais, moldadas desde o período colonial, embora atualmente assumam diferentes faces, expondo a necessidade, como defendem Mafra, Cappelle e Cardoso (2013), de rupturas e rearranjos sociais e políticos.

Uma dessas importantes rupturas é passarmos a compreendermos a dinâmica da cafeicultura brasileira com um olhar interseccional, em que gênero, raça e classe social, se interseccionam e colocam em vias de colisão com um tráfego intenso que flui de diferentes vias de opressão, grupos de pessoas subalternizadas, como mulheres negras, pobres, catadeiras e apanhadeiras de café que, embora busquem lutar para alcançar outras posições, são, na maioria das vezes, oprimidas e silenciadas por cafeicultores e cafeicultoras que buscam manter a ordem vigente. Portanto, na próxima seção, nos dedicamos a abordar os

movimentos feministas que representam a resistência de diversas mulheres e busca por mudanças, por subversão. Além de, no caso dos movimentos feministas negros, serem o berço de nascimento da abordagem interseccional.

4 MOVIMENTOS FEMINISTAS

A perspectiva pós-colonial nos orienta a termos como foco aqueles grupos considerados subalternizados, cujas vozes são silenciadas e presenças invisibilizadas, o que muito se relaciona com a abordagem interseccional, pois os grupos subalternizados são aqueles colocados em posições de maior atingimento do fluxo intenso de tráfego, vindo de diferentes vias de opressão, sendo acidentados no entrecruzamento dessas vias. Para compreendermos tanto a perspectiva pós-colonial, quanto a abordagem interseccional, é importante abordarmos primeiramente os diferentes movimentos feministas, pois foram a partir de discussões e inquietações geradas neles e sobre eles que essas abordagens surgiram.

4.1 Um resgate das histórias contadas com base no marcador social das diferenças gênero: compreendendo os contextos de surgimento dos movimentos feministas e das teorias e abordagens feministas

Por mais longe que retornemos na história, as mulheres sempre partilharam o mundo em condições de desigualdades (BEUAVOIR, 1970; TEDESCHI; COLLING, 2014), sendo relegadas à condição de outros (BEUAVOIR, 1970; SAFFIOTI, 2004), principalmente no caso das mulheres negras que enfrentam uma discriminação ainda maior, ao considerarmos a intersecção entre marcadores sociais das diferenças, como gênero e raça. Essa submissão, considerada um fenômeno milenar e universal. E, embora tenha esse caráter, não se manifesta da mesma maneira ou no mesmo grau de intensidade em sociedades e épocas distintas. Tampouco é vivenciada ou percebida da mesma forma ou intensidade, até mesmo por mulheres que estão inseridas em condições histórico-sociais semelhantes (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Prova desse compartilhamento em condições de desigualdades que perdura até a atualidade, foi a definição dos ODS, pela ONU, em 2015, que, ao perceber que indicadores econômicos, sociais e ambientais eram pessimistas quanto ao futuro das próximas gerações, propôs, em conjunto seus países membros, a Agenda 2030, um plano de ações globais, composto por 17 ODS, a serem pensados de maneira integrada, e 169 metas para que

alcancem, até em 2030, o desenvolvimento sustentável nos âmbitos ambiental, social e econômico (ONU, 2015).

Especificamente sobre a desigualdade de gêneros, o ODS 5 propõe: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, sendo definidas como metas para alcançá-lo, a eliminação da discriminação contra mulheres e meninas e de formas de violência contra elas nos âmbitos públicos e privados; bem como a busca pela igualdade de oportunidades para a liderança nos níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; e outras (ONU, 2015). Tamanha a importância deste objetivo, é considerado transversal, pois perpassa pelo menos outros 6 dos 17 objetivos, como: erradicação da pobreza; promoção da boa saúde, bem-estar, educação; crescimento econômico; emprego digno; combater as mudanças climáticas e seus impactos (CARVALHO, 2017).

Sobre o resgate histórico dos movimentos feministas e a busca inicial pelo alcance da igualdade de gênero, com o raiar da Modernidade, começa a tornar-se mais expressiva na Europa, especificamente, na França e Inglaterra, uma consciência crítica feminina¹¹ acerca das opressões femininas, em meio às transformações oriundas da instauração de um novo sistema econômico: o capitalismo. Como resultados, houve algumas alterações contextuais (COUTO; SCHARBIER, 2013), mas o que ainda prevalecia eram os ambientes polarizados e hierarquizados (SCOTT; CORDEIRO, 2013).

Cabe destacar que, até então, a preocupação central era analisar a opressão e discriminação com base somente em uma categoria: o gênero, o que acabava por abranger somente as especificidades das mulheres brancas e de classe média-alta. O conceito de gênero, portanto, originou-se nos movimentos feministas, para explicar que as distinções, até então consideradas apenas entre homens e mulheres brancos, oriundas da esfera social, construídas socialmente e não biologicamente¹² (NICHOLSON, 1994; PISCITELLI, 2009; HARAWAY, 2016).

¹¹ Essa afirmação não implica em defender que anterior à Modernidade não houvesse uma consciência crítica feminina, pelo contrário. Como apontam Alves e Pitanguy (1985), já no século XIV ela existia, como ilustra o caso de Christine de Pisan, primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte, apresentando discursos conscientemente articulados em defesa dos direitos das mulheres. Com a Modernidade essa consciência tornou-se mais expressiva, tendo suas raízes atreladas aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, cujo auge foi na Revolução Francesa de 1789.

¹² Os movimentos feministas representam uma das possíveis formas de compreensão dos feminismos, que segundo Hawkesworth (2015) podem ser compreendidos de maneira ampla, como uma ideia, conjunto de convicções, uma ideologia, movimento social e uma práxis. Nesta tese abordamos os feminismos como movimentos sociais, ou seja, os movimentos feministas, pois foram neles que importantes abordagens, como a interseccionalidade, surgiram.

Nesta tese, buscamos inicialmente fazer um resgate sobre os movimentos feministas e suas ondas¹³ para contextualizar o surgimento da abordagem interseccional, adotada como teoria e método de análise nesta pesquisa. Mas, antes de aprofundarmos, é importante ressaltar que, assim como Saffioti (1986) defende, iremos adotar o termo “feminismo” no plural, feminismos. De acordo com a autora, o termo não deve ser empregado no singular, mas, sim, no plural, pois neles estão envolvidas uma multiplicidade de organizações e posicionamentos teóricos. Ao reconhecer a existência desses diferentes feminismos, afirmar que há um histórico do “movimento feminista” é errôneo. De acordo com Bittencourt (2015), o que existem são sínteses de períodos específicos.

É importante destacar que as respostas das mulheres às opressões estruturais ecoaram no silêncio da história, sendo muitas vezes apagadas e esquecidas pelas vozes dominantes. Diante deste contexto, não é possível afirmar com certeza sobre o início dos grupos organizados de mulheres. Para alguns, as primeiras organizações feministas datam do século XVIII (BITTENCOURT, 2015), já para outros, do século XVII (ALVES; PITANGUY, 1985; CASTRO; MACHADO, 2016).

Especificamente no século XVII, no âmbito da América do Norte, vivia-se os primórdios do capitalismo, impregnado por ideias de insubordinação e por mudanças na organização e nas relações sociais. Nesse contexto, uma das mulheres sobre de quem pouco se ouve e se aprende é Sor Juana Inés de la Cruz, freira mexicana que escreveu uma literatura centrada na liberdade, defendendo o direito das mulheres de serem respeitadas como seres humanos e criticando o sexismo da sociedade de sua época (CASTRO; MACHADO, 2016).

Outra voz feminista, considerada uma das primeiras, é Ann Hutchinson, uma religiosa que congregou em torno de si uma comunidade que se reunia afim de ouvir suas pregações, defendendo a ideia de que homens e mulheres haviam sido criados igualmente por Deus, o que ia contra aos dogmas calvinistas da superioridade masculina. Ela foi acusada de agir mais como um marido do que como uma esposa, mais como pregador do que como uma ouvinte, mais como autoridade do que como submissa. Tais posturas não toleradas na época foram os

¹³ Os movimentos feministas aconteceram em diferentes graus de intensidade, fragmentados no que autores e autoras como Duarte (2003) denominam de ondas dos feminismos. A autora argumenta que tais movimentos não foram ou são estanques, eles apresentam uma movimentação de fluxo e refluxo em seu interior, sendo, assim, comparados às ondas, que começam imperceptíveis e difusas e, aos poucos ou de repente, vão se avolumando em direção ao clímax, o momento de maior envergadura da onda, e depois refluem numa fase de aparente calma, para então recomeçar (BITTENCOURT, 2015).

motivos que levaram à condenação de Ann Hutchinson ao banimento, em 1637 (ALVES; PITANGUY, 1985).

No século XVIII, considerado o século das revoluções, dá-se início à primeira onda dos feminismos, que se estende até algumas décadas do século XX (BITTENCOURT, 2015). Ideais de liberdade das pessoas frente ao arbítrio do Estado e a conscientização de que ela somente poderia ser alcançada com a participação das mulheres na esfera política, são afirmadas como princípios da ideologia liberal, cuja base material é encontrada na propriedade privada. Nos Estados Unidos, século de ascensão da burguesia, percebeu-se a limitação dessa ideologia. Na luta pela libertação, fizeram do princípio básico da igualdade a expressão de sua Declaração de Independência: “Todos os homens foram criados iguais”. Ou seja, esse conceito de igualdade foi instaurado somente entre os homens brancos de classe média-alta (ALVES; PITANGUY, 1985).

No caso específico das mulheres brancas que eram esposas e filhas da burguesia, conforme destacam Costa e Sardenberg (2008), a “liberdade” seria somente entre os muros do espaço doméstico e, ainda assim, vigiadas. Seus direitos? Os de boas esposas, boas mães, boas donas de casa e de boas filhas. Diante disso, é possível interpretar que os primeiros questionamentos e lutas concretas feministas estiveram ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média (BITTENCOURT, 2015).

Ainda no século XVIII, na França, mulheres brancas de classe média-alta que participavam ativamente no processo revolucionário, como a Revolução Francesa, não viram as conquistas políticas se estenderem a elas. Assim, as mulheres revolucionárias francesas, em 1789, lideradas por Rose Lacombe, Loison Chabry e Theroig de Mericourt concentram-se em Versalhes, exigindo que a Assembleia Constituinte estabelecesse a igualdade de direitos entre homens e mulheres (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Em 1795, repreensões formais foram feitas quanto ao ativismo de mulheres na vida pública, encontrando respaldo nas ideias de Jean Jacques Rousseau, principal ideólogo da Revolução Francesa. Ele afirmava que o mundo externo seria, por natureza, para os homens e, para as mulheres, o mundo interno, colocando-se a serviço deles, desde a infância até a vida adulta, sendo educadas para tal e, assim, encontrando sua realização “natural”. Na Inglaterra, essas ideias foram denunciadas por Mary Wollstonecraft, que, em 1792, escreveu o livro “Defesa dos direitos da mulher”, contestando a afirmação de que existem diferenças “naturais” no caráter ou na inteligência de homens e mulheres que levassem à inferioridade delas, e defendendo que essa inferioridade é oriunda unicamente da diferença de acesso à

educação (ALVES; PITANGUY, 1985). Estando novamente presente apenas a categoria gênero, como eixo de opressão.

No século XIX, com a consolidação do capitalismo e mudanças profundas no processo produtivo, organização do trabalho e relações sociais, definidas pelas relações sociais de produção necessárias ao desenvolvimento do sistema, as famílias perderam o caráter de unidade produtiva, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas nos domicílios. As mulheres brancas, foram também requisitadas a compor a força de trabalho operária, o que já era uma realidade para as mulheres negras (COSTA; SARDENBERG, 2008).

As condições de inferioridade às quais as mulheres brancas já estavam submetidas tornam-se importantes objetos de interesse da burguesia, que busca o acúmulo de riquezas, pois, como afirma Saffioti (2004, p. 130) “[...] não existe um processo de dominação separado de outro de exploração”. Para elas, foram impostos, por exemplo, pagamento de salários inferiores aos dos homens, jornadas de trabalho excessivas, desempenho de tarefas menos qualificadas e mais subalternizadas, além de ter sido negado o direito à sindicalização, acesso à proteção das leis trabalhistas e o direito à cidadania (COSTA; SARDENBERG, 2008). Ressaltamos que essas eram as condições a que as mulheres brancas foram submetidas, as realidades das mulheres negras eram ainda piores, uma vez que as opressões que sofriam resultavam da intersecção entre gênero, raça e outros marcadores sociais das diferenças, colocando-as em posições de atingimentos ainda mais graves.

O contexto de desvalorização da força de trabalho das mulheres resultou no rebaixamento do nível salarial geral, fazendo com que os movimentos operários, as vissem como concorrentes desleais, e, conseqüentemente, repudiassem a presença delas nos próprios movimentos e sindicatos recém-formados. Líderes operárias, como Flora Tristan, mulher branca, defendiam a necessidade das mulheres brancas se educarem e organizarem para defender seus interesses, tentando fazer com que as organizações operárias masculinas compreendessem que tais interesses eram comuns a toda classe trabalhadora. Jeanne Derion construiu o projeto de uma União das Associações de Trabalhadores, lutando para que homens e mulheres brancos fossem consagrados em torno da sua condição comum de operários. Ao promover reuniões para a concretização da União, elas e seus companheiros foram presos (ALVES; PITANGUY, 1985).

Além da luta do operariado por melhores condições de trabalho, também lutaram, ainda no século XIX, pelo direito à cidadania, como o de votar e de ser votado, destacando-se o sufrágio universal, uma das principais conquistas dos homens brancos da classe trabalhadora, concretizada após muita luta por reformas legislativas que visavam eliminar o voto

qualificado por renda. Porém, as lutas pelo sufrágio universal não abarcavam o sufrágio feminino das mulheres brancas e, muito menos, das mulheres negras. O movimento do sufrágio feminino, incluindo apenas mulheres brancas, teve início nos Estados Unidos em 1848, num momento de expansão do conceito liberal de cidadania, abrangendo homens negros e destituídos de renda. Em 1848, Seneca Falls convocou a Convenção dos Direitos da Mulher, um dos marcos iniciais do movimento sufragista americano, tendo sido aprovada nessa convenção uma moção que colocava como dever de todas as mulheres americanas a luta pelo sufrágio. Entretanto, somente em 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, proibindo os estados de negarem às mulheres o direito ao voto, com base no gênero (ALVES; PITANGUY, 1985).

Logo, é possível interpretar que as mulheres negras ainda permaneceram privadas desse direito. Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 106).

De acordo com Kyrillos (2020), as mulheres negras vivenciavam experiências totalmente diferentes. Como Beal (1969) pontua, é inútil sonhar em pensar em mulheres negras simplesmente cuidando de suas casas e filhos como a modelo branca de classe média. A maioria das mulheres negras precisa trabalhar para ajudar na casa, na alimentação e na roupa de suas famílias. Em sua maioria, eram mulheres acostumadas com o trabalho árduo que a escravização impôs e que, embora, teoricamente, tivesse chegado ao seu fim, a sociedade continuava a impor, visto que não havia outras oportunidades de sobrevivência para as mulheres negras em uma sociedade profundamente opressora, racista e sexista.

Foi também no século XIX que foram estruturadas as bases da teoria socialista. As mulheres socialistas compreenderam a opressão feminina como consequência do surgimento da propriedade privada. Defendiam que, à medida que lutassem por uma sociedade sem classes sociais, estariam também lutando por uma sociedade sem barreiras e sem desigualdades. Nesse caso, é pontuado que somente a categoria classe é compreendida como responsável pelas desigualdades sociais. Elas creditavam, portanto, que a partir do surgimento da sociedade socialista, incluindo a socialização dos meios de produção e o fim da exploração do trabalhador, automaticamente as sociedades tornar-se-iam mais igualitárias em todos os sentidos. Elas não reconheciam a existência de questões específicas às mulheres e reagiam

contra as reivindicações feministas, por considerá-las como um fator que dividiria o movimento proletário internacional (COSTA; SARDENBERG, 2008).

No século XX, especificamente nos anos de 1930 e 1940, tem-se um período marcado pela preparação e eclosão de uma nova guerra mundial. Parte das reivindicações feministas, de mulheres brancas de classe média a alta haviam sido formalmente reconhecidas: podiam votar e ser votadas, podiam ingressar em instituições de ensino e participar do mercado de trabalho. Chegou-se a afirmar a igualdade entre homens e mulheres, brancos e de classe média a alta, para confluir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. A participação das mulheres na esfera do trabalho foi valorizada, pois foi necessário liberar a força de trabalho masculina para as frentes de batalhas, principalmente em países que estavam diretamente envolvidos nos conflitos, como EUA e Inglaterra (ALVES; PINTAGUY, 1985). E, foi a partir dessa suposta valorização do trabalho de parcela das mulheres, que, em 1930, os movimentos feministas começam a perder força nos Estados Unidos e Europa, retomando-a na década de 1960, quando foi dado início à segunda onda dos feminismos de mulheres brancas, que permaneceu até a década de 1980 (PINTO, 2010).

Ao findar a guerra, a força de trabalho masculina retornou para o trabalho, e a ideologia que valorizava a diferenciação de papéis entre homens e mulheres, atribuindo às mulheres brancas de classe média/alta os espaços domésticos, foi fortemente reativada, buscando retirá-las do mercado de trabalho para devolver aqueles lugares aos homens. Até mesmo os meios de comunicação adotaram esse cunho apelativo por meio de mensagens que enalteciam a imagem da rainha do lar, destacando os papéis sociais de mães, esposas e donas de casa. (ALVES; PITANGUY, 1985; BITTENCOURT, 2015).

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou o livro “O Segundo Sexo”, que foi fundamental para a segunda onda dos feminismos das mulheres brancas (PINTO, 2010). As análises da autora delinearão os fundamentos da reflexão feminista que ressurgiu a partir da década de 1960, perdurando até a década de 1980. Essa segunda onda foi considerada uma onda contestatória, inclusive do caráter burguês-liberal, gerando formulações de problematizações acerca do marcador social das diferenças gênero, em oposição ao termo “sexo” (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Os movimentos feministas dessa segunda onda questionavam os papéis das mulheres brancas em suas famílias, na sociedade e no trabalho, ou seja, questionavam as posições ocupadas por elas nos espaços sociais. Buscavam transformações nas relações sociais, visando à extinção das discriminações baseadas no gênero. Houve também buscas por mudanças ideológicas contra valores patriarcais cultivados e reproduzidos por pais, maridos,

companheiros, amigos, colegas de trabalho e demais homens com os quais as mulheres brancas conviviam ou não. Para elas, essa nova onda representava um processo de reeducação a partir da tentativa de ruptura com as histórias de submissão e descobrimento de suas próprias potencialidades (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Na década de 1960, especificamente em seu final, davam-se os primeiros passos para construção de uma teoria feminista. Juliet Mitchell publicou “A Condição da Mulher”, buscando elaborar uma teoria que permitisse compreender os aspectos gerais da discriminação das mulheres e suas especificidades nas diferentes classes sociais, chegando à conclusão de que a liberação deveria ocorrer nos quatros níveis que caracterizavam a discriminação: esferas da produção, reprodução, sexualidades e educação. Porém, o foco ainda foi dado às mulheres brancas, mas com o avanço de considerar também outro eixo de opressão: a classe social (ALVES; PITANGUY, 1985).

Foi também na década de 1960 que os movimentos feministas adotaram outras frentes de luta, pois, além das reivindicações quanto às desigualdades no exercício dos direitos políticos, trabalhistas e civis, também questionadas em ondas anteriores, questionava-se as raízes culturais dessas desigualdades. É denunciado o “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” das mulheres, justificada por fatores biológicos (ALVES; PITANGUY, 1985), sendo abordada, mais uma vez, somente a categoria gênero.

O descobrimento do social na vida cotidiana das mulheres, na década de 1960, visto politicamente, é considerado um elemento de transformação. A partir da troca de experiências e vivências das mulheres e respectivas reflexões coletivas, criam-se estratégias de lutas e chega-se à conclusão de que os problemas vivenciados por elas, enquanto indivíduos, em seus cotidianos, apresentam raízes sociais e, assim, demandam soluções coletivas, surgindo a afirmativa de que “o pessoal é político”, pois a dinâmica de poder existe em ambos os âmbitos e, também nas relações familiares, que são relações sociais, construídas socialmente (COSTA; SARDENBERG, 2008).

A partir da década de 1990, surge a terceira onda dos movimentos feministas no Norte Global, guiada por autoras e ativistas da segunda onda. A terceira onda recebe diversos nomes, apontando para uma convergência teórica e política chamada pós-modernismo, reafirmando-se, por exemplo, como “pós-feminismo” e “feminismo da diferença”, em crítica à segunda onda por ter apresentado um suposto caráter universal e generalizante, não se atentando para as implicações individuais ou subjetivas das mulheres. Esse posicionamento, no entanto, acaba por trazer agendas individuais, reduzindo as organizações coletivas e

criticando a análise dos gêneros como uma categoria, assim, é proposta uma ressignificação numa perspectiva pós-identitária (BITTENCOURT, 2015).

Embora a terceira onda traga importantes questionamentos sobre a heteronormatividade, a construção dos corpos e as sexualidades, a expressão “pós-feminismo” e a ideologia a ela vinculada de negação de uma possível revolução estrutural da sociedade patriarcal, permite interpretar que não há razões políticas para a luta coletiva feminista, uma vez que a igualdade formal seria satisfeita quando as mulheres buscassem individualmente a satisfação da sua liberdade plena, conforme afirma Bittencourt (2015). A autora critica esse posicionamento ao afirmar que “[...] esquece-se que a libertação jamais ocorre de maneira individual e fechada, mas prescinde da organização e da superação de qualquer forma de violência e inferiorização de todas as mulheres e não apenas àquelas que ‘decidem’ ou ‘querem’ ser livres no plano estritamente pessoal” (idem, p. 203).

Ainda considerando os movimentos feministas no Norte Global, especificamente nos Estados Unidos, Hooks (1982) denuncia a presença de práticas racistas oriundas do sistema patriarcal ex-escravocrata dentro dos próprios movimentos feministas, o que levou as mulheres negras a construir feminismos em que pudessem lutar por suas bandeiras, surgindo, assim, os feminismos negros. Esses feminismos, diferentemente dos feminismos brancos que tem como momento fundacional o Iluminismo, surgem num contexto escravista, apresentando um caráter contra hegemônico e trazendo as interseccionalidades como base.

Os feminismos negros, como movimentos sociais iniciaram questionando a categoria “mulher” como uma unicidade, destacando, principalmente, a categoria raça para apontar as diferenças em serem compreendidas como mulheres negras em sociedades que, além de sexistas, são também racistas (ASSIS, 2019).

Os feminismos negros, portanto, denunciam que, assim como o sexismo, de maneira estrutural, posiciona as mulheres de forma subordinada na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando é interseccionado com outros marcadores sociais das diferenças. A princípio, essa exposição causou desconforto nos movimentos feministas de mulheres brancas, bem como nos movimentos negros, uma vez que o entrecruzamento de marcadores sociais das diferenças, como gêneros e raças, colocavam as mulheres negras em posições de sub-representações nos dois casos. Cabe destacar que os questionamentos propostos pelas mulheres negras, diversas vezes, foram interpretados como um enfraquecimento da unidade necessária entre mulheres. Contudo, a negação das diferenças é que trazia essa desunião (ASSIS, 2019), assim como também defendeu Lorde (1980).

De acordo com o *Combahee River Collective*¹⁴ (1977), mulheres ativistas negras sempre existiram, algumas conhecidas, como Sojourner Truth¹⁵, e outras milhares desconhecidas que compartilharam a consciência de como a identidade de gêneros, articulada com a identidade racial, transforma as condições de vida como um todo, passando a ser esse o centro de suas lutas políticas. Ainda conforme o Coletivo, mulheres negras, amefricanas e trabalhadoras estiveram envolvidas nos movimentos feministas desde seus inícios, porém as forças reacionárias exteriores, como racismo e elitismo no interior desses movimentos, serviram para repreender seus engajamentos.

A partir do final dos anos 1960, a presença feminista negra desenvolveu-se mais claramente em conexão com a segunda onda dos movimentos feministas das mulheres americanas. Além disso, a política feminista negra apresentava também uma evidente conexão com os movimentos negros de libertação¹⁶, especialmente os das décadas de 1960 e 1970. Mas foram suas experiências nesses movimentos e as decepções geradas que as levaram, inicialmente, a desenvolverem uma política antirracista e antissexista e, enquanto se preparavam politicamente, enfrentaram o heterossexismo e a opressão econômica sob o capitalismo, opressões essas que devem ser consideradas como interligadas (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977).

As décadas de 1960 e 1970 também foram produtivas para as feministas negras norte-americanas no que tange à produção acadêmica e o desenvolvimento das teorias feministas

¹⁴ Em 1974, em Boston, surge o *Combahee River Collective*, um coletivo de feministas negras lésbicas que defendem a libertação de todos os povos oprimidos por meio da destruição dos sistemas políticos-econômicos do capitalismo e do imperialismo, bem como do patriarcado (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977).

¹⁵ Isabella, nome dado a Sojourner Truth por seus pais, nasceu em Nova York em 1797. Uma mulher negra que não sabia ler nem escrever e que foi escravizada por diferentes famílias (MOREAU, 2000), vendida aos nove anos de idade, junto ao gado, em um leilão (AKOTIRENE, 2020). Foi mãe de 13 filhos e viu muitos deles sendo vendidos para serem também escravizados. Foi membro da Igreja Metodista e depois da Igreja Sião Africana e, aos 46 anos de idade, mudou seu nome para Sojourner Truth sob a justificativa de que vozes celestiais lhe incentivaram a fazer tal mudança. Durante o restante de sua vida ela se dedicou a viajar por diferentes lugares pregando os direitos humanos, fazendo campanhas pela abolição da escravatura, pela pena de morte, pelos direitos das mulheres negras, idosas e dos pobres e outras causas. Foi acusada diversas vezes de ser um homem disfarçado de mulher, por ser alta, forte, ter uma voz profunda e um andar desajeitado. Em 1858, por exemplo, precisou ficar nua diante de algumas pessoas para poder entrar em um congresso feminista cuja entrada de homens era proibida (MOREAU, 2000).

¹⁶ Os movimentos negros pela libertação não apoiaram a pautas das feministas negras neles inseridas. Os homens negros se sentiram ameaçados frente à possibilidade de elas se organizarem conforme suas próprias necessidades, pois as consequências poderiam envolver a perda de aliadas e trabalhadoras e o enfraquecimento da supremacia masculina, forçando-os a mudar as maneiras como habitualmente interagiam e oprimiam as mulheres negras (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977).

negras. A inserção de um número maior de mulheres negras no meio acadêmico foi uma variável importante para a expansão dos feminismos negros enquanto corrente teórica, além de viabilizar o acesso ao pensamento de mulheres negras que já traziam essas discussões nos ativismos (ASSIS, 2019).

O resgate feminista no Norte Global até aqui apresentado é uma das possibilidades de leitura e interpretação da construção dos feminismos. Em geral, a hegemonia das críticas feministas está limitada à Europa e aos Estados Unidos, apontando para uma concepção de “mulher” branca, ocidental e burguesa, que desconsidera as intersecções entre gêneros e outros marcadores sociais das diferenças, bem como as especificidades das mulheres das margens capitalistas. Lugares onde houve uma colonização imposta do modelo ocidental de poder, viabilizando uma exploração mais intensa (BITTENCOURT, 2015). Um desses lugares é a “América Ladina”, expressão apresentada por Gonzalez (1988) para explicar que a América Latina é uma construção eurocêntrica, que estabelece a cultura ibérica como sendo a matriz central. As inversões “Ladina” e “América”, portanto, são para trazer a desconstrução necessária e incluir também a influência e a presença da cultura africana que esteve presente em toda construção da região.

Como Assis (2019) pontua, as pautas dos movimentos feministas hegemônicos, em geral liderados por mulheres brancas de classe média, refletiam os anseios de seus lugares sociais de fala e, para além disso, durante muito tempo foram compreendidos como reivindicações generalistas, englobando todas as mulheres de maneira indistinta. Logo, o que foi vivenciado durante um longo tempo foi a concepção da existência da mulher como um sujeito único, independente de seus lugares de fala nas diferentes sociedades e de suas experiências.

É importante, portanto, destacar a necessidade e a importância, principalmente quando se pretende garantir acesso aos direitos humanos a todas as mulheres, de nos atentarmos para as várias formas pelas quais gênero intersecciona-se com uma gama de outros marcadores sociais das diferenças e às diferentes maneiras pelas quais essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres, conforme destaca Crenshaw (2002). Por isso, trataremos, a seguir, das especificidades dos movimentos feministas no contexto desta pesquisa.

4.2 O resgate dos movimentos feministas no contexto brasileiro

Em se tratando da América Latina, nosso foco está nos movimentos feministas no Brasil, país onde nós autoras, mulheres americanas, e as mulheres que participaram desta pesquisa residem. E, para melhor compreendê-los, é relevante buscarmos um resgate histórico que, segundo Pinto (2003), não é uma tarefa fácil, pois os feminismos no Brasil foram movimentos fragmentados, com uma diversidade de objetivos, pretensões e manifestações, indo desde reuniões privadas nas casas de intelectuais, até reuniões com milhares de participantes. Dessa forma, autores e autoras, como a mencionada acima, escrevem sobre os movimentos feministas brasileiros, embasando-se em tendências que se expressaram. E, assim como em outros países, os movimentos feministas iniciais pautaram-se apenas no marcador social das diferenças gênero, tendo como foco os contextos das mulheres brancas de classe média e alta.

De acordo com Pinto (2003, p. 10) os movimentos feministas no Brasil, desde seus inícios, mostraram-se particulares: “[...] não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular [...]”. Essa particularidade deve-se, em parte, à dinâmica da sociedade brasileira. Enquanto na Europa e, mais tarde nos Estados Unidos, vivia-se revoluções em todas as esferas da vida social, provocadas pelo capitalismo que lá se estabelecia, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, ainda havia o regime colonial, escravocrata e patriarcal. Nesse contexto, os feminismos assumiram várias formas de luta, diversas bandeiras, diferentes facetas e ambientes de atuação, como a imprensa, o parlamento, ruas e casas (COSTA; SARDENBERG, 2008).

As manifestações iniciais desses feminismos brasileiros foram em um ambiente em que os direitos das mulheres englobavam apenas as necessidades das mulheres brancas e a população negra vivenciava o racismo sob uma suposta “democracia racial”. As mulheres brancas das classes alta e média dominaram os movimentos feministas, sendo as demandas políticas moldadas por um *status* marcado pela categoria de classe (COLLINS; BILGE, 2021).

A primeira onda surgiu na primeira metade do século XIX, principalmente por meio da imprensa feminina, que constituía o principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento (COSTA, 2013). No começo do século mencionado, as mulheres brasileiras, em sua maioria, estavam inseridas em uma rígida indigência cultural, presas a antigos preconceitos. E, a primeira bandeira levantada, foi a do direito básico de aprender a

ler e escrever e de se profissionalizar, até então reservados somente para os homens (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Nísia Floresta Brasileira Augusta escreveu o livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de 1832, sendo o primeiro no Brasil a abordar o direito das mulheres à instrução e ao trabalho. Além desse direito, Nísia Floresta também ridicularizava a superioridade masculina e defendia que as desigualdades que levam à inferiorização das mulheres são oriundas da educação e de circunstâncias de vida, antecipando a noção de gêneros como construções socioculturais. Dessa forma, ela considera que somente o acesso das mulheres à educação lhes permitiriam ter consciência de sua condição de inferiorizadas e, então, passarem a perceber a importância e necessidade de sua emancipação política. É importante destacar que Nísia Floresta não endossa uma revolução, pois o contexto brasileiro na época impunha o não clamor por revoluções, mas, sim, por pequenas e necessárias mudanças nos comportamentos em relação às mulheres (DUARTE, 2003).

Como mencionado anteriormente, a imprensa foi muito importante para os movimentos feministas brasileiros, especialmente os jornais. Aqueles dirigidos por mulheres começaram a surgir no país, de acordo com Duarte (2003), em meados do século XIX, sendo considerados pelos críticos uma imprensa secundária, supérflua e inconsistente, destinada ao “segundo sexo”. Entre esses jornais, podem ser mencionados o “Jornal das senhoras”, lançado em 1852, por Joana Paula Manso de Noronha; o “Belo sexo”, de 1862, que diferentemente do anterior tinha seus trabalhos assinados por suas autoras que, normalmente, eram mulheres de alta classe.

A segunda onda dos feminismos no Brasil, que surgiu por volta de 1870, foi marcada por uma elevada quantidade de jornais e revistas feministas, menos literários e mais jornalísticos, editados em diversas localidades do país. Dentre eles, destaca-se o jornal “O sexo feminino”, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, cujos textos defendiam que apenas a instrução poderia fazer com que as mulheres compreendessem seus direitos e lutassem para se libertar daquilo que as prendiam (DUARTE, 2003). Em 1889, com a Proclamação da República, esse mesmo jornal passou a adotar outro título, “O quinze de novembro do sexo feminino”, quando Francisca Diniz fez valer sua determinação de lutar pelos direitos políticos das mulheres, especialmente pelo sufrágio (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Outros jornais que se destacaram foram o “Echo das damas”, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, entre 1875 a 1885, defendendo a igualdade e o direito da mulher à educação. “O domingo” e o “Jornal das damas”, ambos de 1873, clamando pelo ensino

superior e o trabalho remunerado, e “A Família”, de 1888, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo que se destacou por assumir um tom combativo a favor da emancipação feminina e por questionar a dominação masculina. Josefina Álvares foi considerada uma das primeiras mulheres a defender o direito delas ao voto, viajando durante o ano de 1877 por diferentes estados brasileiros para lançar campanhas a favor do sufrágio, conquistando adeptas para a causa assim como rancorosos inimigos que a perseguiram por meio da imprensa (DUARTE, 2003).

A luta pelo direito ao voto das mulheres brasileiras ainda continuou durante a terceira onda dos feminismos no país, que teve origem no século XX, iniciando-se com uma movimentação inédita das mulheres, em sua maioria com formação universitária, de classe média e urbana, clamando pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Nessa onda, são destacadas diversas mulheres, como Bertha Lutz (TELES, 1999; DUARTE, 2003; PINTO, 2003, 2010; COSTA SARDENBERG, 2008; DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012; MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015) que, ao voltar para o Brasil após um período de estudos no exterior, percebeu que as brasileiras, em sua maioria, eram analfabetas, uma vez que eram impedidas de estudar, mas obrigadas a se profissionalizarem em tarefas voltadas para os ambientes domésticos.

A partir dessa constatação, Bertha Lutz começou sua luta que, além do sufrágio, abordava o direito das mulheres à instrução educacional, ao divórcio e aos trabalhos assalariados (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). Com outras mulheres, Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a primeira entidade de mulheres em nível nacional e ponto de partida para a criação de várias associações de mulheres pelo Brasil (DUARTE, 2003). Em 1927, a FBPF, por intervenção do governador do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, conseguiu sua primeira vitória: a aprovação, pela Assembleia Legislativa desse estado, de uma resolução que concedia às mulheres o direito ao voto, sendo rechaçada pelos antifeministas do Senado Federal, atrasando o processo. De acordo com Costa e Sardenberg (2008), a partir do avanço alcançado no Rio Grande do Sul, as militantes da FBPF, em cada um dos estados que representavam, exigiram o mesmo direito, por meio de iniciativas tais como o “Manifesto feminista”, também chamado de “Declaração dos direitos das mulheres”, assinado por diversas mulheres, entre elas, Bertha Lutz.

Somente em 1932, o direito ao voto às mulheres foi incorporado ao Código Eleitoral, por Getúlio Vargas, nas mesmas condições que os homens, excluindo os analfabetos. Essa

concessão, juntamente com a criação do Ministério do Trabalho, o estabelecimento do salário mínimo etc., fazia parte de uma nova estratégia de dominação em busca de apoio popular, implantada por Vargas, que representava a burguesia industrial na luta contra a burguesia agrária. Sobre as mulheres, consideradas como integrantes das “classes populares”, houve uma mobilização, atuando dentro da perspectiva das “lutas gerais” da sociedade. Filiadas à Federação Democrática Internacional de Mulheres, vincularam-se com as feministas socialistas da Europa e a influência conservadora. Esse vínculo limitou a atuação da mobilização, pois as realidades das feministas socialistas eram diferentes daquelas vivenciadas pelas mulheres brasileiras (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Quanto às “lutas gerais”, além de apagarem as bandeiras próprias das mulheres, estavam presas aos limites de reivindicações econômicas e políticas que não demandavam profundas transformações na sociedade, não rompendo, portanto, com os limites ideológicos e políticos da sociedade classista e reforçando estereótipos tradicionais das mulheres e a ideologia da opressão. No ano de 1964, com o golpe militar, essa mobilização das mulheres “populares” foi silenciada, juntamente com os demais movimentos populares no país. No caso específico das mulheres negras, o Brasil alegou oficialmente que não tinha “raças”, isto é, não tinha negros e negras como grupo “racial” socialmente reconhecido. Dessa forma, o discurso nacional da “democracia racial” eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetavam a vida das pessoas negras brasileiras. Esse apagamento ampliou as práticas discriminatórias contra pessoas de ascendência africana ao mesmo tempo em que fomentava a identidade nacional de que no Brasil o racismo não existia (COLLINS; BILGE, 2021).

Contudo, após o recesso forçado dos anos da ditadura militar, os movimentos feministas começaram novamente a se articular como parte dos movimentos sociais que, em meados da década de 1970, começaram a agitar o país. Surge a quarta onda dos movimentos feministas brasileiros (COSTA; SARDENBERG, 2008) que, em linhas gerais, articulou as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade, reivindicando a redemocratização (COSTA, 2013).

Essa quarta onda foi também marcada por reuniões, encontros e congressos que reuniam mulheres feministas brasileiras, conforme destacam Costa e Sardenberg (2008). Em 1975, por exemplo, em comemoração ao Ano Internacional da Mulheres, promovido pela ONU, foi realizado no Rio de Janeiro, como destacam os autores, um grande seminário que reuniu mulheres que buscavam discutir a condição feminina na sociedade brasileira, considerando as propostas dos movimentos feministas que se desenvolviam na Europa e

Estados Unidos. Foi articulado em torno da ideia de que “pessoal é político” e debateu novos assuntos, como a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, questionando os papéis tradicionais das mulheres nas famílias e sociedade.

A partir desse seminário, vários grupos de mulheres surgiram em todo o país, recusando-se a relegar as lutas das mulheres a um segundo plano e a vê-las diluídas nas “lutas gerais”, buscando, portanto, espaços próprios para atender suas necessidades. Assim, esses espaços deixam de ser restritos aos membros dos grupos autônomos, passando a incorporar mulheres participantes de outros movimentos e atuando junto ao Estado, como em Conselhos. Importante para a (re)definição desses espaços foi o “*Encuentro*” das mulheres latino-americanas em Bertioga, em 1985, determinante para a nova forma de organização dos encontros nacionais (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Também na quarta onda surge novamente uma imprensa dirigida por mulheres. Em 1975, surge o jornal “Brasil Mulher” e, em 1976, o “Nós mulheres”, ambos abordando temáticas polêmicas na época, como a anistia, dupla jornada de trabalho, prostituição, sexualidades e o racismo. Também em 1975, no início da Década das Mulheres, promovida pela ONU, as mulheres negras brasileiras, apresentaram o “Manifesto das Mulheres Negras” no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto destacava como a vida delas no trabalho, na família e na economia era moldada pelo intercruzamento entre gênero, raça e sexualidade. Durante essa década, as feministas brancas mantiveram-se indiferentes às preocupações das mulheres negras, cenário em que se destacou a atuação de ativistas feministas negras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro (COLLINS; BILGE, 2021).

Entre as décadas de 1980 e 1990, iniciou-se uma crítica pelo fato de os feminismos no Brasil serem liderados por mulheres brancas, urbanas e de classe média alta. Como menciona Gonzalez (1982a), os movimentos feministas no Brasil eram formados por mulheres brancas e de classe média que buscavam a emancipação e a inserção feminina no mercado de trabalho, sem, no entanto, atentarem-se para as situações vivenciadas pelas mulheres negras e pobres. Como Rodrigues (2013) aponta, as mulheres brancas se “esquecem” de que elas próprias oprimem outras mulheres. Ao mesmo tempo em que elas são subordinadas em dadas situações sociais pelos homens brancos, elas também oprimem mulheres negras e de estratos sociais inferiores.

Na década de 1980, organizações de mulheres negras surgiram de uma maneira tão significativa que ganharam destaque no cenário nacional, como: Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (Rio de Janeiro, 1985); Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (Rio de Janeiro, 1985); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andres (Maranhão, 1986); Coletivo de

Mulheres Negras de Belo Horizonte – N’zinga (Minas Gerais, 1986); Maria Mulher (Rio Grande do Sul, 1987); Géledes (São Paulo, 1988) e muitas outras (ASSIS, 2019).

Apontava-se, assim, para as necessidades de promoverem discussões mais amplas acerca das intersecções entre os diferentes eixos de opressão, como o racial, de classe social e de gêneros (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012), sendo Lélia Gonzalez uma das responsáveis por antecipar no Brasil a recepção do que, uma década depois, viria a ser chamado de abordagem interseccional (RIOS, RATTS, 2016), temática a ser explorada na próxima seção desta tese.

Para Carneiro (2003), era necessário enegrecer os feminismos brasileiros e reconhecer as diferenças e desigualdades entre as mulheres, pois as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados daquelas que eram vítimas de outras formas de opressão, além das de gêneros, continuavam invisíveis e silenciados. Mulheres negras escravizadas, por exemplo, foram importantes lideranças abolicionistas no Brasil durante o período colonial, porém, sem o devido reconhecimento, foram vozes silenciadas e presenças invisibilizadas na história, como Adelina, Aqualtune, Chica da Silva, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Maria Felipa e Tereza de Benguela (SANTOS, 2020)

Enquanto as feministas brancas reivindicavam, por exemplo, a plena posse de seus corpos, a independência financeira, além de questões ligadas à gravidez e aborto e, mais recente, ao amor lésbico, as mulheres negras tinham como preocupações centrais a manutenção de suas famílias, questões relacionadas ao direito reprodutivo, à mortalidade infantil, violência e à pobreza (FERNANDES, 2016).

Pautas dos movimentos feministas brancos, como direito de as mulheres irem às ruas e adentrarem no mercado de trabalho, soavam estranhas para as mulheres negras (CARNEIRO, 2003). Embora seja uma reivindicação importante na época em que foi colocada, as mulheres negras, devido ao processo de escravização presente em várias sociedades, forçosamente já trabalhavam, sejam nas ruas, campos e/ou empregos domésticos. Logo, para elas, essa demanda fazia pouco sentido prático (ASSIS, 2019).

Não só nos movimentos feministas as mulheres negras enfrentaram dificuldades, mas, também, nos próprios movimentos negros que surgiram no Brasil na década de 1970. Embora tenham sido espaços criados para discutir e reivindicar medidas contra a discriminação racial praticada no país, as mulheres negras ocuparam uma posição secundária. Nesses espaços, as posições com maior atribuição de poder, como as de chefia, coordenação e liderança foram

ocupadas por homens e a temática gênero não foi incluída nas discussões e ações promovidas (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012), o que representa um exemplo de subinclusão¹⁷. Assim, é possível afirmar que os movimentos negros também representaram um impulso para que os movimentos feministas negros no Brasil surgissem, cujas mobilizações iniciais datam da década de 1970, conforme aponta Carneiro (2003).

Tanto na década de 1970 como na de 1980, as questões políticas debatidas em outros países sobre racismo e gêneros foram colocadas em pauta nos feminismos negros no Brasil (CARNEIRO, 2003). Especificamente na década de 1970, as mulheres negras brasileiras intensificaram suas organizações e promoveram debates sobre seus direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Era um momento direcionado à construção de identidades para os movimentos, delimitando, assim, as especificidades das ações políticas dos movimentos, das demandas das mulheres negras e das condições e situações a que estavam submetidas (LEMOS, 2015).

O terceiro “*Encuentro*” Feminista da América Latina e do Caribe, que aconteceu em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi também relevante para a mobilização desses feminismos negros brasileiros. Foi nele que ativistas negras levantaram suas bandeiras e apresentaram suas demandas relacionadas às suas lutas contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como a mortalidade materna e a saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

No início da década de 1990, as mobilizações de mulheres brasileiras multiplicaram-se. Além das mulheres negras, as mulheres pobres estavam articuladas em seus bairros por meio das associações de moradores, as operárias em departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, e as trabalhadoras rurais começavam a se identificar com os feminismos, denominados “feminismos populares” (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). Porém, em meados da mesma década, as bandeiras feministas passaram por uma gradual acomodação da militância, os feminismos saíram dos holofotes e foram diluindo-se em meio aos estudos culturais e *gays* (DUARTE, 2003).

Novos tempos são vivenciados desde então, e os movimentos feministas brasileiros, assim, como em um mar cujas ondas vão e voltam, apresentam avanços e retrocessos. E sobre

¹⁷ Subinclusão é quando mulheres subordinadas enfrentam um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, uma vez que não faz parte da experiência do grupo dominante no qual estão inseridas. Logo, nesse caso, a dimensão gênero do problema é invisibilizada (CRENSHAW, 2002).

esses retrocessos, destaca-se as visões reducionistas sobre os feminismos, como apontam Teixeira, Cappelle e Oliveira (2012). As autoras investigaram as percepções, sobre os feminismos, de empresárias em uma cidade de Minas Gerais, que participaram do auge dos movimentos feministas no Brasil, ocorridos em 1970. Os resultados da pesquisa apontam, por exemplo, que as participantes consideram os feminismos como opostos ao feminino, ou seja, ser feminista deixa a mulher menos feminina. Visões reducionistas como essa, que são encontradas não só no Brasil, mas em todo o mundo, levam a declarações recorrentes da morte dos feminismos, chamada por Hawkesworth (2006) de “enterro prematuro” dos feminismos.

De acordo com Hawkesworth (2006), encontram-se registros desde 1970 de jornalistas, acadêmicos e acadêmicas feministas, declarando o fim dos movimentos. Todavia, a autora ressalta que esse “enterro prematuro” deve ser questionado e melhor analisado, pois as feministas continuam com suas lutas, por meio de diferentes frentes, para conquistar uma agenda ainda não concretizada. Como pontos dessa agenda, pode-se mencionar a descriminalização e legalização do aborto, com a reivindicação das mulheres pela total autonomia sobre seus corpos e a tomada de decisões sem intervenções. Esse é um tema de extrema relevância, uma vez que os números sobre as mortes de mulheres ao realizarem abortos são preocupantes, representando uma das principais causas de morte materna entre jovens, pobres e negras que, em sua maioria, recorrem às clínicas clandestinas ou realizam os abortos em suas próprias casas (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Outros motivos para não deixar morrer os femininos, especificamente no contexto brasileiro, são as desigualdades salariais quando se consideram as intersecções, principalmente, de gêneros e raças (FONSECA et al., 2017; GOMES; SOUZA, 2019); as mulheres ainda ocupam em pequeno número posições de poder na hierarquia das organizações, ainda enfrentando o fenômeno do teto de vidro¹⁸ (VAZ, 2013; SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO; 2014; PRONI; PRONI, 2018); assim como ainda são assediadas moral e sexualmente (LOMBARDI, 2017; RIBEIRO, 2018; CAMPAGNA; KUTZKE, 2019). Além disso crescem os casos de violência física, mental e sexual contra elas

¹⁸ A presença de barreiras para o crescimento de mulheres nas organizações nos Estados Unidos fez com que um termo fosse criado para representá-las: “*glass ceiling*”, ou “teto de vidro”, que remete a uma representação simbólica de uma barreira sutil, não tão explícita, porém forte, resistente, que dificulta e até mesmo inviabiliza a ascensão de mulheres aos cargos de comando, ou seja, às posições de poder nas organizações (DAVIDSON; COOPER, 1992).

(BARBOSA; et al., 2015; OLIVEIRA; et al., 2015; LIMA; et al., 2017; PALMA; DONELLI, 2017).

De acordo com Gonçalves et al. (2016), embora conquistas tenham sido alcançadas ainda há muito a ser buscado, logo, os feminismos não morreram, tornaram-se múltiplos em todos os aspectos, interpelados por diversas vozes que trazem suas experiências e marcas de opressão. Os feminismos, portanto, continuam vivos, e as mobilizações em prol da equidade entre homens e mulheres e entre seus pares, considerando as intersecções de gêneros, raças/etnias e classes sociais, continuam, com diferentes intensidades e frentes de luta.

5 MARCADORES SOCIAIS DAS DIFERENÇAS E SUAS INTERSECCIONALIDADES: AS DIFERENTES POSIÇÕES EM TERRENOS ACIDENTADOS

Nas subseções a seguir, nos dedicamos a aprofundar e compreender a perspectiva dos marcadores sociais das diferenças e a abordagem interseccional que nos possibilita articulá-los para compreendermos como os entrecruzamentos de marcadores sociais das diferenças influenciam as relações de poder entre as mulheres associadas à organização Café Mulher, inseridas em contextos marcados pelas heranças de um passado colonial.

5.1 Os marcadores sociais das diferenças

É importante destacar que esta subseção foi construída após a reunião e análise do material empírico desta pesquisa. Muitos estudos interseccionais baseiam-se em marcadores sociais das diferenças pré-definidos e supostamente universais de desigualdade, como raça e gênero. Optamos por não nos basear apenas nestes para realizar nossa análise, assim, trouxemos também como um exercício empírico, identificar quais marcadores sociais das diferenças se interseccionam e produzem a complexidade das relações de poder na organização Café Mulher. Esse exercício é muito importante, pois, conforme destacam Almeida et al. (2018), não há uma lista fechada de categorias que operam como marcadores sociais das diferenças, dependerá do contexto particular de cada pesquisa.

Diferenças, diversidades, pluralismo e hibridismo são alguns dos termos que geram debates e contestações. As questões de diferença estão no centro de muitas discussões nos feminismos contemporâneos. O conceito de “diferença” está associado a uma variedade de

significados em discursos, teorias e perspectivas diversas, como pontua Brah (2006). A mesma autora sugere quatro maneiras que podem ser utilizadas para conceituar “diferença”: i) diferença como experiência; ii) diferença como relação social; iii) diferença como subjetividade e iv) diferença como identidade.

Nesta tese, entendemos que a compreensão da diferença passa, sobretudo, pela “diferença como relação social, uma vez que, nosso contexto de análise envolve relações sociais de poder que foram estruturadas e estruturam outras a partir da intersecção entre eixos construídos socialmente, como gênero e raça. Construções estas que são oriundas de um passado colonial e escravocrata, que silenciaram e ainda silenciam e invisibilizam a presença e o trabalho de importantes grupos, como o das mulheres na cafeicultura, principalmente mulheres negras que são catadeiras, apanhadeiras e/ou meeiras. Assim como Brah (2006, p. 363) discorre:

A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupos [...] é o eco da ‘diferença como relação social’ que reverbera quando legados da escravidão, do colonialismo ou do imperialismo são invocados [...].”

As diferenças, portanto, são construções históricas e sociais em que determinados aspectos são legitimados e tidos como “verdades” que são naturalizadas e consideradas normais em um sistema que promove desigualdades e exclusões, como é pontuado por Zamboni (2014). Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que as assimetrias produzidas em torno das diferenças são construídas histórica e socialmente por meio das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças que estruturaram e ainda estruturam as relações de poder tecidas na sociedade e cafeicultura desde o Brasil colônia.

Os marcadores sociais das diferenças se referem a um conjunto de valores histórica e socialmente constituídos de variáveis, como gênero, sexualidade, raça, geração, etnia, entre outros, que atuam nos processos de diferenciação social e de posicionamento das pessoas na estrutura social. Ou seja, os marcadores sociais são uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e geram implicações em termos de hierarquias, assimetrias, discriminação e desigualdades. Gênero e sexualidade, por exemplo, com frequência são interseccionados com cor e raça, constituindo uma linguagem poderosa para expressar desigualdades sociais mais amplas (ALMEIDA et al., 2018).

Schwarcz (2019) pontua que os estudos feministas, de uma maneira geral, tiveram grande relevância na formação do conceito e foram as autoras dos feminismos negros e

lésbicos dos anos 1980, como Angela Davis, Bell Hooks e Gloria Anzaldúa que em seus trabalhos deram início à temática e a uma das abordagens que buscam entrecruzá-los, como a abordagem interseccional, lente teórica e metodológica abordada nesta tese e que cujo aprofundamento será apresentado na subseção a seguir.

O registro mais antigo citado por Almeida et al. (2018) e Schwarcz (2019) do primeiro trabalho a nomear o conceito, foi o de autoria de Verona Stolcke, em 1993, o artigo “*Is sex to gender as race is to ethnicity*”: “Sempre que ‘raça’ é empregada como um *marcador de diferença* e desigualdade social, estamos lidando, não menos que no caso da etnicidade, com uma construção sócio-histórica” (STOLCKE, 1993, p. 28, tradução nossa, grifos nossos). No Brasil, a autora Mariza Corrêa, em seu artigo “Sobre a invenção da mulata” (1996, p. 28, grifos nossos) é uma das primeiras a empregar o termo “*marcador social de diferenças*” (ALMEIDA et al., 2018; SCHWARCZ, 2019) e completa ao sugerir que o marcador social de diferenças gênero seja mais bem explorado, incluindo “[...] suas afinidades e conflitos com outros marcadores sociais” (CORRÊA, 1996, p. 28).

Como são socialmente construídos, os marcadores sociais das diferenças devem ser contextualizados no tempo e espaço, não aparecendo de maneiras isoladas, mas, devendo sempre estar articulados às experiências das pessoas. Além disso, devem ser considerados como diretamente ligados às relações de poder. Os seres humanos são diferentes uns dos outros das mais diversas maneiras e em múltiplas dimensões. São diversos e diversas nos formatos, cores, proporções corporais, nos usos de seus corpos e linguagens, na forma como se alimentam, se vestem, no consumo, nas formas como se relacionam uns com os outros e em outras tantas variáveis. Cada um e uma compartilha algumas dessas características com alguns e não com outros e outras e isso faz com que cada uma delas tenha um peso diferente nas experiências de cada pessoa. Essas experiências estão ligadas às relações de poder e a diferentes sistemas de dominação mais amplos, que são responsáveis pela produção e reprodução de desigualdades (ZAMBONI, 2014).

O significado de ser socialmente classificado como negra e negro, por exemplo, é diferente a depender da contextualização no tempo e espaço em que é feita. No Brasil, no século XIX, a pele negra, socialmente, remetia à escravização e ao trabalho braçal. Essas diferenças eram asseguradas por um sistema de dominação que tratava negros e negras como objetos, negando-lhes direitos políticos e perpetrando castigos físicos. No século XXI, grande parte dessas desigualdades ainda permanecem, mas com alguns significados distintos. O racismo ainda é vivenciado, mas agora dentro de um sistema capitalista e as desigualdades são traduzidas, por exemplo, em termos de disparidade de acessos ao mercado de trabalho e bens

de consumo. Se a cor da pele é, portanto, um aspecto da diversidade humana, a raça (resultante de uma dinâmica de classificação atravessada por relações de poder) é um marcador social das diferenças (ZAMBONI, 2014).

Não há, naturalmente, nada na cor da pele em si que a associe a um tipo específico de trabalho, à pobreza ou riqueza, a uma outra expressão cultural. As combinações entre os lugares sociais ocupados pelas pessoas envolvidas e as relações sociais entre elas, que são relações de poder, em um determinado contexto (histórico e político), que dão significado a tais categorias e geram e/ou reproduzem assimetrias, conforme pontuado por Zamboni (2014) e também destacado por Gonzalez (1984). Compreende-se, portanto, que o poder é relacional, na medida em que se manifesta nas relações entre as pessoas, decorrendo, principalmente, das assimetrias (SMOLKA; GÓES; PINO, 1998).

A partir do exemplo exposto sobre o marcador social das diferenças raça, percebe-se que ele não está isolado, implica em outros marcadores sociais das diferenças. Em síntese, uns são construídos por meio dos outros. Como é possível discutirmos o racismo, por exemplo, sem considerar as condições de trabalho a que são submetidas as mulheres negras pobres? Como discutir sobre a homofobia (discriminação de homossexuais) sem ponderar sobre as relações de gêneros em um contexto cisheteropatriarcal (ZAMBONI, 2014)? É fundamental, portanto, articular os marcadores sociais das diferenças, pois, conforme defende Moutinho (2004), são categorias em articulação que convivem, se tencionam e alteram as inter-relações que estabelecem.

Sobre essa articulação, Zamboni (2014) aborda em seu trabalho dois exemplos bastante oportunos para compreendermos essa condição. O primeiro deles é o debate em torno da aprovação do projeto de lei que regulamentava o trabalho doméstico no Brasil. Inicialmente, foi colocado que se tratava de uma questão de classe: os direitos de uma categoria específica de trabalhadores. Porém, conforme pontua Zamboni (2014), em todas as notícias vinculadas na mídia sobre o tema, emergia a questão de gênero. De acordo com Teixeira (2021), 97% do trabalho doméstico é realizado por mulheres, o que segundo a autora é resultado de construções sociais e de poder que estabeleceram que as atividades domésticas são biologicamente ligadas às mulheres.

Ainda sobre esse debate, tratava-se também de uma questão racial: a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas são negras e o próprio trabalho doméstico é compreendido, socialmente, como “trabalho de negro”. Essa associação é oriunda do passado histórico colonial em que as antecessoras históricas são as personagens das mulheres negras escravizadas, conforme pontuado por Teixeira (2021). A autora ainda destaca que as mulheres

negras, no Brasil, se submeteram a diversos tipos de trabalho desde a escravização, dentro das casas ou fora delas. E, ao longo de toda a história, o trabalho doméstico tornou-se um dos principais meios de sobrevivência dessas mulheres.

O segundo exemplo abordado por Zamboni (2014) retoma a polêmica em torno do programa “Mais Médicos”. Como é pontuado pelo autor, na época, o Governo Federal do Brasil decidiu importar médicos formados em Cuba para solucionar a escassez de profissionais em algumas áreas de atuação, principalmente relacionadas à população carente. Essa medida provocou insatisfação e indignação da maioria da classe médica brasileira, que é majoritariamente branca e da elite. Sobre esse contexto, Castro (2022, p.06) cita o infeliz comentário da jornalista Micheline Borges, de 2013, carregado de preconceito e discriminação, com a presença da articulação de marcadores sociais das diferenças: “Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo??? Afe que horrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência... Coitada da nossa população” [sic].

Zamboni (2014) pontua que tanto a medicina quanto o trabalho doméstico têm gênero, classe e raça. O que está envolvido quando são colocados em oposição: “Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico” e “essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica”? Relações de poder que pretendem colocar “cada um em seu lugar”, lugares estes que foram construídos e reproduzidos socialmente por meios das relações de poder. Essas relações colocam diversas pessoas, mas, principalmente, os grupos subalternizados, assim definidos pela perspectiva pós-colonial, em posições de sérios atingimentos do fluxo intenso de tráfego, nos entrecruzamentos de diferentes vias, representadas aqui pelos marcadores sociais das diferenças. Quem é digno e digna de ser médico(a) e empregado(a) doméstica? Não estamos falando apenas de uma questão profissional. Marcadores sociais das diferenças estão presentes nesta disputa, como a articulação entre raça, gênero, classe social e etnia.

Não há, como é afirmado por Zamboni (2014) e Almeida et al. (2018), uma lista fechada e definitiva acerca de quais são os marcadores sociais das diferenças e quais devem ser abordados nas pesquisas, pelo contrário. Os marcadores sociais das diferenças e suas intersecções a serem analisadas, dependem de variáveis como as leituras, interpretações e análises apresentadas e reconhecidas nos contextos de cada pesquisa. No caso específico desta tese, considerando como contexto de análise as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Café Mulher, tendo como lente de análises principais a abordagem interseccional e a perspectiva pós-colonial, emergiram como principais

marcadores sociais das diferenças: gênero, raça, e classe que em nossas análises e interpretações foram articulados, conforme orientações da interseccionalidade.

Sobre o marcador social das diferenças gênero, pode ser compreendido como uma categoria analítica, construída social e historicamente (GROSSI, 1998) com base no binarismo masculino/feminino (RUIZ CASTRO; HOLVINO, 2016). As relações mediadas por esse marcador social das diferenças integram as discussões sobre diferenças na perspectiva dos movimentos feministas, que buscam problematizar, em suas primeiras ondas, a produção de desigualdades a partir das diferenças entre masculino e feminino (PISCITELLI, 2002). Nelas, há uma crença social na superioridade inerente do masculino sobre todos os outros, o que dá aos homens direitos e dominância, destacando-se o eixo de opressão do sexismo (LORDE, 2009).

Especificamente no contexto organizacional, Acker (1998, 2011) defende que existem subestruturas organizacionais, como políticas particulares, regras, práticas convencionais de organização do trabalho e as maneiras pelas quais as pessoas interagem umas com as outras, que contribuem para a manutenção e reprodução dos padrões de desigualdades de gênero, as quais já são legitimadas e defendidas pela sociedade, sempre privilegiando o gênero masculino. Esse privilégio é também fomentado, entre outros motivos, pela “organização social patriarcal” (LAGARDE, 2012, p. 360, tradução nossa), cuja manutenção, segundo Saffioti (2004) e Castro e Machado (2016) é reforçada por homens e mulheres que também reproduzem aquilo de que são vítimas.

Por se mostrar dinâmico e derivado das relações sociais, que são relações de poder, torna-se essencial atentar-se para os mais diversos contextos e com quais outros sistemas de opressão o marcador social das diferenças gênero relaciona-se (OYÈWÚMI, 2004). Outro marcador social das diferenças presente nesta tese, interseccionado a outros, como gênero é a raça.

De acordo com Collins (1998), as definições que distinguem raça são também construções histórico sociais que nos levam, por exemplo, às relações de poder do período escravocrata e colonial. E o racismo, deriva dessas construções, que, segundo pontua Lorde (2009, p.01): “[...] sexismo [...] e heterossexismo [sic] ambos nascidos da mesma fonte como o racismo”, que é “[...] a crença em superioridade inerente de uma raça [a branca] sobre todas as outras e então seu direito de dominância”. Contextualizando o racismo na cultura brasileira, Gonzalez (1984, p. 224) afirma que “[...] o racismo se constituiu como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra [...]”.

Classe é também outro marcador social das diferenças emergente nesta tese e que, nas primeiras ondas dos movimentos feministas, foi apontado como uma das formas mais explícitas de segregação, juntamente com o marcador social das diferenças gênero, o que tornava o poder de mudanças ainda mais distante das mulheres negras, pobres e periféricas (HOOKS, 1982). Conforme destaca Zamboni (2014), inicialmente, os movimentos sociais que lutavam por direitos e igualdade ocorreram de maneira mais expressiva em referência às diferenças de classe, o que se deve, principalmente, pela influência da teoria marxista.

Como defende Hooks (2018, p.55) a “[...] esperança genuína de libertação feminista está numa visão de mudança social que desafia o elitismo. Mulheres ocidentais adquiriram poder de classe e maior desigualdade de gênero, porque um patriarcado de supremacia branca global escraviza e/ou subordina multidões de mulheres do terceiro mundo”. Esse posicionamento nos leva a interpretar que o conceito de classe deve superar os debates sobre meios de produção e envolver comportamentos legitimados, pressupostos básicos da vida e padrões de experiência.

Gênero, raça e classe são marcadores sociais das diferenças cujas intersecções presentes nas relações de poder acidam de maneira grave os grupos subalternizados localizados em seus entrecruzamentos, como lésbicas negras e pobres, não existindo uma supremacia de um marcador social das diferenças sob os outros. Logo, adotar, portanto, uma abordagem que aborde esses entrecruzamentos é fundamental, por isso, escolhemos a abordagem interseccional para no guiar e será nosso tema de aprofundamento na subseção a seguir.

5.2 Interseccionalidades: os entrecruzamentos das diferenças

Diferenças e desigualdades são uma das grandes questões debatidas, desde a maneira como são construídas, experimentadas até como são reproduzidas. Muitas abordagens consideravam o capitalismo, como a teoria Marxista, o patriarcado, como algumas ondas dos movimentos feministas, ou o racismo, como o pensamento sobre raça, como um elemento explicativo único ou primordial para a produção de diferenças, desigualdades, a exploração, dominação e opressão nas sociedades. Porém, é necessário ir além e realizar uma análise mais precisa que contemple sistematicamente a combinação de dois ou mais eixos de opressão (PEREIRA, 2021). É crucial entender e defender quando tratamos das desigualdades, que gêneros, raças, classes sociais e outros marcadores sociais das diferenças, não operam em

separado, que é justamente o que a interseccionalidade, tema abordado nesta seção, nos possibilita.

Diversos especialistas contemporâneos ignoram ou não têm consciência de que a interseccionalidade existia antes de ser nomeada, isto é, anterior ao final da década de 1980 e início da década de 1990 (COLLINS, BILGE, 2021). É importante, portanto, reconhecer a importância de uma análise crítica sobre a origem da interseccionalidade, sendo fundamental partir do entendimento de que a ideia basilar que a interseccionalidade transmite é uma preocupação que já existia dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do surgimento do conceito da interseccionalidade e de sua apropriação pelo mundo acadêmico (KYRILLOS, 2020).

Em 1851, por exemplo, na cidade de Akron, no estado de Ohio, nos Estados Unidos, ocorreram diversas convenções pautadas nos direitos das mulheres brancas. Especificamente na Convenção dos Direitos da Mulher. Sojourner Truth - mulher negra, escravizada, pioneira dos feminismos negros, lutou pela abolição da escravatura e pelos direitos das mulheres negras - dirigiu-se a uma plateia de homens e algumas mulheres brancas (ainda não era permitido às mulheres falarem em público) (CANDIANI, 2013), para discursar sobre a opressão racista e a dominação sexista, respondendo aos rudes e provocadores argumentos da supremacia masculina.

O líder dos provocadores argumentou durante a Convenção que era um absurdo as mulheres desejarem obter o direito ao voto, uma vez que não conseguiam sequer atravessar uma poça de água ou entrar em uma carruagem sem que um homem as ajudasse. Sojourner Truth discursou contra esse argumento, afirmando que nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens e questiona “*Ain’t a woman?*” – “E não sou eu uma mulher?” (DAVIS, 2016).

Por meio desse questionamento, “E não sou eu uma mulher?”, Sojourner Truth destacou a negação que excluiu as mulheres negras da categoria de mulheres (VELASCO, 2019), sendo ainda mais excluídas aquelas que não gozavam do conforto material da classe média e da burguesia, como ela, uma mulher que foi escravizada. Tal posicionamento, além de questionar as supremacias masculina e racista, também expôs o preconceito de classe no próprio movimento de mulheres. Sojourner Truth era uma mulher, negra e ex-escravizada, aspectos que não deveriam anular sua natureza feminina e, por isso, ela exigia direitos iguais e não menos legítimos do que os das mulheres brancas de classe média (DAVIS, 2016).

Por meio de seu discurso, Sojourner Truth trouxe, portanto, reivindicações de identidade que são relacionais, construídas em relação às mulheres brancas e aos homens,

apontando para o fato de que as identidades não são objetos, mas processos constituídos por meio de relações de poder. Sojourner Truth também desafiou os imperativos de subordinação e, principalmente, o pensamento essencialista da categoria “mulher”, criando uma visão (BRAH; PHOENIX, 2004) ao atentar para a importância de debater e pensar que não existe somente uma determinada opressão, mas, sim, diferentes tipos que precisam ser interseccionados (TEIXEIRA, 2020). Como Brah e Phoenix (2004) e Akotirene (2020) afirmam, por meio do pioneirismo do seu discurso, Sojourner Truth captou de maneira precisa os elementos necessários para o debate sobre o que, posteriormente foi denominado por “interseccionalidade” entre os marcadores sociais das diferenças gêneros - na época denominada “sexo” -, raças e classes.

Em 1867, Sojourner Truth, em outro discurso, intitulado “*Keeping the Thing Going While Things are Stirring*”, cujo objetivo foi falar sobre a necessidade de direitos iguais para homens e mulheres negros, mobiliza os entrecruzamentos entre os marcadores sociais das diferenças raça, gêneros e classe ao contar que, quando escravizada, trabalhava no campo e desenvolvia mais atividades que os homens negros escravizados, mas que eles recebiam o dobro do seu pagamento.

A partir da nova visão apresentada por Sojourner Truth, tornou-se crescente a importância de examinar as intersecções entre os múltiplos eixos de diferenciação e seus efeitos opressores, em contextos específicos (BRAH; PHOENIX, 2004). O “*The Combahee River Collective Statement*”, de 1977, manifesta sua defesa a favor de interseccionar diferentes eixos de diferenciação e opressão, como o sexismo, racismo, heterossexismo, a exploração capitalista imperialista e de classe social, ao considerar, principalmente, as situações das mulheres negras. Conforme é colocado no Manifesto, a definição da política do Coletivo¹⁹ é estar ativamente comprometidas na luta contra a opressão racial, de gênero - na época denominada “opressão sexual” -, heterossexual e de classe, estando esses sistemas opressivos interligados, não podendo ser separados.

Especificamente sobre as mulheres negras, a própria expressão engloba a interseccionalidade, trata-se de uma escolha sobre como resistir e com quem resistir, envolvendo as diferenças de classes, sexualidades, identidades de gêneros, religiosas, étnicas, raciais, linguísticas, sexuais e nacionais (LATINA FEMINIST GROUP, 2001)

¹⁹ A principal dificuldade no trabalho político do Coletivo *Combahee River* é lutar contra uma série de opressões, não somete uma ou duas frentes de opressão, não ocupando posições privilegiadas em termos de raças, gêneros, sexualidade ou classes, logo, não tem acesso aos recursos e ao poder dos grupos privilegiados (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977).

Outra autora que trouxe à tona a discussão sobre a articulação de eixos da “diferença” antes do termo interseccionalidade ser cunhado, foi Audre Lorde. Em 1979, na Conferência do *New York University Institute for the Humanities*, ela destacou que se não consideramos as diferenças de raça, sexualidade, classe e idade, em conjunto, enfraquecemos qualquer discussão feminista do pessoal e do político, afinal, racismo, sexismo, heterossexismo, elitismo, classicismo e discriminação etária são inseparáveis. Em 1980, Audre Lorde dá continuidade ao debate sobre a relevância de interseccionar diferentes eixos de opressão. De acordo com ela, a Europa ocidental, desde o período de colonização, nos condicionou a perceber as diferenças humanas segundo um binarismo simplista: dominante/dominado, branco/negro, homem/mulher, superior/inferior etc., sendo os “dominados” e “inferiores” posições ocupadas por aquelas(es) que sofrem uma opressão sistematizada, como pessoas negras, trabalhadores, idosos, mulheres e aquelas do, até então, chamado “Terceiro Mundo”, ou amefricanas, como pontuou Gonzalez (1988) e cujo emprego defendemos nesta tese.

Para Lorde (1980), a compreensão dessas diferenças de maneira simplista fez com que dentro dos movimentos feministas, por exemplo, as mulheres brancas se concentrassem em sua opressão como mulheres, isto é, percebendo somente a opressão em termos de gêneros, e ignorassem diferenças entre elas em termos de raça, preferência sexual, classe e idade. A autora ainda pontua que, enquanto o privilégio natural da brancura for ignorado e a “mulher” definida apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres negras, especialmente as mulheres negras, passam a ser consideradas “Outras” e os diferentes problemas e armadilhas por elas enfrentados não são enxergados. De acordo com Lorde (1980), não são nossas diferenças que separam as mulheres, mas o fato de as ignorarmos e interpretarmos de maneira errada. É preciso, como coloca a autora, desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós, mulheres, e encontrarmos maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas lutas.

Outro aspecto destacado por Audre Lorde é o de, além de interseccionar diferentes eixos de opressão, não os hierarquizar. Como ela afirma, sexismo e heterossexismo vêm do mesmo lugar que o racismo, logo:

Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e *gays*, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e *gays* é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens *gays* são negros. Não existe hierarquia de opressão (LORDE, 1983, p. xx).

Dessa forma, é importante destacar que as interseccionalidades não estabelecem uma hierarquia ou somatória de opressões (ASSIS, 2019). Angela Davis, feminista negra norte-americana, em 1981, no seu livro “*Women, Race & Class*”, já argumentava sobre a necessidade de não hierarquizar formas de opressão, num período em que termos como gênero e interseccionalidade ainda não haviam sido disseminados no jargão acadêmico e nos movimentos sociais. A autora também destaca como os entrecruzamentos entre eixos de opressão, como o racismo, o sexismo e o capitalismo, marcaram as vidas das mulheres exploradas, principalmente nos Estados Unidos, como negras, como mulheres e como trabalhadoras “[...] sofriam as desvantagens combinadas de sexo, classe e raça [...]” (DAVIS, 2016, p. 106).

Davis (2016) também destaca o sofrimento dos homens negros a partir desses entrecruzamentos, vítimas de linchamentos e classificações raciais acusatórias de serem abusadores sexuais de mulheres brancas. A exemplo do entrecruzamento entre racismo e sexismo, fortalecido pela exploração global capitalista da classe trabalhadora, Davis (2016) menciona o trabalho doméstico, afirmando que, enquanto as mulheres brancas somente seriam domésticas se não encontrassem outro trabalho, as mulheres negras estavam aprisionadas na ocupação de empregada doméstica, recebendo salários inferiores a qualquer outra mulher na mesma posição.

Gloria Anzaldúa, cujos trabalhos são considerados centrais para a ascensão dos feminismos latinos e da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021), ao reivindicar em seu ensaio, “*La Pietra*”, de 1981, um espaço limítrofe, ajudou a criar as condições para um entendimento amplo e sólido da interseccionalidade:

Eu sou uma ponte balançada pelo vento, uma encruzilhada habitada por turbilhão. Glória a facilitadora, Glória, a mediadora, estendida sobre a parede entre os abismos. ‘Sua lealdade é para La Raza, o movimento chicano’, dizem os membros da minha raça. ‘Sua lealdade é para o Terceiro Mundo’, dizem meus amigos negros e asiáticos. ‘Sua fidelidade é ao gênero, às mulheres’, dizem as feministas. Então há minha fidelidade ao movimento *gay*, à Revolução Socialista, à Nova Era, à magia e ao oculto. E há minha afinidade com a literatura, com o mundo do artista. O que eu sou? Uma feminista lésbica do terceiro mundo com aprendizagens marxistas e místicas. Eles iriam cortar-me em pequenos fragmentos e marcar cada pedaço com um rótulo (ANZALDÚA, 1981, p. 208, tradução nossa).

Com essa declaração, Anzaldúa (1981) se descreveu de maneira mais ampla dentro do espaço fronteiro, no limiar entre várias coletividades, expressando suas sensibilidades interseccionais. Especificamente no contexto brasileiro, cujo contexto social carrega heranças

de um passado histórico envolto pelo colonialismo, escravização e ditadura militar (COLLINS; BILGE, 2021), Hasenbalg (1982), menciona três linhas de pesquisas que tentaram, inicialmente, lançar luz sobre as relações entre os marcadores sociais das diferenças raça e classe social para justificar as desigualdades sociais na sociedade brasileira, mas, sem sucesso. A primeira, segundo o autor, foi feita por Gilberto Freyre e defendia a “democracia racial”²⁰ no Brasil, cuja ideia principal era a de ausência de preconceito e discriminação raciais, existindo, portanto, iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos.

A segunda linha de pesquisa foi influenciada pela primeira, sendo conduzida por aqueles que estudaram as relações raciais no norte do Brasil, rural e urbano, durante as décadas de 1940 e 1950. Embora houvesse uma forte evidência de associação entre cor e posição social, esses estudiosos desenfatazaram a discriminação racial e seus efeitos na mobilidade social dos negros. Concluíram, por exemplo, que o preconceito existente no Brasil se refere mais à classe social do que à raça e que outras características, como riqueza, ocupação e educação, são mais importantes do que a raça na determinação das formas de relacionamento inter-pessoal. A terceira linha, por sua vez, desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 pela Escola de São Paulo, à qual se vinculam os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni que, em comum, apresentam a visão de que a situação social dos negros após a abolição, assim como o preconceito e a discriminação, são resíduos culturais do já distante passado escravista (HASENBALG, 1982).

Diante das conclusões feitas pelas três linhas de pesquisas: na primeira, o papel da raça na geração das desigualdades sociais é negado; na segunda o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e na terceira a discriminação racial é um mero resíduo cultural do passado escravista, Hasenbalg (1982) sugere que: i) o preconceito e a discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirem novas funções e significados dentro da nova estrutura social; e ii) a raça, como atributo social e historicamente elaborado, juntamente com outros critérios, continuam a determinar a distribuição de pessoas na hierarquia social. Logo, há o apontamento de interações entre diferentes critérios que culminam na desigualdades sociais.

Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira, refletiu atentamente sobre as realidades de exclusão vivenciadas, principalmente, pelas mulheres negras brasileiras, tendo

²⁰ Assim como Kyrillos (2020, p.05), acreditamos que, no Brasil, “[...] defender o mito da democracia racial é negar um violento processo assimilacionista imposto aos povos africanos e indígenas, ao mesmo tempo em que desconsidera as implicações atuais de uma sociedade que se construiu historicamente com base em um ainda presente racismo estrutural.

como principais motivações sua experiência pessoal com o preconceito e a discriminação, bem como os movimentos sociais nos quais se engajou em meados dos anos de 1970, época em que deu início aos seus primeiros escritos ensaísticos sobre as relações de poder e de opressão dos homens negros e mulheres negras no Brasil. Transitando, portanto, entre o movimento negro e o movimento feminista, Lélia Gonzalez foi crítica de ambos, mas, também, antecipou algumas abordagens que, posteriormente, seriam denominadas de interseccionais. Foi, portanto, uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade como uma questão teórica e política, trabalhando tal proposição em três planos: entre os marcadores sociais das diferenças de análise (raças, gêneros, classes e outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo, segregação e outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista, homossexual e outros) (RIOS; RATTS, 2016).

Ainda de acordo com Rios e Ratts (2016), a biografia de Lélia Gonzalez ilustra um país que determina e naturaliza posições sociais com base em atributos gravados por cor e gêneros. Raras não foram as vezes, por exemplo, que Lélia Gonzalez foi confundida com uma empregada doméstica em sua própria casa. “A patroa está?”, pergunta que ela utilizou diversas vezes em seus discursos para plateias feministas. É um exemplo que mostra como Lélia Gonzalez conseguia explorar, segundo os autores, significados sociais, ocupacionais e culturais relativos à naturalização das relações entre classes, raças e gêneros, assim como tais marcadores sociais das diferenças se articulavam nas experiências sociais das mulheres negras. Sobre essas mulheres, Gonzalez (1982b, p. 09) pontua que elas vivenciam a tríplice discriminação:

[...] a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. [...] Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual).

Em 1984, Lélia Gonzalez destacou, especificamente, a articulação entre racismo, sexismo e segregação, a qual produz efeitos violentos sobre as mulheres negras brasileiras. De acordo com a autora, ao articular a divisão racial e a divisão sexual do trabalho, diversos exemplos surgem, como o fato de as mulheres negras desempenharem, em sua maioria atividades que não implicam em lidar com o público, para não serem vistas; além de serem consideradas na cultura brasileira naturalmente como cozinheiras, faxineiras, serventes, trocadoras de ônibus ou prostitutas, condições essas que ainda estão presentes na sociedade brasileira.

O emprego doméstico, por exemplo, de acordo com Ávila e Ferreira (2020), é uma das maiores categorias de trabalho do Brasil para as mulheres, sendo majoritariamente ocupado por mulheres negras, e cujas relações são relevantes para compreender a formação social brasileira e as heranças coloniais que estruturam a reprodução dessas relações. Ainda conforme as autoras, o emprego doméstico no país é indissociável da escravização e do processo histórico de exploração, dominação e desapossamento da população negra pela burguesia, tendo sido tecido no fio da história de uma sociedade marcada fortemente pelas desigualdades e moldado pelas relações sociais de gêneros, raça e de classe. De acordo com Candiani (2013), as mulheres negras, mesmo após a abolição da escravatura, continuam a desempenhar os mesmos papéis domésticos, mudando apenas as pessoas para quem trabalhavam, passando dos donos dos escravizados para os patrões que, com suas visões racistas e patriarcais, colocam as mulheres negras na primeira fila de exploração.

Ainda sobre o trabalho doméstico, Akotirene (2020, p. 26-27) afirma:

[...] é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas [...] raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica.

O conceito de interseccionalidades foi, portanto, pensado por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais não eram observadas pelos feminismos brancos, que não vivenciaram experiências da colonização, e pelos movimentos antirracistas, cujo foco estava nos homens negros. Surge a partir das críticas feministas negras às leis antidiscriminação direcionadas às vítimas do racismo patriarcal (AKOTIRENE, 2020). De acordo com Crenshaw (1989), a interseccionalidade permite enxergar o fracasso dos feminismos em contemplar mulheres negras, já que reproduziam o racismo. Igualmente, os movimentos negros falham pelo caráter machista, oferecendo ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas dos homens negros.

A ausência de articulação entre raças, classes e gêneros, tanto nas teorias feministas quanto nas produções afrocêntricas, gerou inobservâncias interseccionais produtoras do cenário de violência contra as mulheres negras. Ainda na década de 1980, por exemplo, após surgirem as primeiras delegacias da mulher, as publicações feministas ainda abordavam a

“mulher” universal e o Estado, por sua vez, abordava essas concepções para formular e avaliar políticas públicas (AKOTIRENE, 2020).

A primeira vez que o termo interseccionalidade foi usado, com o sentido que os feminismos empregaram, foi na área jurídica. Kimberlé Crenshaw, advogada, professora da Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA) e fundadora do Centro de Estudos em Interseccionalidade e Políticas Sociais da Universidade de Columbia, introduziu no direito a teoria interseccional, isto é, o estudo sobre como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, está diretamente relacionada aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação. Dessa forma, inicialmente, as teorias interseccionais foram desenvolvidas para uso em tribunais e julgamentos que não fariam justiça se fosse privilegiado apenas uma das discriminações sofridas pelas partes em litígio (HOLLANDA, 2009).

Especificamente, o termo interseccionalidade foi cunhado em 1989, no artigo publicado de autoria de Kimberlé Crenshaw “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”. A autora dá início ao trabalho destacando a consequência problemática da tendência de tratar os marcadores sociais das diferenças raças e gêneros com mutuamente excludentes, além disso, ela também menciona que apenas as experiências dos membros mais privilegiados, em termos de gêneros e raças e/ou classes, dos grupos marginalizados são consideradas, representando somente um aspecto de um fenômeno muito mais complexo. O paradigma da discriminação sexual, por exemplo, tende a ser baseado nas experiências de mulheres brancas e a discriminação racial, nas experiências dos negros mais privilegiados (CRENSHAW, 1989).

De acordo com Crenshaw (1989), a “interseccionalidade” desafia análises isoladas. As mulheres negras, como pontua a autora, experienciam a discriminação de inúmeras maneiras que não são unidirecionais:

[...] consideremos o tráfego num cruzamento indo e vindo em todas as quatro direções. Do mesmo modo que o tráfego num cruzamento, a discriminação pode fluir em todas as direções. Um acidente num cruzamento pode ser causado por qualquer um dos carros, viajando em qualquer uma das direções e, às vezes, por todos eles. Da mesma forma, se uma mulher Negra é prejudicada por estar na intersecção, a sua lesão pode resultar tanto da discriminação sexual quanto da discriminação racial (CRENSHAW, 1989, p. 67).

Considerar os diferentes eixos que moldam as relações de poder é fundamental, pois, conforme afirmam Cho, Crenshaw e McCall (2013), atentar-se para apenas um eixo implica em minar com as lutas pela justiça social e a produção do conhecimento.

Após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, o termo “interseccionalidade” conquistou a popularidade acadêmica e, a partir de então, visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, responsáveis por gerar os cruzamentos e sobreposições entre os marcadores sociais das diferenças: gêneros, raças e classes sociais, considerados aparatos coloniais modernos que atingem repetidas vezes as mulheres negras (AKOTIRENE, 2020) e, de maneira mais geral, as mulheres negras.

Ao longo das décadas que se seguiram, a interseccionalidade mostrou ser um conceito produtivo, empregado em diferentes disciplinas – História, Sociologia, Literatura, Filosofia, Antropologia e outras – e estudos, como os feministas, étnicos, *queer* e jurídicos (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013). Independente da disciplina e/ou estudo que a interseccionalidade for empregada, é importante considerar, conforme apontando por Collins e Bilge (2021), que ela é indissociavelmente ligada a seis ideias centrais, inter-relacionadas, elaboradas nos contextos dos movimentos sociais, que enfrentaram as crises de seus tempos, como os desafios do imperialismo, colonialismo, militarismo e exploração capitalista. Essas seis ideias, são: as desigualdades sociais; as relações de poder interseccionais; os contextos sociais; a relacionalidade; a justiça social e a complexidade.

Ao reconhecer que as desigualdades sociais não são causadas por um único fator, a interseccionalidade adiciona camadas de complexidade, passando a compreender tais desigualdades por meio das interações entre vários marcadores sociais das diferenças. Esses marcadores devem ser analisados por meio de interseções específicas - racismo e sexismo, ou capitalismo e heterossexismo, por exemplo - e entre domínios de poder – estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal²¹ (COLLINS; BILGE, 2021), que resultam nas relações de poder interseccionais.

²¹ De acordo com Collins e Bilge (2021), são quatro os domínios de poder, duráveis ao longo do tempo e no espaço, e, embora distintos, estão interconectados e definem as práticas organizacionais: i) domínio estrutural do poder: refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais; ii) domínio cultural do poder: enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder; iii) domínio disciplinar do poder: refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em marcadores sociais das diferenças como raças, gêneros, classes, idades, nacionalidades e outras; e iv) domínio interpessoal: refere-se à maneira como os indivíduos vivenciam

Essas relações devem ser analisadas dentro de um contexto social, principalmente quando envolve a América Latina. A contextualização é importante, pois ela influenciara a relacionalidade, isto é, uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre os marcadores sociais das diferenças, como raças e gêneros, para o exame de suas interconexões. Por fim, a interseccionalidade está relacionada à justiça social que muitas vezes é ilusória, quando regras, por exemplo, são aplicadas de maneira igual a todos, gerando resultados desiguais e injustos (COLLINS; BILGE, 2021).

Diante da explanação realizada até aqui, é possível interpretar que a origem da interseccionalidade está relacionada com os movimentos sociais, logo, seu surgimento e potencialidade não podem ser reduzidos à compreensão e limites impostos pela e na academia. Apagar esse resgate implica em silenciar importantes grupos de mulheres negras e contribuir para a perda gradual da força e potencial crítico do conceito da interseccionalidade, conforme Kyrillos (2020) defende.

A partir dos resgates iniciais realizados nesta subseção, quando a ideia da interseccionalidade já era empregada, antes mesmo de o termo ser cunhado, é possível compreendê-la, assim como pontuado por Collins e Bilge (2021), como uma sinergia entre a práxis crítica e a pesquisa crítica. A práxis crítica faz referência à maneira como as pessoas, individual ou coletivamente, produzem e utilizam a estrutura da interseccionalidade no seu cotidiano, militando por acesso a direitos e/ou eliminação das desigualdades sociais. Já a pesquisa crítica implica no desenvolvimento da interseccionalidade no contexto acadêmico, como uma abordagem teórica e uma ferramenta analítica para a construção de pesquisas e análises críticas. Em síntese, como afirma Dill (2002), a interseccionalidade é uma importante ferramenta que liga a teoria à prática.

O conceito de interseccionalidade ganhou expansão e cada vez mais vem conquistando espaço nos debates e pesquisas acadêmicas, inclusive no Brasil (KYRILLOS, 2020). Ultrapassou o campo de estudos sobre mulheres e gênero, adentrando outras áreas do conhecimento científico e, a cada dia, são ampliadas as análises, levando em consideração outros marcadores sociais das diferenças, como sexualidade, identidades de gênero, gerações e outros (ASSIS, 2019).

as convergências de poder estrutural, cultural e disciplinar, moldando identidades interseccionais de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade e idade que, por sua vez, irão moldar as interações sociais.

Essa expansão do conceito traz consigo uma heterogeneidade de entendimentos e usos que, em alguns casos, se afastam da essência. Conforme destacado por Collins e Bilge (2021, p. 11), a interseccionalidade “[...] está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto da academia e das instituições. Fala tanto à juventude por meio das mídias sociais e da cultura popular quanto ao corpo acadêmico de conferências e publicações especializadas”.

Toda essa diversidade pode ser refletida em diferentes estudos, nos últimos cinco anos, que abordaram a interseccionalidade na análise de mídias como blogs (LIMA; PINEZI, 2019) e filmes (FERREIRA et al., 2020) e revistas (BORGES; COPPI, 2020); vulnerabilidade de portadores e portadoras de HIV/Aids (DAMIÃO et al., 2022) de travestis e de mulheres trans (VERONEZE, 2022); projetos de extensão e políticas de inclusão social em universidades (MARCELINO et al., 2022); educação inclusiva de crianças (FREITAS; SANTOS, 2021) e saúde mental (VIEIRA; TORRENTÉ, 2022).

Especificamente nos contextos organizacionais, como pontuado por Ferreira et al. (2020), utilizar a interseccionalidade como lente de análise é muito importante, pois nos possibilita, por exemplo, aprofundar na compreensão acerca do sistema hierárquico e das desigualdades que permeiam os mais diversos ambientes organizacionais. Esses sistemas se mantêm, pois as posições superiores ainda são formadas pela lógica cisheteropatriarcal.

Holvino (2010) propõe que as interseccionalidades nos contextos organizacionais devem ser pensadas como a simultaneidade de identidades, práticas organizacionais e sociais. De acordo com a autora, raças, gêneros, classes, etnias, sexualidades e nacionalidades devem ser estudadas como processos simultâneos de identidade, isto é, como as pessoas se autopercebem e como são percebidas pelas outras pessoas nas organizações; processos institucionais, ou seja, estruturas e procedimentos organizacionais legitimados, mas que perpetuam as desigualdades; e práticas sociais, englobando as influências e estruturas culturais locais e globais nas quais as práticas organizacionais se inserem.

Empregando a abordagem interseccional, Ruiz Castro e Holvino (2016) analisaram as práticas de progressão na carreira em uma *Big Four* no México e identificaram que gênero não opera isoladamente como um marcador social das diferenças, mas se cruza com classe, etnia e cultura em diferentes formas e direções, resultando em privilégios para alguns e desvantagens para outros e outras na satisfação, desenvolvimento e oportunidades de progressão em suas carreiras. Não se trata apenas de algumas mulheres não serem promovidas, como apontaria uma tradicional análise de gênero, vai muito além. No contexto organizacional analisado, mulheres e homens brancos, considerados atraentes e de aparência

“abastada”, fluentes em inglês, graduados em universidades privadas e que estabeleceram bons relacionamentos com seus parceiros surgiram como mais satisfeitos(as) e com maiores possibilidades de progressão em suas carreiras.

Este é apenas um exemplo da diversidade de contextos em que a interseccionalidade pode ser e deve ser empregada. Essa mesma diversidade aponta para a importância de não partir da suposição errônea de que a interseccionalidade é uma estrutura pronta a ser aplicada em determinado projeto de pesquisa, programa ou política. Na realidade, a interseccionalidade pode assumir várias formas, é heterogênea, não há uma estrutura interseccional a ser aplicada em todos os campos. Ao contrário, cada campo demanda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas e, por isso, o contexto social a ser considerado é tão importante (COLLINS; BILGE, 2021).

A partir dessa heterogeneidade, conforme ainda destacado por Collins e Bilge (2021), respostas variadas e até mesmo contraditórias, surgem para o questionamento “o que é interseccionalidade?”. Porém, as autoras colocam, a maioria das pessoas provavelmente aceitaria a seguinte descrição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (idem, p.15).

A definição apresentada, conforme Collins e Bilge (2021), descreve o principal entendimento da interseccionalidade: em determinada sociedade, em um determinado período, as relações de poder, nem sempre transparentes, que englobam raças, classes e gêneros, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. Pelo contrário, tais marcadores sociais das diferenças se sobrepõem e funcionam de maneira unificada e, embora sejam geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social e colocam grupos, como os subalternizados, em posições de atingimento de fluxos intensos de tráfegos, vindos de diversas direções.

A interseccionalidade, portanto, como defende Akotirene (2020), nos possibilita partir de avenidas estruturadas, por exemplo, pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e com

capacidades diferentes enfrentam, por exemplo, barreiras para acessar empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios, evidenciando, sob o prisma da interseccionalidade, que as intersecções entre marcadores sociais das diferenças, posicionam diferentes pessoas de maneiras diferentes no mundo.

6 ABORDAGENS/TEORIAS FEMINISTAS

Nosso intuito nesta seção não é o de esgotar as teorias feministas e os detalhes sobre elas, nem o de tecer apontamentos sobre suas limitações, afinal, todas, inclusive nossa escolha, apresentam pontos limitantes. Nosso objetivo é o de apresentar algumas dessas teorias, com as quais nos encontramos ao longo do nosso caminho de descobertas para escolher nosso posicionamento epistemológico. É importante frisar que temos ciência de que, embora o termo “teoria” remeta muito ao contexto acadêmico, as teorias feministas têm importantes e indissociáveis relações com os movimentos sociais.

Uma das referências com a qual nos deparamos e cuja menção é recorrente em muitas publicações, é o trabalho Calás e Smircich (1999). As autoras defendem que as teorias feministas, ao serem adotadas como lentes conceituais, ampliam o campo de estudos para além das mulheres, passando a abranger questões de outros grupos, que também são diretamente afetados. São elas: Teoria Feminista Liberal; Radical; Psicanalítica; Marxista; Socialista; Pós-estruturalista/pós-moderna e Pós-Colonial. Muitas dessas teorias focam somente no marcador social das diferenças gênero.

A Teoria Feminista Liberal surge na tradição política liberal, entre os séculos XVII e XVIII, quando se passa do domínio da igreja e do feudalismo para o início do capitalismo e da sociedade civil. Sob a perspectiva dessa teoria as mulheres precisam ter, em todos os âmbitos de suas vidas, acesso às mesmas oportunidades que os homens têm. E para isso acontecer deve-se buscar transformações de maneira não radical dos sistemas sociais e políticos, buscando, conforme ressalta Tong (2009), mostrar que as mulheres são tão humanas quanto os homens. Embora tenha apresentado resultados positivos, as mulheres, insatisfeitas com os movimentos libertários, oriundos desses feminismos Liberais, constroem os feminismos Radicais, guiados pela Teoria Feminista Radical que surge no final da década de 1960 e tem foco voltado apenas para o marcador social das diferenças gênero (CALÁS; SMIRCICH, 2009).

As feministas radicais se reconhecem como revolucionárias, acreditando alcançar a equidade de gêneros por meio da revolução dos sistemas ao eliminar políticas discriminatórias, educacionais, jurídicas e econômicas. Em síntese, defendem que proporcionar às mulheres os mesmos direitos e oportunidades dos homens é suficiente para extinguir as desigualdades entre eles. Diferentemente das feministas liberais e radicais, posicionam-se as feministas da Teoria Feminista Psicanalítica. Com base em construções freudianas e/ou lacanianas, alegam que as identidades de gêneros são construídas a partir de uma série de experiências acessíveis apenas por meio da psicanálise. Essas experiências são resultantes das percepções dos homens enquanto sexo masculino e das mulheres enquanto sexo feminino, e, também, na visão das sociedades patriarcais sobre o masculino ser melhor que o feminino (TONG, 2009). Dessa forma, para essa teoria, a sociedade ideal é aquela isenta de estruturas de gêneros (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Outra teoria apresentada pelas autoras Calás e Smircich (1999) e Tong (2009) é a Teoria Feminista Marxista, uma crítica ao capitalismo, considerado pelas feministas marxistas como uma das principais causas da opressão das mulheres. Para essa teoria, o classismo é responsável pelas desigualdades de gêneros e não o sexismo. A concepção de boa sociedade, portanto, difundida na Teoria Feminista Marxista implica em sociedades sem classes sociais (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Aspectos negativos da Teoria Feminista Marxista podem ser pensados, conforme ressaltam Calás e Smircich (1999) a partir da insatisfação de algumas feministas quanto às cegueiras de questões relacionadas aos gêneros. Essa insatisfação fez surgir, em 1970, a Teoria Feminista Socialista, como uma tentativa de síntese dos aspectos relevantes das teorias feministas marxista, psicanalítica e radical. Para compreender a subordinação das mulheres aos homens, as feministas socialistas buscam integrar classes sociais e de sexos, além de aspectos como identidades, raças/etnias e orientações sexuais (TONG, 2009), fazendo surgir uma preocupação inicial com as intersecções entre os marcadores sociais das diferenças.

A Teoria Feminista Pós-Estruturalista/Pós-moderna, surge buscando questionar, de acordo com Calás e Smircich (1999, p.300), posições epistemológicas e ontológicas das teorias modernas. Segundo Nicholson (1994), essa teoria questiona o conhecimento resultante e a maneira como ele é construído, buscando mostrar também a instabilidade da linguagem como uma forma de representação. As mulheres, fora do padrão universal, da “representação geral da ‘mulher’”, vistas como os Outros no sistema de linguagem dominante, são questionadas por essa teoria (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Por fim, temos a sétima teoria feminista abordada por Calás e Smircich (1999), a Teoria Feminista Pós-Colonial. Essa teoria estende os *insights* da Teoria Feminista Pós-Estruturalista/Pós-Moderna, buscando a desconstrução dos discursos ocidentais ao mostrar que eles legitimam os colonialismos e os imperialismos. Além disso, teoriza sobre posições e relações de sujeitos heterogêneos, considerados os “Outros” ou “subalternizados”, como mulheres amefricanas, conceito apresentado por González (1988); negras, indígenas, que se mostram divergentes das imagens raciais e de gêneros produzidas pelo conhecimento ocidental (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Tong (2009) engloba a Teoria Feminista Pós-Colonial junto a outras duas teorias feministas: Multiculturais e Globais. De acordo com a autora, apresentam em comum o reconhecimento da diversidade de mulheres e os desafios por elas enfrentados, desafiando, assim, o essencialismo feminino. Por essa razão, feministas multiculturais, globais e pós-coloniais repudiam a tendência de algumas mulheres, particularmente mulheres privilegiadas, de falar em nome de todas as mulheres. Apesar das semelhanças, têm suas diferenças: as feministas multiculturais defendem que, mesmo em uma nação, todas as mulheres não são construídas/criadas iguais. A depender de sua raça e etnia, bem como de sua identidade sexual; de gênero; idade; religião; nível de educação; ocupação ou profissão; estado civil; condição de saúde e outros vários marcadores sociais das diferenças, cada mulher experimentará sua identidade e status como mulher diferente.

Para além da visão das diferenças defendida pelas feministas multiculturais, feministas globais e pós-coloniais acrescentam que, a depender se a mulher é membro de uma nação do chamado “Primeiro Mundo/desenvolvida/do Norte/Ocidental” ou de uma nação do “Terceiro Mundo/em desenvolvimento/Sul/Oriental”, ela será afetada positiva ou negativamente de maneira significativa. Além disso, as mulheres que vivem em nações que foram anteriormente colonizadas podem ter identidades particularmente complexas, podendo sentir uma urgência especial para reapropriar as tradições pré-coloniais de seu povo ou resistir a elas com força ainda maior do que seus colonizadores. Dessa forma, podemos interpretar que a perspectiva pós-colonial dialoga com a abordagem interseccional, trazendo para o centro das análises e discussões, a diversidade, tanto de mulheres, quanto de marcadores sociais das diferenças, como raça, nacionalidade e outros. Além disso, como somos amefricanas e também membros de uma sociedade que foi colonizada, escolhemos nos guiar epistemologicamente nesta pesquisa pela teoria pós-colonial.

Outras teorias feministas também são apresentadas por Tong (2009), como o Feminismo Focado no Cuidado e o Ecofeminismo. As Ecofeministas, assim como as

feministas multiculturais, pós-coloniais e globais, dão destaque para as diversas formas pelas quais os seres humanos são oprimidos, mas elas também se concentram nas relações de dominação entre seres humanos e natureza. Elas consideram, conforme Tong (2009), que as mulheres estão culturalmente ligadas à natureza, existindo conexões conceituais, simbólicas e linguísticas entre questões feministas e ecológicas. O modo de pensar hierárquico, dualista e opressivo do patriarcado prejudicou tanto as mulheres quanto a natureza. As mulheres foram “naturalizadas” e a natureza foi “feminizada”. Logo, devem ser unidas as demandas do movimento de mulheres com as do movimento ecológico para vislumbrar uma reformulação radical das relações socioeconômicas básicas e os valores subjacentes da sociedade.

Especificamente sobre o Feminismo Focado no Cuidado, muitas pensadoras feministas, de acordo com Tong (2009), refletiram sobre o fato de que as mulheres são as principais cuidadoras das sociedades em todo o mundo, criando os filhos, atendendo às necessidades de enfermos e cuidando de idosos muito mais do que os homens. E as feministas focadas no cuidado consideram as capacidades das mulheres para o cuidado como uma força humana e buscam desenvolver uma ética feminista do cuidado como um complemento, ou mesmo um substituto, para uma ética tradicional de justiça.

Outra teoria feminista que se destaca é a Teoria *Queer*, construída pelo encontro de estudos culturais americanos com o pós-estruturalismo francês, com destaque para a influência de trabalhos de autoras como Judith Butler e Teresa de Lauretis. A Teoria *Queer* tem como principal objetivo questionar as concepções clássicas de sujeito e identidade, tendo surgido principalmente no ativismo e nos coletivos de *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros (JAGOSE, 1996). De acordo com Souza e Carrieri (2010), a Teoria *Queer* é um ataque e também uma resposta ao universalismo, binarismo e essencialismo presentes na concepção de sujeito do iluminismo/humanismo, buscando mostrar, por exemplo, como identidades sexuais binárias – homossexual e heterossexual – são construções discursivas sociais, históricas e culturais, envoltas por relações de poder e saber (SEIDMAN, 2006).

Haraway (2000) traz também sua contribuição para as teorias feministas no “Manifesto Ciborgue”. Em diálogo com os feminismos norte-americanos, Economia e Biologia, sua área de formação, a autora, em sua publicação propõe uma postura feminista apta a refletir sobre a influência da ciência e da tecnologia, no final do século XX, sobre as relações sociais. Para ela, os feminismos socialistas, marxistas e radicais abordaram as mulheres a partir do que seria considerado comum a todas elas: a “política da identidade”. Ela sugere, então, uma ruptura com tal política, dando lugar a uma coalização que seja capaz de

abranger as diferenças e afinidades entre as mulheres, denominada por Haraway (2000) de “política de afinidades”.

A figura do ciborgue, portanto, formada pelas fusões entre máquina e organismo, realidade e ficção, não tendo um corpo sólido com componentes definidos, é uma metáfora dessa nova política, em que dicotomias rígidas que serviram para dominar mulheres, pessoas de cor, trabalhadores e animais, por exemplo, como mente/corpo, natureza/cultura, organismo/máquina, homem/mulher, seriam desmanchadas. Conforme Fontgaland e Cortez (2015) pontuam, essa figura do ciborgue é importante para que Haraway (2000) repense as questões de gênero, sexualidade, raça e tecnociência, visto que se passa das tradicionais dominações hierárquicas para um sistema de dominação baseado na informática e tecnologia, fazendo surgir novas formas de poder, bem como novas configurações e significados de sujeitos.

6.1 A perspectiva pós-colonial: as vias de cruzamento construídas num passado colonial

Nesta seção, nosso objetivo é o de compreender a expressão “pós-colonial”, quanto ao seu emprego epistemológico, referindo-se a um conjunto de contribuições teóricas-metodológicas oriundas, principalmente, de estudos literários e culturais que ganharam evidência a partir dos anos de 1980 em algumas universidades dos Estados Unidos e Inglaterra (BALLESTRIN, 2013).

Anterior à cunhagem da expressão “pós-colonial”, a referência era ao “Terceiro-Mundo”, que evoca toda uma conjuntura histórica e cultural política, na qual estavam presentes slogans como o de “libertação nacional”. Se antes “Terceiro-Mundo” era amplamente empregado, sua utilização passou a ser hesitada, e esse receio foi reflexo do declínio dos movimentos de libertação nacional da “era Bandung”²². Especificamente nos

²² Em abril de 1955, foi realizada a Conferência de Bandung, em Bandung na Indonésia, um dos movimentos mais significativos dos países de Terceiro Mundo, com a presença de vinte e nove Estados africanos e asiáticos para lançar princípios políticos dos países “não-alinhados” – Movimento dos Não-Alinhados (MNA). Foi a primeira reunião internacional de nações não europeias (denominadas “de cor”), reproduzindo a primeira expressão política da emergência de novas nações independentes no cenário mundial. Era o início da Guerra Fria e o MNA expressava uma postura geopolítica equidistante dos países centrais e superpotências. A América Latina, nos anos de 1960, caracteriza-se pela instabilidade política, por conflitos entre países da região e, também, conflitos internos de cada país. Tudo isso, reforçado por um clima de desconfiança mútua, grande nacionalismo e forte repúdio à intervenção estrangeira nos assuntos internos, constituiu um panorama pouco

anos de 1960 os intelectuais tornam-se contra o emprego do termo “Terceiro Mundo”, passando a adotar outros, como “pós-colonial” e, a partir da década de 1980, essa substituição concretizou-se gradualmente (LARSEN, 2005).

Foi, portanto, na década de 1980, que a visão do “Terceiro Mundo” como um bloco homogêneo foi questionada, uma vez que os países nele inclusos não aceitavam se identificar como tal. Nem todos esses países compartilhavam o ideário revolucionário-utopista, característico no primeiro momento de euforia da Independência “terceiro-mundista”; além disso, aqueles países que haviam lutado juntos, já não apresentavam as mesmas necessidades e problemas. E, foi na busca pela diferenciação e não homogeneização, que esses países, buscaram usar suas diferenças como um meio de integração ao modelo capitalista global, especialmente em relação aos bens culturais, uma vez que o mercado de cultura mundial se abria à interculturalidade (PRYSTHON, 2001).

Ainda na década de 1980, os efeitos da presença, cada vez maior, de bens simbólicos dos países “terceiro-mundistas” na cultura de massa internacional, foram percebidos em todo o mundo. A disseminação generalizada de culturas, vista, inicialmente, como uma possível solução para o efeito homogeneizador, acabou por gerar esse efeito não desejado sobre tais culturas. A cozinha étnica, por exemplo, passou a ser aquilo que o “Ocidente” queria que ela fosse, houve uma apropriação das diferenças (PRYSTHON, 2001).

A partir desse resultado, percebeu-se a necessidade de mudanças, inclusive em relação às abordagens teóricas sobre o “Terceiro Mundo”. O que antes estava sob o domínio das Ciências Políticas e Sociais, passava a fazer mais parte da história e, especificamente, da história da cultura, dos Estudos Culturais e literários. E foram eles os responsáveis por revelar mais profundamente o grau de globalização cultural e como estava sendo a penetração dos bens culturais nas chamadas “metrópoles”. Esses estudos condensaram a partir dos anos de 1990 um instrumental que foi ponto de partida para o estabelecimento de políticas de diferença, desafiando a hegemonia do Norte Global e redefinindo a modernidade a partir de novos termos, além de mostrar alternativas para um padrão cultural baseado na cópia e na imitação, (PRYSTHON, 2001).

favorável para a evolução da integração da região. Por isso, os países da América Latina, com exceção de Cuba, mantiveram-se distantes do MNA. Com a polarização no auge da Guerra Fria, mudanças e a implantação de alternativas no plano econômico e da informação foram inviabilizadas. O MNA enfraqueceu, não conseguindo afirmar suas metas e propostas reformistas e, diante de todos os impasses políticos e econômicos, perdeu seu protagonismo no contexto internacional (BRESSAN; SALLES, 2015).

O paradigma “Terceiro Mundo”, portanto, desaba por ser indiferenciador, por homogeneizar diferenças. E, então, surge a perspectiva pós-colonial, criando aberturas culturais (principalmente para os intelectuais) dos chamados “países periféricos” e suprimindo o componente utópico-revolucionário de sua proposta (PRYSTHON, 2001). Essa nova perspectiva foi iniciada por autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – imigrantes de países pobres que viviam na Europa Ocidental e América do Norte, tendo primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, suas áreas pioneiras de difusão a partir de 1980. Depois expandiu-se geograficamente e para outras disciplinas, tendo como referências, dentro e fora da Europa, autores como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Stuart Hall e Paul Gilroy (COSTA, 2006).

Para a abordagem pós-colonial não estão mais em jogo os espaços geográficos e o anticolonialismo, considerados pelo paradigma do “Terceiro Mundo”, mas, sim, as condições temporais que surgem após o findar do período colonial (PRYSTHON, 2001). Ela busca esboçar, por meio da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica das concepções dominantes da Modernidade (COSTA, 2006). Em essência, o argumento pós-colonial, busca a superação das relações de colonizações, colonialismos e as colonialidades (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade foi um termo cunhado por Quijano (1997) para representar aquilo que transcende as particularidades dos colonialismos históricos e que não desaparece com a Independência ou descolonização. Mesmo após o fim das administrações coloniais, as formas coloniais de dominação continuam.

Outra superação buscada pela abordagem pós-colonial é a de não mais considerar as diferenças entre as culturas ex-colonizadoras e ex-colonizadas como binárias, iluminando os espaços intersticiais (HALL, 2003). Os binarismos imperiais que indicavam movimentos em uma única direção: dos colonizadores para os colonizados, são, portanto, questionados e passa-se a defender que as mudanças não estão em uma única direção, que ela é transcultural, com a circulação significativa de efeitos que vão e vem entre as categorias envolvidas (HALL, 2003; ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

Teoricamente, portanto, a abordagem pós-colonial busca a descolonização da história e da teoria, uma abordagem alternativa ao “Ocidente”, reinsserindo o debate da identidade nacional, representação, etnicidade, diferenças, hibridismo, “Ocidente” e “Oriente”, e da subalternidade – a abordagem pós-colonial ultrapassa a concepção de representação, é a própria voz do subalternizado que está em jogo (PRYSTHON, 2001), ou seja, passa-se a pensar as realidades locais a partir de suas próprias bases e histórias, rompendo com a lógica

colonial. Ela busca deslocar o *locus* de enunciação do centro para as margens do discurso, mudando a origem do olhar (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

A abordagem pós-colonial, portanto, emerge como a exigência de um espaço no qual os sujeitos periféricos possam falar por si e terem suas vozes ouvidas. Essa exigência de um lugar de fala não está restrita apenas às e ex-colônias, mas, envolve todos os sujeitos inseridos, de maneira geral, em populações marginalizadas, como grupos étnicos e imigrantes em países desenvolvidos²³, colonizados, indígenas e outros grupos de oprimidos, como as mulheres (PRASAD, 2003).

Os porta-vozes que intercederam por parte desses grupos quando não podiam falar, foi a chamada “tríade francesa”, composta por Aimé Césaire (1913-2008) – nascido na Martinica, no Caribe, negro e poeta; Albert Memmi (1920- 2020) – nascido na Tunísia, na África, de origem judaica, foi escritor e professor; e Frantz Fanon (1925-1961), a voz mais pronunciada, – nascido também na Martinica, no Caribe, negro, psicanalista e revolucionário de libertação nacional na Argélia (BALLESTRIN, 2013, AGUIAR, 2016). A obra de destaque de Albert Memmi foi o “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador, de 1947. Aimé Césaire destaca-se com o livro “Discursos sobre o colonialismo”, de 1950, e o mais conhecido, Frantz Fanon, com o livro “Os condenados da terra”, de 1968 (AGUIAR, 2016).

Sob a percepção de Fanon (2008), a colonização representou um processo violento que, ao impor identidades inautênticas, subordinou e desumanizou os colonizados e colonizadas, vistos como coisas e cujas humanidades foram negadas pelos colonizadores e colonizadoras. De acordo com Fanon (2008), somente com a desalienação, ou seja, a libertação dessa lógica, seria possível recuperar identidades autênticas, sejam elas de negros ou mestiços. Ou seja, para Frantz Fanon a alienação era uma questão racial (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Outro autor que também trabalhou com a ideia da alienação, porém a alienação nacional, foi o brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. De acordo com Guerreiro Ramos (1958), os indivíduos ou grupos sociais somente conseguem refletir sobre suas próprias condições caso se coloquem como sujeitos de seus próprios destinos. Frantz Fanon e Alberto Guerreiro Ramos, portanto, em momentos e lugares diferentes, apresentam propostas de descolonização

²³ “Desenvolvimento”: termo da retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como “Terceiro Mundo” e países subdesenvolvidos (MIGNOLO, 2008).

a partir da tomada de consciência crítica racial e nacional, ou seja, interseccionando dois marcadores sociais das diferenças.

Essa problemática coloca os dois autores diante da reflexão de pensar sobre a possibilidade histórica de os colonizados assumirem um lugar de enunciação, formando identidades capazes de contrapor os discursos dominantes, ou seja, o discurso colonial (ROSA; ALCADIPANI, 2013). É essa possibilidade histórica a principal característica da origem da perspectiva pós-colonial, assim como representa o ponto de partida para que outros autores, também localizados na periferia, reflitam sobre as possibilidades de construção de contradiscursos, equivalentes à desalienação. Entre esses autores, os três principais representantes do pós-colonialismo são o palestino Edward Said e os indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007; ROSA; ALCADIPANI, 2013).

O trabalho fundador desse novo olhar da perspectiva pós-colonial é o livro “Orientalismo” de autoria do crítico literário Edward Said (MACHADO, 2004; COSTA, 2006; ROSA; ALCADIPANI, 2013; AGUIAR, 2016), nascido em Jerusalém em uma família cristã, imigrou adolescente para os Estados Unidos, onde concluiu sua formação acadêmica e, posteriormente, lecionou (AGUIAR, 2016). Seu ponto de partida em “Orientalismo” é o estabelecimento, *a priori*, de uma distinção binária entre “Ocidente” e “Oriente”, em que aquele que se auto-representa como “Ocidente” define também o que se entende por “Oriente” (COSTA, 2006), em uma relação que generalizada, mostra a polaridade entre o “Ocidente” e o resto do mundo: *West/Rest* (Ocidente/Resto) (HALL, 1996).

Said (2003) tece, portanto, uma análise crítica quanto à essa representação, chamada de Orientalismo, ressaltando que o “Ocidente” criou uma visão distorcida sobre o “Oriente”, subordinando e colocando-o na posição de “outro”, por meio de uma tentativa de diferenciação favorável aos interesses dos colonialismos. O autor denunciou também o caráter autoritário do Orientalismo, mas sem buscar reconstruí-lo. Procurou apresentar outras possibilidades de enunciação do discurso sobre o “Oriente”, livre da repressão e manipulação. E nessas possibilidades, o autor coloca as relações entre culturas e impérios como problemáticas, uma vez que o fim dos colonialismos não implica na desocupação territorial e na emancipação política das ex-colônias, há uma tendência de que eles continuem por outros meios.

Outro autor de destaque é Homi Bhabha, cuja principal contribuição, apresentada no livro “O lugar da Cultura”, de 1998, é o *locus* ou espaços de enunciação. Esses espaços, segundo Bhabha (1998) não deveriam ser definidos pelos binarismos, como “Ocidente”/ “Oriente”, “dentro”/ “fora”, “negro”/ “branco” etc., mas se situar entre essas divisões, no

entremeio dessas fronteiras, que o autor denominou “*third space*” – terceiro lugar – ou “*in between*” – entre lugares. Um instante de hibridização em que os sujeitos não possuem identidades pré-fornecidas, representando o momento de se definirem, ainda que de maneira provisória, circunstancial e negociada entre as possibilidades de significação (ROSA; ALCADIPANI, 2013). A hibridização refere-se às relações entre colonizadores e colonizados, enfatizando suas interdependências e as construções mútuas de suas subjetividades (BHABHA, 1998). Refere-se ao intercâmbio cultural, um processo não necessariamente pacífico (SOUZA, 2004), que não nega as hierarquias e relações de poder envolvidas entre as duas categorias nos extremos, o “ser” e o “outro” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

Pensar nesse terceiro espaço, portanto, representa encontrar um espaço de enunciação que pode escapar dos essencialismos das fronteiras culturais, delimitadas pelo pensamento colonial, e cujos sujeitos são descentrados e as identidades não são fixas, nem definidas *a priori* de uma maneira imune. Esse espaço representa uma fissura entre os discursos, uma brecha onde os subalternizados tentam se expressar e se constituir como sujeitos, um local de interferência entre as imposições metropolitanas e as resistências coloniais (ROSA; ALCADIPANI, 2013). E é sobre essa possibilidade de os subalternizados falarem que iremos discutir a seguir.

Subalternizado foi um termo adotado inicialmente pelo filósofo Antonio Gramsci para fazer referência aos grupos da sociedade sujeitos à hegemonia das classes dominantes, podendo incluir camponeses, trabalhadores e outros cujo acesso ao poder é negado. Essa hegemonia, fundamentalmente, é o poder das classes dominantes de convencer as classes dominadas de que seus interesses são os interesses de todos, e são naturais. A dominação, neste caso, não é exercida pela força física, nem necessariamente uma persuasão ativa, mas por um poder mais sutil (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

É a partir dessa concepção de subalternizado de Antonio Gramsci que surgiu um movimento que reforçou o pós-colonial como uma epistemologia intelectual e política. Na década de 1970, formou-se no sul-asiático o “*Subaltern Studies Group*” – Grupo de Estudos Subalternizados, liderado por Ranajit Guha, um historiador indiano de origem marxista, que juntamente com os membros do grupo propunham uma releitura da história a partir visão dos subalternizados, considerando não apenas relações de espaço, mas, também, de poder. Inspirados nas reflexões de Said (2003) e Fanon (2008), acreditavam que os sujeitos subalternizados da Índia, Paquistão e outros lugares, eram também produtos dos discursos dominantes (BALLESTRIN, 2013; ROSA; ALCADIPANI, 2013; AGUIAR, 2016). Na

década de 1980, os estudos subalternizados tornaram-se conhecidos fora da Índia por meio de autores como Partha Chatterje, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak.

No ano de 1985, a última autora mencionada, Spivak, publicou um artigo que se tornou outro destaque da perspectiva pós-colonial: “*Can the subaltern speak?*” – Pode o subalternizado falar?, também influenciada pelo conceito de subalternizado de Gramsci. Por subalternizado, Spivak (2010, p.12) compreende as “[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Inclui, portanto, não apenas países periféricos, mas, também, minorias que vivem nos centros, como mulheres, negros, homossexuais, lésbicas etc (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Sobre esse subalternizado poder ou não falar, já no próprio título da obra, Spivak (2010) traz uma ambivalência proposital. A autora parte de uma autocrítica sobre o papel do intelectual pós-colonial como um cúmplice do processo de colonização, questionando a permissão e a capacidade que o sujeito subalternizado teria de falar, de se fazer entender, aludindo à questão da representação (AGUIAR, 2016). Spivak (2010), portanto, delega aos intelectuais pós-coloniais a responsabilidade de não reproduzirem a condição de subalternizado, mas, sim, de tentar combatê-la. Como a autora coloca, é importante que estejamos atentos e conscientes dos papéis que desempenhamos como intelectuais para não cairmos nas armadilhas de falar pelo outro ou mantê-lo na condição de subalternidade. É necessária a busca por um trabalho efetivo e, principalmente, ético contra a subalternidade, por meio da criação de espaços de escuta qualificada do subalternizado.

Outro aspecto relevante da obra de Spivak (2010) para a perspectiva pós-colonial é a abordagem interseccional, embora não tenha assim sido percebida pela autora. Ela menciona sua “posição duplamente subalternizada”, que coerente a abordagem interseccional, intersecciona os marcadores sociais das diferenças gênero, ser uma mulher, e nacionalidade, ser membro de uma nação colonizada. Nas palavras de Spivak (2010, p. 28), “Se no contexto de produção colonial, o sujeito subalternizado não tem história e não pode falar, o sujeito subalternizado feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Neste trecho a autora, mais uma vez, destaca a interseccionalidade, o que nos leva a interpretar que além dos marcadores sociais das diferenças a que o “sujeito subalternizado” enfrenta, o “sujeito subalternizado feminino”, está em posições de atingimento de um fluxo mais intenso de tráfego, pois o marcador social das diferenças gênero se junta aos demais.

Historicamente, a subalternidade representa a condição de silêncio dos subalternizados, uma vez que sua legitimidade é dada por outras pessoas que assumem seus

lugares nos espaços públicos. Dessa forma, os subalternizados tornam-se dependentes de mediadores para serem considerados atores legítimos de reivindicações, não se constituindo plenamente (SPIVAK, 1990). Ao nosso ver, essa condição está diretamente relacionada à interseccionalidade, pois, à medida que se interconectam os marcadores sociais das diferenças, como raça, gênero, classe social, nacionalidade, etnia e outros, diferentes pessoas e grupos vão sendo colocados em posições de subalternidade, enfrentando o atingimento de um tráfego intenso de opressão e discriminação, vindo de diferentes direções e que deixa marcas profundas que, na maioria das vezes não são expostas, pois essas pessoas são silenciadas e invisibilizadas.

Especificamente no contexto da América Latina, como é chamada por González (1988), a subalternidade surge de um processo de colonização em que o pensamento europeu deixou marcas, não apenas da dependência financeira, mas, também, de um colonialismo cultural (AGUIAR, 2016). E, em resposta a essas condições, surgiu o “*Latin American Subaltern Studies Group*” – Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternizados (ROSA; ALCADIPANI, 2013), por iniciativa de John Beverley, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e outros, em meados da década de 1990, sendo marcante o lançamento da obra “*Colonidad y modernidade-racionalidad*”, em 1992, de autoria do Aníbal Quijano (AGUIAR, 2016).

Em 1995 o Manifesto Inaugural do grupo foi inaugurado, inserindo a América Latina no debate pós-colonial. A principal inspiração para a construção desse manifesto foi Ranajit Guha, do Grupo de Estudos Subalternizado, do sul-asiático, o que resultou em um projeto similar ao do referido grupo. O grupo “latino-americano”, cujo principal expoente foi Walter Mignolo, também considerada a voz mais crítica e radical do grupo, discutia sobre sociedades plurais, que foram inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizadas em contraste com as sociedades consideradas “desenvolvidas” (BALLESTRIN, 2013; AGUIAR, 2016).

Para Mignolo (2007), por exemplo, refletir sobre a “América Latina” pós-colonial implica problematizar o próprio conceito de “América Latina”. A ideia da latinidade, segundo o autor, foi construída pelos colonizadores e tornou-se homogeneizadora de diferentes povos para comporem uma única América e, com isso, serem excluídos de uma América que não é a Latina. E, nesse contexto, o sujeito “latino-americano” emerge como a corporificação da ideia de “América Latina”, agrupando um conjunto de significados que englobam diferenças fenotípicas entre ele e o sujeito europeu. De um lado estavam as diferenças entre os sujeitos “latino-americanos” “indígenas”, “negros” e “mestiços” e, de outro lado, diferenças europeias entre “espanhóis”, “portugueses”, “britânicos”, o que passou a representar identidades coloniais: o “sujeito latino”, o “sujeito europeu” (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Diante da criticidade de Walter Mignolo e algumas divergências, como o fato de não concordar que o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternizados, tomassem a resposta indiana aos colonialismos como inspiração, visto que a trajetória da América Latina de dominação e resistência tornou-se oculta no debate, o grupo latino foi desagregado em 1998 e Mignolo funda o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), composto também pelo colombiano Arturo Escobar, o argentino Enrique Dussel, o peruano Aníbal Quijano, e outros. Segundo Grosfoguel (2008), também membro do Grupo M/C. A desagregação era necessária, pois o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternizados não rompia com a episteme dos estudos regionais estadunidense e dos estudos subalternizados indianos. Posteriormente, com o desenvolvimento do grupo, passou-se a referir-se a ele como o movimento “Giro decolonial”, que deu início à perspectiva decolonial (AGUIAR, 2016).

Especificamente no contexto brasileiro e no campo da Administração e dos EO, no qual esta proposta de tese está inserida, tanto os debates sobre subalternidade como os pós-coloniais, são relativamente recentes, conforme afirmam Rosa e Alcadipani (2013). Os trabalhos produzidos no país sobre Administração e organizações abordam temáticas vinculadas aos efeitos dos colonialismos no mundo contemporâneo, com foco na dependência cultural da tradição intelectual brasileira (SERVA, 1992; BERTERO; CALDAS; WOOD JR., 1999; SCHMIDT, 2006). Há também trabalhos que analisam relações de gêneros, com foco em um grupo específico de subalternizadas, as mulheres, a partir da abordagem pós-colonial, como Dornela e Oliveira (2021), que buscaram analisar como as relações de gêneros se manifestam por meio das narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

Após compreendermos a perspectiva pós-colonial e ter apresentado aqui algumas reflexões sobre o entrelaçamento entre ela e a abordagem interseccional, na subseção a seguir no dedicamos a aprofundar essa construção.

6.2 O entrelaçamento entre abordagens: interseccional, marcadores sociais das diferenças e pós-colonial no terreno acidentado da organização regional Café Mulher

Iniciamos esta subseção com dois importantes e marcantes questionamentos: “Pode o subalternizado falar? (SPIVAK, 2010) e “E não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851). Para relembrarmos, Gayatri Chakravorty Spivak é uma importante autora da perspectiva pós-colonial, em sua obra “Pode o subalternizado falar?” ela fala sobre os subalternizados e sua

“posição duplamente subalternizada”, por ser mulher de uma nação colonizada, em suas palavras (SPIVAK, 2010, p. 28): “Se no contexto de produção colonial, o sujeito subalternizado não tem história e não pode falar, o sujeito subalternizado feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”.

Já Sojourner Truth, uma mulher negra, ex-escravizada, responde, em 1851, quando um homem branco argumentou contra o voto de mulheres, já que elas não conseguiam sequer atravessar uma poça de água ou entrar em uma carruagem sem um homem, ela questionou se não seria uma mulher (*Ain't a woman?*) então, visto que nunca tivera sido ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens (DAVIS, 2016).

Quais as semelhanças em ambos os casos? Primeiro ponto: Estamos nos referindo a duas mulheres que, sob a lente teórica e metodológica da perspectiva pós-colonial, são consideradas subalternizadas, ou seja, são as pessoas colocadas nas posições mais baixas da sociedade, “[...] devido aos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal [...]” (SPIVAK, 2010, p. 12), como mulheres negras, lésbicas, homens negros, homossexuais, trabalhadores e trabalhadoras rurais (ROSA ALCADIPANI, 2013).

Segundo ponto: esses modos específicos de exclusão, no Brasil, podem ser encontrados desde o período colonial e, no momento atual, ainda estruturam as relações de poder, nos mostrando que a colonialidade se faz presente em diversos contextos, sob diferentes faces. A exemplo disso, segundo Lorde (1980), a Europa nos condicionou a perceber as diferenças humanas a partir de binarismos simplistas: dominante/dominado, branco/negro, homem/mulher, superior/inferior etc., sendo os “dominados” e “inferiores” posições ocupadas por aquelas(es) que sofrem uma opressão sistematizada, como mulheres negras, pobres, amefricanas, como pontuou Gonzalez (1988). Essas diferenças, portanto, são construções históricas e sociais, tecidas desde o passado colonial, em que determinados aspectos são legitimados e tidos como “verdades” que são naturalizados e considerados normais em um sistema que promove desigualdades e exclusões, como é pontuado por Zamboni (2014).

Terceiro ponto: seus questionamentos são também motivados pelos lugares de fala de ambas, dos diferentes lugares sociais que cada uma ocupa (ORTIZ, 1983), e esses lugares de fala definidos nos processos de diferenciação, atribuindo às pessoas marcadores sociais das diferenças, é que irão posicioná-las na estrutura social. Os marcadores sociais das diferenças são, portanto, uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e geram implicações em termos de hierarquias, assimetrias, discriminação e desigualdades (ALMEIDA et al., 2018). Eles são construídos e devem, portanto, ser articulados às

experiências individuais e sociais e estão diretamente ligados às relações de poder (ZAMBONI, 2014).

Nos casos específicos de Gayatri Chakravorty Spivak e Sojourner Truth, por meio de uma breve análise de contextos, há a presença dos marcadores sociais das diferenças gênero e nacionalidade e gênero, raça e classe social, respectivamente. Ambas estão inseridas em contextos de opressões, como mencionado anteriormente, opressões essas que são resultantes da intersecção entre os marcadores sociais das diferenças. Quando reconhecemos que essas desigualdades sociais não são causadas por um único fator e são influenciadas por um determinado contexto, estamos adotando a abordagem interseccional como lente e adicionando camadas de complexidade em nossas análises para melhor compreender as relações de poder e desvelar, em muitos casos, uma justiça social ilusória (COLLINS; BILGE, 2021)

As interseccionalidades entre marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça, classe social e etnia nos explicam, por exemplo, por que uma mulher negra, africana, pobre e ex-escravizada tem sua presença e trabalho mais invisibilizados e sua voz mais silenciada, ou seja, é relegada à condição de subalternidade, conforme é pontuado na perspectiva pós-colonial, que nos aponta justamente para o fato de que as relações de poder, dominação e exploração oriundas dos colonialismos não se findaram, o que houve foi uma reconfiguração do campo discursivo (HALL, 2003). Relações essas que, por meio da intersecção entre marcadores sociais das diferenças, como raça e etnia, como apontam Guerreiro Ramos (1958) e Fanon (2008), subordinam, desumanizam silenciam e invisibilizam.

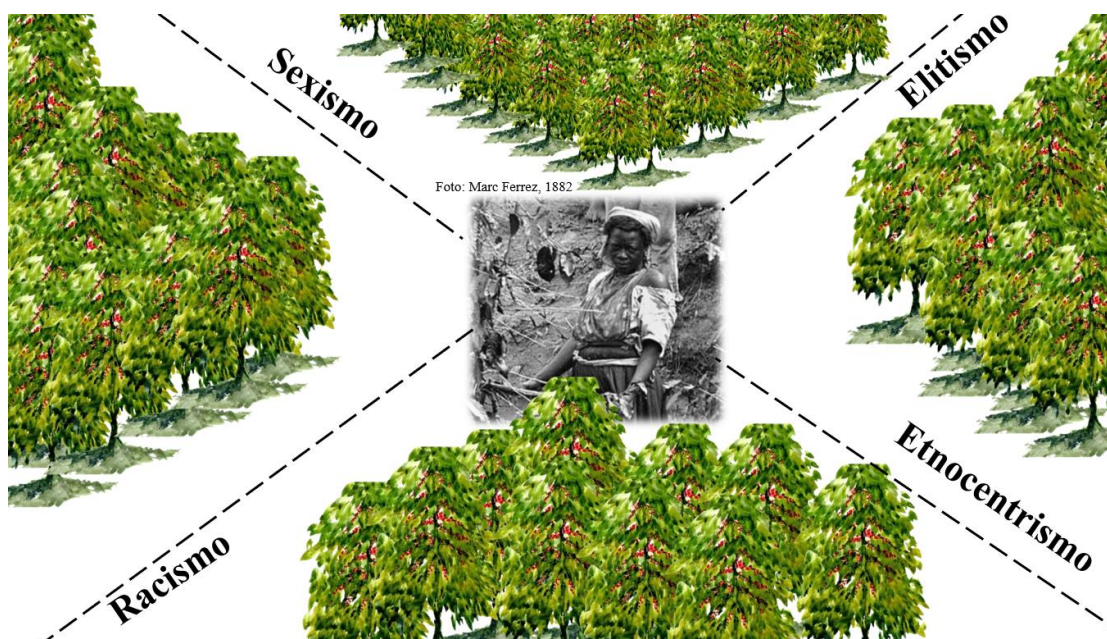
Em síntese, por meio de dois questionamentos: “Pode o subalternizado falar?” (SPIVAK, 2010) e “E não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851) e de uma breve análise sobre suas autoras, que são referências em abordagens teórico-metodológicas distintas: Gayatri Chakravorty Spivak é referência na abordagem interseccional e Sojourner Truth na interseccionalidade, percebemos um espaço intersticial entre ambas que nos permite entrelaçá-las, juntamente com os marcadores sociais das diferenças para analisarmos as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher .

Por meio desse entrelaçamento, criamos aqui um espaço para que vozes silenciadas e pessoas invisibilizadas por relações de poder tecidas desde o passado colonial da cafeicultura brasileira, que envolvem o entrecruzamento entre vias de opressão como sexismo, racismo e elitismo, pudessem falar por si e serem ouvidas, pensando a realidade local a partir de suas bases histórias, rompendo com a lógica colonial de silenciamento e representação de subalternizados. É a própria voz do subalternizado que emerge (PRYSTHON, 2001).

Esta tese, trata-se, portanto, como pontua Bhabha (1998) de um “entre lugares”, um espaço de enunciação que deve escapar dos essencialismos das fronteiras culturais, delimitadas pelo pensamento colonial. Esse espaço representa uma fissura entre os discursos, uma brecha onde os subalternizados tentam se expressar (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Diante da criação deste espaço e do entrelaçamento entre as abordagens pós-colonial, interseccionalidade e marcadores sociais das diferenças, apresentamos, na Figura 01, como foram aplicados no contexto de análise da organização regional Café Mulher, na defesa da tese de que as intersecções de marcadores sociais das diferenças influenciam de diversas maneiras as relações de poder entre as mulheres associadas Café Mulher, inseridas em contextos marcados pelas heranças de um passado colonial.

Figura 1 – Entrelaçamento entre as abordagens aplicadas no contexto da cafeicultura brasileira



Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Como mencionado anteriormente, como afirmado por Johnson (2020, p. 41, tradução nossa): “Os negros e negras brasileiras estavam na vanguarda da produção de café há quase 300 anos, uma força de trabalho escravizada na época, mas, hoje, relegada à produção e à invisibilidade em papéis de destaque”. Como ela ainda pontua: “No café, são mais frequentemente relegados à força de trabalho, com pouca propriedade ou destaque [...] parece ser uma continuação daqueles que vieram antes de nós, invisibilidade, oportunidades limitadas e serem desprezados pela indústria que servimos [a do café]”.

Percebemos que essa condição de subalternidade é ainda mais grave no caso das mulheres (marcador social das diferenças gênero) negras (marcador social das diferenças

raça), catadeiras, apanhadeiras, meeiras ou escravizadas (marcador social das diferenças classe social), como a foto feita por Marc Ferrez, em 1882, de uma mulher negra africana (marcador social das diferenças etnia) escravizada, trabalhando em uma plantação de café no estado de São Paulo. O que revelam as narrativas das mulheres da organização regional Café Mulher é que muitas são colocadas no entrecruzamento de diferentes vias de opressão, como sexismo, racismo, elitismo e etnocentrismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego que flui de todas as vias. Esse atingimento gera graves consequências deixa profundas marcas. Entre elas está a manutenção das relações de poder estabelecidas desde o período colonial, quando a cafeicultura foi introduzida no Brasil, e estruturadas pelas intersecções entre os marcadores sociais das diferenças mencionados; a manutenção do *status quo*, o silenciamento, invisibilização e subalternidade.

Ao nos propor, nesta pesquisa, compreender como as relações de poder, estruturadas pelos entrecruzamentos de marcadores sociais das diferenças, influenciam as relações sociais entre mulheres associadas à organização Café Mulher, inseridas em contextos marcados pelas heranças de um passado colonial, utilizamos o entrelaçamento apresentado entre as abordagens pós-colonial, interseccionalidade e marcadores sociais das diferenças para criar um espaço intersticial. Nosso intuito foi o de que as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, como mulheres negras catadeiras, apanhadeiras, meeiras, sem terras, pudessem falar por si, e, a partir de suas narrativas, identificássemos e analisássemos quem elas são; explorássemos o contexto organizacional da Café Mulher e as relações de poder entre suas associadas.

7 O PERCURSO METODOLÓGICO QUE NOS GUIOU

A seguir, detalhamos o percurso metodológico que seguimos para a realização desta pesquisa.

7.1 Classificações da nossa pesquisa

A nossa primeira escolha envolve a abordagem a qualitativa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), “qualitativo” é oriundo da ideia de que os fenômenos analisados não são mensurados experimentalmente, isto é, não são avaliadas suas formas, quantidades, volumes e intensidades. Ainda de acordo com os autores, aqueles que empregam essa abordagem, entendem que a realidade é construída e sustentada socialmente, é multifacetada, e pode ser

apreendida pela lógica indutiva, além de possibilitar uma relação mais íntima entre pesquisadores e pesquisadoras e seus objetos de pesquisa.

De acordo com Flick (2004), a abordagem qualitativa apresenta uma relevância particular para os estudos que envolvem relações sociais - no caso desta pesquisa, as relações de poder entre as mulheres associadas à organização Café Mulher - visto que possibilita desvendar a objetividade, e, principalmente, a subjetividade, incluindo seus aspectos simbólicos.

Ao buscarmos compreender como as intersecções de marcadores sociais das diferenças influenciam as relações de poder entre mulheres associadas à organização Café Mulher, inseridas em contextos marcados pelas heranças de um passado colonial, podemos classificar esta pesquisa, quanto aos objetivos, como compreensiva. Segundo Minayo (2002), quando buscamos compreender a realidade vivenciada socialmente, a preocupação central está em compreender e explicar a dinamicidade das relações sociais, constituídas por crenças, valores, atitudes e hábitos.

Por fim, quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, trata-se de uma pesquisa de campo e documental. A pesquisa de campo, de acordo com Flick (2004), é uma expressão empregada para designar pesquisas que envolvem organizações, culturas, grupos e indivíduos, demandando do pesquisador um contato mais próximo e intenso com o objeto de pesquisa. A pesquisa documental, de acordo com Pádua (1997), é amplamente utilizada nas Ciências Sociais para descrever/comparar fatos sociais. Essa pesquisa é realizada a partir de documentos, sejam eles contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Diante dessas classificações, definimos como estratégia de pesquisa o estudo de caso e como técnicas para coletar e selecionar o material empírico, a entrevista narrativa e a pesquisa documental, conforme detalhado a seguir.

7.2 Estudo de caso como uma estratégia de pesquisa e as técnicas para coleta, seleção e análise do material empírico

A pesquisa qualitativa engloba diferentes protocolos para coletar, selecionar e analisar o material empírico, como experiências pessoais; estudo de caso; entrevistas; textos observacionais; história de vida entre outros (DENZIN; LINCOLN, 2006). Como estratégia de pesquisa adotamos o estudo de caso da organização regional Café Mulher

Estamos em contato com a Café Mulher desde março de 2018, quando iniciei o curso de Doutorado no PPGA do DAE, na UFLA. Na época, a profa. Mônica Cappelle foi convidada por duas associadas para auxiliá-las em uma pesquisa que resultaria em um capítulo da segunda edição do livro “Mulheres dos Cafés no Brasil”. A pesquisa foi iniciada no segundo semestre de 2018, com a aplicação, para todas as mulheres que na época eram associadas à organização regional Café Mulher, entre outubro de 2018 e janeiro de 2019, de um questionário semi-estruturado, adaptado de uma pesquisa realizada em 2016 pela organização local Café Mulher Brasileira para a elaboração de alguns capítulos do livro “Mulheres dos Cafés no Brasil”. O nosso objetivo com aquela pesquisa foi o de conhecer o perfil socioeconômico das participantes e as razões que as levaram a participarem da Café Mulher. Na época, a organização regional contava com 100 associadas, mas, obtivemos retorno do questionário de 87 mulheres associadas, codificados de P01 a P87.

Foi uma pesquisa, quanto à abordagem, quantitativa/qualitativa, utilizando um questionário composto por 34 perguntas, sendo as fechadas sobre questões socioeconômicas e demográficas das respondentes (utilizadas na fase quantitativa) e as abertas sobre participação delas na Café Mulher Sul de Minas (utilizadas na fase qualitativa). Os dados coletados na fase quantitativa foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva, incluindo distribuição de frequência. O material reunido na fase qualitativa foi analisado por meio da Análise Temática de Conteúdo proposta por Minayo (2014), também utilizada nesta tese e cujas etapas serão descritas na subseção “7.2.2 Análise do material empírico”. Duas categorias de análise principais surgiram o perfil sociodemográfico das participantes e os motivos que as levaram a se associar à organização regional Café Mulher (DORNELA; CAPPELLE, 2021) ²⁴. Alguns dos resultados dessa pesquisa inicial serão apresentados na seção de resultados desse trabalho, especificamente na seção “8.1 “Maria, Maria”: as diferentes “Marias” da organização regional Café Mulher”

Devido a algumas questões não divulgadas, a segunda edição do livro foi adiada, mas com o aval das associadas, publicamos em um congresso os resultados da pesquisa descrita anteriormente e o artigo oriundo está em fase de avaliação em um periódico. Foi um trabalho muito importante para nós e para a realização desta tese, pois nos possibilitou ter um contato mais aprofundado com a organização regional Café Mulher. Também com a aprovação das representantes da referida organização, seguimos com a pesquisa e o estudo de caso da Café

²⁴ A referência da publicação do trabalho nos anais de um congresso não será divulgada, visando manter o sigilo da identidade real da organização estudada.

Mulher por meio desta tese. Com a pandemia do novo Covid-19, de 2020 a 2022, foi necessário repensar o contato e o acesso à organização regional Café Mulher, reuniões presenciais de alinhamento e entrevistas precisaram ser substituídas por contatos virtuais, via vídeo chamadas do *Google Meet* e aplicativo *Whatsapp*, com a diretoria, secretária e associadas à organização.

Especificamente sobre o estudo de caso, Yin (2005, p. 20) pontua que ele representa “[...] uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real [...]”, ou seja, o contexto sempre deve ser considerado, assim como também nos orienta a abordagem interseccional e pós-colonial. O contexto também é destacado por Mariz et al. (2005) ao distinguirem o estudo de caso de um estudo qualitativo básico. De acordo com os autores (2005, p.06), um estudo de caso é um “Estudo aprofundado sobre uma unidade ou sistema demarcado e sobre sua relação com o contexto”, que frequentemente esbarra em uma deficiência teórica sobre o tema abordado, devendo ser empregado quando o objeto de estudo é complexo e apresenta peculiaridades e pretende-se obter como resultado um relato rico e holístico.

Afirmamos, portanto, que nossa estratégia de pesquisa se enquadra na definição de estudo de caso apresentada por Mariz et al. (2005). Nosso objeto de estudo é específico, complexo e com muitas peculiaridades que não foram exploradas em pesquisas anteriores. O contexto para nossa investigação e análises é fundamental, pois analisamos as relações de poder entre mulheres, num contexto organizacional específico que, por sua vez, está inserido em um contexto social regional. Ao situar as relações de poder nesse contexto construído desde o passado colonial e envolver as intersecções de marcadores sociais das diferenças que as permeiam, estamos buscando um relato rico e, principalmente, holístico.

Ainda de acordo com Yin (2005), o estudo de caso pode ser utilizado para pesquisar diversas situações, desde fenômenos individuais, grupais até sociais, organizacionais, políticos e outros, destinado à compreensão de fenômenos que apresentam natureza complexa. O autor também destaca que problemas de pesquisa que iniciam com “Como” e “Por que” são mais suscetíveis à utilização do estudo de caso. Dessa forma, compreendemos que o problema de pesquisa que buscamos responder por meio desta pesquisa - Como as relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher nos levam a compreender a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças em suas diferentes faces? - Mostra-se coerente com o que é pontuado pelo autor.

Para Godoy (1995a), a realização do estudo de caso demanda a utilização de diferentes técnicas de pesquisa de modo a facilitar a coleta e seleção do material empírico e sua posterior

análise. O emprego dessas diferentes técnicas ainda pode ser justificado por Yin (2005), ao afirmar que a utilização de diversas fontes de informação no estudo de caso permite ao pesquisador abordar um conjunto maior de aspectos históricos e comportamentais, resultando no desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Buscando, portanto, responder ao problema de pesquisa desta tese e alcançar os objetivos propostos, adotamos como técnicas para a coleta e seleção do material empírico a entrevista narrativa e a pesquisa documental.

7.2.1 Coleta e seleção do material empírico

Até a data de 15 de outubro de 2022 a organização regional Café Mulher contava com cerca de 80 mulheres associadas, porém, não se trata de um número exato. Como foi pontuado por suas representantes, não há um controle que traz exatidão a esse número. Além disso, muitas mulheres são colocadas como associadas, mas não participam de nenhuma atividade da organização.

Sobre a quantidade de participantes da pesquisa, Duarte (2002) afirma que na pesquisa qualitativa dificilmente é possível definir previamente a quantidade de entrevistados, afinal, depende da aceitação dos convidados, bem como “[...] depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergências das informações” (DUARTE, 2002, p. 143). Portanto, durante a pesquisa não ficamos presas à quantidade de participantes, mas, sim, à qualidade, estando atentas à saturação das informações. Assim, participaram da pesquisa 08 mulheres associadas à organização regional Café Mulher, que serão apresentadas na subseção 8.1 desta tese que foram muito relevantes para a criação e desenvolvimento da organização regional.

Para participarem da pesquisa, as mulheres associadas, deveriam atender a alguns critérios de inclusão, sendo eles: serem fundadoras e/ou associadas à organização regional Café Mulher e aceitarem participar da pesquisa mediante assinatura, em duas vias, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE²⁵ – (ver Apêndice A). Para a seleção das participantes, a secretária da Café Mulher nos passou, em dezembro de 2020, uma lista com 82 nomes das possíveis entrevistadas, contendo nomes e contatos. Quanto aos critérios de

²⁵ O TCLE é uma fonte de esclarecimento aos participantes da pesquisa que pode influenciar sua tomada de decisão sobre participar ou não dela de forma justa, voluntária e sem constrangimento. Ao mesmo tempo, representa também uma proteção legal e moral para o pesquisador, visto que ao ser assinado pelo entrevistado, ele concorda com as condições da pesquisa e manifesta a concordância com a sua participação.

exclusão da pesquisa, definimos a decisão da participante, em qualquer momento da pesquisa, de não mais participar, com a garantia de não ter qualquer dano, prejuízo ou constrangimento.

Demos preferência por iniciar os contatos com mulheres que participaram da fundação da Café Mulher, ou seja, aquelas que assinaram a Carta de Entendimento, em 2015, fundando a organização regional. Posteriormente, foram contatadas associadas que não haviam participado da fundação, mas que eram atuantes na época das entrevistas. Todos os contatos foram feitos por mim, com apoio e orientação da profa. Mônica. A primeira abordagem com as potenciais participantes foi feita via chamada telefônica para me apresentar, apresentar a pesquisa e explicar como seria sua possível participação. Posteriormente, foram feitos os convites para participar e, caso as fundadoras e/ou associadas aceitassem, já era agendada data, horário, forma de participação (via vídeo chamada do *Google Meet* ou do *Whatsapp*, devido à pandemia do novo COVID-19) e feito o envio do TCLE para leitura prévia. Após lerem, concordarem e assinarem, então, era enviada uma cópia assinada pelas autoras desta pesquisa. Os termos assinados pelas participantes ficarão arquivados pelos próximos 5 (cinco) anos.

Nessa fase de abordagem, encontramos dificuldade para entrevistar algumas associadas que, no primeiro contato para explicar a pesquisa e convidar para participar, mostraram certo receio e afirmaram não se sentirem confortáveis. Nesses casos, em respeito à vontade das associadas, agradecemos a atenção e tentamos novos contatos com outras associadas.

A participação direta das fundadoras e/ou associadas à Café Mulher foi feita por meio de entrevistas narrativas. O principal motivo para a escolha dessa técnica se deve à sua coerência com nossas orientações epistemológica e teórico-metodológica, abordagem interseccional e pós-colonial, nos possibilitando ouvir vozes silenciadas, como de mulheres negras apanhadeiras, catadeiras de café possam falar por si. Para tanto, as entrevistas com as mulheres integrantes da Café Mulher foram essenciais, pois, conforme destaca Rosa (2016), partir do conhecimento marginalizado é fundamental para retratar as situações em que estão inseridos, e, assim, ter posturas críticas em relação às práticas das culturas dominantes.

Recomenda-se o emprego da entrevista narrativa em pesquisas que, como esta, combinam histórias de vida e contextos sócio-históricos, pois, conforme destacado por Jovchelovith e Bauer (2008, p. 104), as “Histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas e fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam”. Essa relação com o contexto também é destacada por Clandinin e Connelly (2015), ao afirmarem que o

contexto está presente no pensamento narrativo, sendo essencial para dar sentido a qualquer acontecimento, coisa ou pessoa.

A entrevista narrativa pode ser compreendida com uma alternativa ao modelo pergunta-resposta, utilizado na maioria das entrevistas, em que o diálogo estabelecido se limita ao entrevistador impor perguntas e ao entrevistado as responder. A entrevista narrativa, por sua vez, procura, por meio do esquema da narração, construir uma versão menos imposta, em que a influência do pesquisador seja mínima, prevalecendo a perspectiva do informante (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008). Com essa proposta, os autores sugerem que a entrevista narrativa seja conduzida por meio de quatro fases, apresentadas e sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Fases de uma Entrevista Narrativa

Fases	Detalhamento
0. Preparação	Exploração do campo
	Formulação das questões exmanentes e do tópico guia
1. Iniciação	Explicação da pesquisa para a(o) participante
2. Narração Central	Não interromper a(o) participante durante sua narrativa
	Apenas encorajar a(o) participante, de maneira não verbal, a continuar com sua narrativa
	Aguardar os sinais de finalização da(o) participante
3. Fase de Perguntas	Tente limitar-se a apenas “O que aconteceu então?”
	É importante não opinar ou fazer questionamentos sobre atitudes
	Não provocar discussões sobre contradições na narrativa da(o) participante
	Não fazer questionamentos do tipo “Por quê?”
4. Fala Conclusiva	Ir das perguntas exmanentes para as imanentes
	Parar a gravação da narrativa
	Neste momento, é oportuno realizar perguntas do tipo “Por quê?”
	Logo após a entrevista, devem ser feitas as anotações necessárias

Fonte: Adaptado de Jovchelovith e Bauer (2008).

De acordo com Jovchelovith e Bauer (2008), a preparação para a realização da pesquisa narrativa, fase 0 do Quadro 01, demanda de nós pesquisadoras e pesquisadores, familiaridade com o campo de estudo, o que irá possibilitar e facilitar a construção do tópico guia assertivo, com questões exmanentes que refletem os interesses da pesquisa. É importante destacar que o tópico guia não é um roteiro de entrevista estruturado, fixo e apresentado previamente o(a) entrevistado(a). Como o próprio nome sugere, é um guia, com perguntas amplas que visam estimular a participação do(a) entrevistado(a) e o desenvolvimento de suas narrativas.

A primeira fase da entrevista narrativa é iniciada com o(a) entrevistador(a) explicando para o(a) participante o objetivo da pesquisa, como ela será conduzida, como será realizada a

devolutiva para os(as) participantes e, finalizando esta fase, é pedida permissão para que a entrevista seja gravada. Na segunda fase, a narração do(a) participante é iniciada e não deverá ser interrompida pelo(a) entrevistador(a) até que ele(a) tenha uma clara indicação do seu fim, chamada de “coda”. Durante a narração, o(a) pesquisador(a) não deve trazer intervenções verbais, apenas deverá incentivar o(a) entrevistado(a), com gestos de encorajamento e escuta atenta, a continuar com sua narrativa. Ao longo dessa fase, é importante ir tomando nota para as perguntas iminentes, que serão feitas na próxima fase. Assim que o(a) entrevistado(a) indicar a coda, sugerindo que sua narração foi finalizada, deve-se investigar se ainda há algo mais a ser narrado e, caso não haja, dá-se início à fase de perguntas (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008).

A fase de perguntas, portanto, conforme pontuado por Jovchelovith e Bauer (2008), inicia-se quando a narração tem seu fim natural, e é nessa fase que a escuta atenta do(a) entrevistador(a) será materializada, por meio das perguntas iminentes, isto é, que surgiram durante a narrativa do(a) participante. Três orientações importantes devem ser respeitadas nesta fase: 1) perguntas do tipo “Por quê?” devem ser evitadas, priorizando questões sobre os acontecimentos que foram narrados pelo(a) entrevistado(a); 2) é importante empregar a mesma linguagem utilizada pelo(a) entrevistado(a) durante sua narrativa e 3) não apontar os momentos de contradições na narração.

As três fases apresentadas devem ser gravadas, com o consentimento do(a) entrevistado(a). Somente na quarta e última fase é que o gravador deverá ser desligado e, neste momento, perguntas do tipo “Por quê?” poderão ser feitas. É importante que, logo após a finalização de cada entrevista narrativa, o(a) pesquisador(a) sintetize, por meio de anotações, os conteúdos dos comentários informais, não gravados (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008).

As 08 entrevistas narrativas realizadas por mim, no período de abril de 2021 a janeiro de 2022, foram inspiradas nas fases recomendadas por Jovchelovith e Bauer (2008). A exploração do campo de pesquisa, conforme descrito na subseção anterior começou a ser feita desde março de 2018, o que possibilitou e facilitou a construção de um tópico guia (ver Apêndice B) que se mostrou pertinente e assertivo para a exploração e alcance dos objetivos propostos nesta tese, composto por quatro blocos de questionamentos exmanentes. O primeiro deles corresponde às perguntas sociodemográficas e os outros três blocos abordaram questionamentos específicos para cada um dos objetivos específicos traçados para esta pesquisa.

Na fase 1, de iniciação da entrevista narrativa, agradei a participação da entrevistada e expliquei os objetivos da pesquisa e como ela estava sendo conduzida. Embora o TCLE já houvesse sido enviado, lido e assinado pelas entrevistadas, busquei novamente repassar alguns aspectos, como a sua participação ser voluntária; ter garantido seu anonimato, por questões éticas, sendo suas falas referenciadas por meio de um codinome de sua escolha; além de ter total liberdade para desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo, sanção ou constrangimento; e concordar que o áudio da entrevista fosse gravado e, posteriormente, transcrito na íntegra. Após essa apresentação e, com o consentimento da entrevistada, a gravação foi iniciada, juntamente com a segunda etapa da entrevista.

Especificamente sobre os codinomes, assim como a perspectiva pós-colonial nos sugere, buscamos ter uma interferência mínima, deixando as entrevistas à vontade para escolherem a forma como gostariam de ser identificadas nesta pesquisa, fosse um nome ou uma característica sua, como o codinome “Lutadora” escolhido por uma entrevistada, ou “Auzira Amélia” em homenagem as avós. “Como você gostaria de ser identificada nesta pesquisa (nome fictício)?” foi um dos primeiros questionamentos que fiz para as entrevistadas, no bloco de questões sociodemográficas.

Na etapa 2, Narração Central, fiz os questionamentos, sendo guiada pelas perguntas exmanentes do tópico guia, e, assim que as entrevistadas iniciavam suas narrativas, não as interrompia. Durante as entrevistas, procurei ter o cuidado de deixar as entrevistadas confortáveis, utilizando uma linguagem de fácil compreensão e buscando sempre encorajá-las por meio do contato com o olhar, balanço de cabeça e outros reforços positivos. Além disso, fui realizando anotações sobre os acontecimentos narrados por elas. Quando identificava a coda, perguntava se desejavam falar algo mais sobre aquele assunto e, caso afirmassem que não havia, seguia para a fase 3, Fase de Perguntas.

Na fase 3, utilizei minhas anotações, elaboradas na fase anterior, e as transformei em perguntas imanentes, buscando empregar os mesmos termos e expressões utilizados pelas entrevistadas. Tive o cuidado de questionar apenas sobre os acontecimentos narrados, evitando perguntas do tipo “Por quê?”. Finalizada essa etapa, na fase 4, Fala Conclusiva, informei as entrevistadas que o gravador seria desligado e, após desligá-lo, perguntei se elas gostariam de falar algo mais. Nos casos que afirmavam ter algo mais para ser acrescentado, eu fazia anotações sobre suas falas e, posteriormente, essas anotações foram incorporadas às transcrições das entrevistas. Em seguida, fiz as perguntas imanentes elaboradas durante a fase 2, do tipo “Por quê?”, e, novamente, realizei minhas anotações. Por fim, as entrevistas foram

finalizadas com um novo agradecimento pela participação e valiosas contribuições para a pesquisa.

Os áudios das 08 entrevistas foram gravados e, posteriormente, transcritos por mim, na íntegra, sem mudar a linguagem empregada pelas participantes, ainda que não coerente com a norma culta, com o apoio do aplicativo “*o transcribe*”. Embora a transcrição de entrevistas seja um processo cansativo, é importante, conforme Jovchelovith e Bauer (2002) defendem, para termos uma boa apreensão do material, além de proporcionar um fluxo de ideias para a interpretação dos textos. Logo, por ser uma etapa bastante importante, é recomendado que as transcrições, ou pelo menos parte delas, sejam feitas pelo próprio pesquisador. A duração média das entrevistas por mim realizadas foi de 60 (sessenta) minutos, resultando no total de 51 páginas transcritas, na íntegra, e utilizadas para análise.

Outra técnica utilizada para a coleta e seleção do material empírico foi a pesquisa documental. De acordo com Godoy (1995b), esse tipo de pesquisa é uma técnica valiosa nos estudos qualitativos, podendo ser empregada para complementar informações obtidas por meio de outras fontes, trazendo informações relevantes para o estudo de caso. Entre os documentos que podem ser analisados, Hodder (1994) menciona os materiais escritos, como livros, revistas e jornais; os materiais estatísticos, como gráficos, censos, séries temporais e os materiais iconográficos, que podem ser sinais, imagens, fotografias, vídeos etc. Esses documentos, segundo o autor, podem ser classificados como “primários”, produzidos por quem vivencia o evento que está sendo investigado, e “secundários” quando os materiais são coletados por quem não vivencia o contexto de produção do documento.

No caso deste trabalho, a pesquisa documental foi realizada entre março de 2019 e outubro de 2022, envolvendo o Protocolo de Formação de Organizações Regionais da Café Mulher Brasileira, o qual tivemos acesso por meio da entrevistada Aparecida e que explica as normas e regras que devem ser obedecidas para a fundação e funcionamento de uma organização regional. Também tivemos acesso a materiais (notícias, fotos e boletins da Mulher Café Brasileira) publicados no grupo de *whatsapp* da organização regional Café Mulher e Café Mulher Brasileira dos quais passei a fazer parte em 2019 como observadora para o desenvolvimento desta tese.

Outras fontes para a pesquisa documental foram as redes sociais, *Facebook*, *Instagram* e *Youtube* da organização local Café Mulher Brasileira, da organização regional

Café Mulher e da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais²⁶, cujas fotos, vídeos, outras publicações e compartilhamento de reportagens publicadas sobre ambas as organizações são de acesso livre. Também foram analisados materiais, como vídeos, vinculados às redes sociais que trazem notícias e resgates históricos do município e Distrito em que a organização regional Café Mulher foi fundada, sendo também de acesso livre. Foram ainda utilizados materiais veiculados na mídia, como publicação no site da organização Café Mulher Global, bem como portais da *web* que publicam matérias exclusivamente sobre a cafeicultura brasileira. Ou seja, materiais escritos e iconográficos, primários e secundários.

A busca por materiais nas redes sociais *Instagram, Facebook e Youtube* foi mediante assinatura, solicitação de amizade e curtida das redes para receber notificações de novas publicações e, assim, selecionar o material que seria utilizado para a análise. Além disso, revisei todas as publicações realizadas nas redes sociais mencionadas, desde o início de suas criações para garimpar materiais. Sobre a seleção dos portais da *web*, como já estou inserida no café, há algum tempo, como pesquisadora e leitora da área, tenho algumas referências que costumam abordar outras temáticas relacionadas ao café que não só voltadas para a área técnica, como Café Point e outras. Ao acessar tais referências fiz buscas utilizando o nome real da organização regional Café Mulher e também o da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais.

Depois de uma análise prévia dos documentos a que tive acesso, selecionei aqueles que se mostraram mais ricos em dados em informações, realizei a transcrição das falas dos vídeos e descrição, por meio de texto, de imagens. Posteriormente, esse material foi analisado profundamente por meio da Análise Temática de Conteúdo, recomendada por Minayo (2014), juntamente com as lentes de análise interseccional e pós-colonial, conforme detalhado na próxima subseção.

7.2.2 Análise do material empírico

O material empírico reunido foi analisado por meio da combinação da lente interseccional, pós-colonial e da técnica de análise de conteúdo temática. Para Cho, Crenshaw e MacCall (2013), a interseccionalidade é uma disposição analítica, isto é, uma forma de pensar e conduzir análises, logo, o que faz uma análise ser interseccional não é o emprego do

²⁶ Nome fictício utilizado para fazer referência à organização criada por algumas produtoras de café, associadas à Café Mulher, com o objetivo de comercializar os cafés por elas produzidos.

termo “interseccionalidade”, nem o fato de estar situado em uma genealogia familiar ou se valer de citações padrão.

O que faz uma análise ser interseccional, conforme as autoras, independente dos termos empregados, interação, campo ou disciplina, é a adoção de uma maneira interseccional de pensar sobre o problema considerado. Esse enquadramento, portanto, enfatiza o que a interseccionalidade faz e não o que ela é. O sucesso de pesquisa interseccional, portanto, dependerá do rigor com que os pesquisadores utilizarão suas ferramentas para iluminar como os marcadores sociais das diferenças e desigualdades intersetoriais operam para nossa desvantagem coletiva e individual e como essas ferramentas funcionam (CHO; CRENSHAW; MACCALL, 2013).

Em conjunto com a análise interseccional e pós-colonial, o material empírico coletado por meio de entrevistas narrativas e pesquisa documental, foi também analisado considerando a técnica da análise temática de conteúdo, uma das modalidades da análise de conteúdo (MINAYO, 2014), sendo uma das possibilidades metodológicas recomendada para pesquisas que também empregam a perspectiva pós-colonial (CALÁS; SMIRCICH, 1999) e para estudos de caso (GODOY, 1995a).

A escolha da análise de conteúdo temática se faz pertinente para esta pesquisa, pois se trata de uma técnica que engloba flexibilidade, podendo ser empregada para compreender diferentes formas de comunicação que transmitam um conjunto de significações, podendo ser materiais linguísticos, sejam eles na forma escrita ou oral; materiais icônicos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.; ou materiais com códigos semióticos, como músicas, objetos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos etc. Essa flexibilidade é importante para nossa pesquisa, uma vez que temos diferentes materiais empíricos, de diferentes fontes.

Um aspecto importante que cabe ressaltar, defendido por Triviños (1987) e que buscamos seguir nesta pesquisa, é jamais ignorar os contextos em que o material empírico sob análise foi construído, assim como orienta a perspectiva pós-colonial e também interseccional, não devendo o(a) pesquisador(a) ater-se somente aos seus aspectos superficiais e/ou manifestos. Ainda nas palavras de Triviños (1987, p. 75): “Não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem [...]”. Ou seja, o(a) pesquisador(a) precisa ser, principalmente, crítico, reflexivo e flexível, além de buscar considerar seriamente o contexto e a história nos quais a pesquisa se insere (MOZZATO; GRZYBOVSK, 2011).

Especificamente sobre a análise temática de conteúdo, utilizá-la implica descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja presença signifique algo para o objeto analítico considerado. A presença de determinados temas, para a análise dos significados denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento que são presentes ou subjacentes no material analisado.

A adoção da análise temática de conteúdo não ocorreu por meio de um modelo exato e rígido, entretanto, buscamos nos guiar por determinados passos, propostos por Minayo (2014), que consideramos ser importantes para o alcance do rigor científico, imprescindível para toda e qualquer pesquisa. A autora recomenda três passos para a realização da análise de conteúdo temática: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação.

Na etapa de pré-análise, escolhemos o material que foi analisado e retomamos os objetivos, geral e específicos, definidos para este trabalho. Essa etapa inicial foi decomposta nas tarefas de leitura flutuante, constituição do *corpus* e formulação e reformulação de hipóteses e objetivos. A leitura flutuante, conforme Minayo (2014), demanda do pesquisador o contato direto e intenso com o material coletado, podendo surgir relações entre os objetivos iniciais, os emergentes e as teorias relacionadas ao tema, tornando essa leitura mais sugestiva. Por isso, as entrevistas foram todas transcritas por mim, na íntegra, assim como também conduzi a pesquisa documental, objetivando ter esse contato direto e intenso com o material empírico.

A constituição do *corpus* representa a constituição do universo estudado em sua totalidade, sendo necessário responder alguns critérios de validade qualitativa, conforme aponta Minayo (2014), sendo eles: a exaustividade: o material deve completar todos os aspectos apontados no roteiro; a representatividade: o material deve conter as características essenciais do universo considerado; a homogeneidade: o material deve obedecer os critérios que foram definidos para escolha dos temas tratados, das técnicas empregadas e dos atributos dos interlocutores; e a pertinência: o material analisado deve ser adequado para fornecer respostas aos objetivos da pesquisa. Parâmetros também utilizados por nós para a seleção do nosso *corpus* de análise.

A formulação e reformulação de hipóteses e objetivos consiste em retomar a etapa exploratória, tendo como parâmetro da leitura exaustiva, as indagações iniciais. Os procedimentos exploratórios são importantes nesse momento, para que a riqueza do material coletado não seja obscurecida pelo tecnicismo. Por isso, é considerada a reformulação de objetivos e a possibilidade de correção de direções interpretativas ou abertura para novas

indagações. É ainda nessa fase de pré-análise que são delimitadas a unidade de registro (palavra-chave ou frase); a unidade de contexto (delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro); os recortes; a forma de categorização; a modalidade de codificação e os conceitos mais gerais que orientarão a análise (MINAYO, 2014).

O segundo passo da análise temática de conteúdo proposto por Minayo (2014) implica na exploração do material, que consiste essencialmente numa operação classificatória, buscando alcançar o núcleo de compreensão do texto. Para isso, buscamos encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de análise foi organizado. Dessa forma, a definição das categorias de análise nesta pesquisa, seguiu uma grade mista, que, de acordo com Vergara (2005), implica em definir categorias básicas, anteriormente à análise do material coletado e selecionado, com base nos objetivos da pesquisa, porém é admitida a inclusão de categorias emergentes, isto é, que surgirem durante o processo de análise. Três categorias de análise surgiram desse processo: quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher; o contexto da referida organização e as relações de poder entre as mulheres associadas, sendo as duas primeiras oriundas da pesquisa no campo e a última das teorias estudadas.

O terceiro e último passo recomendado por Minayo (2014) consiste no tratamento dos resultados obtidos e na interpretação. Nela, os resultados brutos foram submetidos às nossas interpretações e significados – não investindo na análise de conteúdo tradicional que envolve inferências estatísticas –, inter-relacionando-as com o quadro teórico construído.

É importante destacar que, coerentes com a abordagem epistemológica adotada, buscamos, por meio desta pesquisa ouvir vozes silenciadas falando por si. Afinal, como afirma Spivak (2010), pesquisadores pós-coloniais têm a responsabilidade de não reproduzirem a condição de subalternizado dos participantes da pesquisa, mas, sim, de tentar combatê-la. Como a autora coloca, é importante que estejamos atentos e conscientes dos papéis que desempenhamos como intelectuais para não cairmos nas armadilhas de falar pelo outro ou mantê-lo na condição de subalternidade. É necessária a busca por um trabalho efetivo e, principalmente, ético contra a subalternidade, por meio da criação de espaços de escuta qualificada do subalternizado.

Portanto, durante as interpretações e análise dos resultados, buscamos ter o cuidado de deixar os trechos transcritos em evidência, ainda que longos, buscando interferir o mínimo possível, como, por exemplo, transcrever os trechos das narrativas com nossas palavras. Esta pesquisa é um espaço para que as vozes heterogêneas de mulheres também heterogêneas sejam ouvidas e lidas.

8 O QUE REVELAM AS NARRATIVAS DAS MULHERES DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL CAFÉ MULHER

“O ser mulher”! Assim começa um vídeo publicado em 22 de março de 2018 pela organização local Café Mulher Brasileira, para apresentar algumas das “Mulheres dos Cafés” que atuam no sistema agroindustrial do café, no Brasil. Entre cenas de mulheres apanhando e catando café, a voz de uma mulher, que é “pequena produtora de café” em Minas Gerais, diz: “A mulher, a mulher sempre trabalhou, mas ela nunca foi vista”. Por meio desta tese esperamos contribuir para o reconhecimento do importante trabalho e presença das mulheres na cafeicultura do Brasil, principalmente daquelas que estão em posição de maior atingimento do fluxo intenso de tráfego no entrecruzamento das vias de opressão, como sexismo, racismo, elitismo e etnocentrismo. As próximas subseções se dedicam também a esse fim.

8.1 “Maria, Maria”: as diferentes “Marias” da organização regional Café Mulher

“Maria, Maria é um dom, uma certa magia

Uma força que nos alerta

Uma mulher que merece viver e amar

Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é som, é a cor, é o suor

É a dose mais forte e lenta

De uma gente que ri quando deve chorar

E não vive apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre

*Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida”*

(Música: Maria, Maria. Compositores: Milton Nascimento e Fernando Brant)

A música “Maria, Maria”, de autoria do cantor negro, brasileiro, Milton Nascimento, e do poeta Fernando Brant, é uma das canções mais populares do cantor. Milton Nascimento conta que a letra da música veio da descrição de Fernando Brant de uma Maria que ele conheceu. “Ela morava na beira dos trilhos, em Minas Gerais, criava os filhos sozinha e passava muitas dificuldades. E, mesmo com tanto sacrifício, ela fazia de tudo para manter seus filhos na escola”. Essa foi a música escolhida para embalar o vídeo de apresentação da Café Mulher. Um vídeo de 1:30 min., a primeira publicação na página da organização regional Café Mulher, na rede social do *Facebook*.

No vídeo são apresentadas várias fotos de pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas com a fundação e associadas à Café Mulher. Essas fotos também retratam diferentes momentos das associadas e fundadoras: reuniões; provas de café; nos cafezais plantando mudas, capinando, apanhando e catando grãos; momentos com a família e participações em eventos e em reportagens. Tanto o vídeo quanto a primeira foto de capa do perfil mostram que, inicialmente, a organização regional era formada por uma heterogeneidade de mulheres: negras, pardas, brancas, apanhadeiras; catadeiras de café; meeiras; proprietárias e outras tantas “Marias”. Cada uma com sua história de vida única, mas compartilhando alguns sonhos, como o desejo de mudanças no café.

Nesta tese, buscamos, abordar essa diversidade criando um espaço, conforme defende a perspectiva pós-colonial e interseccional dos marcadores sociais das diferenças, para que essas diferentes mulheres pudessem falar por si e serem ouvidas. Evidenciar essa heterogeneidade e respeitar e valorizá-las é sermos coerentes com as premissas da perspectiva pós-colonial e da abordagem interseccional dos marcadores sociais das diferenças que, juntas, problematizam o conceito universal de “mulher”, por muito tempo defendido por movimentos sociais feministas e ainda reproduzido atualmente. Um conceito fundado nos padrões e percepções eurocêntricos que negam a heterogeneidade e especificidades de mulheres inseridas em sociedades colonizadas, como as mulheres negras, e que isola o marcador social das diferenças gênero de outros marcadores igualmente importantes, como raça e classe social, por exemplo.

Essa heterogeneidade de mulheres associadas à organização regional Café Mulher, foi também destacada por Dornela e Cappelle (2021) no estudo inicial realizado sobre a referida

organização e detalhado na seção “7. O percurso metodológico que nos guiou” desta tese. Sobre o perfil sociodemográfico das 87 participantes do estudo, as autoras descrevem que a idade mínima apresentada foi de 19 anos e a máxima de 75 anos e maioria das participantes tinham entre 31 a 40 anos (45,98% das participantes). Quanto a como elas se reconhecem quanto à cor; 71,26% das participantes se autodeclararam brancas, 19,54% pardas; 3,44% amarelas e apenas uma participante afirmou ser negra. Especificamente sobre o marcador social das diferenças cor, quando foi apresentada a primeira versão desse estudo, em 2019, para Aparecida e outra representante da Café Mulher, Aparecida nos trouxe um apontamento muito relevante: “Muitas das respondentes são mulheres negras, mas elas não se reconhecem assim, muitas são, mas não marcaram essa opção no questionário”. É um apontamento que nos faz refletir, mas, coerente com a perspectiva pós-colonial, respeitar a maneira como as pessoas submetidas à subalternidade se reconhecem.

Sobre as demais categorias analisadas, Dornela e Cappelle (2021) descrevem que, quanto ao estado civil das 87 participantes, 82,75% são casadas e 74,71% delas são mães e têm entre um e cinco filhos. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria (62,5% das participantes) tem ensino médio completo. Todas as respondentes estão envolvidas na cadeia produtiva do café, sendo que a maioria, 93,10%, tem a cafeicultura como principal atividade econômica. Sobre a renda familiar mensal, a maioria recebe entre dois e cinco salários-mínimos (salário-mínimo vigente na época: R\$954,00). 88,5% das participantes atuam principalmente na produção do café e 67,81% delas trabalham com a família na referida atividade.

Com o objetivo de atualizar alguns dos resultados acima mencionados e compreender com um nível de profundidade maior as heterogeneidades de algumas das associadas à organização regional Café Mulher, apresentamos a seguir, no Quadro 2, a síntese das informações sociodemográficas das 08 mulheres singulares participantes desta tese. Somente a entrevistada Joana não participou da pesquisa anterior, acima mencionada, uma vez que ela não é associada à Café Mulher, mas foi uma das protagonistas na história da referida organização e uma de suas fundadoras, por isso trazemos aqui sua importante narrativa.

Cabe ressaltar que as informações apresentadas no Quadro 2 nos foram passadas pelas entrevistadas, conforme elas se reconhecem.

Quadro 2 – Participantes da Pesquisa

(continua)

Nome fictício	Idade	Raça	Gênero	Estado Civil	Filhos(as)	Escolaridade	Área de atuação na cafeicultura	Tempo na cafeicultura	Outra área de atuação	Há quanto tempo como associada
Joana	63 anos	Branca	Feminino	Casada	2 filhos(as)	Pós-graduação	Não atua diretamente na cafeicultura	Não atua diretamente na cafeicultura	Sim	Não é associada, mas participou da fundação
Maria	62 anos	Branca	Mulher	Casada	3 filhos(as)	Pós-graduação	Produtora de café	Há 16 anos	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos
Aparecida	64 anos	Branca	Mulher	Casada	2 filhos(as)	Graduação completa	Cafeicultora	Há 45 anos	Não	Há 5 anos como associada
Ana	40 anos	Negra	Mulher	Casada	3 filhos(as)	Ensino médio completo	Apanha e plantação de café	Há 34 anos	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos.
Auzira Amélia	61 anos	Branca	Mulher	Divorciada	3 filhos (as)	Graduação completa	Produtora de café	Há 24 anos	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos.
Mulher Guerreira	50 anos	Parda	Mulher	Casada	2 filhos(as)	Ensino médio completo	Produtora de café	Há 42 anos	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos
Lutadora	41 anos	Morena	Mulher	Viúva	2 filhos (as)	Ensino fundamental incompleto	Produtora de café e trabalhadora rural no café	Há 41 anos, “nasci no cafezal”	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos
Souza	57 anos	Negra	Mulher	Casada	2 filhos (as)	Ensino fundamental incompleto	Capina e colheita do café	Há 50 anos	Não	Participou da fundação e continua como associada: 7 anos

Fonte: elaborado pelas autoras (2022)

8.1.1 A riqueza das diferenças: como as mulheres da organização regional Café Mulher se reconhecem e identificam

Quanto às informações sociodemográficas, sintetizadas e apresentadas no Quadro 2, é possível interpretar que as participantes desta pesquisa se reconhecem, quanto ao gênero, como mulheres, tendo as participantes Joana, Maria, Aparecida e Auzira Amélia, se autodeclarado, quanto à raça, como brancas, Mulher Guerreira como parda, Lutadora como morena, e Ana e Souza como negras. A maioria delas são casadas, Lutadora é viúva e Auzira Amélia divorciada. Todas são mães, de dois ou três filhos e/ou filhas. Quanto ao nível de escolaridade, Joana e Maria são pós-graduadas, Aparecida e Auzira Amélia têm graduação completa, Ana e Mulher Guerreira têm ensino médio completo e Souza e Lutadora, ensino fundamental incompleto.

Quando questionadas sobre suas áreas e o tempo de atuação na cafeicultura, somente Joana não atua diretamente no café. Todas as outras têm atuação direta, variando de 16 anos (Maria) a 50 anos (Souza); como produtoras de café ou cafeicultoras (Maria, Aparecida, Auzira Amélia, Mulher Guerreira e Lutadora) ou com plantio, capina, apanha e catação de café para outras e outros produtores e produtoras de café da Região Sul de Minas Gerais (Ana, Souza e Lutadora). No caso da participante Lutadora, nos períodos entressafras da sua lavoura de café, ela trabalha para terceiros, também no café). Sobre conciliarem o trabalho no café com outra área de atuação, somente Joana, que não está diretamente envolvida no café, tem outra área de atuação. Todas as demais sete participantes dedicam-se exclusivamente à atividade econômica do café.

Maria, Auzira Amélia, Ana, Mulher Guerreira, Souza e Lutadora, participaram da fundação da organização regional Café Mulher e continuam como associadas, tendo papéis muito importantes, principalmente na fundação, conforme será apresentado nesta tese. Joana não é associada, mas participou da formalização da organização regional Café Mulher. Outra participante, a Aparecida, embora não tenha participado da fundação da organização regional, é associada a ela desde 2017 e foi importante mobilizadora, inclusive para a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais.

Complementar a essas informações sociodemográficas, durante a realização das entrevistas, a primeira pergunta direcionada às entrevistadas foi sobre quem elas são, como elas se reconheciam, buscando compreender mais a fundo quem, de fato, são as mulheres que integram a organização regional Café Mulher, participantes desta pesquisa. Foi uma das

perguntas em que mais vi brilho nos olhos e percebi a presença do sentimento de orgulho em falarem sobre quem elas são.

Nas falas de Aparecida, Mulher Guerreira e Souza, o primeiro aspecto de suas identidades a ser mencionado foi o ser mulher: “Uai, a Aparecida é **uma mulher** [...]” (Aparecida, grifos nossos); “A Souza é **uma mulher** [...]” (Souza, grifos nossos); “Bom, eu me identifico como uma **mulher guerreira** [...]” (Mulher Guerreira, grifos nossos). Na fala da Mulher Guerreira, ela traz um complemento ao ser mulher, o ser também “guerreira”, fazendo referência aos desafios e condições de opressão e violência simbólica as quais já foi submetida e à sua resistência diante delas, fruto das interseccionalidades entre raça, gênero e classe social: Mulher Guerreira é uma mulher negra, catadeira e apanhadeira de café, de origens humildes e condições financeiras limitadas. Embora não tenha sido uma jornada fácil, ficou nítido em seu tom voz e olhar fixo, o sentimento de orgulho ao dizer que ela é “uma mulher guerreira”. Ainda durante sua narrativa, Mulher Guerreira destaca “[...] sou **persistente**, não sou de desistir dos desafios, sabe?” (grifos nossos), o que nos remete novamente à sua resistência diante, por exemplo, de situações de opressão.

Ao encontro dessa identidade, temos a identificação da entrevistada Lutadora: “Então a Lutadora, é **uma pessoa batalhadora**” (grifos nossos) e da entrevistada Ana, que, ao se descrever, disse: “A Ana que **sempre luta** [...]” (grifos nossos), fazendo também referências aos desafios que já enfrentaram em suas trajetórias de vida com resistência, muitos são fruto do cruzamento de vias de opressão como racismo, sexismo e elitismo. Lutadora, por exemplo, é catadeira e apanhadeira e também produtora de café, com a morte de seu marido, preciso resistir e assumir a produção, assim como os cuidados e criação de seus filhos sozinha. Ana, é uma mulher negra, filha de Mulher Guerreira, catadeira e apanhadeira de café que trabalha nas lavouras de café desde sua infância, algo recorrente desde o Brasil colônia, quando consideramos, principalmente, o marcador social das diferenças raça. Crianças negras, filhas de escravizados e escravizadas também trabalhavam nas lavouras de café e em outras atividades econômicas, sob penosas condições (MARTINS, 2017; PINHEIROS, 2017).

Em um texto escrito por Maria, uma das fundadoras da Café Mulher, publicado em 08 de março de 2016, em um portal na *web* sobre a cafeicultura no Brasil, ela escreve brevemente sobre as mulheres associadas à referida organização, mencionando alguns dos desafios enfrentados por elas e afirmando que elas não desistem diante deles, o que reforça a presença da resistência atrelada às identidades acima apresentadas. Maria escreve: “[...] enfrentam os vendavais, chuvas e geadas, **sem nunca desanimar** [...] **Mulheres simples, alegres e trabalhadoras**”. (grifos nossos).

Outras identidades também foram mencionadas pelas entrevistadas ao longo de suas narrativas: “[...] sou uma pessoa **dinâmica**, que **ama aprender** [...] uma pessoa **alegre** [...]” (Maria, grifos nossos); “Ah, eu sou uma **sonhadora** [...]” (Auzira Amélia, grifos nossos). Esses trechos reforçam novamente a diversidade de mulheres, indo contra à reprodução do modelo universal de “mulher”, edificado nos padrões e percepções eurocêntricos que negam a heterogeneidade e especificidades de mulheres inseridas em sociedades colonizadas, como as mulheres negras e que isola o marcador social das diferenças gênero de outros marcadores igualmente importantes, como raça. Uma desconstrução importante e necessária, conforme defendido por feministas, autores e autoras, como: Truth (1851); Lorde (1980); Crenshaw (2002); Bittencourt (2015); Assis (2019) e Akotirene (2020).

Ainda sobre o questionamento sobre quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, outro ponto de destaque foi a forte relação com o café que emergiu nas narrativas, representando outro momento marcante de minhas observações durante as entrevistas. Ficou muito nítido, pelos tons das vozes e brilho nos olhares as relações bastante afetivas com o café, envolvendo diferentes emoções e sentimentos, conforme detalhado a seguir.

Auzira Amélia, por exemplo, ao falar sobre quem ela é e explicar por que se define como “[...] uma sonhadora [...]”, recorre à sua relação com a cafeicultura: “[...] que eu **fico sonhando, sabe? Fazer um café sem estragar a natureza** [...]” (grifos nossos), o que também reforça trecho da reportagem escrita por Maria, mencionada anteriormente. Em um trecho do texto, ela pontua que entre os anseios das mulheres da Café Mulher da Região Sul de Minas está [...] **aprender sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade**” (grifos nossos), o que diretamente se relaciona com um dos sonhos da entrevistada Auzira Amélia.

Aparecida também expôs sua forte relação com o café ao narrar ser “[...] **apaixonada pela cultura do café** e que dedica a profissão, como cafeicultora, com todo respeito que o produto merece” (grifos nossos). Lutadora também abordou sua relação com o café, que, diferente das outras entrevistadas, inicialmente não foi de identificação e paixão, conforme ela narrou: “[...] **no início não gostava de mexer com o café**. Aí, quando me casei, resolvi ir embora para tentar outras coisas, fora do café. **A realidade é que**, longe da luta, da batalha no cafezal, eu percebi que **a minha vida é o café**” (grifos nossos).

Ana e Souza foram também entrevistadas que deixaram muito claras suas fortes relações com o café. Ana pontuou: “**Eu vim de uma mulher que foi catadeira**, que é **a minha avó**, que foi apanhadeira de café. Foi ela que ensinou seus valores pra mim, eu sou a Ana. A Ana que **se preocupa muito com as pessoas, principalmente dentro do café**”

(grifos nossos). A mãe de Ana, Souza, é também outra mulher que mostrou durante sua narrativa, sua forte ligação emocional e física com o café: “Souza é uma mulher que **gosta de trabalhar na enxada**, é a mulher que **gosta de tá colhendo o café [...]**” (grifos nossos).

No vídeo publicado em 22 de março de 2018 pela organização Café Mulher Brasileira, Souza que foi uma das participantes, destacou também a importância do café para ela, dizendo: “**Gosta do café, a gente tira nosso sustento do café, a gente toma o café, ne. Então o café pra mim é muito especial.**” (grifos nossos)

Os relatos de narrativas aqui apresentados, mostrando como as mulheres associadas à Café Mulher se reconhecem e identificam estão muito relacionados com suas trajetórias e histórias de vida, por isso, este foi outro aspecto que buscamos abordar nas entrevistas narrativas com as mulheres participantes e que apresentamos na subseção a seguir.

8.1.2 A importância dos contextos individuais, familiares e sociais: histórias e trajetórias de vida que nos emocionam

As histórias têm mais poderes do que imaginamos, podem nos despertar sentimentos, emoções, nos inspirar, compartilhar sabedoria e nos conectar a outras pessoas. São capazes de causar mudanças reais em nossos pensamentos, sentimentos e ações. Histórias vão desde o que é contado em livros, filmes, reportagens, até as histórias que contamos a nós mesmos sobre quem somos como indivíduos e como um coletivo (INSTITUTO CONECTOMUS, 2021). As narrativas das mulheres participantes desta pesquisa são cheias de histórias que trazem emoções, sabedoria, nos inspiram, nos conectam e nos fazem refletir sobre as intersecções entre os marcadores sociais das diferenças presentes em suas vidas, dentro de contexto que envolvem um passado colonial e de escravização, cujas marcas ainda se fazem presentes, embora assumindo diferentes faces.

É importante ressaltar que, coerente com a perspectiva pós-colonial e interseccional dos marcadores sociais das diferenças, nessas histórias é a própria voz de grupos minoritários, os subalternizados, como as mulheres, que se sobressaem, como defende Prysthon (2001). Ou seja, estamos analisando e interpretando as realidades locais de mulheres da organização regional Café Mulher a partir de suas próprias bases e histórias, rompendo com a lógica colonial, assim como pontuam Rosa e Alcadipani (2013).

Embora cada uma das entrevistadas tenha uma história única, elas compartilham o trabalho no café como um elemento importante em suas trajetórias de vida, o que, conforme

foi possível interpretar, reflete em como elas se reconhecem e identificam. Aparecida, por exemplo, que se descreveu como “[...] apaixonada pela cultura do café [...]”, nos conta:

[...] meu caminho foi sempre de trabalho nesses 45 anos [...]. Eu e [nome do marido], para criar a família, nós moramos em vários lugares, mas sempre ligado à cafeicultura. Na cafeicultura mesmo eu fui muito privilegiada, porque eu venho de família de cafeicultores e de muitas pessoas empreendedoras, que participaram em fundação de cooperativas, que participaram de fazendas, são fazendas modelos e, com isso, eu vim escutando e aprendendo muita coisa no meio familiar sobre o café (grifos nossos).

Na narrativa de Aparecida, nos chama a atenção ela reconhecer sua posição “privilegiada” dentro da cafeicultura, atrelando esse privilégio ao fato de ser membro de uma “família de cafeicultores” e de “muitas pessoas empreendedoras” no café, o que lhe possibilitou aprender muito sobre o café. Condições que, conforme será apresentado nas próximas categorias de análise, levam a oprimir as mulheres que não estão nessas mesmas condições, que resistem diante desses contextos de opressão e buscam romper com a estrutura hegemônica.

A questão da família envolvida no café é corroborada por Silveira e Marques (2008) que destacaram o fato de a produção cafeeira na Região Sul de Minas Gerais ser predominantemente familiar, o que faz com que o cultivo do café tenha sobrevivido às gerações de agricultores, compondo o aparato cultural dos mais velhos que transmitem aos mais jovens conhecimentos relacionados à atividade cafeeira, à sua estrutura e dinamicidade.

A agricultura familiar e essa transmissão de conhecimento são, portanto, fatores que, segundo Aparecida, a colocam também em uma posição privilegiada no café. Por meio das nossas interpretações, oriundas do uso da lente interseccional dos marcadores sociais das diferenças, podemos dizer que essa posição privilegiada a qual Aparecida se refere pode também ser atrelada a outros marcadores sociais das diferenças: a entrevistada se reconhece como uma mulher branca, cafeeira; é proprietária de terras e graduada. Muitas dessas condições são diferentes para outras entrevistadas, conforme será detalhado adiante.

Auzira Amélia também traz em sua narrativa a questão da família e do cultivo do café passado de geração para geração, assim como Silveira e Marques (2008) pontuaram:

Meus avós foram os pioneiros na cafeicultura aqui na fazenda [...] aí meu vô faleceu e meu pai continuou, a minha mãe, meu pai foi comprando umas partes da fazenda [...] então, assim, eu nasci nesse meio, vendo café, plantando café, mexendo com o café no terreiro com o meu

pai. Aí eu fui embora pra estudar, meu pai sempre estudou então tivemos incentivos. Aí depois que eu casei [...] **a gente comprou um pedaço do meu pai,** que é onde a gente tem hoje. **E a gente começou a mexer** [com o café] [...] quando o meu pai faleceu, em 1998, a gente dividiu as partes da fazenda. Minha mãe ficou com uma parte e a outra parte do meu pai foi dividida entre nós irmãos. **Eu peguei a minha parte e plantamos café.** Foi assim que começamos (grifos nossos).

No caso de Auzira Amélia, embora diferentemente de Aparecida, ela não tenha mencionado em sua narrativa uma posição privilegiada, podemos interpretar que também ocupa uma posição de privilégio, em que há um fluxo menos intenso de atingimento do cruzamento de vias de opressão como racismo e elitismo. Auzira Amélia se identifica como uma mulher, branca, produtora de café, proprietária de parte de uma fazenda de café e com graduação completa. Em um vídeo de uma página da rede social *Facebook*, do Departamento de Cultura e Turismo do município em que Auzira Amélia reside e onde sua família residiu, publicado em 29 de novembro de 2021, ela ressalta a importância da família e do incentivo que ela teve no café: “[...] **a família é tudo, em qualquer trabalho que você vai fazer.** Então, acho que é muito importante isso. **A família é a base de tudo. Sem o apoio de todos a gente não chega a lugar nenhum**” (grifos nossos). No mesmo vídeo, Auzira Amélia contou também um pouco sobre sua participação na cafeicultura do município e destacou algo sobre seu pai, com aparente orgulho e sorriso no rosto: “

[...] Bom, eu lembrei aqui e eu queria contar uma novidade pra vocês. **O meu pai foi o primeiro produtor [de café],** ne, o primeiro produtor **na época dele lá, que deu emprego pras mulheres. Ele gostava muito das mulheres pra plantar o café, pra colher, é, pra cuidar, ne, do café em todos os processos.** Então, assim, é importante isso, ne. **Ele valorizava as mulheres, ele tinha um olhar, ne, ele pensava mais, queria ajudar mais as mulheres, ne.** E elas não esquecem, ne. As meninas que moram no Distrito, elas sempre lembram disso, ne. Tem como uma honra pra elas. Então, toda vez que a gente encontra, a gente lembra disso, ne (grifos nossos).

Esse apontamento da entrevistada Auzira Amélia nos traz algumas reflexões. A abertura para que as mulheres também pudessem trabalhar na fazenda de seu pai, nos processos da produção de café é questionável. No trecho “[...] queria ajudar mais as mulheres [...]”, nos leva a refletir se realmente era esse o objetivo ou se sua preferência pelas mulheres foi direcionada pela visão de negócio que, especificamente no café, reproduz estereótipos de gênero. Como Martins (2017) pontua, ainda na época do Brasil colônia, com a força de trabalho escravizada, dava-se preferência para a força de trabalho das mulheres escravizadas

na colheita manual, consideradas mais habilidosas para tal, assim como no beneficiamento, na etapa de despolpamento e na etapa de catação, à mão, de impurezas que ainda restavam nos grãos de café.

Outra questão que pode ser pensada é sobre o preço pago pela força de trabalho de mulheres que, em alguns casos, até hoje, é muito inferior ao que é pago aos homens, executando as mesmas atividades. Durante a Revolução Industrial, por exemplo, como pontuado por Costa e Sardenberg (2008), para as mulheres brancas eram impostos pagamento de salários inferiores aos dos homens, jornadas de trabalho excessivas, além de ter sido negado o direito à sindicalização, acesso à proteção das leis trabalhistas e o direito à cidadania. No caso das mulheres negras as condições eram ainda mais precárias, visto que as opressões que sofriam e ainda sofrem, resultam da intersecção entre os marcadores sociais das diferenças gênero, raça e outros que as colocam em posições de atingimentos ainda mais graves.

No vídeo publicado em 22 de março de 2018, na rede social *Youtube* da organização Café Mulher Brasileira, com duração de aproximada de 12 minutos, foram apresentadas algumas mulheres que atuam no café, em diferentes regiões do país. Uma das participantes, por nós reconhecida como uma mulher negra, no vídeo identificada como “meeira” e que é associada à organização Café Mulher ²⁷, disse: “[...] **aqui [Distrito onde ela mora, aqui denominado por Distrito de Lutas], pra serviço de mulher mesmo, o que gostava de dar, só tinha um [produtor de café], mas, mesmo assim, nois quase não pegava dinheiro. Ele dava, assim, um vale pra gente comprar na venda [...]**” (grifos nossos).

Embora a participante do vídeo não tenha dito quem era o produtor de café que dava abertura para o trabalho de mulheres, podemos supor que há chances de ser o pai da entrevistada Auzira Amélia e que nossas reflexões se mostram pertinentes e podem estar coerentes com as condições mencionadas por Costa e Sardenberg (2008) e Martins (2017). Embora as autoras tenham analisado outros contextos, em outras épocas, é possível afirmar que marcas desse passado ainda se fazem presentes no contexto atual de muitas mulheres, embora possa assumir diferentes faces.

Retomando ao envolvimento familiar das entrevistadas com o café, outra entrevistada que também apresenta um histórico familiar é Joana. Embora não esteja diretamente

²⁷ Essa participante do vídeo foi uma das mulheres convidadas para participar desta pesquisa, mas, por estar enfrentando sérios problemas pessoais na época, incluindo casos de adoecimento e morte na família, optou por recusar nosso convite, tendo sido respeitada sua vontade.

envolvida na atividade cafeeira, ela é da quarta geração de uma família de cafeicultores da Zona da Mata mineira. Mulher Guerreira também tem origens familiares no café e, hoje, ela, o marido, o filho e filha cultivam o café em sua propriedade. Porém, diferente de Aparecida e Auzira Amélia, os pais de Mulher Guerreira, por exemplo, não foram proprietários de lavouras de café, como ela nos conta:

[...] meu pai, assim, ele nunca teve terra, eles sempre moraram de fazenda em fazenda. E, todas as fazendas que a gente morava, tinha café, e aí a gente [filhos pequenos] ia ajudar a estender pano [técnica utilizada para a colheita dos grãos] [...] depois da colheita, os patrão dava pra gente catar os cafés que, as vezes, ficava pra trás, sabe, que as vezes pra eles já não valia mais nada. Então, a minha mãe pegava uma cabacinha, na época era cabaça, sabe, e dava pra nois, e a gente ficava ali, debaixo do pé de café. A gente ia pra escola e depois da escola ia pro café, ajudava minha mãe e fazia uma rendinha extra [...] já adolescente, 17 anos pra cima, meu irmão adquiriu uma lavoura de café de meia, aí a gente já ajudava o meu irmão [...] depois disso, em 1994, eu me casei e meu marido já plantava café, arrendando do pai dele[...] em 1998, compramos nossa própria terra e, assim a gente vem trabalhando e estamos até hoje. Hoje trabalhamos entre família. A minha filha, hoje ela tá com 25 anos, ela não quis estudar, gosta demais da roça. Não gosta de cidade de maneira alguma, só pra passeio mesmo. Então, ela tá aqui ajudando a gente. O meu filho ele ainda é estudante, mas colabora muito [...] o foco dele é mais degustação e classificação, então, ele ainda não conseguiu fazer um curso bem profundo, por causa da idade.

Mulher Guerreira, embora em condições diferentes de Aparecida e Auzira Amélia, está em posição mais privilegiada no terreno acidentado da cafeicultura, quando consideramos a interseccionalidade entre os marcadores sociais das diferenças gênero, escolaridade e classe social. Mulher Guerreira, embora tenha um contexto familiar diferente das outras duas entrevistadas mencionadas, é proprietária de parte de suas terras, pois seu ex-marido ainda é seu sócio; se reconhece como uma mulher, branca e com ensino médio completo, atuando como produtora de café em sua propriedade.

Lutadora é também uma das entrevistadas que mostra, assim como exposto por Silveira e Marques (2008), que o cultivo do café tem sobrevivido com as gerações de sua família. A entrevistada pontua:

[...] o café já vem de herança, [...] como diz o ditado, ‘já vem de berço’. No começo, quando era o bisavô que tinha o café, meu vô que ajudava a panhar, aí os filhos, tudo pequeno, vinham atrás catando os grãosinhos que ficava no meio das folhas. Eles ganhavam por litro. Daí pra frente, do meu vô foi pro meu pai, do meu pai já foi pra mim, de mim já tô passando pro meu filho, porque a minha filha hoje trabalha, mas é com

coisa de café também, aqui na [nome de uma associação *fair trade*²⁸ da região], aí ela tá trabalhando, graças a Deus (grifos nossos).

Embora Lutadora tenha esse envolvimento familiar com o café, diferentemente das entrevistadas Aparecida, Auzira Amélia e Mulher Guerreira, ela está em uma posição menos privilegiada no terreno acidentado da cafeicultura. Lutadora se reconhece como uma mulher, morena, produtora e trabalhadora rural para outros produtores e produtoras de café nas entressafras do seu café que, segundo ela, são poucos pés. Além disso, ela não é proprietária da terra onde seu cafezal está plantado e tem um nível de escolaridade mais baixo, não tendo completado o ensino fundamental. Ainda sobre sua história de vida, Lutadora destaca, conforme já mencionado, que, como não tinha paixão pelo café inicialmente, mudou-se com seu marido para tentar outra atividade, mas, longe da atividade cafeeira, percebeu que o café era sua vida e, então, eles voltaram:

[...] eu voltei pra cá de novo, comecei a minha vida novamente no café, lutamos, por que morávamos de aluguel, lutamos com o café de meia e conseguimos construir a nossa casa. Logo em seguida, meu esposo faleceu e eu entreguei a parte em que eu era meia [ou meeira], porque eu achava que eu não era capaz de, de enfrentar um cafezal sozinha. [...] eu tinha que lutar pra poder manter meus filhos, e eu trabalhando pros outros, aí o meu irmão falou assim: 'Lutadora, por que você não planta um pouco pra você?' Por que, falei: 'Ah, mas eu não dou conta'. Aí meu irmão me disse: 'Você dá, porque você trabalha pros outros de segunda a sexta, você dá conta de serviço pros outros, por que o seu você não vai dá?'. **Aí eu arrendei uns cafezal, aí trabalhei nesse cafezal de arrendo por três anos. Depois, resolvi plantar o meu pedacinho, meu pai me deu um pedacinho e eu resolvi plantar o meu pedacinho, o meu cafezal. Aí eu plantei e hoje tenho poucos pés de café,** mas posso dizer que é meu, graças a Deus e à minha família **hoje eu tenho o meu cafezal. E, tive que desquitar do luto, pra fazer de melhor. No intervalo do meu café, como é pouco serviço, eu trabalho pra outros que mexem com o café também. Aí na parte do meu café eu faço tudo: desde o plantio, até, nem vou falar a venda, até a gastar o dinheiro** [risos], é a parte melhor (grifos nossos).

Em comparação com as entrevistas Aparecida e Auzira Amélia, considerando a interseccionalidade entre os marcadores sociais das diferenças gênero, escolaridade e classe social, Lutadora está, no terreno acidentado da cafeicultura, em uma posição de atingimento de fluxo mais intenso do tráfego das vias de opressão como sexismo, racismo e elitismo.

²⁸ Trata-se de um mecanismo de certificação que exige, por exemplo, a adoção de um preço mínimo a ser adotado durante as transações comerciais e a especificidade do produtor ou produtora certificados: agricultores organizados em cooperativas ou associações de produtores de café (PEDINI, 2011).

Outras duas entrevistadas, Ana e Souza, mãe e filha, tem uma relação também familiar e individual muito intensa com o café. Elas vêm de uma família de homens e mulheres negras que trabalharam a vida toda no café, como apanhadeiras e catadeiras, desde a infância, o que nos leva a tecer uma relação com o relato de Johnson (2020) sobre a maioria dos homens e mulheres negros que atuam na cafeicultura brasileira serem empregados e empregadas, ou meeiros e meeiras e poucos e poucas possuem terras.

Nos casos específicos de Ana e Souza, antes de aprofundarmos em suas narrativas sobre suas trajetórias de vida, é importante trazermos uma contextualização acerca do local de onde elas são naturais, onde moram suas famílias e onde a Souza reside até hoje, aqui denominado pelo nome fictício de Distrito de Lutas, localizado em um dos municípios da Região Sul de Minas Gerais. Apresentar e considerar este contexto é fundamental, pois nos possibilita, conforme pontuado por Collins e Bilge (2021), examinar as interconexões entre os marcadores sociais das diferenças, tão necessário em um contexto social, o brasileiro e da cafeicultura, que, segundo as mesmas autoras, carrega heranças de um passado histórico envolto pelo colonialismo e escravidão.

O Distrito de Lutas é um desses contextos sociais brasileiros que ainda traz marcas de um passado histórico colonial e escravista, sob diferentes formas. A entrevistada Joana, por exemplo, ao falar sobre o referido Distrito afirmou: “[...] **aquelas famílias** ali [algumas famílias do Distrito], **elas têm um passado relacionado à escravidão, ao quilombo** [...]” (grifos nossos). A entrevistada Ana, em um momento de sua fala, também fazendo referência ao Distrito de Lutas, fala desse passado com um visível sentimento de orgulho. Para Ana, o muro que atravessa plantações de café no Distrito²⁹, segundo ela construído por escravizados, é um símbolo histórico importante para reconhecer e valorizar a participação de pessoas negras e escravizadas na história do café na região. Ana, inclusive menciona que seu avô paterno participou desta história:

[...] a gente tem o muro dos escravos [no Distrito], **tem um muro de pedra que foi construído pelos escravos** [...]eu falo com tanto orgulho do muro dos escravos [...] **é a valorização e reconhecimento dos negros e escravos**

²⁹ No período de coleta e reunião do material empírico para análise buscamos levantar mais informações sobre o muro, porém, não conseguimos um detalhamento maior. De acordo com a entrevistada, Ana, quem, de fato, sabe a história é o habitante mais velho do Distrito de Lutas que está com quase 100 anos de idade e ele tem dificuldade para falar, logo, não conseguiria relatar para nós mais detalhes da história. Porém, ao longo desta subseção, abordamos um pouco mais sobre a história do referido Distrito e seu passado, o que nos leva a compreender um pouco mais sobre as condições sociais sob as quais o muro foi construído.

na história do café. Tem gente que não valoriza, que fala ‘Ah, foi no início do café, ainda mandava era o engenho de açúcar’, falei ‘Gente, que seja. **Mas tá ali, é a história que hoje separa o cafezal no meio**’. [...] As minhas primas vêm de São Paulo, eu falo assim: ‘Gente, vocês nunca foram lá ver o muro, vocês nunca souberam da história. Porque **o pai do pai tava lá**. Cês tem que saber a história (grifos nossos).

Em outro momento de sua narrativa, Ana, menciona que não apenas as primas, que moram em São Paulo, não reconhecem essa história e o passado escravocrata que a envolve, mas as próprias pessoas do Distrito não o fazem: “**A desigualdade lá [do Distrito de Lutas], não é só de pele, ne? Espiritualmente falando, é um povo que precisa ficar mais enriquecido em cultura**. Por exemplo, **quando a gente fala pra eles, assim: 'Ah, a gente tem aqui o muro dos escravos'** [...] **Aí eles falam assim 'Nossa, vai você vai mexer com coisa de racismo', aí eu falo 'Não, gente, é cultura'** .

Reconhecer e valorizar a importante presença e trabalho de homens e mulheres negras escravizados e escravizadas na história do café é fundamental, afinal foram eles e elas a força de trabalho empregada no plantio, colheita e pós-colheita do café desde sua origem no Brasil Colônia, conforme pontuado por autores e autoras como Prado Júnior (1981); Filletto e Alencar (2001); Mafra, Cappelle e Cardoso (2013); Martins (2017); Pinheiro (2017); Johnson (2020) e Quirino (2020). E, como defendido por Quirino (2020), embora a escravidão tenha acabado, mulheres e homens negros continuam sendo a força de trabalho predominante na produção de café, muitos e muitas submetidas a condições análogas à escravidão. Porém, continua relegada à produção e à invisibilidade em papéis de destaque, sendo desprezada pelo sistema agroindustrial em que atuam e para o qual tanto contribuem (JOHNSON, 2020).

A partir deste contexto, podemos interpretar que no terreno acidentado da cafeicultura, homens e mulheres negras atuantes na produção, são colocados em posições de atingimento de um fluxo bastante intenso no entrecruzamento entre vias de opressão como sexismo, racismo e elitismo, vítimas do preconceito e discriminação que invisibilizam suas presenças, trabalho e silenciam suas vozes, principalmente das mulheres negras.

O Distrito de Lutas, portanto, é também um terreno acidentado, onde as interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, construídas social e historicamente, estruturaram e ainda estruturam relações de poder no terreno da cafeicultura. Em um vídeo mencionado anteriormente, que contou com participação da entrevistada desta pesquisa, Auzira Amélia, publicado na página da rede social *Facebook*, do Departamento de Cultura e Turismo do município ao qual pertence o Distrito de Lutas, é apresentada um pouco da história do Distrito.

No vídeo, o Distrito de Lutas é apresentado como um local acolhedor e de perfeita harmonia:

Já imaginou um lugar onde há uma comunidade acolhedora, que incentive você a degustar um dos melhores sabores da vida [no vídeo são apresentadas cenas de um café sendo coado e de um morador do Distrito de Lutas tomando e fazendo um gesto de oferta para alguém beber também], **um lugar com natureza exuberante** [mostrando imagens de uma cachoeira], **que deixará os seus dias mais alegres? Esse lugar existe** e está situado no município de [nome do município localizado na região Sul de Minas Gerais] (grifos nossos).

Embora o vídeo transmita essa imagem do Distrito de Lutas, quando é apresentado o resgate histórico sobre a sua fundação, passamos a refletir criticamente sobre ela, como um contexto em que há desigualdades raciais, de gênero e classe, envoltas por relações de poder e situações de resistência. No referido vídeo e em outro divulgado em uma página da *web* de notícias Região Sul de Minas Gerais, publicado em 17 de março de 2022, é contado que o nome real do Distrito se deu por uma promessa feita pela esposa de um “coronel do café”, que segundo relatado nos vídeos, foi o “grande patriarca da família pioneira na região”. A promessa, como é contado, foi doar um terreno para que fosse construída uma capela de Nossa Senhora de Aparecida. O terreno foi doado pelo “coronel do café” e, em 1900, foi construída a capela. Com o passar dos anos, no entorno da capela começou a se formar o Distrito, cujo nome real leva o sobrenome do “coronel do café”.

Pelo ano de construção da capela e início do povoamento do Distrito, é possível afirmar que se deu no final do século XIX, durante o segundo período histórico do café na Região Sul de Minas Gerais, que se iniciou na segunda metade do século XIX (FILETTO; ALENCAR, 2001), quando a atividade cafeeira se expandiu para municípios do norte e oeste da Região (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007), contando ainda com a exploração da força de trabalho escravizada. Portanto, podemos interpretar, que o contexto local de nascimento, criação e desenvolvimento das entrevistadas Ana e Souza é um terreno acidentado, cujas relações sociais foram sendo moldadas por heranças do período colonial que colocaram e ainda colocam em posições de forte atingimento do entrecruzamento das vias de opressão do racismo, sexismo e elitismo, mulheres negras, trabalhadoras rurais na cafeicultura, fruto das interseccionalidades entre os marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social.

Um jornalista, natural do município onde está localizado o Distrito de Lutas, em uma página da rede social *Facebook* que aborda temas, como política, história, eventos e

acontecimentos do referido município, fez, em 18 de abril de 2022, uma transmissão ao vivo, com duração aproximada de uma hora, trazendo relatos históricos, levantados com bases em suas investigações documentais e entrevistas com pessoas da região, sobre a família do referido “coronel do café”. O jornalista inicia falando sobre a fundação do referido município que, inicialmente, era um “arraial”, completando em 2023, 280 anos. De acordo com ele, a família do “coronel do café” é “uma das maiores, se não a maior” do município, “pessoas brancas, de olhos claros, com descendência portuguesa”.

Em 1836, foi batizado o primeiro filho do “coronel do café”, no município onde está localizado o Distrito de Lutas, conforme o jornalista relata. O “coronel do café”, herdou diversas propriedades rurais com o falecimento de seus tios, em 1852 e 1853, entre elas estava a propriedade em que foi construído o Distrito de Lutas. Da tia falecida em 1852, o “coronel do café” recebeu de herança, vide testamento dela, conforme é contatado pelo jornalista no vídeo, “os escravos Ezequiel e Inocência, crioulos” e, juntamente com o tio falecido em 1853, todas as propriedades da tia.

No testamento deixado pelo tio falecido em 1853, ele deixa para o “coronel do café” todas suas propriedades e posses, com exceção de escravizados e escravizadas que foram deixados para quatro, dos pelo menos 12 filhos e filhas, do “coronel do café”: “minha escrava Felicidade”, “minha escrava Joana”, “minha escrava Ana”, “meu escravo Tibúrcio”. Os trechos dos testamentos reforçam a afirmação de Fanon (2008) e Lugones (2014) sobre os escravizados e escravizadas não serem considerados seres humanos, mas, sim, propriedades, assim como também pontua Zamboni (2014), repassadas como herança para outras pessoas, fato este que pode ser interpretado como reflexo da intersecção, principalmente, entre os marcadores sociais das diferenças raça e etnia.

Sobre os filhos e filhas do “coronel do café”, assim como ele e a esposa, a maioria morou no Distrito de Lutas, o que nos leva a interpretar que o Distrito foi construído sob a influência de um contexto de escravização, indo de encontro à narrativa da entrevistada Ana sobre os muros de pedras no Distrito, que separam plantações de café e, segundo ela, foram construídos por escravizados. O jornalista, inclusive, faz menção em sua fala sobre esses muros: **“muitas fazendas da região foram erguidas pelo trabalho escravo. Os muros, muitas propriedades têm os muros que fazem divisas, porque não tinha cerca, eram pedras. Os escravizados faziam colunas de pedra para fazer as divisas de terras”** (grifos nossos).

Ainda no vídeo, o jornalista relata que, inicialmente, o “coronel do café” era tropeiro, comprovado pelo censo nominal de 1832 a que ele teve acesso e, posteriormente, com a posse de terras herdadas, passou a se dedicar a atividades da agricultura. Em outro vídeo, publicado

na página da *web* de notícias da Região Sul de Minas Gerais, mencionado anteriormente, é destacado que a atividade cafeeira iniciada no Distrito de Lutas, pelo “coronel do café” se tornou uma tradição: “[...] **a tradição do plantio e colheita do café se estende por mais de 100 anos, tradição esta que cada vez mais se consolida e conquista qualidade [...]** Neste cenário, **dezenas de famílias têm investido na cultura de cafés [...]**” (grifos nossos). Este trecho nos leva a reconhecer o caráter familiar da cafeicultura no Distrito, destacada de maneira geral no Brasil por Guerra et al. (2021), bem como a presença da atividade cafeeira na Região Sul de Minas Gerais há mais de um século, como é mencionado por Azevedo (2018).

Foi neste contexto, marcado por um passado escravocrata, que as famílias de Souza e Ana, mãe e filha, nasceram, cresceram, viveram e ainda vivem, no caso de Souza. Sobre sua trajetória de vida, Souza destaca sua relação de trabalho com o café desde a infância: **“Quando eu era pequena a gente trabalhava na lavoura de café, na época, assim, não tinha muito valor, porque, como se diz, a gente já colhia os cafés depois da colheita, nos litros, ia lá nos pés de café e os donos dava pra gente catar os grãosinhos que sobrava no pé. Era assim que a gente fazia”** (grifos nossos).

Esse trecho da narrativa de Souza sobre sua trajetória de vida destacando o trabalho no café, no Distrito de Lutas onde ela sempre morou, corrobora as afirmações de Johnson (2020) e Quirino (2020) sobre as lavouras de café serem locais de sacrifício e prejuízos para homens e mulheres negras, onde frequentemente, segundo as autoras, são relegados e relegadas à força de trabalho, com pouca prosperidade e/ou destaque. No caso específico das mulheres negras, trabalhadoras rurais na cafeicultura, elas estão ainda mais em posição de atingimento de fluxo intenso de tráfego, nos entrecruzamentos entre diferentes vias, representadas nesta tese por marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social. O que as colocam em posição de invisibilidade e silenciamento, conforme apontam Martins (2017) e Dornela e Oliveira (2021).

Sobre a posição de Souza no terreno acidentado da cafeicultura, entre as entrevistadas, pudemos interpretar que ela é uma das que está em uma das posições de maior atingimento do fluxo intenso de tráfego nos entrecruzamentos entre marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social. Souza se reconhece como uma mulher, negra, cursou o ensino fundamental incompleto e está na cafeicultura há cerca de 50 anos, sempre atuando, desde a sua infância, na parte operacional da atividade cafeeira, em lavouras de café de terceiros. Hoje, ela disse atuar na capina e colheita do café e deixa claro em sua fala: “[...] **a gente que é mulher e trabalha em roça, não tem muito valor, né**” (grifos nossos).

Ana, filha da entrevistada Souza, na nossa interpretação sob a lente da interseccionalidade entre marcadores sociais das diferenças e a perspectiva pós-colonial, ocupa também uma posição de maior atingimento do fluxo intenso de tráfego nos entrecruzamentos entre marcadores sociais das diferenças. Ana, se reconhece como mulher, negra, tem ensino médio completo e contou trabalhar na apanha e plantação de café, também no Distrito de Lutas, onde nasceu, cresceu e construiu sua família.

Sobre sua trajetória de vida, Ana destaca o seu envolvimento com o café, desde a sua infância, e também o de sua família, destacando a importância do papel da sua avó paterna para ela, sua família e a comunidade do Distrito de Lutas onde sua avó também residiu até o seu falecimento:

[...] que eu me lembre de mim, assim, **desde o início**, é que **eu comecei na história do café sempre com a minha avó. Ela ensinou tudo que eu e minha família e a comunidade [comunidade do Distrito de Lutas] sabe sobre o café. A vó foi muito importante na nossa vida, não só na nossa, na da comunidade inteira. [...] E sempre dentro do café. a vida minha no café sempre foi essa, sempre é o café mesmo** (grifos nossos).

Ana continua sua narrativa, ressaltando dificuldades pessoais que ela e o marido enfrentaram e como a renda financeira oriunda da atividade cafeeira dela e do marido os ajudaram: “[...] **aos 14 anos eu casei. Meu marido era meeiro e o nosso primeiro filho nasceu com um probleminha de saúde. O café ajudou muito a comprar nossa casinha, fazer o tratamento dele, a criar nossas meninas**”. Este trecho da narrativa de Ana, corrobora a afirmação do ITC (2022, p. 04) sobre, em todo o mundo, “Pelo menos 100 milhões de famílias dependem do café para sua subsistência”.

As narrativas sobre as histórias de vida das entrevistadas Souza e Ana e a forma como se identificam, apresentando um vínculo muito forte com o café e, de maneira geral, com a terra, nos remete também à importante leitura do livro “Torto Arado”, escrito por Itamar Vieira Júnior (2019), uma obra que evidencia a permanência de relações de poder tecidas durante o passado colonial, bem como as marcas da escravização, que estruturaram a formação da sociedade brasileira. Na obra, o autor destaca a história de uma família de homens e mulheres negras, descendentes de escravizados e escravizadas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que cultivavam a terra do “patrão”, a Fazenda Água Negra, sem direito à propriedade. A terra para eles é sagrada, fonte de vida, história, lutas e sustento.

Na história apresentada por Júnior (2019), estão presentes importantes elementos que também estão nesta tese, coerentes com a perspectiva pós-colonial e interseccional, como

vozes femininas negras de trabalhadoras rurais – na obra representada pelas narrativas das irmãs Bibiana e Belonísia, protagonistas da história – que lançam luz sobre memórias e situações coletivas envoltas por desigualdades oriundas das intersecções entre raça, classe social e gênero.

Também está presente a questão da espiritualidade e a evocação de resistências ancestrais, como dos povos quilombolas, com destaque para suas lutas e profundas ligações com a terra. Sobre a evocação da ancestralidade, Ana, mencionou em diferentes momentos da sua narrativa, assim como em sua participação no vídeo publicado em 22 de março de 2018, na rede social *Youtube* da organização Café Mulher Brasileira, a figura da sua avó paterna. Especificamente no vídeo, Ana, destaca a convivência diária com a avó nas lavouras de café:

Minha vó acordava cinco horas da manhã, aí punha, colocava, chamava todo mundo, ne, fazia as marmitas. Aí assava uma fôrma de bolo, levava a fôrma de bolo inteira pra roça, porque era muito neto, muito filho [risos]. Aí a gente trabalhava o dia inteiro, debaixo, rastando os panos, e eu com meu irmão caçula pro lado de cima ajudando ela a apanhar as barradas (grifos nossos).

E em sua narrativa, em nossa entrevista, ela aprofunda um pouco mais sobre a trajetória de vida de sua avó, que, tanto em sua fala quanto em suas expressões faciais, olhar e tom de voz, transmitiu o quanto a avó é um exemplo de mulher para ela:

A vó chamava [nome da avó], mas, todo mundo, a comunidade inteira, chamava ela de Dona [apelido]. **A vó, ela foi uma mulher que não tinha, eu ainda brinco que ela não tinha essas melissinhas, sabe? Ela tinha um chinelo de Havaianas, velhinho, no pé, e aquela preocupação em ir pro café. De panhar café, catar café e levar os netos e filhos, e os filhos de outras famílias.** Que nem aconteceu, uma família o pai e a mãe morreu, e ela ensino eles [filhos] tudo a trabalhar, né. **E aquela comunidade inteira 'Com quem que ocê aprendeu a panhar café?', 'Eu ia com a Dona [apelido]'. Aí hoje, até tem o [nome de um homem] que faz parte da [nome de uma associação de produtores de café do Sul de Minas que é referência], se cê chegar pra ele, hoje presidente da associação, se cê chegar pra ele e perguntar pra ele assim: 'Mas com quem ocê aprendeu?', ele vai falar que aprendeu a panhar café com a vó, que eles aprendeu a gostar de café com a vó. Então, a vó deixou uma semente muito boa, ne. E ela sempre, sempre, vai ser a grande estrela da minha vida, sempre vai ser a minha avó. Meu Deus, aquela mulher lá, vou falar um negócio pro cê [olhos da entrevistada se encheram de lágrima]. E, até hoje, eu passo a mão na minha mão e, nunca vai chegar perto do calo na mão dela, nunca.** Do balaio que ela carregou pra medir café na época, ne, nas costas, pra criar os filhos (grifos nossos).

O relato de Ana também se mostra coerente com a afirmação de Silveira e Marques (2008) sobre a produção cafeeira na Região Sul de Minas Gerais ter sobrevivido às gerações, compondo o aparato cultural dos mais velhos que transmitem aos mais jovens conhecimentos relacionados à atividade cafeeira, bem como à sua estrutura e dinamicidade.

A única entrevistada que não destacou o envolvimento familiar e nem de antepassados com o café foi Maria:

A minha história foi a seguinte. Eu **me casei com 20 anos**, muito novinha, brincando de boneca. O meu marido tinha 23 anos. Então nós casamos e nos mudamos. Eu tive três filhos. Meu marido sempre viajou muito, ele era diretor de empresa, então ele viajava muito, e **eu mudei muito**. Eu **tive oportunidades de conhecer, de morar no Nordeste** e conhecer a cultura nordestina, o povo, a realidade nordestina. **Tive oportunidades de morar no Rio de Janeiro, conhecer também**, ne? [...] e **tive a oportunidade de morar em São Paulo por muitos anos**. Meu marido morou muito fora do país também, então, **eu ia pra fora do país**. Então, **conheci várias culturas**, os meus filhos sempre acompanharam essas mudanças, então, todos nós **aprendemos a ter uma visão mais holística de mundo [...] em 2003 compramos uma mata, eram 34 hectares de mata nativa. Eu morava em São Paulo**. Aí o pessoal falava assim pra mim que a gente era uns paulistas, ignorantes, porque onde já se viu comprar uma mata, nativa mesmo. **A realidade é que eu amo a natureza**. Eu não queria que derrubasse uma árvore. Eu consegui uma autorização com o IBAMA para construir uma capela e uma casa pra nós. Só que nesse meio tempo, até conseguir essa autorização, demorou um ano, **nós compramos uma parte embaixo do morro, já tinha casa, era uma área que dava para o cultivo**. Aí, **em 2006, o meu marido começou a plantar café**. Eu falo 'meu marido', porque eu **tava pensando em fazer é... ervas medicinais [...]** Só que ele **começou a plantar café e foi embora para a Europa, ne**. Aí é aquele negócio, não adiantar chorar pelo leite derramado, tudo bem. **Eu não conhecia nada de café, absolutamente nada [...]** fui, então, **aprender, fazer cursos, internet e assim foi [...]** eu morava em São Paulo naquela época [...] **eu me dividia em cuidar dos filhos em São Paulo e cuidar aqui da fazenda. Eu sabia o seguinte, que eu queria produzir cafés especiais, que era o que tava começando. Então, eu arrumei um agrônomo de cafés especiais, fui atrás [...]**eu fui aprofundando, aprofundando, e, desde, então, eu só **produzo cafés especiais [...]** depois meu marido aposentou e assim fica **bem mais fácil [...]** mas, **continua eu aqui na época de colheita, de pós-colheita, a parte de lavoura, isso tudo continua comigo (grifos nossos)**.

Por meio da narrativa de Maria, podemos interpretar, portanto, que, embora a cafeicultura não seja uma atividade que acompanha sua família e história de vida desde o início, como é o caso das outras entrevistadas, a atividade cafeeira tornou-se relevante para ela que está há 16 anos atuando na área. Em um texto escrito por ela, já mencionado anteriormente, publicado em 08 de março de 2016, em um portal da cafeicultura no Brasil, na *web*, ela aponta: “[...] **já fazia alguns anos que eu cuidava do cafezal em nosso sítio,**

morava na cidade e ia para aquele pedacinho de chão onde analisava a saúde da lavoura, a expectativa da safra e os serviços realizados. **Apaixonada pelo café, gostava de me encontrar com outras mulheres cafeicultoras**, conversar [...]” (grifos nossos).

Embora Maria não seja direta ao mencionar sobre sua posição no terreno acidentado da cafeicultura, é possível interpretar, por meio de suas experiências e conforme mencionado por ela ao falar de suas vivências em outras regiões brasileiras e países e convivência com outras culturas, que ela ocupa uma posição em um entrecruzamento de fluxo menos intenso de discriminação e opressão. Está em posição mais privilegiada do que entrevistadas como Souza que, em um momento de sua narrativa sobre a Café Mulher, disse que por meio da organização ela teve oportunidade de conhecer Belo Horizonte e ela achava que não teria oportunidade conhecer nossa capital mineira. Maria se reconhece como uma mulher branca, produtora de café, pós-graduada e proprietária de suas terras.

Por meio dos resultados apresentados e analisados até aqui, podemos interpretar que a organização regional Café Mulher foi construída e é composta por mulheres diversas, com trajetórias de vidas marcantes e, a maioria delas, que nos emocionam e nos fazem refletir sobre a importância de criar espaços como este para que outras “Marias” e, principalmente, outras Anas e Souzas possam falar por si, possam ser ouvidas e terem suas histórias de vidas, suas ancestralidades e importantes relações individuais e/ou familiares com a terra, com o café, reconhecidas e valorizadas. Esta categoria de análise nos possibilitou compreender a relevância, assim como já foi discutido ao longo desta tese, de (re)conhecer a heterogeneidade e os mais variados contextos individuais. Esse (re)conhecimento é muito importante para compreendermos o contexto organizacional da organização regional Café Mulher, como será apresentado a seguir.

8.2 O contexto organizacional da organização regional Café Mulher: terreno onde os marcadores sociais das diferenças se interseccionam e causam graves atingimentos

Nesta subseção nos dedicamos a analisar e discutir o contexto organizacional da organização regional Café Mulher. Para tanto, inicialmente analisamos o contexto e a criação da organização local Café Mulher Brasileira e, em seguida, analisamos e discutimos os contextos envolvidos na fundação e na atuação da Café Mulher, buscando entrelaçar as influências e relacionamentos entre esses contextos individuais, regionais, sociais e coletivos apresentados.

8.2.1 A criação da organização nacional Café Mulher Brasileira

A organização local Café Mulher Brasileira é uma das 32 organizações da organização sem fins lucrativos, Café Mulher Global, criada em 2003 quando mulheres da Costa Rica, Nicarágua e dos Estados Unidos se uniram para trabalhar em prol de um interesse comum: melhorar aspectos da indústria cafeeira, capacitando e conectando mulheres. A metodologia da Café Mulher Global é “*success through localization*”, isto é, sucesso por meio da localização, da criação de organizações em diferentes países produtores do café e consumidores (CAFÉ MULHER GLOBAL, 2023, tradução nossa).

Cabe destacar que, embora seja uma organização sem fins lucrativos, a Café Mulher Global, assim como suas organizações locais, como a Café Mulher Brasileira, e regionais, como a Café Mulher, conforme discussões apresentadas a seguir, são guiadas por uma ordem mercadológica, em que o movimento social de mulheres é utilizado para, de alguma forma, capitalizar, como o “Café de Mulheres”, valorizado no mercado nacional e internacional. Embora o foco, em muitos discursos seja direcionado para as mulheres, ainda é o produto, café, e o mercado que guiam essas organizações. Um mercado que é desigual, reconhecendo, por exemplo, o trabalho de produtoras de café, e deixando na invisibilidade o trabalho, por exemplo, de mulheres catadeiras e apanhadeiras de café.

Inclusive, no site da Café Mulher Global é pontuado que a organização lidera o empoderamento das mulheres na indústria internacional do café, apoiando uma rede global de organizações independentes, auto-organizadas e autogovernadas, isto é, as organizações locais, que têm autonomia para desenvolver e implementar suas prioridades estratégicas e maneiras de filiação, desde que coerentes com o protocolo de formação global. Esse empoderamento é buscado, por meio “[...] do desenvolvimento de liderança, **parceria estratégica e visibilidade de mercado** ampliada”. O que deixa claro para nós a presença do mercado e sua ordem econômica.

Como valores a serem compartilhados por todas as organizações locais da Café Mulher Global, são pontuados:

- 1 – Respeito – Toda mulher tem uma voz única e válida; portanto a Café Mulher Global respeita cada pessoa e suas ideias.
- 2 – Sustentabilidade – A Café Mulher Global apoia programas que promovem a harmonia do impacto ambiental, social e econômico.
- 3 – Equidade – A Café Mulher Global apoia programas que incentivam a alocação equitativa de recursos no mundo.
4. Integridade – Servir mulheres no café é o objetivo final da Café Mulher Global e, para promover esse objetivo, todas as decisões são tomadas com

honestidade e integridade. 5 – Colaboração – As comunidades possuem as soluções para seus próprios problemas, portanto, a melhor forma de impactar essas comunidades é através da colaboração e parceria. 6 – Empoderamento – A Café Mulher Global apoia ações que fortalecem mulheres para realizar todo seu potencial. 7 – Inclusão – A Café Mulher Global apoia a inclusão de todos – homens, mulheres e jovens – trabalhando juntos para alcançar um impacto positivo por meio de comunidades empoderadas (CAFÉ MULHER GLOBAL, 2023, tradução nossa).

Entre as ações realizadas pela Café Mulher Global, em 2022, por exemplo, foram listadas pela diretora executiva da referida organização: a realização de três *webinars*, visando oferecer educação continuada aos membros da organização e ao público geral; participações em painéis, *podcasts* e entrevistas abordando a temática das mulheres no café; organização de eventos de degustação na *Specialty Coffee Association* (SCA) e no *World of Coffee*, com o objetivo, conforme apresentado no site da organização Café Mulher Global, de melhorar o acesso ao mercado para mulheres produtoras de café. Outra iniciativa mencionada foi a publicação no site de uma lista de disponibilidade de cafés com informações sobre algumas das produtoras associadas à Café Mulher Global, facilitando o contato direto entre compradores e produtores. (CAFÉ MULHER, GLOBAL, 2023).

Novamente percebemos o foco no mercado e na capitalização e, neste caso, é nítido o direcionamento para as produtoras que, em sua maioria, são proprietárias de suas fazendas, tem condições favoráveis para produção e comercialização de seus cafés, como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), boas condições de armazenagem dos grãos, seja em instalações próprias ou de cooperativas e/ou associações das quais fazem parte, uma rede de contatos de importantes atores da cafeicultura etc. Condições muito diferentes daquelas vivenciadas, por exemplo, pelas mulheres catadeiras e apanhadeiras de café. Ou seja, se trata de uma lógica mercadológica, novamente excludente e desigual.

Essa desigualdade, embutida na generalização “mulheres dos cafés”, adotada pela Café Mulher Global e suas organizações locais e também regionais, se torna ainda mais nítida quando analisamos, por exemplo, que em todo o discurso das referidas organizações, é mencionado e considerado apenas o marcador social das diferenças gênero, o que segrega ainda mais as oportunidades para as “mulheres dos cafés” que não são produtoras de café, nem proprietárias de terras, mas, sim, mulheres pobres, negras, catadeiras e apanhadeiras de café. Outros também importantes marcadores sociais das diferenças e suas intersecções são desconsiderados, apontando para, conforme defende Oyèwúmi (2004), uma superinclusão.

Outro ponto que, através do nosso olhar pelas lentes da perspectiva pós-colonial e da interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças como gênero, raça, classe social e

sexualidade, nos inquietou, foi a reprodução do binarismo “**América do Norte/América do Sul**” (grifos nossos), para apresentar as organizações locais que compõem a organização Café Mulher Global. No site da organização Café Mulher Global, no campo “Organizações Locais”, entre as opções para visualizar informações sobre as organizações locais, aparecem as opções de escolha para visualizar as que foram agrupadas na opção “América do Sul”, como o caso da organização local brasileira, a Café Mulher Brasileira, e as que foram agrupadas na opção “América do Norte”.

Como Lorde (1980) destaca, a Europa, desde o período da colonização, nos condicionou a perceber as diferenças segundo binarismos, cujos movimentos tendem a fluir em uma única direção: dos colonizadores para os colonizados, neste caso, do Norte para o Sul. Bhabha (1998) defende que os espaços de enunciação, neste caso, as organizações locais da Café Mulher Global, não sejam definidos pelos binarismos: organizações locais da América do Norte; organizações locais da América do Sul, mas devem estar situados no entremeio dessas fronteiras que, como pontuado por Hall (2003); Aschcroft; Griffiths e Tiffin (2007), é transcultural, com a circulação significativa de efeitos, que vão, vem e se entrecruzam entre as categorias envolvidas.

Especificamente sobre a organização local Café Mulher Brasileira, a entrevistada desta pesquisa, Joana, uma das principais mobilizadoras para a criação da referida organização no país, conta que tudo começou com a leitura de uma edição do “*The Coffee Exporter’s Guide*”, do ITC:

[...] **foi onde tudo começou**, por que eu peguei esse livro [ela mostrou a versão física do guia que estava com ela no momento da entrevista] quando eu comecei a pesquisar pra trazer a uma organização local da Café Mulher Global pra cá [Brasil]. E aí, **eu pego isso [o guia] e tem um parágrafo que fala assim** [a entrevistada abriu o guia, localizou a página e fez a leitura do parágrafo]: **Em 2008, o *International Trade Centre* realizou uma pesquisa sobre o papel das mulheres no setor de café. Vinte e cinco pessoas, a maioria mulheres, de quinze países produtores da África, Ásia e América Latina deram informações [...] A pesquisa mostrou consideráveis diferenças entre países, por exemplo, as mulheres fazendo muito pouco no campo e na colheita no Brasil, em função do alto nível de mecanização e das alternativas de trabalho fora do café.** Mas 90% das mulheres dos países da África, onde é basicamente tudo manual, as mulheres desempenham um papel importante. As mulheres também desempenham pequeno papel na comercialização de café na maioria dos países, com exceção do Vietnã, onde 50% delas trabalham na comercialização. **Então tudo começou com isso, porque eu vi e falei 'Como assim? Como? Peraí!**

Durante esse trecho da narrativa da entrevistada Joana, foi nítida em sua expressão corporal, no tom de voz e no seu olhar a incredulidade da afirmação no “*The Exporter’s Guide*” sobre as mulheres no Brasil, estarem “fazendo muito pouco no campo e na colheita, em função do alto nível de mecanização e das alternativas de trabalho fora do café”, e com razão para tal sentimento. No caso específico das participantes desta pesquisa, conforme apresentado na seção anterior, fica nítido o quanto tal afirmação é equivocada. Com exceção de Joana, nenhuma das outras sete entrevistadas atuam em outra atividade econômica que não seja o café. A entrevistada Maria está há 16 anos na cafeicultura; Auzira Amélia há 24 anos; Ana há 34 anos; Lutadora há 41 anos, inclusive afirmou ter nascido, literalmente, em um cafezal; Mulher Guerreira atua há 42 anos e Souza há 50 anos. Lutadora, Ana e Souza, por exemplo, atuam desde crianças diretamente nas lavouras cafeeiras da Região Sul de Minas Gerais, seja plantando, capinando ou colhendo manualmente os grãos de café.

Percebemos neste caso, a presença de outra via de opressão que se entrecruza com o racismo, sexismo e elitismo na cafeicultura brasileira, o patriarcado. Trata-se de uma atividade que, socialmente, foi construída como sendo de homens e para homens, relegando as mulheres a condições de invisibilidade ou de baixo reconhecimento do importante trabalho desempenhado por elas em todo o sistema agroindustrial do café. Assim como pontuado por Del Priore (2007) ao fazer um resgate da história das mulheres no Brasil, desde o período colonial, na cultura da cana-de-açúcar e seguindo na cultura do café, as mulheres contribuíram com seu trabalho, porém sem o reconhecimento. Martins (2017) reforça que ainda predomina uma história do café construída a partir da ótica masculina, carregada por entrecruzamentos de traços patriarcais e racistas, privilegiando tão somente as realizações dos homens e ocultando a atuação das mulheres, principalmente de mulheres negras.

A partir dessa inquietação, Joana mobilizou outras mulheres, em sua maioria produtoras de café brasileiras e, juntas, deram início à construção da organização local Café Mulher Brasileira. No site da referida organização é contado que, em 2012, após dois anos de mobilização, mulheres de diferentes regiões produtoras do país formalizaram entre si a criação da organização local, no dia 06 de outubro, no 7º Espaço Café Brasil, realizado em São Paulo, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), tendo como um dos objetivos trazer visibilidade para o trabalho e a presença das mulheres na cafeicultura brasileira.

Em 2018, no início desta pesquisa, tivemos acesso ao Protocolo de Formação de Organizações Locais da Café Mulher Global, assinado em 25 de novembro de 2011, em Belo Horizonte, por Joana, então presidente da organização local, e sua vice-presidente, e

registrado em cartório de pessoas jurídicas em 16 de abril de 2015. No estatuto consta que a Café Mulher Brasileira deve ser administrada pela Assembleia Geral, constituída pelas mulheres associadas; Diretoria e Conselho Fiscal, ambos eleitos pela Assembleia Geral a cada biênio. As organizações regionais que a compõem também seguem essa mesma estrutura administrativa.

No site, a Café Mulher Brasileira é definida como:

[...] **uma rede formada por mulheres envolvidas em toda a cadeia produtiva do café – do grão à xícara que:** - constitui um fórum de conexão e troca de experiências e conhecimentos; - inspira e fortalece as mulheres através do acesso a treinamento, aprendizado e informação; - **defende a redução de barreiras para as mulheres proporcionando acesso a mercados;** - representa as mulheres em instâncias nacionais e internacionais; - **torna visível o papel das mulheres envolvidas no negócio café** (CAFÉ MULHER BRASILEIRA, 2023).

Por meio desse trecho, torna-se nítido, assim como no discurso da organização global, Café Mulher Global, o foco no mercado, por meio do movimento de mulheres dos cafés e, conforme com direcionamento também voltado para as mulheres produtoras de café. No site da organização Café Mulher Global também são apresentadas algumas informações sobre a organização Café Mulher Brasileira. Especificamente, três aspectos são tratados: “Membros”; “Regiões” e “Prioridades Estratégicas”. Sobre os “Membros” é colocado que **mais de 75% são mulheres produtoras de café** (grifos nossos). Já em uma publicação realizada em 12/11/2020 sobre o encontro anual da Café Mulher Brasileira, em 2020, durante a Semana Internacional do Café (SIC), maior evento do setor da cafeicultura no Brasil, na página de agro jornalismo, MR – Minuto Rural, é compartilhado parte de um depoimento concedido pela, na época, Gestora Executiva da Café Mulher Brasileira, afirmando que:

Temos como objetivo nessa edição **promover a visibilidade da mulher em toda cadeia do negócio do café. Atualmente, 97% das associadas à Café Mulher Brasileira são produtoras e o trabalho no momento é reforçar nosso apoio para maior representatividade feminina também em outras vertentes como as das baristas e degustadoras** (grifos nossos).

Ou seja, o foco permanece nos elos mais fortes dessa organização, quando consideramos as interseccionalidades entre gênero, raça e classe social, as produtoras de café brasileiras são, em sua maioria, mulheres brancas, de classe média a alta, proprietárias de suas fazendas.

Quanto às “Regiões”, para tornar mais efetiva a atuação da Café Mulher Brasileira e coerente com as especificidades de cada região, são criadas organizações regionais, independentes, autogovernadas e organizadas. No site da organização Café Mulher Global são mencionadas as 12 organizações regionais³⁰ que compõem a organização local Café Mulher Brasileira. Porém, no site dessa última organização, são citadas 9 organizações regionais brasileiras, havendo um impasse entre as divulgações. Por fim, no campo “Prioridades Estratégicas” da organização local brasileira, são pontuadas as seguintes afirmações:

Capacitação organizacional e estabilidade financeira; Construir e fortalecer as parcerias existentes, buscando novos projetos e objetivos comuns; Influenciar a criação de políticas públicas para mulheres; **Gerar oportunidades de negócios para associadas; Fortalecer a presença da marca Café Mulher Brasileira no mercado nacional e internacional** (CAFÉ MULHER GLOBAL, 2023).

Esse trecho também reforça o foco mercadológico. Ao fortalecer a marca Café Mulher Brasileira no mercado nacional e internacional, é possível criar oportunidades de negócios para as mulheres produtoras de café, oportunidades para capitalizarem através da venda do café de mulheres. Dessa forma, é possível interpretar que tanto a Café Mulher Global, como a Café Mulher Brasileira, são organizações, que, embora falem sobre empoderar mulheres de toda a cadeia produtiva e, por vezes, apresentem discursos que tendem a ir para o eixo social, elas não buscam a transformação social na vida das diversas mulheres atuantes no café, como trabalhadoras rurais, catadeiras, apanhadeiras e safristas. Essas organizações se querem estão considerando essa diversidade e as desigualdades oriundas das interseccionalidades entre gênero, raça e classe social.

Com o intuito de ter acesso a um volume maior de informações e de estar mais imersa no contexto de pesquisa, no início de 2019, me associei à Café Mulher Brasileira. Para tornar-se sócia é necessário entrar no site da Café Mulher Brasileira, clicar no campo “associe-se”, e, inicialmente, escolher um nível de enquadramento, conforme a sua atuação na cafeicultura brasileira e os respectivos valores, em reais, das taxas de associação. Treze níveis aparecem como opção e, em nenhum deles, está a opção trabalhadora rural, catadeiras e apanhadeiras e/ou meeiras, por exemplo, o que reforça novamente nossa análise descrita no parágrafo

³⁰ Como já mencionado anteriormente, alguns dados e informações, como referências e nomes reais foram ocultados para preservar a identidade da organização analisada e suas participantes. Por este mesmo motivo, não foram divulgadas a identidade das 12 organizações regionais que compõem a Café Mulher Brasileira.

anterior. São elas: Turismo Rural; Cooperativas e Associações; Barista; Colhedora; Certificadoras Nacionais e Internacionais; Microempreendedor Individual (MEI); Indígenas e Quilombolas; Pesquisadoras e Educadoras; Produtoras; Micro e Pequena Empresa; Grandes Empresas; Grandes Mercados.

Outro exemplo que também reforça a ausência das mulheres negras, pobres, trabalhadoras rurais, catadeiras, apanhadeiras e meeiras no discurso da Café Mulher Brasileira, bem seu foco mercadológico, seguindo uma lógica que exclui e fomenta as desigualdades, são as ações do Programa “Ganha-Ganha: igualdade de gênero significa bons negócios”, um programa criado em 2018, por meio da articulação entre a ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a União Europeia e que, no Brasil, conta com o apoio da Café Mulher Brasileira. De acordo com a ONU Mulheres (2023), o “Ganha-Ganha: Igualdade de Gênero Significa Bons Negócios” tem como objetivo geral:

[...] contribuir para o empoderamento econômico das mulheres, reconhecendo-as como beneficiárias e parceiras do crescimento e desenvolvimento, aumentando o compromisso do setor privado – empresas e organizações de empregadores – com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. **O programa destina-se a empresas e redes de negócios lideradas por mulheres**, empresas multinacionais e partes interessadas relevantes na Europa em países selecionados da América Latina e Caribe para **promover laços comerciais e inovação entre mulheres** de ambas as regiões [...] (grifos nossos).

Novamente, é possível perceber que o foco se mantém apenas no marcador social das diferenças gêneros e em mulheres que ocupam posições de liderança, como as produtoras de café. Na subseção a seguir, buscamos analisar o contexto específico da organização regional Café Mulher, ligada à Café Mulher Brasileira e, por sua vez, à Café Mulher Global.

8.2.2 O terreno acidentado da organização regional Café Mulher

Esta subseção foi construída a partir de duas partes principais. A primeira aborda a análise e discussão dos resultados acerca da criação da organização regional Café Mulher, cujo objetivo inicial foi o de subversão, principalmente dos binarismos coloniais, buscando iluminar e criar um espaço intersticial. Na segunda parte buscamos analisar e discutir como esse objetivo se perdeu e a organização regional Café Mulher acabou por se tornar um espaço de reprodução de relações coloniais. Por meio da exploração dessas duas partes, nos referimos à organização regional Café Mulher como um “terreno acidentado”, por não ter alcançado a

subversão, mas, sim, a reprodução, colocando no entrecruzamento das vias de opressão do sexismo, racismo e elitismo, mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café que são duramente atingidas pelo fluxo intenso de tráfego que flui dessas vias, gerando graves acidentes.

8.2.2.1 Primeira parte – Organização regional Café Mulher: a criação de um espaço de subversão aos binarismos coloniais

Uma foto tirada há cerca de oito anos, mostrando um espaço físico simples, com mulheres diversas, incluindo 05 mulheres participantes desta tese, reunidas, visivelmente felizes, sorrindo, algumas com os braços levantados, remetendo a um momento de comemoração. Essa foto é um registro da primeira reunião das mulheres dos cafés que, posteriormente, vieram a compor a organização regional Café Mulher. Uma foto que, a depender da perspectiva, pode representar o início, o fim ou a continuidade de relações de poder que carregam marcas de um passado colonial, onde a cafeicultura brasileira teve início.

Antes de realizar as análises viabilizadas por meio desta pesquisa, para nós, a foto representou a possibilidade de subversão, mas ao analisarmos o material empírico reunido, essa percepção inicial cedeu lugar para a compreensão de um espaço de reproduções de relações de poder. Especificamente sobre a criação da organização regional Café Mulher, Joana, trouxe em sua narrativa resgates muito importantes, que serão detalhados a seguir.

Inicialmente, Joana nos conta que, no ano de 2015, a diretora do ITC, deu uma entrevista, contando que a iniciativa “*SheTrades*”³¹, naquele ano aconteceria no Brasil:

E aí, eu meti no meio, escrevi [um e-mail para a Diretora do ITC] ‘Olha, **que bom que vai ser no Brasil. A gente tem que envolver as mulheres da Café Mulher Brasileira [...] coincidentemente, quando escrevi para o ITC, me chamaram para uma reunião online, um skype [...] A gente já tava com a Café Mulher Brasileira formada aqui [no Brasil], desde 2012, mas ninguém estava prestando atenção, como ia ter essa oportunidade em 2015, falei ‘Opa! Vamos participar’. Então, aconteceu em setembro, foi um grande evento, enorme.** (grifos nossos).

³¹ “A iniciativa *SheTrades* foi estabelecida pelo *International Trade Centre* para lidar com as barreiras que as mulheres enfrentam para acessar oportunidades econômicas. A *SheTrades* trabalha para conectar milhões de mulheres empresárias aos mercados enquanto promove sua plena participação no comércio internacional. A iniciativa contribui com orgulho para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (ITC, 2023, tradução nossa)

Em uma entrevista concedida, na época, pela Diretora do ITC, Arancha González, à *Women Inside Trade & Development*³², ela fala sobre o evento mencionado por Joana. Ela diz: **“O Brasil é o berço da *SheTrades*: revelamos a iniciativa pela primeira vez no *Women Vendors Forum* em São Paulo em setembro de 2015** (grifos nossos). Joana continua sua narrativa, afirmando que:

Eu me meti no meio e **meti a Café Mulher Brasileira no meio** [...] **várias das nossas sócias, ne, foram participar**, foi uma coisa **desses eventos internacionais enormes, com mulheres da África, ne, com mulheres da América Central** e tal. E tinha um *business to business*, que era novidade e **a Maria [entrevistada desta pesquisa], que foi sócia-fundadora da Café Mulher Brasileira, participou de um B2B com uma compradora** [...] quando **ela saiu daquele encontro, ela tava exaltada**. Ela falou assim pra mim ‘Joana, é melhor do que lua de mel’ [risos]. **Ela não vendeu seu café, mas, aquilo ali pra ela foi tão importante!**

Conforme é exemplificado por Joana, por meio da conexão de Maria com uma compradora de café, o *SheTrades*: “[...] fornece **uma estrutura de colaboração para os parceiros aumentarem e acelerarem a taxa na qual as mulheres empresárias podem participar plenamente da economia global e usar o comércio como uma alavanca para a resiliência e transformação econômica** (grifos nossos)”, segundo a fala de Arancha González em sua entrevista. Essa constatação nos leva a refletir novamente sobre análises tecidas anteriormente sobre a Café Mulher Global e Café Mulher Brasileira. O foco novamente está na ordem mercadológica que exclui e, apenas, em mulheres, produtoras de café, que possuem CNPJ e comercializam formalmente seus cafés, assim como também está apenas no marcador social das diferenças gênero.

Em sua narrativa, Maria também fala sobre sua participação na ‘*SheTrades*’, porém com uma abordagem um pouco diferente da contada por Joana. A abordagem de Maria ressalta uma reflexão crítica sobre a imagem equivocada da produção de café no Brasil por pessoas de outros países:

[...] quando chegou **em 2015 eu fui participar de uma feira internacional que ia ser em São Paulo, a *Women Vendors Forum***. [...] tinham 42 países lá participando e a realidade que eu enxerguei, **eu via lá os compradores em cima de mulheres da Burundi, de Costa Rica e de**

³² *Women Inside Trade & Development* é uma organização internacional sem fins lucrativos que contribui para o empoderamento das mulheres por meio de sua rede global de profissionais, treinamento especializado e desenvolvimento de lideranças (WOMEN INSIDE TRADE & DEVELOPMENT, 2023)

outras coisas mais, comprando por valores altos e a gente não conseguiu vender um grão e nem que eles quisessem a nossa amostra. Aquilo foi um choque de realidade. Paralelo a isso, eu tive acesso a um relatório dos Estados Unidos onde falavam que o café do Brasil não tinha qualidade, que as mulheres dos cafés, as pessoas aqui eram ricas. Fiquei muita chateada. Eu pensei 'não é possível que eu tô lendo isso'. Tava bem na época da Feira e, então, na Feira eu vi que realmente as mulheres do Brasil não eram reconhecidas, que o café do Brasil não era reconhecido, que eles achavam que Colômbia, África e todo mundo lá era sofrido, mas aqui no Brasil era tudo maravilhoso. Eu voltei pra casa triste, mas me abriu a cabeça [...]

A narrativa de Maria alerta para uma visão internacional sobre a cafeicultura brasileira distorcida da realidade, o que complementa a leitura feita por Joana do *The Coffee Exporter's Guide*, do ITC. Estamos nos referindo a um país, como mencionado anteriormente, fortemente marcado pela colonização e cuja atividade cafeeira, iniciada durante este período, foi estruturada sob forte influência de relações de poder definidas a partir das interseccionalidades entre marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social, buscando silenciar e invisibilizar vozes, diversas vezes resistentes, de grupos subalternizados como mulheres negras apanhadeiras e catadeiras de café.

Estes grupos subalternizados são colocados nos entrecruzamentos entre vias de opressão do patriarcado, sexismo, racismo, elitismo, heterossexismo, capitalismo e outras, posições de grave atingimento de um fluxo intenso de tráfego. Especificamente sobre a visão distorcida de “[...] **as pessoas aqui eram ricas**”, Neri (2022), na publicação “Mapa da Nova Pobreza”, pontua que a parcela da população brasileira com renda *per capita* de até R\$497,00 mensais atingiu 62,9 milhões de pessoas no ano de 2021, o que equivale a 29,6% da população total do país, um percentual extremamente significativo.

Ao afirmar que a feira “abriu a sua cabeça”, Maria continua sua narrativa refletindo sobre o que poderia fazer para mudar essa percepção. Em uma conversa que teve com Auzira Amélia, também entrevistada desta pesquisa, o diálogo evoluiu baseado, segundo Maria, no “choque de realidade” proporcionado pela “Feira” e a publicação que leu, apresentando uma visão distorcida da realidade brasileira no café:

Quando chegou em outubro [do mesmo ano da ‘SheTrades’, 2015], uma conhecida minha [a Auzira Amélia], conversando com ela, ela falou assim: 'Maria, a gente precisa fazer alguma coisa para as mulheres do Distrito de Lutas, porque elas precisam, do café elas não conseguem viver, então elas precisam ter outra renda.

Em sua narrativa, Auzira Amélia, ao falar sobre quem ela é, sobre ser sonhadora, ela expõe que um de seus desejos, assim como mencionado por Maria, é o de “[...] **ajudar as mulheres do Distrito de Lutas**” (grifos nossos), local, em que, conforme mencionado anteriormente, moram as entrevistadas Ana e Souza. Esse desejo apresentado por Auzira Amélia mostra-se diferente dos discursos da Café Mulher Global e Café Mulher Brasileira, em que prevalece, como já exposto, o marcador social das diferenças gênero e o foco em produtoras de café. Nele, está presente além do marcador social das diferenças gênero, o marcador social das diferenças classe que interseccionados colocam as mulheres catadeiras e apanhadeiras de café no entrecruzamento das vias de opressão do patriarcado, capitalismo, racismo, sexismo e elitismo. Especificamente sobre essas mulheres, Auzira Amélia diz:

“[...] tem umas meninas no nosso Distrito de Lutas que elas são catadoras de café. O pessoal [produtores e produtoras de café da região] colhe o café, e aí, depois, deixam elas colher o café e dividem, ne. Mas, depende muito, tem produtor que nem deixam elas catar, pra poder limpar o café. Então a gente [ela e a entrevistada Maria] queria fazer alguma coisa.

Maria conta que, quando ouviu o que Auzira Amélia disse, ela se lembrou da Café Mulher Brasileira, da qual ela é sócia-fundadora e sugeriu que elas criassem junto com as mulheres do Distrito de Lutas uma organização regional, que viria a ser a organização regional Café Mulher:

[...] lembrei, e falei assim 'gente, uma mulher brasileira, uma trabalhadora, não conseguir viver do café? Não!'. Aí perguntei pra ela [Auzira Amélia] assim: 'o que elas fazem? [mulheres do Distrito de Lutas]. O que elas sabem fazer de melhor?', 'Ah, café'. Aí eu falei 'Então é café que nós vamos ter que ensiná-las a fazer' [...] Aí ela [Auzira Amélia] falou assim: 'O que que você tá pensando?', eu disse 'Numa Associação. Você já ouviu falar da Café Mulher Brasileira? Então, ela tem uma vitrine, é o mundo inteiro que conhece. Então vamos fazer uma organização regional dessas aqui' (grifos nossos).

Por meio deste trecho da narrativa de Maria, percebemos que ainda prevalece a visão mercadológica: “ensiná-las a fazer [café]” e o foco em usar a marca Café Mulher Brasileira para ter visibilidade neste mercado e poder gerar negócios. Neste caso, é termos um olhar crítico e compreender que, para mudar a vida das mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café do Distrito de Lutas, não se trata apenas de ensiná-las a fazer café, afinal, elas vivem uma realidade totalmente diferente das produtoras de café. Não são proprietárias das terras em

que catam ou apanham o café, armazenam os grãos em locais não favoráveis para a qualidade do café, como na própria casa, sem condições adequadas de umidade, por exemplo. Catam ou apanham o café e logo precisam vender os grãos, sem tempo para rodadas de negociação, pois precisam do dinheiro.

A Café Mulher, portanto, embora tenha sido criada de uma maneira um pouco diferente da Café Mulher Global e da Café Mulher Brasileira, tendo direcionamento inicial para as mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café do Distrito de Lutas, considerando não apenas o marcador social das diferenças gênero, como as outras duas organizações, não consegue romper com a ordem mercadológica que é excludente e desigual.

Ainda sobre a criação da Café Mulher, Auzira Amélia também corrobora a narrativa de Maria, contando que foi ela a ter a ideia de criar uma organização que fosse vinculada à Café Mulher Brasileira:

[...] a gente conversando [Auzira Amélia e Maria], **a Maria falou 'Auzira Amélia, já sei!'. A Maria já fazia parte da fundação da Café Mulher Brasileira, desde 2012, aí, ela falou: 'Já sei, vamos ver, vamos ligar todo mundo à Café Mulher Brasileira'. Mas, como era muito difícil ter contato direto pela Café Mulher Brasileira, aí a gente resolveu criar a organização regional Café Mulher, pra ver como funcionava, ne, porque tinham muitas mulheres que precisavam, ne (grifos nossos).**

E, então, começou a surgir a organização regional Café Mulher. Maria conta que ela e Auzira Amélia marcaram uma reunião com as mulheres dos Distritos de Lutas:

[...] **marcamos uma reunião com elas, porque eu não conhecia ninguém, nenhuma. E, chegou no dia, lá, se não me engano, no dia 22 de outubro [de 2015], nós fizemos a nossa primeira reunião e, nessa reunião, eu expliquei pra elas sobre a Café Mulher Brasileira, expliquei o objetivo, falei 'olha o objetivo da Café Mulher Brasileira, até então, não é produzir o café, mas capacitar, dar visibilidade'. E fui contando pra elas tudo ali, 'nós temos que aqui nos unir, ne? Cês têm que conhecer o produto'. [...] Então, eu falei assim 'Cês topam?' Aí todo mundo topou, aí no mesmo dia, nós fechamos. Já fiz uma página no facebook da Café Mulher e já marcamos pra outra semana outra reunião e, assim, nós começamos, com reuniões, na verdade, elas ficaram quinzenais. Eu morava em [município da região Sul de Minas Gerais] e vinha [para o Distrito de Lutas] só para as reuniões.**

Quanto às demais participantes desta pesquisa, quando foram questionadas sobre como conheceram Café Mulher Brasileira, Lutadora, Ana, Mulher Guerreira e Souza, que participaram desde a primeira reunião, citaram o nome de Maria e Auzira Amélia, afirmando

que foram elas, principalmente, Maria, foram as responsáveis por apresentar a organização local e a convidá-las para, juntas, fundarem a organização regional Café Mulher. Como é exposto nos trechos a seguir:

Conheci a Café Mulher Brasileira através da Maria, ela morava em São Paulo e, como ela e a Auzira Amélia tinham vontade de conseguir alguma coisa pras meninas aqui [do Distrito de Lutas], ne, que as meninas aqui é tudo trabalhadeira, tudo quitadeira, ne. Elas queriam montar uma coisa pras mulheres, ne. Aí, a Maria chegou um dia aqui e reuniu as mulheres, falando sobre uma reunião que ela foi participar em São Paulo [reunião de fundação da organização Café Mulher Brasileira] e ela achou legal e trouxe aqui pra gente, ne. Então, foi através da Maria que a gente teve esse conhecimento, sabe. E aí através disso que começou tudo aqui (Souza, grifos nossos).

Foi pela Maria e a Auzira Amélia. Eu já ficava com as crianças na catequese no Distrito, aí minha tia falou pra mim ‘Ana, vamo ter uma reunião legal do café, e ocê sempre gosta dessas coisa, vamo juntas pra vê o que nois pode fazer. Lembro que na época falei assim pra minha tia ‘Eu não vou mexer com isso não, porque é muito difícil eles olhar por nós’. Mas resolvi ir e aí começamos. A Maria e Auzira Amélia falou que tinha um sonho, que era ajudar a gente [mulheres do Distrito de Lutas] em alguma coisa. Aí eu comecei, sai de porta em porta chamando as meninas. ‘Vamos meninas, vamo, vamo pra nós ver o que é, as vezes tem coisa boa pra nós’. Comecei a reunir as meninas da comunidade [do Distrito de Lutas] (Ana, grifos nossos).

Aqui pra nós [Distrito de Lutas], a ideia da Café Mulher começou com a Maria e a Auzira Amélia. Elas veio trazendo isso pra gente, ne, aí, começou[...] Eu comecei a ir por impulso da Ana, ela veio aqui [na casa da entrevistada] três vezes me chamar. Duas vezes eu recusei, na terceira tive que ir, não por vontade. Aí eu comecei a gostar, fui indo e estamos até hoje (Lutadora, grifos nossos).

Então, eu conheci [a Café Mulher Brasileira] através da Maria e da Auzira Amélia. A Maria nos apresentou. Então, na região, a organização começou através delas. Foi muito bom porque agrupou muito as mulheres (Mulher Guerreira, grifos nossos).

Os nomes de Maria e Auzira Amélia também aparecem em uma postagem na página da *web* da “Rede Social do Café – Peabirus”, de autoria de Leonardo Assad Aoun, publicada em 27/06/2017: “No Sul de Minas Gerais, Maria e Auzira Amélia se uniram com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das mulheres que trabalham no café, principal produto da região. Mulheres catadoras, apanhadoras, meeiras, proprietárias, enfim, mulheres que viviam do café desde pequenas” (grifos nossos).

A única participante desta pesquisa que conheceu a Café Mulher Brasileira e a Café Mulher de uma maneira diferente das demais entrevistadas, foi Aparecida. Ela não participou da fundação da organização regional e conta que:

O primeiro contato que eu tive com a Café Mulher Brasileira foi em um evento lá em [nome de um município do Sul de Minas Gerais], na fazenda da [nome da proprietária da fazenda], na qual, na época, nós, eu e mais algumas parceiras de [nome de uma cidade do Sul de Minas Gerais], nós fomos e identificamos de associar à Café Mulher Brasileira. Mas, como não era específico aqui da nossa região, eu sentia aquilo um pouco distante da realidade nossa. E, em uma ocasião, eu tive um convite para ir em uma reunião em [cidade do Sul de Minas], e aí eu me identifiquei com a Café Mulher, eram ali produtoras da mesma região, com a cafeicultura de montanha, então, aí eu entrei na organização regional da Café Mulher (grifos nossos).

Por meio da fala de Aparecida, percebemos o foco novamente voltado para as produtoras de café. Embora seja mencionado por Maria, Auzira Amélia, Ana e Souza que a Café Mulher teve início com o objetivo de “ajudar” as mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café do Distrito de Lutas, Aparecida menciona que um dos motivos de ter se identificado com a Café Mulher, foi o fato de ser uma organização formada por produtoras de café da mesma região que ela.

Em sua narrativa, Maria continua nos contando sobre a criação da organização regional Café Mulher. De acordo com ela, desde a primeira reunião, em 22 de outubro de 2015, começou a movimentar a página que ela criou da organização regional Café Mulher na rede social *Facebook*: “[...] eu postando tudo no facebook”. Em novembro de 2015, ela conta que a Joana entrou em contato com ela dizendo:

Maria, a Phyllis Johnson³³ viu a postagem [da foto mencionada no início desta subseção, da primeira reunião da Café Mulher, onde estavam mulheres brancas, mulheres negras, produtoras de café, apanhadeiras, catadeiras, meeiras, enfim, uma diversidade de mulheres] e ela não acredita que existam mulheres negras trabalhando no café no Brasil. Ela tem que vir ver (grifos nossos).

³³ Phyllis Johnson “é uma afro-americana cuja mãe viúva trabalhava numa fazenda de algodão no Arkansas para poder sustentar seus 7 filhos, que estudaram e se graduaram. Lis se formou em Ciências na Universidade do Arkansas, fez especialização em Administração pública em *Harvard* e fundou, junto com seu marido, a *BD Imports*, uma torrefadora de cafés especiais, selecionados criteriosamente ao redor do mundo. É também fundadora e diretora da ONG *Coffee Coalition for Racial Equity* (GRÃO ESPECIAL, 2023).

Especificamente sobre esse interesse de Phyllis Johnson, Joana conta:

[...] quando eu vi aquela foto, **eu já tinha começado uma discussão com a Phyllis Johnson, que eu conheci em 2011, em um seminário de liderança, lá no Texas, nos Estados Unidos.** E lá eu fiz uma apresentação e falei que, no Brasil, 80% dos produtores de café eram pequenos, e pequenos eram 8 ou 10 hectares. E todo mundo se olhava, foi aquele tititi, aquelas mulheres poderosas da Café Mulher Global e tal. **E lá eu me aproximei da Phyllis [...] uma vez ela me perguntou ‘Mas cadê os negros do Brasil no café?’ E eu falei ‘Eu vou te apresentar’.** Em 2015, aquela foto da Café Mulher, eu mandei pra Phyllis. Eu vi a foto no final de novembro, e eu falei **‘Phyllis, venha, você tem que ver isso. Eu vou estar no Brasil, venha’**”(grifos nossos).

Em entrevista concedida à página da *web* “Grão Especial”, publicada em 14 de dezembro de 2018, Phyllis corrobora as afirmativas de Joana ao relatar:

[...] eu encontrei minha amiga Joana que queria começar a trabalhar com a ONG Café Mulher Global, criando a organização local brasileira. Eu tinha criado o capítulo do Leste da África. Joana queria prender minha atenção e ela me disse: **‘Nós temos trabalhadoras pretas nas lavouras do café. Venha até aqui e veja com seus olhos’.** Então, em 2014, comecei a questionar meus parceiros comerciais sobre onde estavam os profissionais brasileiros pretos do café? Ninguém sabia me responder. Eu continuei minha jornada esperando alguém me apresentar um deles. Nada aconteceu. Eu viajei, dei palestras, trabalhei com grandes produtores, com pequenos e nada. **Nenhuma pista! Por outro lado, algo me encorajava pois ninguém dizia, ‘pare sua busca, você está errada, não há nada estranho nisso’.** Um dia, estava na África, numa reunião com um diretor executivo de uma associação de cafés especiais e perguntei: **‘Quando você vai para o Brasil se encontrar com brasileiros pretos?’** E ele, um africano, me respondeu: **‘Por que eu faria isso? Eles são todos motoristas de caminhão’.** Eu, então, percebi que nós, afrodescendentes, não conhecíamos a nossa história. Haviam me dado a chance de fazer uma palestra na associação africana de cafés especiais, numa conferência em fevereiro de 2019. E comecei a falar sobre os africanos que deixaram o continente para trabalhar como escravos no Brasil, para trabalhar essencialmente nas lavouras de café. E ninguém na audiência sabia disso. Tinha uma pessoa assistindo, da *Tanzânia Coffee Board*, que disse que nunca soube que africanos haviam sido escravizados e trazidos para o Brasil. Eu fiquei muito indignada [...] Porque sou uma afrodescendente americana e sei muito bem de onde vim. E isso não é só história, é sobre como vivemos e somos tratados até hoje. Eu sou uma dessas descendentes, só que minha família foi parar nos EUA, e numa fazenda de algodão. A única diferença é que era algodão e não café. [...] finalmente, **vim ao Brasil para encontrá-los** (grifos nossos).

Antes de aprofundar sobre a vinda de Phyllis para o Brasil, seu depoimento apresenta a intersecção entre os marcadores sociais das diferenças raça e etnia, nos apontando para o

fato de negros e negras africanas terem sido colocados nos entrecruzamentos das vias de opressão do racismo, discriminação por origem étnica e, ainda, no caso das mulheres negras, a via do sexismo, tendo gerado gravíssimos acidentes, cujas marcas cruéis ainda são vivenciadas e sentidas por muitos e muitas.

Outro aspecto sobre o qual a fala de Phyllis Johnson nos leva a refletir é sobre a importância do resgate histórico e da contextualização, assim como também defendem a perspectiva pós-colonial (ROSA; ALCADIPANI, 2013) e interseccional (COLLINS; BILGE, 2021). Também vai de encontro ao trecho da narrativa da entrevistada Ana ao contar sobre o muro de pedras construído por escravizados e escravizadas no Distrito de Lutas e falar sobre as pessoas da comunidade não conhecerem e nem reconhecerem seu passado e a importância dele para compreender os dias atuais.

A vinda de Phyllis Johnson para o Brasil aconteceu em 12 de dezembro de 2015, como conta Maria. Joana conta que Maria foi buscá-las no aeroporto e juntas foram ao município onde está localizado o Distrito de Lutas. De acordo com Maria: “[...] **fizemos uma festa para recebê-la [Phyllis Johnson], aí aproveitamos e no dia 12/12/15 assinamos a Carta de Intenções, realmente criando a organização regional Café Mulher.** Neste dia 12 já éramos, pelo menos, 20 mulheres” (grifos nossos). Auzira Amélia também mencionou a vinda de Joana e Phyllis Johnson: “Aí veio a [diretora da Café Mulher Brasileira na época], veio a Joana, veio até a Phyllis Johnson para formalizar a fundação, no dia de assinar o contrato, ne, que a gente tem (grifos nossos)”.

Ana também conta como foi a visita de Phyllis Johnson, com uma emoção aparente, o que nos leva a interpretar que, de fato, foi um momento muito especial e marcante para ela que, inclusive, lhe remete à avó paterna, muito importante em sua vida:

A Joana, com a Phyllis e a [na época diretora da Café Mulher Brasileira] chegou mesmo. Foi muito especial, muito, sabe. Uma coisa sem preço. Até hoje, que a vó falava lá atrás: ‘Um dia alguém vai olhar por tudo isso aqui’. Eu não acreditava, e chegou o dia! Foi esse dia que eu conto pra todo mundo [...] e aí começamos. Fundamos a organização regional Café Mulher (grifos nossos).

Ainda na narrativa de Ana, ela relembrou um momento da visita de Phyllis que lhe emocionou e, durante a sua fala, seus olhos se encheram de lágrimas. Elas nos conta:

Eu vou falar um negócio pra você, quando a Phyllis chegou lá no Distrito de Lutas, que ela virou e falou isso pra mim, e a Joana traduzindo, ‘Eu tô de boca aberta, porque eu sempre andei dentro da cafeicultura e

nunca vi mulher negra'. Virei pra ela e falei assim 'Como? Nós está aqui!'. Aí ela começou a chorar, porque, eu chorando também, todo mundo chorando, porque a partir daquele momento mudou a história da mulher negra no café aqui. Acho que aquele dia da fundação, gente, não foi só a fundação. Foi fundação da história da mulher negra no café, porque a Phyllis falou 'Eu sai e não vi [mulheres negras no café no Brasil]'. Eu falei, 'a vó tava ali, a mãe da vó tava ali, hoje a gente tem o Distrito de Lutas, a [nome de uma das suas tias], uma mulher que conseguiu o sítio dela, sabe, e ela se faz presente, ela ali ela toca, é uma mulher negra com pulso, ne [...] mudou a história da mulher negra dentro do Brasil (grifos nossos).

Muito dessa mudança que Ana traz em sua narrativa relaciona-se com a questão da visibilidade. Souza, mãe de Ana, que se reconhece como uma mulher negra, que trabalha na capina e colheita de café ressalta, com emoção: **“Eu sempre tive vontade de participar, assim, de alguma coisa pra tá levando o nome da gente, porque a gente que é mulher e trabalha na roça, não tem muito valor, ne”** (grifos nossos). Neste trecho, percebemos que Souza foi e ainda é vítima de opressão oriunda da interseccionalidade entre os marcadores sociais gênero, raça e classe. E essa “coisa pra tá levando o nome da gente” representa uma forma de resistir, de buscar mudança, de dar visibilidade e reconhecimento para o trabalho de mulheres negras, presente na cafeicultura brasileira desde seu início, no período colonial.

Após a formalização da organização regional Café Mulher, em dezembro de 2015, Maria conta que tiveram um recesso, devido às festividades de final de ano e retomaram as reuniões em janeiro de 2016 e a estrutura e dinâmica da Café Mulher começou a ser construída:

[...] **quando voltamos em janeiro, as mulheres da região do Distrito de Lutas estavam aqui, e já começaram aparecer perguntando pra mim se pessoas do outro lado da serra, de outras cidades, podiam fazer parte.** Então, assim, **creceu absurdamente, foi, assim, muito rápido** o que aconteceu. **Aí vieram mulheres de [outros municípios da Região Sul de Minas Gerais], então, com isso, o que aconteceu, eu tive que começar a fazer várias reuniões.** Então, **eu criei núcleos por regiões e fazia reunião num lugar, fazia noutro, fazia noutro e, assim, a gente ia girando.** Nós **chegamos a fazer, no início, lá na [nome de uma das cidades da região], reunião na praça. A gente não tinha lugar, a gente ia pra praça, sentava na praça, todo mundo da cidade passava e ficava olhando o que era, e, bora pra frente.**

Na página da organização regional Café Mulher há registros destes momentos de reuniões nas praças, com a participação de mulheres diversas, mostrando uma heterogeneidade de associadas: mulheres negras, pardas, brancas, catadeiras, apanhadeiras, meeiras, produtoras e proprietárias de suas terras. Em publicação feita no portal da

cafeicultura no Brasil, Café Point, em 18 de fevereiro de 2016, é colocada uma pontuação interessante sobre essa heterogeneidade percebida:

A organização regional Café Mulher trouxe consigo a inovação de ser constituída não somente pelas mulheres cafeicultoras proprietárias de pequenos sítios, mas também por mulheres que trabalham e vivem do café sem, no entanto, possuírem terras. Aquelas que possuem, tem sítios com sete hectares em média, na sua maioria destinados a monocultura cafeeira. Estas pequenas proprietárias produzem cafés especiais e algumas são vencedoras de diversos concursos regionais de qualidade [...] As mulheres que não possuem sua própria terra trabalham como empreiteiras de serviços nos cafezais de outras propriedades, executando serviços de capina, plantio, adubação e colheita. Na estação da colheita, muitas delas se tornam meeiras de outros produtores, o que faz com que obtenham suas próprias sacas de café como pagamento pelos serviços. Esse café obtido por meação tem seu processo de pós-colheita feito de forma artesanal no quintal de suas próprias casas. O produto final é geralmente vendido ainda com casca (em coco) para os corretores da região, uma vez que elas não dispõem de recursos para beneficiá-lo. Esta é uma realidade comum no Brasil cafeeiro. A Café Mulher busca resgatar e incluir estas mulheres empreiteiras e/ou meeiras na cadeia produtiva, bem como capacitar, valorizar e tornar visível o trabalho de todas elas (grifos nossos).

Esta postagem nos possibilita interpretar que há uma quebra, primeiro com o conceito eurocêntrico e universal de “mulher”, como é falado por Rosa, Medeiros e Valadão Júnior (2012) e, segundo, com a visão errônea que outros países e pessoas têm do Brasil, conforme foi exposto por Maria e mencionado anteriormente: “[...] **que as mulheres dos cafés, as pessoas aqui eram ricas [...]**” (grifos nossos).

Ainda sobre a postagem feita no Café Point, após falarem sobre a inclusão das trabalhadoras rurais, catadeiras, apanhadeiras e meeiras, é incluída a foto de uma mulher negra plantando uma muda de café no solo de uma fazenda. O que nos leva a interpretar, assim como foi falado por Joana, que a maioria das mulheres do Distrito de Lutas são mulheres negras e que grande parte delas trabalha em fazendas produtoras de café de terceiros. Com isso, relembramos o contexto de escravidão em que, possivelmente, o Distrito de Lutas foi construído e as marcas desse passado histórico que ainda se fazem presentes, sob diferentes faces, nas relações de poder, inclusive entre mulheres. Essa interpretação corrobora mais uma vez com Johnson (2020) e Quirino (2020) ao afirmarem que homens e mulheres negras na cafeicultura brasileira continuam sendo a força de trabalho predominante na produção dos cafés, sem serem os proprietários e proprietárias das terras e cuja presença e trabalho são invisibilizados, principalmente das mulheres negras, apanhadeiras, catadeiras, meeiras.

Interpretamos, portanto, que o terreno de construção da organização regional Mulheres dos Cafés Brasil é um terreno acidentado, marcado por relações de poder que envolvem reproduções que remetem a um passado colonial e escravocrata, que colocou grupos subalternizados como as mulheres negras trabalhadoras rurais nos entrecruzamentos entre as vias do sexismo, racismo e elitismo, principalmente e, embora haja diversos momentos e movimentos de resistência desses grupos, a estrutura hegemônica, mesmo que tensionada, não é rompida

Diante deste cenário, a organização regional Café Mulher surgiu, inicialmente, pelo que foi exposto até o momento, buscando criar um espaço de subversão, incluindo, por exemplo, mulheres negras, que vivem do café, mas não são proprietárias de suas terras. Ou seja, diferente dos discursos da Café Mulher Brasileira e da Café Mulher Global, a organização regional Café Mulher apresenta a intersecção entre os marcadores sociais das diferenças gênero, raça e classe social, porém não rompe com a ordem mercadológica que favorece, por exemplo, as mulheres produtoras de café, proprietárias de suas fazendas e exclui aquelas que catam e apanham os grãos de café em fazendas de terceiros.

8.2.2.2 Segunda parte – O Crescimento, a Mudança de Foco e a Reprodução das Relações Coloniais

Embora, inicialmente, a organização regional Café Mulher tenha sido criada com o objetivo inicial de subverter o terreno acidentado da cafeicultura na região, principalmente do Distrito de Lutas, o seu crescimento rápido pode ter gerado dificuldades, como exposto por Maria e também ressaltado nas narrativas das entrevistadas Lutadora e Ana.

“No início foram poucas, mas, depois, tinham muitas mulheres aqui, muitas, muitas mesmo” (grifos nossos); e Ana: **“[...] Foi uma explosão [...] a coisa começou a crescer tanto, tanto, tanto, que, sabe, foi até uma coisa assustadora demais”** (grifos nossos). **“Aí o que que aconteceu, começaram a chegar mais mulheres. Catadoras, apanhadeiras e meeiras, era só daqui do Distrito de Lutas, lá [das outras cidades e municípios] começou a vir foi pequena produtora, médias e produtoras familiares** (Maria, grifos nossos).

Essa entrada em grande volume de produtoras, proprietárias de suas fazendas, nos acende um estado de alerta e reforça o que já discutimos sobre o foco da Café Mulher passar a ser direcionado para as produtoras de café e não mais para as mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras de café do Distrito de Lutas. O espaço, inicialmente, criado para ser um espaço

de subversão, pode vir a se tornar um espaço de reproduções de relações de poder baseadas na interseccionalidade entre os marcadores sociais das diferenças gênero, raça e classe social, colocando, novamente, as mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e meeiras em posições de silenciamento e invisibilidade.

Inicialmente, foi criada na Café Mulher uma estrutura hierárquica formalizada, composta pela Diretora, posto ocupado por Maria; Tesoureira, posição ocupada por Auzira Amélia e Secretária, ocupada por Ana, conforme relatado pelas entrevistadas Maria e Ana. Maria conta que, nas primeiras reuniões, sua preocupação foi a de conscientizar e orientar as participantes sobre a importância de elas conhecerem o café, entender como elas vendiam os grãos, conforme é exposto em sua narrativa, ou seja, novamente está presente o foco na lógica mercadológica, em capitalizar, por meio da venda de cafés:

A primeira coisa que eu falei pra elas foi 'vocês precisam conhecer o que vocês produzem. Como vocês vendem esse café?' 'Ah, a gente leva em [nome da cidade na Região Sul de Minas Gerais], naquele atravessador'. Ele olha pro café e fala se bebeu ou não bebeu'. Falei 'Mas isso não existe. Ele, pelo menos bebe o café, ele leva um dia pra provar o café? Como que é?' 'Não, ele olha o café e fala assim, 'Oh, bebeu, não bebeu'. Eu falei assim 'Jesus! Então a primeira coisa que vocês têm que aprender é, bom, saber o que que vocês produzem' (grifos nossos).

Maria segue sua narrativa nos contando que a partir dessa conversa, a primeira ação da organização regional Café Mulher foi chamar um *Q-Grader*, que é um profissional certificado e apto para analisar e avaliar a qualidade dos cafés, para fazer a prova dos cafés das participantes da organização regional. Maria conta que, inicialmente, ela financiava essas ações, pois a organização não tinha dinheiro e, ainda, a maioria das mulheres participantes, na época, eram catadeiras e apanhadeiras e não tinham condições financeiras favoráveis. A entrevistada enfatiza o quanto a prova dos cafés foi importante para as participantes:

[...] quando começou a provar o café [o Q-Grader] começou a dar 83, 84 pontos, e elas já haviam vendido seus cafés como bebida dura, elas tinham levado só uma amostra, uma sobra. Foi, assim, uma explosão de alegria e de indignação ao mesmo tempo. Aquela explosão, ne? 'Não acredito que faço café especial'. Tinha uma lá, a [nome da mulher], o café dela pontuou 86 pontos. Ela falou 'Maria, eu não sabia disso!' e eu disse 'tá vendo, é o teu café'. Então, elas, assim, de repente, começaram a enxergar o outro lado e cada vez mais, assim, ávidas por conhecimento. [...] o caso de uma que ainda não tinha vendido café. Aí ela foi lá, no mesmo comprador de décadas, e o cara fez a mesma coisa: cheirou e 'é, bebeu. Eu pago tanto', que seria, então, a bebida dura. E ela, então, falou: 'Não. Eu sei o quanto vale o meu café agora, tá? Eu sei o quanto que o

meu próprio café bebe. Ele é um café assim, **eu não aceito isso**. **Aí, na mesma hora, o cara subiu o preço e pagou o preço maior. Ele tava dando R\$500,00, num instantinho ele tava dando R\$700,00** (grifos nossos).

Essa ação de conhecer o café que cada mulher tinha, foi importante pois trouxe poder para as catadeiras e apanhadeiras. A partir do momento que elas souberam que tinham cafés especiais, com alta pontuação, elas se mostraram resistentes, por exemplo, diante dos compradores, cientes da qualidade dos grãos e do valor que deveriam receber por eles. Embora esse poder não seja capaz causar muitas mudanças na estrutura social, no contexto familiar, por exemplo, em cada uma delas está inserida, faz a diferença ter uma receita de valor superior oriunda da venda de seus cafés.

Sobre ter a oportunidade de conhecer mais sobre o café e, posteriormente, conseguir vendê-lo a um valor superior, Lutadora, que é produtora de café em sua pequena propriedade e trabalhadora rural em fazendas de café de terceiros, mostra esse poder e resistência ao comentar sobre como vendia seu café e como passou a vender após sua participação na Café Mulher:

[...] ela [a organização regional Café Mulher] me acordou, ne? Por qual motivo? Eu vendia o meu café pro preço que o comprador pedia, tipo, comprador chegou e falou 'Lutadora, te dou quinhentos conto' eu falei 'Pode levar!', não mandava provar, não mandava fazer nada com o meu café. **Aí, com a Café Mulher, eu aprendi a valorizar o meu café, o meu trabalho.** Então, eu ainda brinco com as meninas, 'Cês atrapalharam, porque antes não tinha trabalho pra vender café, agora eu tenho mais trabalho pra vender do que pra colher' [risos]. **Antes era um comprador só, na época da panha o comprador já vinha na minha lavoura e falava 'Lutadora, cabou de colher eu já pago X. Hora que limpar pode ligar'. Hora que tava limpando o café eu já ligava pro comprador,** o comprador já pegava lá na máquina, nem ia, como se diz pra armazém (grifos nossos).

Em uma reportagem realizada pelo canal de televisão EPTV Sul de Minas, transmitida em setembro de 2016, sobre a organização regional Café Mulher, uma das participantes, associada à organização regional e que é meeira, também destaca a descoberta, por meio da associação, de ter um café especial. Enquanto ela faz a apanha manual do café na lavoura, a participante conta: **“Meu café deu 87 pontos, tem sabor de framboesa pro achocolatado. Isso é uma novidade enorme que a gente nunca ia saber disso, ne?”** (grifos nossos).

Sobre as reuniões e outras ações promovidas pela organização regional Café Mulher, Maria faz questão de destacar que em cada encontro ela pedia que as mulheres levassem suas famílias, maridos e filhos:

Por quê? **Porque se os dois [marido e esposa] não tiverem juntos, eles não vão pra frente. E os filhos também, pensando já na sucessão e não ter mais êxodo rural. Então, eles tinham que tá juntos e era o que acontecia.** E o que eu fazia para os jovens, as crianças participar? Era uma mesa linda de café, tudo quanto é bolacha, doce, atraia todo mundo (grifos nossos).

Esse incentivo de Maria é, de fato, importante, afinal, a produção cafeeira na Região Sul de Minas é sobretudo da agricultura familiar (SILVEIRA; MARQUES, 2008). Não só na referida região, mas, como pontuam Guerra et al. (2021), a maioria dos estabelecimentos produtores de café no Brasil são considerados de agricultura familiar. Conforme os autores, dos 264 mil estabelecimentos produtores de café, 78% são considerados da agricultura familiar.

Maria continua sua narrativa dizendo que as associadas à organização regional Café Mulher foram se capacitando:

[...] aprendendo a provar café, no pós-colheita, como é fazer a própria colheita, agrônomos iam, explicavam. Eu levei um que já tava com mais de três horas de reunião e ninguém arredava o pé. Foi aí que eu descobri que **elas guardavam o café em casa, e elas perguntavam como faziam pra guardar e ele falou assim 'no mínimo vocês têm que envolver com uma lona, pôr no quarto lá, envolta de uma lona pra não pegar umidade'.** E foi explicando, explicando pra elas, **com questão de quebra como devia fazer, o beneficiamento, como deviam fazer** (grifos nossos).

Entre os benefícios que se associar à organização regional Café Mulher trouxe, o desenvolvimento de competências técnicas está muito presente, como Maria pontuou, mas outros também surgem, com parcerias com Cooperativas e Associações da Região, oferecendo benefícios para as associadas, porém, novamente apenas para as mulheres cafeicultoras, produtoras de café:

Por meio da Café Mulher a gente entrou em sociedade com a [nome de uma famosa cooperativa de produtores de café da região Sul de Minas Gerais], aí a [nome da cooperativa] disponibiliza o galpão bom pra gente guardar o café, ne. Então a Café Mulher **nos ajudou muito, nossa, demais** (Lutadora, grifos nossos)

Sobre essa parceria com uma Cooperativa da Região Sul de Minas Gerais, ainda na reportagem divulgada pelo canal de televisão, EPTV Sul de Minas, uma das participantes, menciona que a parceria envolve: **“A parte do frete vai ser grátis, a adesão também grátis,**

e a parte da comercialização eles vão ajudar, no caso, a exportar os cafés, ne, e tudo mais” (grifos nossos). Outro benefício também mencionado foi a interação com outras mulheres atuantes no café, conforme destacam Aparecida e Souza. Aparecida conta: “**Me abriu uma visão diferente da cafeicultura, do crescimento das mulheres [...] esse trabalho que a mulher, tem unidas, fazendo, facilitou demais a gente ter oportunidade conhecimento**” (grifos nossos). Souza destaca: “Participar da Café Mulher foi muito importante aqui pro nosso lugar [Distrito de Lutas], **onde a gente conheceu mais mulheres também, ne**. Mulheres guerreiras, que pega no batente [...]” (grifos nossos).

Participar da organização regional Café Mulher trouxe também outro benefício mencionado por Ana e Souza: a visibilidade, o reconhecimento, o poder, em certos momentos, para as mulheres negras catadeiras e apanhadeiras de café. Falar sobre esse reconhecimento foi um dos momentos que trouxe emoção para a fala da entrevista Souza:

[...] **mudou muito minha vida, que aonde a gente chegava a gente tinha o reconhecimento, ne, o reconhecimento, no caso eu e as meninas minhas, minhas cunhadas aqui [do Distrito de Lutas]. Sempre trabalhando na roça, na enxada, formando lavoura de café, e, então, foi muito reconhecimento da gente, aonde a gente passava era 'Aí a mulher do café', e a gente era aplaudida por isso, e até então a gente não era reconhecida como uma mulher guerreira, igual hoje em dia é diferente** (grifos nossos).

Por meio deste trecho, podemos interpretar que a criação da organização ajudou a participação das mulheres negras, apanhadeiras, catadeiras, meeiras e/ou trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região Sul de Minas Gerais a ser reconhecida. Ana comenta que na organização regional Café Mulher, suas tias [mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e meeiras] puderam contar a história delas, da sua avó e isso trouxe visibilidade. E que ela, em um Encontro da Café Mulher Brasileira, na SIC, teve a oportunidade de representar o Brasil: “[...] **aí tava eu lá, brasileira, tinha uma mulher africana, outra da Espanha. Deu visibilidade para a história da mulher negra dentro do café**” (grifos nossos).

A participação na SIC, maior evento na área da cafeicultura no Brasil, foi também colocada como outro benefício proporcionado pela organização regional Café Mulher. Ana conta que na primeira ida ao evento elas não tinham dinheiro para levar as associadas, mas, para angariar fundos elas fizeram uma festa no Distrito de Lutas. Maria compartilhou também em sua narrativa como foi a primeira ida das associadas a SIC. Durante sua fala, pela entonação de voz ela nos transmitiu sentimentos de realização e saudosismo:

Quando nós começamos, **no outro ano tinha a SIC**. Aí eu falei pra turma aqui, **'Vamo pra SIC? Vamo fazer barulho na SIC?'** Eu falava assim com elas. **Mandei fazer camiseta, mandei fazer de tudo de início, mas, depois, pensei 'Não vou dar conta de pagar pra todo mundo'**. Aí fizemos uma festa linda, arrecadamos um monte de dinheiro. Dá pra ir pra SIC? Dá. **Reservei o hotel, o ônibus quem ajudava muito era o SEBRAE**. Então, da turma foram 5 catadoras. **Só que elas nunca tinham saído daqui. Então, não dormiram a viagem inteira. Lembro da mais velha delas, ela falava assim pra mim: 'Meu Deus, eu tô indo pra capital. Tô indo pra capital.'** Eu falei 'Calma, nós vamos chegar e a senhora vai ver'. Chegamos lá em Belo Horizonte, ficaram assim, olhavam aqueles prédios, aquelas coisas. **Chegamos no hotel, tinha que pegar o elevador pra subir. Aí chegamos no elevador. Expliquei como funcionava o elevador, tá bom. Aí subimos, ne, tô lá em cima e tô 'Gente a [nome de uma das catadoras] não chegou até agora. Cadê'.** Aí eu fui lá ver, ela tava no elevador. **Subia, descia, subia, descia. E era intencional, ele apertava porque gostou.** Aí no outro dia nós fomos pra SIC, ne. **Hora que elas chegaram lá na SIC, camiseta, tudo direitinho, ne, Café Mulher, aquele negócio todo, o pessoal corria atrás pra entrevistar, perguntar. Aí eu falava com elas 'Sobe no salto. Aqui vocês mulheres do café, vocês têm produto bom. Então, minha filha, não tem nada que ficar mendigando não. Manda brasa!'** Então, elas acharam a coisa mais linda. **Quando eu lembro delas, do olhar delas lá na recepção, o que que aconteceu, elas olhando pra mim, igual filho, ne, 'E agora, o que que eu faço?'** Aí vinha uma delas e falava **'Não, pode deixar que eu vou resolver'. E eu deixava resolver. Então, assim, foi lindo, sabe.** Eu fiquei muito realizada [...] se você ver o orgulho delas de saber falar de igual para igual, de poder explicar o que é o café (grifos nossos).

Mulher Guerreira e Souza também destacaram suas participações na SIC, proporcionadas pela organização regional Café Mulher, como um dos principais benefícios de ser associada. No caso específico de Mulher Guerreira, que, antes de associar-se à Café Mulher, já era membro de uma cooperativa de produtores de café da região, ela afirma ter tido muitos benefícios na organização regional, além da participação na SIC.

Mesmo para as mulheres produtoras de café que já buscavam qualificação antes da criação da organização regional Café Mulher, como a entrevistada Mulher Guerreira, a participação na associação foi importante. Mulher Guerreira diz que, para ela, a participação na organização regional:

[...] **veio para complementar o que a gente já tinha.** Desde 2011 a gente [ela e a família] começou a especializar em qualidade. **Com a Café Mulher eu aprendi que a gente não pode ficar só da porteira pra dentro, tem que correr atrás, buscar conhecimento lá fora, fazer parceria, fazer a rastreabilidade, saber quanto o café custa, por quanto você pode vender** (grifos nossos).

Sobre os vários benefícios proporcionados às mulheres associadas, pela organização regional Café Mulher, é importante resgatarmos outros resultados encontrados no estudo sobre ela, realizado por Dornela e Cappelle (2021), e detalhado anteriormente. Conforme já mencionado, uma das categorias analisada pelas autoras foram os motivos que levaram as 87 mulheres participantes da pesquisa a se associarem à organização regional Café Mulher. Cabe destacar que, quando essa pesquisa foi realizada, a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas estava em estágio de iniciação e, embora, o foco já estivesse caminhando para ela, o destaque maior ainda permanecia na Café Mulher.

Entre os principais motivos destacados pelas participantes da pesquisa, que as levaram a se associarem à organização regional Café Mulher, estão: a possibilidade de reconhecimento e valorização da sua presença e seu trabalho na cafeicultura. Um motivo muito importante, pois, conforme afirmam Menezes, Macieira e Nunes (2022), no sistema agroindustrial do café, no Brasil, predomina a ausência do reconhecimento da presença de mulheres no sistema. Outros motivos destacados e corroborados nesta tese foram: i) a oportunidade de as associadas se unirem e interagirem com outras mulheres, possibilitando a aprendizagem e troca de experiências entre elas; ii) as oportunidades de adquirir conhecimento; iii) bem como de aperfeiçoar a produção e comercialização dos cafés das produtoras e meeiras que buscam o fortalecimento da sua atuação na cafeicultura e de seus negócios, produzindo e/ou vendendo cafés de qualidade que sejam valorizados e reconhecidos no mercado.

Essas duas últimas motivações, em específico, reforçam a necessidade, principalmente, das cafeicultoras que, em sua maioria são mulheres brancas, proprietárias de suas terras, de fundar a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas, tendo assim um meio que possibilitasse a elas terem oportunidades de realizar transações comerciais mais vantajosas, o que também é muito importante. Contudo a criação da Comercializadora não atendia diretamente os interesses das mulheres catadeiras e apanhadeiras, sem posse de terras, associadas à Café Mulher,

Embora os benefícios gerados pela participação como associadas na organização regional Café Mulher tenham sido muitos, Joana nos conta que “**a coisa começou a degradingolar**” (grifos nossos) e, por diferentes motivos, conforme é exposto nas narrativas das participantes desta pesquisa. Percebemos que a diversidade de motivos é muito motivada pelo lugar de fala de cada mulher entrevistada, experienciando as relações de poder a partir desse lugar, conforme defende Ortiz (1983).

Ana, que se reconhece como uma mulher negra, tem ensino médio completo e origens humildes e com fortes raízes fincadas na cafeicultura, vinda de uma família de trabalhadores e

trabalhadoras rurais na cafeicultura do Distrito de Lutas, de apanhadeiras e catadeiras de café, corroborando com autores como Lorde (1980); Hasenbalg (1982); Gonzalez (1982b); Teles (1999); Crenshaw (2002); Davis (2016); Martins (2017); Akotirene (2020); Johnson (2020); Quirino (2020); Collins e Bilge (2021); Dornela e Oliveira (2021), nos conta:

Nós [mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e meeiras] conseguimos fundar a Café Mulher, nós conseguimos mudar muito a história das mulheres negras no café, mas, por aí também ficou muita coisa pra trás, ne, muitos projetos que as catadeiras tinha, que as meeiras tinha[...] foi crescendo tanto [a organização regional Café Mulher] que as pequenas foi ficando pra trás, e feliz também por as outras poder tocar pra frente [...] sempre incentivei as meninas [as que ficaram pra trás na visibilidade] a sempre tá tirando foto, tira foto e posta, porque o café é o nosso sustento, mas ficou pra trás, bem pra trás [...] elas [as produtoras, proprietárias das fazendas], por exemplo, assim, o sucesso pegou tão... foi tão alto, falando do fundo do coração mesmo, foi tão alto, que foi ficando pra trás, foi deixando esquecido as pequenas (grifos nossos).

O relato de Ana nos chamou muito a atenção, porque nos permite interpretar que uma organização que foi criada, inicialmente, com o objetivo de incluir, dar visibilidade e capacitar não só produtoras de café, proprietárias, mas também as catadeiras, apanhadeiras e meeiras, acabou por (re)produzir relações de poder que colocam mulheres negras e pobres no entrecruzamento das vias de opressão do sexismo, racismo e elitismo. Uma das consequências é o de justamente elas ficarem para trás, serem deixadas no esquecimento, tendo, mais uma vez, se já não fosse o bastante, suas presenças e trabalho invisibilizados e vozes silenciadas.

Assim como aconteceu nas primeiras ondas dos feminismos, as pautas das mulheres negras, pobres, que sofrem opressões vindas de diferentes direções, mas em um fluxo intenso e as atingem nos entrecruzamentos das diferentes vias, foram sendo deixadas de lado (HOOKS, 1982; GONZALEZ, 1982a; ALVEZ; PITANGUY, 1985; DAVIS, 2016). Vítimas de relações de poder mediadas por estruturas construídas e reproduzidas desde o passado colonial que ainda se faz presente, embora apresente uma nova roupagem, o chamado neocolonialismo (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007), conforme serão discutidas na próxima subseção desta pesquisa.

Vítimas da superinclusão, como detalha Crenshaw (2002), e de opressões veladas, que, conforme pontua Rodrigues (2013), são oriundas de mulheres brancas, que não reconhecem que elas próprias oprimem outras mulheres. Ao mesmo tempo em que elas são oprimidas em dadas situações sociais pelos homens brancos, elas também oprimem mulheres negras e de estratos sociais inferiores.

Maria que é uma mulher branca, pós-graduada, produtora de cafés especiais, proprietária de sua fazenda e de classe média-alta, ocupou, por dois anos, na organização regional Café Mulher uma posição de liderança e poder: a Diretoria. Uma pessoa que, interseccionando os marcadores sociais das diferenças gênero, raça e classe está em posição de atingimento menos grave do que as entrevistadas Ana e Souza, por exemplo. A partir do lugar de fala de Maria, ela discorre que o “degringolar” da Café Mulher Sul de Minas se deve, em grande parte, por dois aspectos. O primeiro apontado por Maria foi por escolha das mulheres do Distrito de Lutas. Ela pontua:

[...] a Café Mulher nasceu no Distrito de Lutas. As apanhadeiras, catadeiras e meeiras, têm um poder de persuasão muito grande no Distrito. Elas são líderes, sabe. É impressionante a força que essas pessoas têm. Então, a partir do momento que elas não conseguiam mais, que elas, é, viram que muitas coisas que foram prometidas a elas do lado de fora não aconteceu, ne. Pessoas prometeram a elas que iriam levar para os Estados Unidos, que iam levar não sei pra onde. E, não aconteceu. A Café Mulher cresceu, muitas outras mulheres vieram de outras regiões, então, elas, assim, apagaram aqui. Apagaram completamente [“apagar” significa que as apanhadeiras, catadeiras e meeiras deixaram de ser protagonistas na Café Mulher (grifos nossos).

A partir deste trecho da narrativa de Maria é possível perceber uma oposição entre ele e o de Ana. De um lado, o relato de quem vivenciou, de quem está no entrecruzamento de diferentes vias, como sexismo, racismo e elitismo, e, do outro lado, uma mulher branca, produtora de café, proprietária de suas terras e em posição de liderança. Cada uma com sua visão, a partir do seu lugar de fala, mas, em comum, elas mostram que não estamos falando de um contexto de subversão, um espaço intersticial, mas, sim, de um espaço de reprodução de relações de poder entre as mulheres brancas, cafeiculturas e donas de suas terras e mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras ou meeiras, sem a posse de terras. A fala de Maria também reforça os momentos de resistência das mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras do Distrito de Lutas, que, embora não tenham mudado a estrutura hegemônica, a tensiona e gera, por exemplo, incômodos.

O segundo motivo mencionado por Maria que contribuiu para o “desandar” da organização regional Café Mulher foi a sua saída da Diretoria e a passagem do posto para uma mulher, segundo ela, sem proatividade. Ela permaneceu por dois anos ocupando a posição, desde a fundação da organização regional até 2017. Ela conta que:

[...] eu fiquei responsável por tudo. Por quê? As pessoas não tinham capacitação, as pessoas que tavam envolvidas não conseguiam. Não sei

se eu que sou muito rápida e pra me alcançar é difícil. Quando pensavam em fazer alguma coisa, eu já fui e fiz. **Elas não conseguiam, o que era designado pra elas, elas não conseguiam fazer. Eu acho que era limitação mesmo. Tanto que não conseguiam fazer ata. A pessoa que era responsável pela ata, ela não fazia a ata.** Ela tomava nota lá, ainda quando eu fui cobrar cadê as atas, não tinha ata. **Era, como se diz, Café Mulher era igual Maria. Eu fuçava, eu procurava, eu queria trazer pessoas para fazer palestra, e isso que movimenta, porque a capacitação é que vai mudar a vida das pessoas. Quando eu passei a diretoria pra outra, a outra não fez mais nada. Aí estagnou. A outra ficou simplesmente, assim, observando, ne.** (grifos nossos).

Sobre a atuação de Maria, analisando a partir de sua narrativa e das outras entrevistadas, interpretamos que ela foi crucial para a fundação e continuidade da organização regional Café Mulher, porém, se trata de uma mulher que reproduz em suas ações a ordem mercadológica excludente. Maria nos pareceu ser proativa e realmente buscar oportunidades para si e para as outras associadas aprenderem sobre café, sua produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização, principalmente as produtoras de café.

Inclusive, a conquista desse conhecimento foi um dos motivos para ingressarem e continuarem na organização regional Café Mulher, conforme apontam Dornela e Cappelle (2021). Sobre a passagem da diretoria da organização regional Café Mulher para outra mulher, ficou nítido para nós, também por meio das narrativas de outras entrevistadas que, de fato, a gestão dela não foi tão atuante como a de Maria, o que também pode ter contribuído para o declínio da atuação da referida organização.

Joana, uma mulher branca, pós-graduada, de classe alta, embora não esteja diretamente envolvida na organização regional Café Mulher, vivenciou muitas situações em que a organização regional e algumas de suas associadas estiveram envolvidas. E, a partir desse seu lugar de fala, a entrevistada coloca que parte dos motivos de a Café Mulher ter “degringolado” foram “[...] **as fraquezas da Café Mulher Brasileira, como falta de apoio direto [...]**” (grifos nossos). Essa falta de apoio é evidente, a organização regional Café Mulher atua de maneira independente sem a participação da organização Café Mulher Brasileira. Joana continua afirmando que, além da falta de apoio da Café Mulher Brasileira, outro fator que contribuiu para que a atuação da organização regional Café Mulher tenha sido reduzida foi a:

[...] a ânsia daquelas mulheres e, principalmente, a Maria, em fazer negócios, elas queriam resultados logo. Aí, em 2017, elas resolveram criar a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, porque a Comercializadora, uma associação de mulheres, poderia negociar, fazer negócio e a Café Mulher Brasileira e, conseqüentemente suas

organizações regionais, como a Café Mulher, não estava pronta ainda para comercializar. Porque na proposta da Café Mulher Global, como um todo, o negócio é um resultado, uma consequência, ou, talvez, pelo meu viés de não ser de dinheiro, tanto é que eu sou voluntária, faço todo esse trabalho, né? De muito mais de empoderamento das mulheres e, depois, quem quiser fazer os negócios faz. (grifos nossos).

Compreendemos que o mercado e a comercialização são também muito importantes, pois, é a partir deles que se torna possível, por exemplo, obter recursos financeiros para viabilizar a continuidade das ações de uma organização e, também da própria produção de café que, no caso da organização regional Café Mulher é fonte de sustento para muitas famílias. E essa “ânsia” mencionada por Joana, pode estar justamente relacionada a essas necessidades das mulheres envolvidas, principalmente, na criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais.

O apontamento de Joana é corroborado pela narrativa de Maria. Ela conta que, em 2017, quando passou a diretoria da organização regional Café Mulher, ela estava fundando a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais e explica o que a motivou:

Eu vendo meu café também, tenho meu marketing, é óbvio, né, e movimetei contatos no exterior. Quando eu ainda era diretora da Café Mulher, veio um comprador aqui, eu sempre tive muita visita do exterior, e, quando eles vieram aqui em 2016, eu falei, é, para alguns compradores 'É, nós temos, a Café Mulher ', expliquei, tudo mais, e eles queriam comprar o café da Café Mulher. Mas não tinha como comprar direto. Eu tinha que pegar o CNPJ com a presidente [da Café Mulher Brasileira], na época tava com um problema lá e, tudo mais, então a gente não conseguia vender café. Aí vieram os comercializadores dos Estados Unidos, eles vieram pra comprar o meu café. Quando eles entraram em contato comigo, apresentei a Café, e, aí, ele falou 'Nossa, que legal, porque a nossa cafeteria ela faz ações sociais também'. E eles vieram. Levei na reunião [da organização regional Café Mulher] para conhecer todo mundo, entrevistou as mulheres, a mulherada ficou, assim, apaixonada. Aí ele falou 'Olha, eu preciso do CNPJ', aí eu falei 'Não, nós temos ali da Café Mulher Brasileira'. Ele disse 'Não, nós temos que ter daqui [Café Mulher], de vocês, tem que ser alguma coisa pra vocês, das mulheres aqui'. Então foi um e outro compradores que não conseguiam, que eu tinha que ter o link da Café Mulher para fazer essas vendas. Então, nós decidimos fundar uma Associação aqui para comercializar. Então, reuni as mulheres para podermos ter o nosso CNPJ e podermos vender o café. Poder fazer essa, essa comercialização aqui interna (grifos nossos).

A narrativa de Maria nos mostra que, a partir da identificação de oportunidades de mercado, a criação da Comercializadora Café Mulher da Região Sul de Minas buscou viabilizar a venda dos cafés de mulheres para os compradores interessados, o que não era

possível de ser feito por meio da organização regional Café Mulher, uma vez que se trata de uma organização sem fins lucrativos. A Comercializadora possibilitou, portanto, principalmente às produtoras de café, comercializarem seus cafés até mesmo por um preço mais elevado, afinal, como pontuou Maria em sua narrativa, há empresas que buscam adquirir cafés produzidos por mulheres, por questões como o eixo social da sustentabilidade. Logo, há oportunidades no mercado para os cafés de mulheres e a relação com organizações como a Café Mulher Sul de Minas e a Café Mulher Brasil traz uma visibilidade maior, principalmente no mercado internacional. No Norte Pioneiro do Paraná, por exemplo, foi criado um grupo de cafeicultoras, vinculado à Café Mulher Brasileira, que viabiliza a exportação dos cafés produzidos por elas para quatro continentes, conforme declaração da Agência Estadual de Notícias do Governo do Estado do Paraná (2021).

Mulher Guerreira, produtora de café, também traz em sua narrativa um trecho sobre a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais. Além do objetivo comercial, ela também destaca o conhecimento técnico: “**O objetivo foi adquirir mais recursos [...] através da associação você consegue vender o café mais bem vendido e trazer conhecimento também**, ne?” (grifos nossos). Então, em 2017 foi fundada a Associação de Mulheres, aqui denominada por Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, com o objetivo principal de apoiar as produtoras de café na comercialização de seus cafés. Como as entrevistadas desta tese nos contaram, a exemplo de Aparecida, as **mulheres podem se associar unicamente à Café Mulher** “[...] **ou, se elas participarem da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, elas são automaticamente associadas à organização regional Café Mulher**” (grifos nossos), mediante pagamento de anuidades que variam conforme a posição ocupada na cafeicultura e, no caso das produtoras, conforme o porte da propriedade, pequena, média e grande.

É importante destacarmos que a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais foi também muito importante para o desenvolvimento social e econômico da região de suas associadas. Porém, cabem algumas reflexões críticas que serão detalhadas a seguir, como, por exemplo, o foco ter sido direcionado apenas para as produtoras de café o que culminou com o declínio ainda mais acentuado da atuação da organização regional Café Mulher, principalmente junto às mulheres negras catadeiras, apanhadeiras e meeiras associadas. Embora no discurso de algumas entrevistadas as duas organizações estejam intimamente relacionadas, Café Mulher e Comercializadora, na prática, são organizações independentes. Além disso, com a criação da Comercializadora, o foco em produtoras de café e em oportunidades do mercado, o lado social, como projetos e ações voltados para as

mulheres do Distrito de Lutas que, em sua maioria, são mulheres negras, sem posses de terra que atuam como catadeiras e apanhadeiras de café, caiu no esquecimento.

Especificamente sobre a relação entre a organização regional Café Mulher e a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas, Maria, que foi uma das fundadoras da comercializadora e atual como diretoria no seu início, discorre:

[...]quando eu fazia alguma coisa na Comercializadora , elas [associadas à organização regional Café Mulher] achavam que era da Café Mulher. Elas não conseguiam separar a Café Mulher da Comercializadora. Por mais que eu tentasse, por mais que houvesse uma outra diretoria e, como a outra diretoria [da organização regional Café Mulher] não movimentava, não fazia nada, então, ficava ... tudo que se fazia da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, achava-se que era das duas organizações. Para você ter ideia, há uns três meses atrás, eu ainda tive que gravar um áudio, explicando para as mulheres que a Café Mulher é uma coisa e Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais é outra (grifos nossos).

Embora Maria mencione essa confusão inicial, por meio das narrativas de entrevistadas como Ana, Souza e Lutadora, é possível interpretar que para elas já está evidente que a Café Mulher e Comercializadora são organizações diferentes e independentes, são dois espaços distintos: Comercializadora para produtoras de café e Café Mulher para as demais mulheres que não o são e/ou não são proprietárias de fazendas produtoras. Sobre essa divisão de espaços, Aparecida pontua em sua fala o foco da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas em produtoras de café:

À organização regional Café Mulher, podem se associar, como baristas, donas de cafeterias, torrefação. Agora, dentro da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais a maioria é produtora, porque, a associação, ela está mais envolvida na oportunidade, na parte de produção, de ter visibilidade para conseguir melhores negócios, melhores rendas para as famílias (grifos nossos).

Especificamente na Comercializadora, Aparecida conta que há uma estrutura formal, diferente da apresentada pela Café Mulher Sul de Minas Gerais. É composta pela presidente, atualmente é um cargo exercido por ela, vice-presidente, diretora financeira, diretora de *marketing*, secretária, conselheiras e coordenadoras de núcleos, sendo duas por região. De forma alguma nosso objetivo aqui é menosprezar a importância da Comercializadora, ela representa uma conquista grandiosa para muitas produtoras que, por meio da associação, conseguiram exportar seus cafés, obter importantes certificações, como *Rainforest Alliance*

(FAEMG, 2019; RAINFOREST ALLIANCE, 2020), mas precisamos também analisar este contexto e suas relações de sociais e de poder sob uma ótica crítica.

Com a mudança de foco para produtoras de café, e atividades e estruturas separadas entre as organizações, a organização regional está “ficando para trás”, sendo esquecida, assim como a presença e o trabalho de mulheres negras, pobres, meeiras, catadeiras e apanhadeiras que são suas associadas e que não são o foco da Comercializadora.

Foi criada uma marca exclusiva para a Comercializadora, sem menção à organização regional Café Mulher. Ela conta com uma sede física, inclusive com sala de provas de café, para reuniões e capacitações, diferente da organização regional que, mesmo após 8 anos da sua fundação, ainda não tem esse espaço físico. Também foram criadas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*, distintas para a Comercializadora, que são bem ativas, diferentemente das da organização regional. Tanto nas páginas das redes sociais quanto em outros materiais vinculados na mídia, como canais de televisão (EPTV Sul de Minas; Record TV) e páginas da *web* (Folha de São Paulo; Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais; Café Point e SEBRAE MG), a Comercializadora não é vinculada à organização regional Café Mulher.

Em 15 de outubro de 2022, considerado dia da Mulheres Rural, a Forbes Agro divulgou uma lista dos “50 Grupos de Mulheres do Agro Brasil”, entre eles estavam a Café Mulher Brasileira e a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, mas sem menção à organização regional e suas associadas. E, mais uma vez, o foco volta-se apenas para o marcador social das diferenças gênero, e as vítimas que estão nos entrecruzamentos entre as vias do sexismo, racismo e elitismo, mais uma vez, são invisibilizadas e silenciadas.

Porém, em situações que são convenientes para as produtoras associadas à Comercializadora, como oportunidades para a comercialização de cafés produzidos por mulheres, elas recorrem à vinculação com a organização regional Café Mulher ou à organização local Café Mulher Brasileira, focando no marcador social das diferenças gênero, como “café de mulheres”. Empresas renomadas no Brasil e no exterior têm lançado projetos embasados neste foco, e com visibilidade voltada para as produtoras, como o “Projeto Florada” do Grupo Três Corações³⁴.

³⁴ O “Projeto Florada”, iniciado em março de 2018, foi idealizado pelo Grupo Três Corações, uma das maiores empresas de café do Brasil. O referido projeto tem como objetivo valorizar o trabalho das mulheres cafeicultoras de todo o Brasil, por meio de um ciclo sustentável e duradouro que envolve dar visibilidade às cafeicultoras, promover networking entre elas por meio de conversas, encontros e relacionamentos, além de oferecer capacitação através da plataforma “Florada Educa”, a possibilidade de participar do “Concurso Florada Premiada”, tendo reconhecimento para os cafés premiados, com a

Como Aparecida comenta: **“Como presidente da Comercializadora, levanto muito a bandeira da organização regional Café Mulher, por que eu entendo que é uma associação de respaldo internacional**, então ela tem um peso muito forte no movimento de Mulheres. (grifos nossos). Utilizar esse respaldo a seu favor para ter maior visibilidade e conquistar melhores oportunidades, como na comercialização de cafés de mulheres é sim uma questão importante, mas deve ser feita com maior atenção e cuidado para que os nomes Café Mulher, Café Mulher Brasileira e/ou Café Mulher Global não sejam utilizados meramente como um *marketing*, sua essência, que é o empoderamento de mulheres atuantes na cadeia produtiva do café, deve ser respeitada e mantida.

Como Lutadora aponta, o Distrito de Lutas ficou fora do foco:

Aqui no Distrito, dificultou um pouquinho, porque agora, a cabeça da Café Mulher é a Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, ela tá em outra cidade, então, a maioria das pessoas é de lá, lá da região [...] então o nosso Distrito de Lutas aqui ficou meio fora do foco, ne. (grifos nossos).

Ana também traz em sua narrativa essa mudança foco e foi um dos momentos de sua fala que sua expressão trouxe um certo sentimento de tristeza: **“O foco agora tá sendo outro, agora é mais pra produtora maior. Não tem como uma pequenininha alcançar [as produtoras maiores que fazem parte da Comercializadora] [...] onde que muitas ficou afastada mesmo”** (grifos nossos).

A entrevistada ainda menciona que algumas mulheres saíram da Comercializadora por não se identificarem mais com a associação, não abranger suas pautas, apenas das produtoras maiores e acabar sendo um espaço de reprodução de relações de poder em que as mulheres brancas, produtoras, proprietárias de suas terras, acabam por invisibilizar e colocar as demais em posições de subalternidade, assim como foi no passado colonial (TELES, 1999), assim como ainda acontece nos dias atuais, no neocolonialismo (BANDEIRA; ALMEIRA, 2015). Como Ana diz:

[...] ali dentro [Comercializadora] tem pequenas também que ficou pra trás, que saíram. Elas viram e falam assim pra mim: 'Oh, Ana, eu não sai da Café Mulher, eu sai da Comercializadora'. Porque a Café Mulher deu visibilidade pra elas. E na Comercializadora, muitas delas ficaram no esquecimento” (grifos nossos).

compra e distribuição deles na “Edição Especial Rituais Florada”, com 100% do lucro revertido para as cafeicultoras premiadas (PROJETO FLORADA, 2023).

Sobre as pequenas produtoras, Auzira Amélia traz uma análise muito pertinente ao falar que a Comercializadora realmente não atende às pequenas produtoras e sua análise, em nossa interpretação abarca a interseccionalidade entre os marcadores sociais das diferenças gênero e classe social (HOOKS, 1982; ZAMBONI, 2014):

As pequenas produtoras, nem todas tem o seu dinheiro, ne. Depende do marido. Tem muitas mulheres de pouca renda mesmo, que é renda só da época da colheita mesmo e depois fica quase que seis meses sem muito o que fazer, ne. [...] essa visibilidade da Comercializadora, faz sucesso, ne, coisas com mulheres, e, a Café Mulher você não consegue vender o café, ne. Mas com produtoras pequenas, não dá pra esperar. As pessoas não conseguem esperar, mandar amostra, vai pra fora até chegar, até resolver, cê entendeu? Quem colhe cedo o café tem que vender a tarde, ne? Eu acho que falta uma coisa a mais, que a gente precisava fazer alguma coisa, alguma ação, mais direcionada para essas mulheres (grifos nossos).

Auzira Amélia também traz em sua narrativa outro apontamento, neste caso sobre as catadeiras e apanhadeiras do Distrito, e deixa em evidência que o marcador social das diferenças classe está muito presente nas relações de poder da Comercializadora:

A Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais mudou muita coisa, a sede foi para uma cidade mais distante aqui da região do Distrito, muitas mulheres saíram, aí ficou difícil sabe, quase nenhuma das meninas [catadeiras e apanhadeiras do Distrito de Lutas] tem carro. Para pagar a mensalidade é caro. As que estão na organização regional Café Mulher algumas continuam (grifos nossos).

Embora algumas mulheres tenham deixado a Comercializadora, pelas postagens realizadas em suas redes sociais é possível perceber que ela segue suas atividades de capacitações, principalmente focadas na produção de cafés especiais, junto a órgãos como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e SEBRAE (Projeto Educampo); participação em eventos como a SIC 2022, Mulheres no Café, Festival de Cafés Especiais e outros; e exportações dos cafés especiais que produzem.

Enquanto isso, a organização regional Café Mulher e aquelas associadas que foram vítimas do fluxo intenso de tráfego vindo do entrecruzamento entre as vias do sexismo, racismo e elitismo, estão voltando para posições de invisibilidade e silenciamento. Para os questionamentos reflexivos que trouxemos no início desta subseção temos uma resposta: Será que as mulheres negras, trabalhadoras rurais, meeiras também têm suas reivindicações

abrangidas pela organização Café Mulher Global e suas organizações locais e regionais? Ou será que, assim, como nas primeiras ondas dos movimentos feministas, as relações de poder entre as próprias as silenciaram e invisibilizaram? A resposta é: A história se repete! A reprodução acontece! Objetivos iniciais, como o da organização regional Café Mulher se perderam e, mais uma vez, mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e/ou meeiras são colocadas em posições de subalternidade tem suas vozes silenciadas, presenças e trabalhos invisibilizados.

Sobre atuação da organização regional Café Mulher, Mulher Guerreira destaca que: “[...] **quando começou era bem movimentado, era uma reunião uma vez por mês, todas as mulheres iam, participavam, o grupo era bem forte, depois foi perdendo**” (grifos nossos). Hoje, a organização regional Café Mulher segue via grupo de *whatsapp*, como foi pontuado pela maioria das entrevistadas, mas, como muitas também apontaram, não há repasses, nem informações sobre o que está acontecendo e nem o planejamento de ações. Como mencionei anteriormente, para ter acesso a mais informações para esta pesquisa, me associei à Café Mulher Brasileira, e, no ato da associação, eu podia escolher uma organização regional para participar no grupo de *whatsapp*. Escolhi a organização regional Café Mulher e a realidade é que, de fato, não há comunicação no grupo, nem mobilização. Raríssimas foram as postagens feitas, coisas muito pontuais, como uma reportagem sobre mulheres nos cafés, informativos da Café Mulher Brasileira e algumas notícias sobre o sistema agroindustrial do café.

Além da ausência de mobilização da organização regional, algumas associadas deixaram a Café Mulher, como Lutadora pontua: “**Depois da Comercializadora, foi reduzindo. Por fim, aqui no Distrito de lutas tem bem menos mulheres que fazem parte da Café Mulher Sul de Minas Gerais**” (grifos nossos). Entre os motivos das saídas, além da criação da Comercializadora, Lutadora destaca: “**Machismo dos maridos, ainda existe muito**” (grifos nossos); Ana reforça: “[...] **muitas saíram também por causa dos maridos**” (grifos nossos). Especificamente sobre esse motivo apontado, interpretamos que, de fato, pode ser recorrente, afinal como afirmam Dornela e Cappelle (2021) e Menezes, Macieira e Nunes (2022), a cafeicultura brasileira, de uma maneira geral, ainda é machista e patriarcal.

Outro importante motivo destacado por Souza e que nos remete às relações de poder que, infelizmente, ainda reproduzem desigualdades presentes desde o período colonial em nossa sociedade. Como ela coloca:

Aqui [Distrito de Lutas] tem primas, tem sobrinhas [mulheres negras, pobres, catadeiras, apanhadeiras e meeiras] que saiu por não ter, assim, uma oportunidade de ter um pé de café. Então, as meninas, assim, acabaram saindo, deixando, e, infelizmente, é assim, nem todas têm essa oportunidade de ter ali um pedacinho de terra para plantar o café. (grifos nossos).

Por meio do que foi exposto e da exploração do contexto da organização regional Café Mulher, é possível interpretar que, embora tenha sido criado com um objetivo diferente, de subversão do campo de poder da cafeicultura, esse objetivo se perdeu ao longo do percurso e os resultados nos apontam para relações de poder entre mulheres com a reprodução dos entrecruzamentos entre opressões como racismo e classe social, colocando, novamente, em posição de atingimento, aquelas que deveriam, por meio da organização regional, terem sido retiradas de lá.

8.3 Relações de poder no terreno acidentado da organização regional Café Mulher: o entrecruzamento entre diferentes vias de opressão

Eis que surge a verdade

Ei, até quando Brasil Colônia?

Até quando, até quando Brasil Colônia?

[...]

Povo desunido numa guerra de partidos

Brasil Colônia, próximo capítulo

Aqui nunca houve independência

E o povo pobre continua sendo escravo

[...]

Escravidão moderna, era colonial

[...]

Quase desde Pero Vaz, nunca teve vez nem voz

Das favelas aos faróis

Oprimidos desde os portugueses e espanhóis

Muitos contras, poucos prós, segue a conta pra nós

[...]

Mas em desigualdade ainda estamos entre os péssimos primeiros
[...]
Assassinatos seguem padrões de cores
Pensamentos francos e Marielles Franco atraem franco atiradores
[...]
Conhecimento é empoderamento contra os opressores
O grito de independência é declamado todo dia
Nos saraus de poesia, mas nessa fotografia
Não vemos um homem num cavalo branco
Vemos mulheres e jovens negros da periferia
Escrevendo a própria carta de alforria
Educação é a nova abolição da escravatura
E cada verso no papel
A certeza que a cultura liberta mais que assinatura da princesa Isabel!
Lágrimas de sangue escorrem dos filhos desse solo e irrigam esse solo
Crianças pedem colo e a pátria-mãe se isola
Que os órfãos chorem longe
Às margens do que importa, o poder à preferência
Que Deus me ajude
Pois eu não sou politizado
A esquerda e a direita são duas asas do mesmo pássaro
Passeiam racistas, machistas, homofóbicos, etnocentristas
Há seis séculos, seis séculos, e só passaram nós
Foram mais de 6 bilhões de óbitos
Queimaram arquivos, motivos
Queimaram motivações e ainda estamos vivos
Mas queimaram meus ancestrais, veneno nos livros
O que já foi, não volta, mas quem disse que já nos livramos disso?
[...]
A ditadura continua aqui
Eles só falsificam a liberdade, mudam a tinta e trocam as bordas do quadro

(Trechos da Música “Brasil Colônia”. Compositores: Grupo de rap “Oriente”)

Iniciamos esta subseção com trechos da música “Brasil Colônia”, composta pelo Grupo de RAP “Oriente”. Trechos muito oportunos e coerentes com a perspectiva pós-colonial, nos mostrando que as relações de poder estruturadas num passado distante, do Brasil Colônia, ainda se fazem presente sob uma nova roupagem. Relações estas que oprimem e que colocam nos entrecruzamentos entre as vias, como do racismo, sexismo e heterossexismo, relegados à subalternidade, mulheres negras, jovens negros pobres, moradores da periferia, cujas vozes são silenciadas e presenças apagadas.

É possível interpretar, portanto, que, embora vivenciemos um período cronológico pós-colonial, como é afirmado na música, “Aqui nunca houve independência”. O fim cronológico do colonialismo não representa o fim das relações de poder, dominação e exploração oriundas desse período histórico, mas, sim, a reconfiguração do campo discursivo (HALL, 2003), permanecendo as situações de opressões diversas, como colocado na música “Escravidão moderna [...] Passeiam racistas, machistas, homofóbicos, etnocentristas”.

Antes de adentrarmos em nossas análises, é importante nos atentarmos para o fato de que, justamente por estarmos adotando como umas das lentes teóricas e metodológicas a interseccionalidade entre marcadores sociais das diferenças, quando analisamos as relações entre mulheres devemos considerar que são relações de poder e que envolvem o entrecruzamento entre diferentes vias como racismo, elitismo, etnocentrismo. Além disso, essas relações são também influenciadas a partir dos diferentes lugares de fala, dos diversos lugares sociais que cada pessoa ocupa (ORTIZ, 1983).

Como ressaltado por Teles (1999), as mulheres brancas europeias, por exemplo, no Brasil Colônia, também discriminavam e mantinham relações de poder e opressão com as mulheres negras escravizadas e indígenas. Essas relações podem ser claramente percebidas no contexto da organização regional Café Mulher. Em um vídeo publicado em 22 de março de 2018, na rede social *Youtube* da organização Café Mulher Brasileira, a participante, associada à organização regional Café Mulher que sempre morou no Distrito de Lutas³⁵, disse: “[...] **aqui [Distrito de Lutas] [...] até a própria mulher, às vezes nem olhava em nois mulher que é mais baixo [referindo-se às meeiras, catadeiras e apanhadeiras de café, profissões que são menos valorizadas]** (grifos nossos).

³⁵ Essa participante do vídeo foi uma das mulheres convidadas para participar desta pesquisa, mas, por estar enfrentando sérios problemas pessoais na época, incluindo casos de adoecimento e morte na família, optou por recusar nosso convite, tendo sido respeitada sua vontade.

Nesta subseção, nos dedicamos a analisar, portanto, as relações de poder entre mulheres, no contexto da organização regional Café Mulher, construídas sob a interseccionalidade de marcadores sociais das diferenças, como gênero, raça e classe social. Conforme analisamos na subseção anterior, a organização regional Café Mulher foi construída em um contexto marcado por relações de poder tecidas desde o período colonial quando a cafeicultura foi introduzida na região. Trata-se de uma organização que, embora inicialmente tenha sido criada com objetivo de subverter tais relações, acabou por reproduzi-las, por meio, por exemplo, da criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais focada nas produtoras de café, proprietárias, que têm condições financeiras de investir em adequações para certificações, que moram perto da sua sede física e/ou possuem meios próprios para se locomoverem.

O objetivo inicial da organização regional Café Mulher, conforme foi contado por Maria e Auzira Amélia e corroborado pela postagem na página da *web* da “Rede Social do Café – Peabirus”, de autoria de Leonardo Assad Aoun, publicada em 27/06/2017, era o de “[...] melhorar a qualidade de vida das mulheres que trabalham no café, principal produto da região. Mulheres catadoras, apanhadoras, meeiras, proprietárias, enfim, mulheres que viviam do café desde pequenas”. Trazendo como “a [...] inovação de ser constituída não somente pelas mulheres cafeicultoras proprietárias de pequenos sítios, mas também por mulheres que trabalham e vivem do café sem, no entanto, possuírem terras (PEABIRUS, 2016). Entretanto, conforme também já foi discutido, esse objetivo inicial, essa “inovação” como é colocada, perdeu-se ao longo da trajetória da organização regional Café Mulher Sul e, principalmente, à visão voltada para o mercado e para as produtoras de café, excluindo as catadeiras e apanhadeiras.

Ana, por exemplo, nos conta por meio de sua narrativa, sobre um projeto que foi prometido para as apanhadeiras e catadeiras mas que, assim, como o objetivo inicial da organização regional, perdeu-se. Ela nos narra:

Dentro da Café Mulher até tinha um projeto, aonde que as grandes [produtoras de café] iam fazer um projeto com nois [catadeiras, apanhadeiras e meeiras], tipo o que é feito lá na África [...] nesse projeto, era cada uma de nós que tava ali dentro [associadas à Café Mulher] ter mil pés de café, sabe, mesmo não tendo terra, mas junto com a outra, com a dona, com a proprietária, para poder estabilizar melhor a situação, por que pra muitas, como eu e minha mãe, o café é para sustento. O café da minha mãe é pra ter o dinheiro, que depois que acaba a colheita precisa do dinheiro pra comer, pra pagar uma conta de luz. Se esse projeto tivesse ido pra frente, era um mínimo, uns dois alqueires de terra, na época, para as 10 mulheres que estavam

associadas que era apanhadeira, catadeira e meeira, ia plantar mil pés pra cada uma. Ia ser de meia junto com as outras, com as donas, ne? Esse projeto não foi feito. Elas [as donas], por exemplo, assim, o sucesso pegou tão... foi tão alto, ainda mais com a criação da Comercializadora, falando do fundo do coração mesmo, foi tão alto, que foi ficando pra trás, foi deixando esquecido. Aí eu corri, por fim, eu parecia que... eu já comecei a ficar com cara de boba, sabe? Quando você sente com cara de boba: 'Gente, mas vocês estão esquecendo por que, graças a Deus, hoje nós tem isso, mas vamos... acho que vai brilhar mais junto com o projeto, por que vai vim empresa, vai vim querer'. Mas ninguém deu importância pra isso (grifos nossos).

Especificamente sobre o projeto mencionado na narrativa de Ana, ele tinha como objetivo viabilizar melhorias nas rendas familiares e qualidade de vidas de mulheres catadeiras e apanhadeiras de café. Como a própria entrevistada conta, a ideia do projeto, seria semelhante ao desenvolvido pela Café Mulher Global, em uma das organizações regionais da África. Nele, foi definido que todas as associadas deveriam ter acesso a, no mínimo, X hectares de terras plantadas com café, equivalendo a uma quantidade mínima X de pés de cafés para produzir e/ou colher. As produtoras de café, proprietárias de suas terras, trabalhariam no sistema de “meia” com as apanhadeiras e catadeiras, por exemplo, disponibilizando essa quantidade mínima X de pés de café para ficar sob os cuidados delas e, após a venda, da produção, parcela do valor é destinado às cafeicultoras proprietárias das terras e outra parcela para as catadeiras e apanhadeiras.

Souza também menciona o projeto citado por Ana, de acordo com ela: “[...] **depois que conseguimos fundar a Café Mulher, nós conseguimos mudar muito a história, mas por aí também ficou muita coisa pra trás, ne, muitos projetos que era para as catadeiras, as meeiras** (grifos nossos).

A narrativa de Ana e Souza nos permite interpretar as desigualdades nas relações de poder entre “as donas, proprietárias” e as catadeiras, apanhadeiras e meeiras, que, nas palavras de Ana, são “as pequenas”, inclusive, ela inclui a si e a mãe nesta posição de subalternidade, que as colocam no entrecruzamento entre as vias, principalmente do racismo e elitismo. Relações que, conforme Teles (1999), estão presentes desde o passado colonial, quando analisamos, por exemplo, as relações entre mulheres brancas europeias e as mulheres negras africanas escravizadas. Inclusive, Ana, recorre indiretamente à um binarismo para representar as diferenças (LORDE, 1980) entre as mulheres catadeiras, apanhadeiras e meeiras e as cafeicultoras, proprietárias de suas fazendas de café: Grandes/ Pequenas. O que nos aponta para o fato de que os grupos subalternizados também reproduzem o discurso dominante,

legitimando e naturalizando as diferenças, dentro de um sistema de desigualdades que oprime e exclui, como pontua Zamboni (2014).

Quando Ana diz que ela “correu atrás” para que o projeto fosse executado e que “fiquei com cara de boba [...] ninguém deu importância pra isso”, interpretamos que, assim, como nas primeiras ondas dos movimentos feministas e de outros movimentos sociais, como o movimento negro, as reivindicações das mulheres negras, pobres, trabalhadoras não foram ouvidas (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977; LORDE, 1980; HOOKS, 1982; CARNEIRO, 2003; DAMASCENO; MAIO; MONTEIRO, 2012; DAVIS, 2016; ASSIS, 2019). E é justamente como afirmam Lorde (1980) e Assis (2019), que a negação das diferenças, neste caso específico das condições para produção de café, que traz a desunião entre as mulheres. Diferenças essas que são evidenciadas, por exemplo, quando Ana diz que era para cada mulher dentro da organização regional ter mil pés de café, mesmo algumas, como ela, que não eram proprietárias de terras, para “[...] **estabilizar melhor a situação, porque pra muitas [...] o café é para o sustento**” (grifos nossos).

Essas diferenças e desigualdades são também corroboradas no relato de Joana. Ela menciona, já ter ouvido de uma associada à organização regional Café Mulher, mulher negra, catadeira e apanhadeira de café, com quem mantém um contato próximo, que as pessoas, inclusive cafeicultoras e proprietárias de terras associadas à organização regional, zombam dela por não ser proprietária de terras mas fazer parte da organização regional: “[...] ultimamente ela andou me falando: 'Ah, **eu tô muito desanimada, as pessoas ficavam me rindo, rindo da minha cara**', ela falou assim mesmo, '**As pessoas riem da minha cara, por que falam: 'Você nem tem terra, o que você tá fazendo na Café Mulher? Cê nem é dona de terra'** (grifos nossos).

Ainda sobre essas diferenças mencionadas pela entrevistada Ana, em uma reportagem transmitida no canal de televisão EPTV Sul Minas, em 27 de setembro de 2016, foi possível interpretar como elas estão presentes entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher. No vídeo, participaram algumas mulheres associadas à organização regional, entre catadeiras, apanhadeiras e produtoras. Nele, Ana e outras duas mulheres que aparecem no cafezal fazendo a apanha seletiva de cafés especiais são identificadas na legenda como “trabalhadora rural”. Ana, expõe em sua fala no vídeo, seu amor pelo café “Como nois sempre trabalhou no café, nois tem aquele amor pelo café. Canta pro café”.

Outra mulher que aparece no vídeo, também associada à organização regional Café Mulher, menciona a importância do café “Vivemos só do café, e não sabia que o café tem o valor que tem, que servia pra tanta coisa”. Depois dessa fala, a repórter diz “Há nove meses, o

trabalho dessas mulheres começou a ser visto com outros olhos. O caminho das meeiras cruzou com o das compradoras, exportadoras, produtoras de café, de uma grande rede das mulheres dos cafés. Uma rede que está transformando a vida delas”. **Enquanto a repórter menciona as “compradoras, exportadoras e produtoras de café”, entram em cena, outras quatro mulheres, que, passam observando as “meeiras” ou “trabalhadoras rurais”, como são identificadas no vídeo, enquanto apanham o café** (grifos nossos). Essa cena nos marcou, pois evidencia relações de poder construídas a partir da interseccionalidade, principalmente, entre os marcadores sociais das diferenças raça e classe social.

No vídeo, de um lado, apanhando os cafés, com seus chapéus de pano, luvas nas mãos e debaixo do sol a pino estão mulheres negras, que não são proprietárias da terra, mas que aparentam ter uma relação muito forte com ela, que apanham o café e dividem parte dos grãos com as proprietárias. Do outro lado, estão as mulheres brancas, vestindo a camisa da organização regional Café Mulher, proprietárias das terras e dos cafezais, identificadas na legenda do vídeo como “Produtora Rural”. Essas cenas contrapõem dois espaços, um das mulheres detentoras de poder, as cafeicultoras, proprietárias de suas terras e o das trabalhadoras rurais, que não possuem posse de terras. Ainda que aparentem ser opostos, é importante buscarmos superar essa dicotomia em nossa análise, como propõe a perspectiva pós-colonial e buscar identificar um espaço intersticial, que no caso delas é a organização regional Café Mulher.

Porém, quando analisamos esse espaço, percebemos que nele ainda há o predomínio da reprodução de relações de poder entre produtoras e catadeiras que acabam por separar e hierarquizar os espaços: de um lado o das produtoras e de outro a catadeiras e apanhadeiras, como retratado no vídeo. Essa separação e hierarquização de espaços estão presentes nas relações de poder desde o período colonial, como o binarismo: casa grande/senzala, conforme mencionado por Lorde (1980); Gonzalez (1988) e Davis (2016).

Ainda sobre as diferenças presentes no trecho da narrativa de Ana, as desigualdades entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher podem também ser percebidas na fala de Souza. Ao falar sobre a importância de participar da organização regional, vem em sua narrativa uma emoção aparente ao dizer: “[...] **eu sempre tive vontade de participar, assim, de alguma coisa pra tá levando o nome da gente, porque a gente que é mulher e trabalha em roça não tem muito valor, né**” (grifos nossos). Neste trecho, percebemos que a ausência de valorização vem da interseccionalidade entre gênero “a gente que é mulher” e classe social “trabalha na roça”. Ainda no vídeo publicado em 22 de março de 2018, na rede social *Youtube* da organização Café Mulher Brasileira, Souza também disse

sobre a desvalorização do trabalho braçal, como em lavouras de café: **“Há tempos atrás, alguém chegou a comentar que, a gente sempre trabalhou na enxada, ne, comentar que se fosse pra trabalhar na enxada, preferia morrer, ne. E a gente ainda falou assim, ‘Mas se soubesse o quanto era bom, ne”**”.

Quando Souza refere em sua fala sobre ter algo que levasse seu nome, nos remete à visibilidade que a organização regional Café Mulher trouxe para as mulheres participantes e que foi apontada como um dos benefícios pela maioria das mulheres entrevistadas nesta tese.

Sobre essa visibilidade, Maria expôs em sua narrativa que, no caso das catadeiras, por exemplo, não foi benéfico, foi prejudicial. Foi como se quando elas tentassem sair de sua posição de subalternidade, isso não as fosse permitido. Seu tom de voz nesse momento nos apontou para um misto de sentimentos: incômodo aparente, frustração, rancor e decepção. Ela narra:

[...] Sempre empurrei elas pra frente. E, a partir do momento que elas tiveram visibilidade, por que todas as mídias vieram em cima, aquelas mulheres começaram a se valorizar tanto, que elas perderam a sua identidade. Perderam a essência, perderam a simplicidade, perderam o objetivo, por que a partir daí, algumas catadoras, inclusive, não quiseram mais catar café: 'Ah, agora não podemos fazer isso, não por que eu tenho feira em tal lugar, eu tenho que fazer isso' e se achavam. Elas perderam até essa força de trabalho, elas começaram a se achar. E, eu fiquei muito triste com isso, muito triste mesmo quando eu vi o que a cabeça delas foi virando (grifos nossos)

Na fala de Maria, percebemos uma contradição, ao mesmo tempo em que ela reconhece que as apanhadeiras e catadeiras são discriminadas, que já passaram por muitas dificuldades em suas trajetórias de vida e diz querer ajudá-las a ter uma condição de vida melhor, financeiramente, principalmente, há o desconforto visível e a presença da violência simbólica em sua fala ao vê-las ganhar visibilidade e acerca das possíveis mudanças que essa visibilidade trouxe: **“[...] a vida inteira você foi discriminada e, de repente, você começa a sair em todas as mídias e as pessoas aqui que te discriminavam começam 'Olha, te vi na televisão', elas pensam assim 'Agora vou empinar o nariz, agora você viu, ne?’** (grifos nossos).

Em sua análise da situação com base em suas experiências no ramo, Joana afirma que situações como essas são recorrentes complexas, pois envolvem as relações de poder e podem afetar diretamente o *status quo*, o que nos leva a compreender o desconforto e aparente incômodo de Maria. Esse desconforto pode também ser relacionado com o pacto narcísico da branquitude, isto é, é como se houvesse um pacto entre as mulheres brancas, produtoras de

café, proprietárias de suas terras que nega muitas questões raciais, com vistas a manter o *status quo* e os privilégios da raça branca (BENTO, 2022), com a detenção do poder, o reconhecimento e a visibilidade.

Subalternizados tendo suas vozes ouvidas, presenças e trabalhos reconhecidos incomoda os detentores de poder. Querer assumir uma outra posição que não seja a de atingimento de um fluxo intenso de tráfego vindo de diferentes vias, como racismo e elitismo, incomoda. **“Elas perderam a força de trabalho”** (grifos nossos), por não quererem mais catar café, **“se achavam”** (grifos nossos). Incomoda os detentores de poder, mulheres negras e de classe social inferior não continuarem a ser a força de trabalho predominante na produção de café, conforme pontuado por Quirino (2020).

Ana, em sua narrativa, aborda exatamente esse aspecto sobre as detentoras de poder não apoiarem a luta das catadeiras e apanhadeiras para mudarem de posição no terreno acidentado da cafeicultura:

[...] 'Ah, por que você vai estender a mão pra ajudar ela [catadeira e apanhadeira]?' A gente quer lutar dentro do café, mas o que ouvimos é 'Ah, porque aquele povo lá tá acostumado é a catar mesmo. Já são catador mesmo. Então não precisa esquentar a cabeça não'. Que nem tá acontecendo no Distrito de Lutas [...] vai muita gente, de tudo quanto é estado, panhar café na época de colheita, mas o povo do lugar perdeu, perdeu o respeito, o cafeicultor já não liga mais, já não lembra que tem que pôr comida na mesa, que os pais têm que colocar comida na mesa, não assina carteira ali do povo do lugar, mas, sim, do povo de fora, sabe? (grifos nossos).

Especificamente sobre os catadores e catadeiras de café não estarem mais conseguindo ter oportunidades de trabalho no Distrito de Lutas, é possível afirmar que o desejo de mudança deles e delas e a luta por mudanças, como mencionado, ameaça o *status quo*, ameaça as relações de poder, seu domínio interpessoal (COLLINS; BILGE, 2021) e as opressões, por meio da intersecção de marcadores sociais das diferenças como gênero, raça e elitismo. Ameaça as posições de poder ocupadas por cafeiculturas e cafeicultores.

Incomoda também os detentores de poder nas relações de poder quando mulheres negras catadeiras e apanhadeiras de café retomam o passado de escravização de seus ancestrais, o passado envolto pelas interseccionalidades entre gênero, raça e classe social. Incomoda, por que, como é mencionado nos refrões da música “Brasil Colônia”: “Conhecimento é empoderamento contra os opressores [...] A certeza que a cultura liberta mais que assinatura da princesa Isabel!”

E é exatamente esse incômodo acerca desse resgate cultural e histórico que apresentamos a seguir. Aparecida, uma mulher branca, graduada, proprietária de sua fazenda de café, cafeicultura e vinda de um contexto familiar também de cafeicultores, diz com um aparente sentimento de indiferença:

[...] a nossa turma aqui [apanhadeiras, catadeiras e meeiras], lá do Distrito de Lutas, elas são, uma turma que são negras. Então, assim, se você pergunta pra elas 'Cês se sentem tratadas diferentes?', elas falam 'Não'. Então, pra que essa bobagem, que elas ficam aí com esse negócio de escravo lá pra trás, isso aí já foi, e, nós não temos culpa de nada disso não. Então, elas falam, 'Eu não vou falar disso mais não [passado histórico]', aí eu falo 'Então é bom mesmo, porque cês são tratadas tudo igual, então vamos parar com isso'. Se não pensássemos isso [o passado histórico], ia ser todos tratados iguais, mas é uma visão minha. Quando eu pergunto 'Gente, cês são tratadas diferentes aqui?', elas falam 'Não, Aparecida, somos de jeito nenhum'. Então pra que essa bobagem? Fica no passado (grifos nossos)

Diferentemente da visão de Aparecida, defendemos nesta tese e consideramos nas análises dos resultados aqui tecidas, que os contextos e históricos são fundamentais (GONZALEZ,1984; PRYSTHON, 2001; CRENSHAW, 2002; PRASAD, 2003; ROSA; ALCADIPANI, 2013; ZAMBONI, 2014; HIRANO, 2019; AKOTIRENE, 2020; COLLINS; BILGE, 2021), afinal, estamos nos referindo a duras marcas de um passado colonial, como escravidão, que ainda permanecem fortemente enraizadas em nossa sociedade. São também importantes por que, como colocado, especificamente por Gonzalez (1984) e Zamboni (2014) não há nada, naturalmente, na cor da pele em si que a associe a um tipo específico de trabalho, à pobreza ou riqueza, a uma expressão cultural. As combinações entre os lugares sociais ocupados pelas pessoas e as relações de poder, em um determinado contexto, político e histórico, que dão significado a tais marcadores sociais das diferenças e/ou reproduzem assimetrias.

Ainda sobre esse incômodo gerado nas mulheres detentoras de poder na organização regional Café Mulher, na narrativa de Maria fica clara a culpabilização da vítima, catadeiras, apanhadeiras, meeiras. Aquelas que são atingidas por um fluxo intenso de tráfego vindo de diferentes vias, como racismo e elitismo, como se fosse escolha delas permanecer nesse entrecruzamento e não da reprodução de um sistema de opressões e relações de poder que perdura há mais de 200 anos e que não lhes deixa saídas a não ser permanecer onde estão. Afinal, como foi pontuado anteriormente, quando houve visibilidade para as mulheres catadeiras e apanhadeiras e elas começaram a mudar, isso incomodou as mulheres brancas,

produtoras de café, detentoras de poder, porque o *status quo* estava sendo ameaçado. Como é colocado pela entrevistada Maria:

[...] vejo a desigualdade e vejo que ela continua. Depois da vivência na Café Mulher, como Diretora, eu vejo que essa desigualdade não é 100% culpa de terceiros. Pelo menos 50% a 60% culpa da pessoa, tá? [...] eles que preferem continuar nessa posição. Então, oportunidades existem [...] É uma discrepância racial [as desigualdades]? Não, eu não acredito. Não acredito por que eu vejo que, inclusive, as pessoas da raça negra elas são mais valorizadas dentro do café (grifos nossos).

Criar um espaço para que vozes silenciadas, como no caso desta tese, mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e meeiras possam falar por si e serem ouvidas é fundamental, afinal são esses espaços, conforme afirmam Rosa e Alcadipani (2013), fissuras, brechas onde os subalternizados podem se expressar, onde a sua legitimidade não é dada por outras pessoas que assumem seus lugares (SPIVAK, 1990). No caso desta pesquisa, por meio da criação deste espaço, pudemos desconstruir afirmações como as de Maria sobre não existir uma discrepância racial. É como se a entrevistada acreditasse no mito da democracia racial e, ao defendê-lo, como afirma Kyrillos (2020, p.05), há a negação do “[...] violento processo assimilacionista imposto aos povos africanos e indígenas, ao mesmo tempo em que desconsidera as implicações atuais de uma sociedade que se construiu historicamente com base em um ainda presente racismo estrutural.

Outra afirmação presente na narrativa de Maria que demanda desconstrução é a de as pessoas negras serem mais valorizadas no café. Os resultados e análises anteriormente apresentados acerca das relações de poder entre as mulheres inseridas no contexto da organização regional Café Mulher apontam para o contrário, assim como quando resgatamos o passado histórico da cafeicultura no Brasil e, especificamente no Distrito de Lutas, espaço geográfico de fundação da organização regional Café Mulher. Como Johnson (2020, p. 41, tradução nossa) afirma: “No café, os negros e negras são mais frequentemente relegados à força de trabalho, com pouca propriedade ou destaque [...] parece ser uma continuação daqueles que vieram antes de nós, invisibilidade, oportunidades limitadas e ser desprezado pela indústria que servimos”.

Ainda sobre homens negros e, principalmente mulheres negras não serem “[...] mais valorizados dentro do café”, Joana e Ana nos contam sobre uma passagem que ilustra claramente que se trata de uma informação incoerente com a realidade vivenciada pelas mulheres negras.

[...] em 2019, a gente fez aqui [em Brasília] o nosso planejamento estratégico [da Café Mulher Brasileira] dentro da ONU, e aí foi outro problema que houve [...] eu que consegui toda essa parte de parceria com a ONU Mulheres, pela facilidade que eu tive, de conhecer a diretora da ONU Mulheres. Quando eu, nesse planejamento estratégico, impus a presença de uma mulher negra, catadeira e apanhadeira de café, que é associada à Café Mulher, eu falei 'Tem que ter a representatividade da negra, de uma sem terra', e a minha convidada veio. Viajou de avião pela primeira vez. Uma apanhadeira de café. Mas foi muito forte o preconceito de acharem que ela não deveria estar lá. (Joana)

Ana, entrevistada desta pesquisa que foi a convidada mencionada na narrativa de Joana, conta a sua versão do preconceito que vivenciou na reunião, comparando-o a uma “agressão”, conforme exposto a seguir:

Eu já vivenciei muito preconceito na cafeicultura. Por exemplo, assim, vai em reunião, aí viraram e falaram assim: 'Ah, mas a Ana não tem café'. Entendeu? Mas aí eu virava e falava assim: 'Mas tudo que eu tenho é do café, veio do café. Então, como eu não tenho café?' Por exemplo, assim, já cheguei a tomar nome de 'enchadeira de linguça', na reunião da ONU eu ouvi: 'Ah, mas a Ana tá ali, mas aquela ali é pra encher linguça'. Eu achei isso uma agressão, por que a minha casa é do café, se o meu filho hoje fala normal, é do café, ne? (grifos nossos).

Conforme as análises apresentadas é possível afirmar que o preconceito, a opressão, a discriminação estão presentes nas relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, mesmo se tratando de uma organização que se propõe a combater tais preconceitos. Relações essas que, desde o período colonial, buscam manter o poder nas mãos de proprietários, de produtores, de homens e, neste caso, de mulheres brancas, cafeicultoras e proprietárias. Relações que, em suas essências, buscam garantir que o *status quo* será mantido, que as mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras, pobres, sem a posse de terras, continuem ocupando essas posições, que continuem no entrecruzamento das vias de opressão do racismo e elitismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego que deixa marcas profundas.

Essas relações de poder acontecem em um contexto organizacional inicialmente criado para subvertê-las, mas que acaba por reproduzi-las e contribuir para a manutenção de uma cafeicultura muito desigual, em que homens e, principalmente mulheres negras, trabalhadoras rurais continuam sendo a força de trabalho predominante na produção de café. Porém, relegadas à produção e à invisibilidade em papéis de destaque, sendo desprezadas pelo

sistema agroindustrial em que atuam e para o qual tanto contribuem (JOHNSON, 2020; QUIRINO, 2020).

Deixamos para o encerramento desta categoria de análise um trecho da narrativa de Ana, mulher negra, pobre, catadeira e apanhadeira de café, com raízes familiares e pessoais profundas na cafeicultura. Este momento foi de muita emoção, a entrevistada chorou ao falar:

'São muitas Anas, muitas Souzas. Mulheres negras, panhadeiras, catadeiras, como nós, como eu, e que precisa de visibilidade [...] No Brasil tem e tem muitas mulheres negras no café, o orgulho tá aí. O Brasil tem mulher negra, muita mulher branca, aí logo tem as indígenas, tem até que é de Rondônia [...] É como se tivesse um véu, né? Ainda tem um véu ali, todo mundo sabe, mas não quer mostrar. Até foi falado assim: 'Nossa, mas vocês vão mostrar isso aí pro mundo?' Quer dizer, vai mostrar essas mulher negra, com a cara pro mundo? Falei, 'O Brasil precisa', por que se não fosse por meio disso [as mulheres negras], o Brasil não tava conseguindo vender o tanto de café que ele vende não (grifos nossos).

Ana, encerramos esta subseção e nossa análise dos resultados desta pesquisa com a sua narrativa, pois não só o Brasil, mas o mundo precisa saber disso! O mundo precisa ouvir “as muitas Anas, muitas Souzas”, o mundo precisa conhecer e reconhecer a importância de vocês na cafeicultura! Que honra a minha tê-las conhecido, que honra a minha termos este espaço para ouvirmos suas vozes e tentar desconstruir esse “véu” para que tentemos trazer mudanças!

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última seção desta tese retorno ao meu lugar de fala, apresentado no início desta tese e finalizamos com a subseção com as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida por meio deste trabalho.

9.1. Revisitando o meu lugar de fala

Antes de aprofundar, de fato, nas considerações finais deste trabalho, gostaria de revistar o meu lugar de fala, apresentado no início desta tese. Escrevo estas palavras muito emocionada por saber que o final de mais um ciclo está bastante próximo, representa a concretização de mais uma fase para a conquista de um sonho de quem, desde criança, ao ser questionada sobre o que queria ser quando crescesse, respondia com convicção: “Professora”.

Representa também o sonho da minha querida mãe que sempre disse o quanto desejava ver meu irmão e eu “formados” e seguindo uma carreira que nos fizesse felizes. Para quem um dia disse que “era bobeira estudar, filho de pobretão não dava em nada”, sou a prova viva do quão equivocada esta pessoa esteve e, talvez, ainda esteja.

Confesso que os últimos cinco anos não foram fáceis, infelizmente eu não pude me dedicar exclusivamente ao doutorado, tive alguns problemas pessoais, duras perdas familiares, enfrentei um pós-covid que, por um período, comprometeu minha memória e raciocínio, e, embora tenha considerado em alguns momentos desistir do doutorado, sempre tive ao meu lado pessoas que me incentivaram a continuar tendo a esperança de que todo meu esforço valeria a pena. E como valeu! Ainda tenho algumas etapas para percorrer, com a defesa desta tese, mas já me sinto realizada por ter conseguido chegar até aqui!

Como mencionei na seção de Prefácio deste trabalho, desenvolver esta pesquisa me transformou como pessoa, pesquisadora e professora. Me permitiu compreender e lidar melhor com situações pelas quais já passei e que deixaram marcas profundas, além de me possibilitar perceber o meu entorno sob uma diferente perspectiva, que traz menos julgamentos e mais empatia, compreensão e respeito. Como pesquisadora, tenho a certeza do meu desejo de seguir trabalhando com temas e pessoas com as quais eu possa contribuir para ter suas vozes, histórias e importantes trabalhos ouvidos, lidos, (re)conhecidos e valorizados. Como professora, espero ser capaz de encher e valorizar as diferenças, respeitar os espaços e aprender com meus alunos a ter um olhar sempre interseccional.

9.2 Considerações finais sobre a pesquisa

O nosso intuito ao nos propor realizar este estudo foi responder ao problema de pesquisa: Como as relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher nos levam a compreender a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças em suas diferentes faces? Para tanto, definimos como objetivo geral: compreender como a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, em suas diferentes faces, são mediadas pelas relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher. Para alcançá-lo, realizamos um estudo de caso da organização regional Café Mulher, analisando, por meio da Análise Temática de Conteúdo e das lentes de análise das perspectivas pós-colonial e interseccionalidade de marcadores sociais das diferenças, as entrevistas narrativas de 08

associadas, entre catadeiras, apanhadeiras, meeiras e cafeicultoras e a pesquisa documental em fontes primárias, secundárias, documentos escritos, sites na internet e redes sociais.

Nosso objetivo geral foi desmembrado em objetivos específicos para garantirmos seu alcance, tendo sido estabelecidos três objetivos específicos: a) Conhecer e analisar quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, participantes desta pesquisa; b) Explorar o contexto organizacional da referida organização, inserido em um contexto social regional; e c) Analisar, no contexto organizacional, as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.

Com base no exposto, nossas análises foram orientadas por três categorias de análise, seguindo uma grade mista, sendo elas: quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher; o contexto da referida organização e as relações de poder entre as mulheres associadas.

Sobre quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, são mulheres heterogêneas, brancas, negras, pardas, catadeiras, apanhadeiras, meeiras, cafeicultoras, sem terras, proprietárias, ricas, classe média e mulheres pobres. Diversidade esta que nos mostra a relevância de romper com o discurso dominante acerca do conceito universal de “mulher” vivenciado nas primeiras ondas dos feminismos e, também presente em contextos atuais. São mulheres diversas que estão de 16 a 50 anos na cafeicultura e que apresentam em comum, direta ou indiretamente, um envolvimento muito forte com o café. A maioria das entrevistadas vem de um contexto familiar no café. No terreno da cafeicultura nacional, uma atividade ainda considerada predominantemente masculina as mulheres entrevistadas ocupam diferentes posições de atingimento a partir das intersecções entre marcadores sociais das diferenças.

As mulheres que estão em posições de atingimento mais graves e complexos são as entrevistadas Souza e Ana, mãe e filha, mulheres negras, pobres, catadeiras e apanhadeiras, vozes que tentaram silenciar e presenças que tentaram invisibilizar, porém, em diversos momentos, foram vozes e presenças resistentes, nascidas e criadas no Distrito de Lutas, em meio a relações de poder estruturadas ainda no período da escravidão. Vozes e presenças que, embora não tenham conseguido mudar a estrutura hegemônica, tencionara-a, incomodaram as mulheres brancas, produtoras e café, incomodaram o pacto narcísico da branquitude.

Essas diferentes mulheres estão inseridas no contexto da organização regional Café Mulher, fundada em 2015, no contexto do Distrito de Lutas, pelas entrevistadas Maria e Auzira Amélia, que, inicialmente, tinham como objetivo de ajudar as catadeiras, apanhadeiras e meeiras do Distrito, porém sem perder o foco na lógica mercadológica presente na

organização global Café Mulher Global e local, Café Mulher Brasileira. Uma lógica que privilegia as produtoras de café, proprietárias de suas fazendas e exclui as mulheres catadeiras e apanhadeiras. O que foi considerado uma “inovação”, uma organização criada para esse fim, perdeu-se ao longo do percurso. Quando as mulheres negras, catadeiras e apanhadeiras, por exemplo, começaram a ter suas vozes ouvidas e presenças conhecidas, as cafeicultoras sentiram-se incomodadas, afinal é uma ameaça ao *status quo*. Assim como também objetivo inicial se perdeu com a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais, focada nas necessidades de comercialização das produtoras de café, proprietárias de suas terras. Logo, a busca inicial pela subversão do campo de poder da cafeicultura foi “ficando pra trás”, dando lugar a um foco voltado para o mercado e os negócios.

Prevaleceu um contexto de reprodução de relações de poder entre mulheres mediadas pelos entrecruzamentos entre vias de opressões como racismo e elitismo, colocando, novamente, em posição de atingimento do fluxo intenso de tráfego, aquelas que deveriam, por meio da organização regional, terem sido retiradas de lá, como as mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras e meeiras. Prevaleceu um contexto em que as mulheres negras, trazerem o importante resgate histórico sobre sua ancestralidade, sobre as condições sob as quais foi construído o Distrito de Lutas, a escravidão, é visto como uma “bobagem”.

Sobre as análises tecidas acerca das relações de poder entre as mulheres entrevistadas e associadas à organização regional Café Mulher, considerando o contexto da referida organização regional, é possível afirmar que o preconceito, a opressão e a discriminação estão presentes nessas relações, que, desde o período colonial, buscam manter o poder nas mãos dos proprietários, dos produtores, de homens e, no contexto da referida organização, nas mãos de mulheres brancas, cafeicultoras e proprietárias. Relações de poder que, em suas essências, buscam garantir que o *status quo* seja mantido, que as mulheres negras, catadeiras, apanhadeiras, pobres, sem a posse de terras, continuem ocupando essas posições, que continuem no entrecruzamento das vias de opressão do racismo e elitismo, sendo atingidas por um fluxo intenso de tráfego que deixa marcas profundas.

Essas relações de poder, mediadas pelas interseccionalidades entre os marcadores sociais das diferenças raça e elitismo, principalmente, não promovem a subversão do campo de poder da cafeicultura, pelo contrário, contribuem para a manutenção de uma cafeicultura muito desigual, em que homens negros e, principalmente mulheres negras, trabalhadoras rurais, continuam sendo a força de trabalho predominante na produção de café. Porém uma força de trabalho de menor importância dentro do sistema agroindustrial do qual faz parte.

Diante dos principais resultados encontrados e das análises realizadas, apresentamos respostas para a pergunta orientadora desta pesquisa: Como as intersecções de marcadores sociais das diferenças influenciam as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, inseridas em contextos marcados pelas heranças de um passado colonial? O que acontece é que as interseccionalidades entre os diferentes marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e classe social estruturaram e orientaram, no passado colonial, as relações de poder no contexto da cafeicultura. Essas relações são, ainda hoje, reproduzidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, mantendo no entrecruzamento das vias do racismo, sexismo e elitismo, as mulheres negras pobres, catadeiras, apanhadeiras e meeiras, cujas graves consequências do atingimento do fluxo intenso que flui dessas vias, incluem o silenciamento, a invisibilização.

O desenvolvimento desta pesquisa e os resultados encontrados apontam para um potencial de contribuições teóricas, práticas/gerenciais e sociais. Como contribuição teórica, apresentamos como *lócus* de enunciação mulheres associadas à organização regional Café Mulher. *Lócus* este não abordado nas principais publicações sobre mulheres que atuam na cadeia produtiva do café no Brasil, como o livro “Mulheres dos Cafés no Brasil”, 2018, o folder “Mulheres Cafeicultoras”, 2020 e o relatório “Equilíbrio de Gênero no Agronegócio Café. Além disso, utilizamos como abordagens teóricas-metodológicas o entrelaçamento entre a perspectiva pós-colonial, a interseccionalidade e os marcadores sociais das diferenças para analisar as relações de poder entre mulheres no contexto do café.

Até então, as principais publicações sobre mulheres no café, mencionadas anteriormente, abordaram, por exemplo, apenas o marcador social das diferenças gênero, sem considerar suas intersecções raça, classe, escolaridade e outros importantes marcadores sociais das diferenças. Contribuímos também para a expansão dos estudos sobre mulheres que atuam na cafeicultura brasileira, principalmente estudos críticos que vão muito além de análises focadas apenas no marcador social das diferenças gênero, criando, assim, espaços para que muitas Anas e Souzas possam falar por si, serem conhecidas e reconhecidas.

No que tange à contribuição prática/gerencial os resultados nos apontam para importantes e necessárias mudanças que devem ser realizadas para que a organização regional Café Mulher seja, de fato, uma organização que promova a subversão e não a reprodução das relações de poder no terreno acidentado da cafeicultura. Para tanto, após a defesa desta tese e as correções que forem necessárias, pretendemos agendar uma reunião com as associadas para apresentar os resultados e nossos apontamentos e juntas criarmos um plano de ação visando trazer mudanças tão necessárias.

Quanto à contribuição social, ao longo das entrevistas narrativas realizadas, percebemos que, ao narrarem diversos acontecimentos pessoais e profissionais no contexto da cafeicultura e da organização regional Café Mulher, todas as participantes refletiram sobre algum aspecto específico, como relações de trabalho, preconceito, discriminação, visibilidade, relações entre associadas. E essas reflexões são importantes, pois a partir delas podem surgir desconstruções e mudanças de pensamentos e/ou comportamentos e que, de alguma forma, podem contribuir, juntamente com o nosso potencial de contribuição prática/gerencial para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero e para a sustentabilidade, principalmente o eixo social, da atividade cafeeira.

Entre as limitações encontradas ao longo dos percursos seguidos para a construção e o desenvolvimento desta pesquisa, destacamos a escolha de um objeto de estudo, uma organização regional ainda não analisada e delimitada como um campo de estudo, o que nos impôs a dificuldade de caracterizá-lo; além disso, há uma escassez de trabalhos sobre organizações como a Café Mulher e seus aspectos internos.

Outras limitações que encontramos foram os poucos trabalhos sobre mulheres na cafeicultura no Brasil, no campo da Administração, principalmente trabalhos que tenham empregado um olhar para além do marcador social das diferenças gênero. Outra limitação está relacionada à utilização da entrevista narrativa, cujas regras exigidas para sua realização da entrevista poucas vezes são alcançadas em sua totalidade, sendo compreendida como um tipo ideal, poucas vezes alcançado. Além disso, a utilização da abordagem interseccional entrelaçada aos marcadores sociais das diferenças é ampla e complexa, e não há um modelo a seguir, sendo dependente do contexto a ser aplicada. Logo, como não encontramos nenhuma pesquisa no contexto da cafeicultura e/ou em uma organização de mulheres atuante no café, no Brasil, que tenha empregado essa lente teórico-metodológica, tivemos dificuldades de orientações e de ter certeza de que estávamos no caminho certo.

Outra limitação foi a pandemia do Covid-19, o que limitou e dificultou nosso acesso ao objeto de pesquisa e às potenciais participantes. A pandemia também afetou drasticamente as poucas atividades, como reuniões da organização regional Café Mulher, o que nos impossibilitou de realizar, por exemplo, observações não participantes durante as atividades da organização regional. Afirmo serem poucas atividades, pois, desde a criação da Comercializadora Café Mulher Sul de Minas Gerais o foco foi direcionado totalmente para ela, conforme discutido nas análises dos resultados. Outro fator limitante, em parte causado pela pandemia, mas também por questões como graves geadas e chuvas de granizo que destruíram diversas lavouras na Região Sul de Minas Gerais durante o período de realização

das entrevistas narrativas, o que desolou muitas produtoras e trabalhadoras do café, reduzindo significativamente a disponibilidade delas para participarem desta pesquisa.

Com base nas limitações apresentadas, sugerimos como desdobramentos futuros desta pesquisa, estudos multicasos, abordando outras organizações regionais que compõem a organização local Café Mulher Brasileira, sendo possível ter um panorama sobre cada organização regional, visando potencializar a atuação da Café Mulher Brasileira que está bastante distante de algumas, como a própria organização regional Café Mulher. Sugerimos também que continue sendo utilizado o entrelaçamento teórico entre as perspectivas pós-colonial, interseccionalidade e marcadores sociais das diferenças, de maneira a desvelar discursos e de criar mais espaços para que todas as mulheres possam falar por si.

Por fim, gostaria de encerrar este trabalho, desejando o mesmo que desejei há 5 anos, no dia 28/02/2018, quando defendi a minha dissertação de mestrado: “Essas são algumas das nossas sugestões, mas, deixamos aqui o nosso convite para as (des)construções. Que esta gota (nossa pesquisa), em um mar imenso, seja capaz de se avolumar e se reunir à outras gotas para contribuir com a formação da próxima onda [...]” (DORNELA, 2018, p. 159). Uma onda que seja capaz de levar, principalmente as várias Anas e Souzas inseridas na cafeicultura brasileira para longe do entrecruzamento entre as vias do sexismo, do racismo e do elitismo, e para o centro da conquista de seus espaços e objetivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009, 195 p.

ACKER, J.. The future of ‘Gender and Organizations’: Connections and Boundaries. **Gender, Work and Organization**, v. 5, n. 4, p. 195-206, 1998.

_____. Theorizing gender, race, and class in organizations. In: JEANES, E.; KNIGHTS, D.; MARTIN, P. Y. (eds.). **Handbook of Gender, Work and Organization**. Chichester: Wiley, 65-80, 2011.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Mulheres do Café valoriza produtoras e garante fama internacional ao Norte Pioneiro**. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Projeto-Mulheres-do-Cafe-valoriza-produtoras-e-garante-fama-internacional-ao-Norte-Pioneiro>. Acesso em: 14 fev. 2023.

AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, Estudos Subalternizados e América Latina: Uma guinada epistemológica? **Estudos de Sociologia**, v. 21, n° 41, p. 273-289, 2016.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, H. B.; et al. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, G. S. R. et al. (Orgs.). **Marcadores sociais das diferenças: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**, 2018, p. 9-30.

ALVES, A. E. S. A formação e o trabalho das mulheres: análises a partir de estudos de caso no Brasil. **Innovación Educativa**, n° 22, p. 241-253, 2012.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985.

ANZALDÚA, G. La Pietra. In: MORAGA, C.; _____. **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color**. 1981.

ARZABE, C.; et al. (eds). **Café Mulher no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2017.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: the key concepts**. London: Routledge, 2007, 292 p.

ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturais e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, n. 32, p 01-13, 2020.

AZEVEDO, A. S. **As cafeiculturas do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas Gerais no Escopo das Singularidades Institucionais**. Dissertação (Mestrado em Administração).

Universidade Federal de Lavras, Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n° 2, p. 659-688, 2013.

BALLESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 11, p. 89-117, 2013.

BANDEIRA, L.M.; ALMEIDA, T. M. C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações C Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 160-183, 2015.

BARBOSA, J. A. G.; et al. Violência sexual: narrativas de mulheres com transtornos mentais no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 34, n° 4/5, p. 273-278, 2015.

BEAL, F. **Black Women's Manifesto; Double Jeopardy: To Be Black and Female**. 1969. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/45a/196.html> . Acesso em: 10 ago. 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970, 500p.

BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD JR. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 3, n° 1, p. 147-182, 1999.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, vol. 01, n° 01, p. 198-210, 2015.

BORGES, J.; COPPI, M. Feminismo estilo magazine: um estudo sobre a Revista Elle Brasil. **Cadernos Pagu**, n° 58, 2020.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), p. 329-376, 2006.

_____.; PHOENIX, A. Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004.

BRESSAN, R. N.; SALLES, M. M. 60 anos após Bandung: Novas visões a partir do Sul. **Anuário de Integración**, 2015.

CANDIANI, H. R. Nota das mulheres que traduziram esse livro. In: DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: 2013, p. 03-06.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. et al (Ed.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

CAMPAGNA, T. G.; KUTZKE, L. P. Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral. **Paradoxos**, v. 4, n° 2, p. 38-52, 2019.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n° 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, L. Prefácio. In: ARZABE, C. et al. (Eds.) **Café Mulher no Brasil**, pp. 315. Brasília, DF: EMBRAPA, 2017.

CARTA CAPITAL. **Animale e café integram nova lista do trabalho escravo no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/animale-e-cafe-integram-nova-lista-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CASTILHO, F. F. A. **A transição da mão de obra no Sul de Minas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

CASTRO, A. M.; MACHADO, R. C. F. Feminista no Brasil e América Latina: reflexões sobre educação e mulheres. **Revista Contrapontos**, v. 16, n. 1, p. 22-39, 2016.

CASTRO, R. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. **Revista de Antropologia**, v. 65, n.1, 1-23, 2022.

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **Signs**, v.38, n. 4, 2013, p. 785-810.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F.M. **Pesquisa narrativa: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2 ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. **The Combahee River Collective Statement**. 1977. Disponível em: <https://www.blackpast.org/african-american-history/combahee-river-collective-statement-1977/> . Acesso em: 10 ago. 2021.

CORRÊA, M. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, v.6, n. 7, p. 35-50, 1996.

COSTA, A.A.A.; SARDENBERG, C.M.B. O Feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: _____. (Orgs.). **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 23-47, 2008.

_____. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P. M.; et al. (orgs.). **Revista Gênero**, 2013.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n° 60, p. 118-183, 2006.

COUTO, M. T.; SCHARBIER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 47-61, 2013.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. **The University of Chicago Legal Forum**, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, p. 171-188, 2002.

DAMASCO, M. S. MAIO; M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n° 1, p. 133-151, 2012.

DAMIÃO, J. J et al. Cuidando de pessoas vivendo com HIV/Aids na atenção primária à saúde: nova agenda de enfrentamento de vulnerabilidades? **Saúde em Debate**, v. 46, n°. 132, p. 163-174, jan/mar, 2022.

DAVIDSON, M. J.; COOPER, C. L. **Shattering the glass ceiling: the woman manager**. London: Paul Chapman Publishing Ltda, 1992.

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DILL, B. T. **Work at the Intersections of Race, Gender, Ethnicity, and Other Dimensions of Difference in Higher Education**. 2002.

DORNELA, F. J. **Narrativas de trabalhadoras rurais na cafeicultura da região do cerrado mineiro**: explorando as fissuras do colonialismo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 176, 2018.

_____; OLIVEIRA, C. R. Narrativas de trabalhadoras rurais: a construção da subalternidade, os espaços hierarquizados e a dominação colonial. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 28, n° 97, p. 434-457, 2021.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n° 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, n. 115, p. 139-154, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Brasil – maior produtor mundial de café – exporta 35,15 milhões de sacas com média mensal de 2,92 milhões de sacas em 2018**. 2019. Acesso em 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/41551077/brasil---maior-produtor-mundial-de-cafe---exporta-3515-milhoes-de-sacas-com-media-mensal-de-292-milhoes-de-sacas-em-2018>.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG). **Agenda: cadeia de valor da cafeicultura**. 2020. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18713 . Acesso em: 27 outubro de 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1968.

_____. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDFBA, 2008, 194p.

FAUSTO, B. **A História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997, 585 p.

_____. **História Consisa do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2009.

FERNANDES, D. A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Estudos Feministas**, vol. 24, n° 3, p.691-713, 2016.

FERREIRA, A. A.; et al. Diferenças e interseccionalidades nas organizações: análise das representações de líderes nos filmes Amor sem Escalas, O Diabo Veste Prada e Um Senhor Estagiário. **Revista Eletrônica de Administração**, vol. 26, n. 3, p. 819-850, setembro/dezembro, 2020.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n° 1, p. 255- 288, 2014.

FERREIRA, W. P. M; et al. Perfil das mulheres que atuam no sistema agroindustrial do café no Brasil. In: ARZABE, C.; et al. (eds). **Café Mulher no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2017.

FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2000.

_____; ALENCAR, E. Introdução a expansão do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. (Tradução: Sandra Netz) 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, M. R.; et al. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor na região norte do Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 1, n° 2, p. 739-759, 2017.

FONTGALAND, A.; CORTEZ, R. "Manifesto ciborgue". **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2015. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/sites/ea.fflch.usp.br/files/inline-files/Manifesto%20ciborgue.pdf> . Acesso em: 01 out. 2022.

FREITAS, M. C.; SANTOS, L. X. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cad. Pesqui**, v. 51, 2021.

G1 SUL DE MINAS. **Operação resgata 17 trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas de café do Sul de MG**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/07/30/operacao-resgata-17-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-fazendas-de-cafe-do-sul-de-mg.ghtml> . Acesso em: 14 jan. 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.4, p. 65-71, 1995b.

GOMES; M. R.; SOUZA, S. C. I. Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional o Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n° 3, p. 1-21, 2019.

GONÇALVES, E. et al.. Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais. Mulheres . In: TRÓPIA, P. V. et al. (orgs.). **Trabalhadoras: (in) visíveis?**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, v. 1, p. 19-38, 2016.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, n° 92/93, p. 69-82, 1988.

_____. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: LUZ, M. T. (Org.). **O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982a, p. 87-106.

_____. E a trabalhadora negra, cume que fica? In: **Jornal Mulherio**, ano 2, n. 7, São Paulo, maio-jun, 1982b, p. 9

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

GRÃO ESPECIAL. **Vamos falar sobre a desigualdade racial na produção do café brasileiro?** 2023. Disponível em: <https://graoespecial.com.br/phyllis-Johnson-desigualdade-racial-producao-cafe-brasileiro/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- GROSSI, M. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, p.1-18, 1998.
- GUERRA, A. F.; et al. Cafés do Brasil: pesquisa, sustentabilidade e inovação. In: TELHADO, S. F. P; CAPDEVILLE, G. (Eds.) **Tecnologias Poupa-Terra 2021**. Brasília, DF: Embrapa, 2021, p. 63-75.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: _____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- _____. The West and the rest: discourse and power. In: _____. et al. (orgs.). **Modernity: introduction to the modern societies**. Oxford: Blackwell, p. 185-227, 1996.
- HARAWAY, D. **“Gênero” para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2016.
- _____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. da (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129.
- HASENBALG, C. Raça, Classe e Mobilidade. In: _____.; GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 67-102.
- HAWKESWORTH, M. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. **Estudos Feministas**, vol. 14, n° 3, p. 737-763, 2006.
- HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: _____, ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (Orgs.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções, 2019, p. 27-54
- HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 393-402.
- HOLLANDA, H. B. Introdução. In: _____. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.
- HOLVINO, E. Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organization Studies. **Gender, Work & Organization**, v. 17, n° 3, p. 247-277, 2010.
- HOOKS, B. Ain't I a woman. In: _____. **Black women and feminism**. London: Pluto Press, 1982

_____. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HORVATH, R. J. A definition of colonialismo. **Current Anthropology**, v. 13, n° 1, p. 45-57, 1972.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. **O Guia do Café**. 2022.

INSTITUTO CONECTOMUS. **A neurociência do storytelling**. 2021. Disponível em: <https://institutoconectomus.com.br/neurociencia-storytelling/> . Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **SheTrades**. 2023. Disponível em: <https://www.shetrades.com/#/publicaboutus>. Acesso em: 12 jan. 2023.

JAGOSE, A. R. **Queer Theory**: an introduction. New York: New York University Press, 1996.

JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

JOHNSON, P. **The Triumph**: Black Brazilians In Coffee. 2020.

JOVCHELOVITH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (eds). **Pesquisa qualitativa com texto imagen e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

JÚNIOR, I. V. **Torto Arado**. 2019.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n° 1, p. 1-12, 2020.

LAGARDE, M. **El feminismo em mi vida**: hitos, claves y topías. Cidade del México: Gobierno del Distrito Federal, 2012.

LARSEN, N. Imperialism, Colonialism, Postcolonialism. In: SCHWARZ, H.; RAY, S. (Ed.). **A companion to Postcolonial Studies**, p. 23-52, 2005.

LATINA FEMINIST GROUP. **Telling to Live**: Latina Feminist Testimonios. Durham: Duke University Press. 2001.

LEMOS, R. O. Mulheres Negras marcham em 2015 pelo bem viver. **Revista SER Social**, vol. 17, n° 36, p. 207-224, 2015.

LIMA, D. C.; PINEZI, A. K. M. As abordagens sobre interseccionalidades em três blogs feministas. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 55, p. 54-64, jan/abr, 2019.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 1977.

LIMA, S. S.; et al. Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n° 22, p. 1-16, 2017.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n° 163, p. 122-146, 2017.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, E. B (Org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Texto apresentado como palestra no Copeland Colloquium, Amerst College, Massachusetts, em 1980.

_____. **Mulheres negras: as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre**. Tradução de Renata. Geledés, 1983. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-dismantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em 30 set. 2021.

_____. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2009, p. 235-236.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, vol. 22, n° 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, I. J. R. Reflexões sobre o pós-colonialismo. **Teoria e Pesquisa**, n° 44-45, p. 19-32, 2004.

MACIEIRA, J. C. Prefácio. In: ARZABE, C.; et al. (eds). **Café Mulher no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2017b, p. 13-14.

MAFRA, F. L. N.; CAPPELLE, M. C. A.; CARDOSO, T. R. Conflitos e alianças na construção de referências na cafeicultura orgânica do Sul de Minas Gerais. **Revista FSA**, v. 10, n° 2, p.26-43, 2013.

MARCELINO, K.; et al. Projetos de extensão e políticas de inclusão social nas universidades federais brasileiras. **Linhas Críticas**, v. 28, jan/dez, 2022.

MARIZ, L. A. et al. O reinado dos estudos de caso na teoria das organizações: impressões alternativas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. III, p. 14, 2005.

MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2017.

MCCLINTOCK, A. O mito das terras vazias. In: _____. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. São Paulo: Unicamp, 2010.

MENDES, R.S; VAZ, B.J.O.; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Gênero & Direito**, n°3, p. 88-99, 2015.

MENESES, M. P. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n° especial, p. 115-140, 2018.

MENEZES, R. S. S.; BOAVENTURA, K. S. Narrativas de mulheres do café no Cerrado Mineiro: trajetórias comuns? In: ARZABE, C.; et al. (eds). **Café Mulher no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2017.

_____; MACIEIRA, J. C.; NUNES, A. E. Equilíbrio de Gênero no Sistema Agroindustrial do Café. In: _____ et al. **Cadernos da Universidade do Café**, v. 12, p. 9-62, 2022.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. 2010.

_____. **La ideia de America Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREAU, T. Sojourner Truth: une esclave affranchie avant les autres. **Femmes em suisse**, 2000.

MOUTINHO, L. Sexualidade, “raça” e direitos na África do Sul: primeiras reflexões. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Orgs.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 345-363.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, 2011.

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 14 jan. 2023.

NICHOLSON, L. Interpreting Gender. **The University of Chicago Press Journals**, v. 20, n. 1, p.79-105, 1994.

NKRUMAH, K. **Neo-colonialism**: the last stage of imperialism. London: Nelson, 1965.

OLIVEIRA, J. G. R.; GRINBERG, L. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, P. P. ; et al. Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem fenomenológica. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 24, n° 1, p. 196-203, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Ganha-Ganha**: igualdade de gênero significa bons negócios. 2023. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/ganha-ganha/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: _____ (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 07-36, 1983.

OYÈWÚMI, O. Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas. *CODESRIA Gender Series*, v. 1, p. 1–10, 2004.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2 ed. Campinas: Papiros, 1997.

PALMA, C. C.; DONELLI, T. M. S. Violência obstétrica em mulheres brasileiras. **Revista de Psicologia**, v. 48, n° 3, p. 216-230, 2017.

PEDINI, S. **Fair Trade**: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares (Tese de doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da insterseccionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 21, n° 3, p. 445-454, set-dez, 2021.

PINHEIRO, R. C. **Trabalho, Terra e Capital no Sul de Minas Gerais em Transição**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n.36, p.15-23, 2010.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H.B.; SZWAKO, J.E. (Orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-149.

_____. Recriando a (categoria) mulher? In: ALCANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

PRADO, C. L. A. **Pós-colonialismo e o contexto brasileiro**: Haroldo de Campos, um tradutor pós-colonial? Dissertação (Mestrado em Estudos Estilísticos e Literários em Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estilísticos e Literários em Inglês. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PRADO, J. F. A. **O Brasil e colonialismo europeu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRASAD, A. **Postcolonial theory and organizational analysis**: a critical engagement. Palgrave: McMillan, 2003.

PRYSTHON, A. Mapeando o pós-colonialismo e os estudos culturais na América Latina. **Revista ANPOLL**, n. 10, p. 23-46, 2001.

PROJETO FLORADA. **O Projeto Florada**. 2023. Disponível em: <https://projetoFlorada.com.br/florada/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PRONI, T. T. R. W.; PRONI, M. W. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n° 1, p. 1-21, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n°9, 1997.

QUIRINO, K. Prologue. In: JOHNSON, P. **The triumph: Black Brazilians in Coffee**. p. 4. 2020.

RAINFOREST ALLIANCE. **What Does Rainforest Alliance Certified Mean?** 2020. Acesso em 05 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/faqs/what-does-rainforest-alliance-certified-mean>.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n° 1, p. 1-15, 2018.

RIBEIRO, S. I. Agronegócio do café no Pará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NA AMAZÔNIA, 1., 2002, Porto Velho. **Anais...** Porto Velho: Embrapa, 2002.

RICHARD, S. Podemos ser o (novo) Terceiro Mundo? **Sociedade e Estado**, v. 29, n° 3, p. 711-726, 2014.

RIOS, F.; RATTS, A. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S (Orgs.). **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 387-401.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, **Anais...**, Florianópolis, 2013.

ROSA, A. R.. Gênero e pós-colonialismo. In: CARRIERI, A.P.; TEIXEIRA, J.C.; NASCIMENTO, M.C. (orgs.). **Gênero e Trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: Edufba, p. 57-94, 2016.

_____; ALCADIPANI, R. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n° 6, p. 185-215, 2013.

_____; MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n° 2, p. 393-41-, 2012.

RUIZ CASTRO, M.; HOLVINO, E. Applying Intersectionality in Organizations: Inequality Markers, Cultural Scripts and Advancement Practices in a Professional Service Firm. **Gender, Work and Organization**, v. 23, n° 3, p. 328-347, 2016.

SAES, M. S.M. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase renda na agricultura**: a produção de pequena escala. Tese (Livre docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 568 p.

_____. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2003, 182 p.

SAFFIOTI, H. I. B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, E. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SANTOS, I. R. **Narrativas Negras**: Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras. 2020.

SANTOS, C. M. M. S.; TANURE, B.; CARVALHO NETO, A. M. Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, vol. 16, n° 3, p. 56-75, 2014.

SARTRE, J. P. Prefácio. In: FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 275 p.

SCHMIDT, R. T. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, n° 3, p. 765-799, 2006.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados**: uma década de mudanças na opinião pública. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p.129-139, 2013.

SCHWARCZ, L. K. M. Prefácio. In: HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (Orgs.). **Marcadores Sociais Das Diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 08-19.

SEIDMAN, S. Theoretical perspectives. In: _____; FISCHER, N.; MEEKS, C. (eds.). **Handbook of the new sexuality Studies**. New York: Routledge, 2006.

SERVA, M. A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica. **Revista de Administração Pública**, vol. 26, n°4, p. 128-144, 1992.

SHOHAT, E. Notes on the Postcolonial. **Social Text**, 1992.

SILVEIRA, M. A; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.;

MALUF, R. S. (orgs). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 229-250, 2008.

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais**: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010.

SMOLKA, A. L. B.; GOÉS, M. C. R.; PINO, A. A constituição do sujeito: uma questão recorrente? In: WERTSCH, P. D. R.; ALVAREZ, A. (Orgs.). **Estudos socioculturais da mente**. Porto Alegre: Artmed, p. 218-238, 1998.

SODRÉ, N. W. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004, 350p.

SOUZA, E. M; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n° 3, p. 46-70, 2010.

SOUZA, L. M. T. M. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, B. (org.). **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 113-133.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalternizado falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **The post-colonial critic**: interviews, strategies, and dialogues. New York: routledge, 1990.

TALLMANN, H. **Mulheres conquistam espaço na produção de café em Minas Gerais**. 2018. Acesso em: 05 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20499-mulheres-conquistam-espaco-na-producao-de-cafe-em-minas-gerais>.

TAYLOR, C. Latin American. In: MCLEOD, J. (ed). **The Routledge companion to postcolonial studies**. London: Routledge, p. 46-58, 2007.

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A.M. Os Direitos Humanos e as Questões de Gênero. **História Revista**, vol. 19, n° 3, p. 33-58, 2014.

TELES, M. A. A. **Breve histórico do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Interseccionalidade**. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12453>. 2020 Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

_____.; CAPPELLE, M.C.A.; OLIVEIRA, M.L.S. Feministas? Não, femininas! Analisando visões sobre o feminismo, no discurso de mulheres que vivenciaram o auge do movimento feminista brasileiro. **Sociais e Humanas**, vol. 25, n° 01, p. 75-97, 2012.

TONG, R. **Feminist Thought**: A More Comprehensive Introduction. 3 ed. Philadelphia: Westview Press, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

TRUTH, S. “**Ain’t I A Woman?**”. 1851. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp> . Acesso em 12 dez. 2020.

_____. **Keeping the Thing Going While Things Are Stirring**. 1867. Disponível em: <http://hiaw.org/defcon1/sojournertruthstirring.html> . Acesso em: 07 ago. 2021.

VAZ, D. V. O Teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, n° 49, p. 765-79, 2013.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. **Revista Artémis**, n° 1, p. 89-114, 2019.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidade das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. **Revista Katálysis**, vol. 25, n. 2, p. 316-325, maio/ago, 2022.

VIEIRA, V. M. S. A; TORRENTÉ, M. O. N. Saúde Mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface: comunicação, saúde, educação**, v. 26, 2022.

ZAMBONI, M. Marcadores Sociais da Diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento*. **Sociologia Especial** , v. 1, p. 14-18, 2014.

WOMEN INSIDE TRADE & DEVELOPMENT. Sobre nós. 2023. Disponível em: <https://womeninsidetrade.com/sobre-nos/#quem> . Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. **Entrevista exclusiva: Arancha González para Women Inside Trade**. 2023. Disponível em: <https://womeninsidetrade.com/author/renatavamaral/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. São Paulo: Bookman, 2005, 240 p.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada para colaborar com a pesquisa para a tese de doutorado da discente Fernanda Junia Dornela, do curso de Doutorado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) do Departamento de Administração e Economia (DAE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), sob orientação da professora Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle, cujo objetivo é Compreender como a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, em suas diferentes faces, são mediadas pelas relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.

Afirmo que aceitei participar por minha vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, tendo exclusivamente como finalidade colaborar com a pesquisa. Autorizo que a entrevista seja gravada e, posteriormente, transcrita para futura análise, sendo minha colaboração de maneira anônima, utilizando um codinome de minha escolha. O acesso à gravação, ao material transcrito e à análise das entrevistas se fará apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Fui ainda informada de que posso me retirar desta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. **Observação:** Quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa poderão ser esclarecidas por meio dos seguintes contatos: Telefone: (35)3829-1752 E-mails: fernanda.dornela@estudante.ufla.br e edmo@ufla.br .

_____, ____ de _____ de 202__.

Doutoranda: Fernanda Junia Dornela

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle

Assinatura da participante

APÊNDICE B – Tópico inicial para a Entrevista Narrativa

Identificação das informantes

Qual o seu nome?

Como você gostaria de ser identificada nesta pesquisa (nome fictício)?

Qual a sua cidade natal?

Onde você mora atualmente?

Qual a sua idade?

Quanto à cor, como você se identifica?

Quanto ao gênero, como você se identifica?

Qual seu estado civil?

Você é mãe? Se sim, quantos(as) filhos(as) você tem?

Qual a sua escolaridade?

Você atua na cafeicultura há quanto tempo e qual sua área de atuação?

Atualmente, você atua somente na cafeicultura? Se não, qual sua(s) outra(s) área(s) de atuação?

Você é associada da Café Mulher há quanto tempo?

Você foi uma das fundadoras da Café Mulher?

Qual posição você ocupa na Café Mulher?

APÊNDICE B – Tópico inicial para a Entrevista Narrativa

Quadro 3 – Perguntas Exmanentes

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Perguntas Exmanentes
Compreender como a reprodução das interseccionalidades de marcadores sociais das diferenças, em suas diferentes faces, são mediadas pelas relações de poder estabelecidas entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.	Conhecer e analisar quem são as mulheres associadas à organização regional Café Mulher, participantes desta pesquisa.	Como você se reconhece/identifica? Como foi sua trajetória em termos pessoais, sociais e profissionais? Como foi sua trajetória na cafeicultura?
	Explorar o contexto organizacional da organização regional Café Mulher, inserido em um contexto social regional.	Como você conheceu a Café Mulher e ingressou? Como foi sua trajetória nessa organização? Como as mulheres podem tornar-se associadas à organização Café Mulher? Como as novas integrantes são incluídas no grupo? Como a Café Mulher está organizada? Como funciona a Café Mulher? Como as decisões são tomadas na Café Mulher?
	Analisar, no contexto organizacional, as relações de poder entre as mulheres associadas à organização regional Café Mulher.	Como é sua atuação na Café Mulher? Como são as relações entre as associadas à Café Mulher? Como são as relações entre você e as outras associadas? Como são as relações entre a diretoria e associadas? Você conhece alguma(s) mulher(es) que tenha(m) deixado de ser associada(s) da Café Mulher? Se sim, como foi? Diferentes mulheres são associadas à Café Mulher. Como a organização trata essas diferenças? Como são as relações entre as pessoas da sociedade em que você está inserida? Como são as relações na cafeicultura entre as pessoas? Há algo mais que você queira falar?

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).